



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
LINHA TRABALHO E EDUCAÇÃO**

MÔNICA JOSIANE COELHO

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A CONTRARREFORMA
UNIVERSITÁRIA: ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE MORADIA
UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.**

FORTALEZA

2012

MÔNICA JOSIANE COELHO

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A CONTRARREFORMA
UNIVERSITÁRIA: ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE MORADIA UNIVERSITÁRIA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

Dissertação apresentada à Coordenação
do Programa de Pós-Graduação em
Educação Brasileira da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Antônia Rozimar
Machado e Rocha

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria
Dorta de Menezes

FORTALEZA

2012

MÔNICA JOSIANE COELHO

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A CONTRARREFORMA
UNIVERSITÁRIA: ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE MORADIA UNIVERSITÁRIA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

Aprovada em ____/____/_____

Dissertação apresentada à Coordenação
do Programa de Pós-Graduação em
Educação Brasileira da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Antônio Rozimar Machado e Rocha
Universidade Federal do Ceará - UFC
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Dorta de Menezes
Universidade Federal do Ceará - UFC
Co- Orientadora

Prof. Dr. Emmanoel Lima Ferreira
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA-CE
Examinador

Prof^a. Dr^a. Kátia Regina Rodrigues Lima
Universidade Federal do Ceará – UFC
Examinadora

Em memória de meu pai, Antônio
Francisco Coelho, ceifado tão
prematuramente.

Ao Israel, meu cúmplice e amado.

A Ana Luiza, pedaço de mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fonte primeira de inspiração e de motivação para prosseguir. Meu Amigo, meu Pai, minha Vida.

À minha generosa mãe, Maria Dulce Coelho, que dedicou valiosos anos de sua vida à minha educação.

Um agradecimento especial à Prof^a. Dr^a. Ana Maria Dorta de Menezes, minha orientadora, que me guiou brilhantemente, e sempre se mostrou disponível, com sua notável competência, rigor teórico e comprometimento.

À querida Prof^a. Dr^a. Antônia Rozimar Machado e Rocha, minha orientadora, pela dedicação, companheirismo, profundidade teórica e apoio constante, que tornaram este percurso acadêmico mais rico e fecundo.

À Banca examinadora, nas pessoas da Prof^a. Dr^a. Kátia Regina Rodrigues Lima e do Prof. Dr. Emmanoel Lima Ferreira, pelas importantes contribuições e ensinamentos. Ressalto as importantes contribuições do Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto, que esteve presente na defesa do projeto.

Ao meu marido, Israel Mondego Viana, pelo companheirismo, compreensão e dedicação. Por tão pacientemente ter se colocado ao meu lado, neste decurso acadêmico.

À Dr^a. Geórgia Patrícia Guimarães dos Santos, que me inspira admiração, pelo seu apoio, conselhos e direcionamentos.

À amiga, sempre presente, Roselany Martins Silva, que cuidou da minha filha quando precisei, e me ajudou na tabulação dos dados.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, pela colaboração e aprendizado.

Aos estudantes do programa de residência universitária, pela colaboração, bravura e desprendimento.

Aos colegas de trabalho pela compreensão nos momentos em que tive de me ausentar, especialmente às professoras Maria Clárisse Ferreira Gomes, Ex- Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, pelo apoio e estímulo, e Elydihara Trigueiro Guimarães, Coordenadora de Assuntos Estudantis, sempre me incentivando a prosseguir, com sua alegria e afetividade.

RESUMO

Analisa o programa de moradia universitária da Universidade Federal do Ceará-UFC, como parte da política de assistência estudantil, inserindo-a no processo de contrarreforma da Educação Superior. Elegeu-se como objetivo central compreender a relevância desse programa na trajetória da assistência estudantil como direito social adquirido, observando a relação entre as necessidades reais dos estudantes e os serviços oferecidos pelo Estado. Para alcançar este objetivo, partiu-se da análise da atual crise mundial do capital e das implicações para o ajuste estrutural do Estado, que avança desde os anos 1990 no Brasil, onde se presencia uma crescente negação de direitos à classe trabalhadora, além da constante privatização da educação, especialmente da educação superior. Destacam-se na referida análise os períodos históricos que compreendem os governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC e Luis Inácio da Silva –Lula, focalizando algumas das medidas adotadas na história mais recente das IFEs, como as parceiras público-privadas, PROUNI e REUNI. Em seguida, busca-se reconstituir a história da política de assistência estudantil no Brasil, identificando sua origem, avanços e recuos na sua implementação, chegando à recente elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Feito isto, passa-se de modo mais específico, à política de assistência estudantil na Universidade Federal do Ceará, examinando, especialmente, o Programa de Moradia Universitária da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa, além de teórica e documental, envolveu a aplicação de questionários com 111 estudantes moradores nas residências universitárias, no primeiro semestre de 2012. Os estudos desenvolvidos apontam que a sistematização de uma política nacional de assistência estudantil ocorreu muito tardiamente no País e atestam a importância da luta organizada dos estudantes. Além de ressaltar as limitações da política de assistência ante as necessidades dos estudantes, defende-se aqui a urgência de ampliação e fortalecimento da referida política em face do crescente empobrecimento da classe trabalhadora. A análise nos permite pôr em foco a promessa da democratização do acesso a educação superior pela suposta “mobilidade” permitida pelo exame Enem Sisu.

Palavras-chave: Educação superior. Contrarreforma do Estado. Assistência estudantil. Residência universitária.

ABSTRACT

This work aims to analyze The UFC University Housing Program as part of the student assistance policy, inserting it into the process of counter-reform of higher education. Understanding the relevance of this program has been elected as the central objective in the trajectory of student assistance with social rights acquired, observing the relation between the students' real needs and the services provided by the State. In order to achieve this goal, we started with the analysis of the current global crisis of capital and the implications for the structural adjustment of the State, which has been advancing since the 1990s in Brazil, where we are able to witness an increasing denial of rights to the working class, not to mention the constant privatization of education, especially higher education. The historical periods that include governments of Fernando Henrique Cardoso – FHC e Luiz Inácio da Silva – Lula are highlighted, focusing some of the actions taken in recent history concerning the IFEs, public-private partnerships, PROUNI e REUNI. Then, we try to reconstruct the history of student assistance in Brazil, identifying its origin, advances and setbacks in its implementation, getting to the recent elaboration of the *Plano Nacional de Assistência Estudantil* – PNAES (National Student Assistance Plan). Once it is done, we step more specifically into the field of student assistance at the Federal University of Ceará – UFC, examining, in a deeper status, the University Housing Program from the department of Student Affairs at UFC. Established in the Historical and Dialectical Materialism, the research, apart from theory and documental materials, also had an application of a questionnaire with 111 resident students from the University Housing Program at UFC in the first half of 2012. The developed studies point to a context in which a systematization of a national student assistance policy occurred quite late in the country, and state the importance of the students' organized struggle. Besides emphasizing the limitations of the assistance policy before the needs of students, it is defended here the urgency of broadening and strengthening of the policy in the face of growing impoverishment of the working class. The analysis allows us to focus on the promise of democratization of access to higher education through the alleged "mobility" allowed by the examination Enem Sisu.

Keywords: Higher education, counter-reform of State, student assistance, university housing

LISTAS DE GRÁFICOS

Número de vagas e alunos atendidos nas Residências Universitárias 2004-2009	133
Residência Universitária- Município de domicílio à época do processo seletivo	152
Vestibular/ENEM	155
Motivação para a escolha do curso	157
Autoavaliação: condição de saúde mental e estado emocional	166
Residências universitárias: casos de depressão	167
Residências universitárias: uso de álcool e outras drogas	168
Aceitação da residência universitária- local de moradia	170
Residência universitária- relacionamento entre os moradores	172
Residência universitária - principais preocupações	173
Grau de satisfação nas residências universitárias – condições físicas	174
Grau de satisfação nas residências universitárias – condições físicas dos dormitórios	176
Grau de satisfação nas residências universitárias – condições do mobiliário	177
Grau de satisfação nas residências universitárias – localização/ acesso a transporte	178
Grau de satisfação nas residências universitárias – alimentação	179
Grau de satisfação nas residências universitárias– equipamentos/ambientes que favorecem aos estudos	180
Grau de satisfação nas residências universitárias – segurança	181
Grau de satisfação nas residências universitárias – lazer	182

Grau de satisfação nas residências com o Programa de Residência Universitária	183
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE: Atendimento às necessidades dos estudantes	187
Reforma Universitária	188
Impacto do Plano Nacional de Políticas Estudantis- percepção dos estudantes	191
Movimento estudantil e política de assistência estudantil	192
Curso de graduação a distância	193

LISTA DE QUADROS

Número de vagas nos cursos de graduação em 2008	69
Número de alunos matriculados em cursos de graduação EAD	70
Perfil dos estudantes matriculados nas instituições federais de ensino superior no ano de 1997	91
Informações sobre as IES públicas do Nordeste	92
Distribuição percentual de estudantes brasileiros conforme a renda familiar	103
Situação de moradia dos estudantes (%)	104
Participação dos estudantes em programas de assistência estudantil (%)	105
Motivos para trancamento de matrícula (%)	106
Participação nacional no movimento estudantil (%)	107
Participação periódica no movimento estudantil nos últimos anos (%)	108
Vestibular – tipo de escola do ensino médio	113
Vestibular – situação laboral dos candidatos	114
Vestibular – grau de escolaridade familiar/2009	115
Número de alunos da UFC matriculados em cursos de graduação EAD	116
Condição econômica dos estudantes das universidades federais (%)	125
Distribuição dos estudantes, por local de moradia, antes de ingressar na Universidade (%)	126
Participação em programas de assistência estudantil (%)	129
Motivos para trancamento de matrícula (%)	131
Interferência de estressores na vida acadêmica (%)	131
Participação dos estudantes da UFC no movimento estudantil (%)	132
Residências universitárias – localização e vagas	145
Residências universitárias – gênero dos estudantes	149

Residências universitárias- estado de origem dos estudantes	153
Residências universitárias – cursos dos estudantes	160
Ano de ingresso no curso e na residência universitária	162
Residências universitárias – prazo para permanência	163
Processo seletivo- percepção dos residentes	185
Relacionamento com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE	186
Impacto do REUNI na Universidade	189
Impacto da política de assistência estudantil	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES- SN Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre

CEB- Casa do Estudante do Brasil

CEU- Clube dos Estudantes Universitários

CF- Constituição Federal

CONAE- Conferência Nacional de Educação

CONSUNI- Conselho Universitário - UFC

COREU- Conselho de Residentes Universitários

DAE- Departamento de Assistência Estudantil

DCE- Diretório Central dos Estudantes

DMO- Divisão Médico-Odontológica

EAD – Educação a distância

EBSERH- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A

ENADE- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

FASUBRA- Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FONAPRACE- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

GREM/FMUSP- Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES- Instituições de ensino superior

IF- Instituição federal

INDEP- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa
Educacionais Anísio Teixeira

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

JB- Juventude Brasileira

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MARE- Ministério de Administração e Reforma do Estado

ME- Movimento Estudantil

MEC- Ministério da Educação

MP- Medida provisória

PAPEU- Apoio Psicopedagógico e Psicológico

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação

PDRE- Plano Diretor de Reforma do Estado

PEC- Proposta de Emenda Constitucional

PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego

PFL- Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PL- Projeto de Lei

PMN- Partido da Mobilização Nacional

PNA- Política Nacional sobre o Álcool

PNAD - Política Nacional sobre Drogas

PNAES- Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNAEST- Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais

PNE- Plano Nacional de Educação

PRAE- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PRB- Partido Republicano Brasileiro

PRECE- Programa de Educação em Células Cooperativas

PROUNI- Programa Universidade para Todos

PSDB- Partido da Socialdemocracia Brasileira

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT- Partido dos Trabalhadores

REU- Residência Universitária

REUNI- Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SENAD - Secretaria de Políticas sobre Drogas

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SIPE- Brasil - Sistema de Informação do Perfil do Estudante

SiSu – Sistema de Seleção Unificada

UAB- Universidade Aberta do Brasil

UECE- Universidade Estadual do Ceará

UEE- União Estadual dos Estudantes

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFMA- Universidade Federal do Maranhão

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPI- Universidade Federal do Piauí

UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UNB – Universidade de Brasília

UNE- União Nacional dos Estudantes

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. A CONTRARREFORMA DO ESTADO NO BRASIL NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE CRÍTICA.....	29
2.1. A Crise Estrutural do Capital: a raiz do problema.....	29
2.2 O continuum de contrarreforma do Estado no Brasil: de FHC a Lula.....	41
2.2.1 <i>O Governo FHC e o Desmonte do Serviço Público.....</i>	41
2.2.2 <i>Governo Lula: continuidade do pacto com o capital.....</i>	45
2.3. A Política de Educação Superior no Contexto do Ajuste Estrutural do Estado.....	49
2.4. PROUNI e REUNI: aprofundamento das políticas neoliberais.....	65
3. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL EM FACE DA CRISE DO CAPITAL: O LUGAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	73
3.1 A Política de Assistência Estudantil como Política Social.....	73
3.2 A Política de Assistência Estudantil no Brasil: breve histórico e identificação dos desafios.	78
3.2.1 <i>O fio da história.....</i>	78
3.2.2 <i>A Assistência Estudantil nas IES Federais: do discurso à realidade.....</i>	89
3.3 Os desafios da Política de Assistência Estudantil em Face do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das IFES no Brasil.....	98
4. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFC.....	110
4.1 Sobre o perfil dos alunos da UFC: primeiras aproximações.....	110
4.2 Assistência Estudantil na Universidade Federal do Ceará - UFC.....	119
4.2.1 <i>Contextualização da Política de Assistência Estudantil.....</i>	119
4.2.2 <i>O perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da UFC: sujeito e objeto da política de assistência estudantil.....</i>	124
4.2.3 <i>A Política de Assistência Estudantil na UFC: avanços e limites.....</i>	128

5. A MORADIA UNIVERSITÁRIA NA ACEPTÃO DE SEUS USUÁRIOS: ESTUDO DE CASO NA UFC.....	135
5.1 A moradia estudantil na UFC: reconstrução da memória da luta na luta.....	137
5.2. O perfil dos estudantes nas residências da Universidade Federal do Ceará (2012.1).....	146
5.3 Primeiras aproximações.....	148
5.3.1 <i>Em relação ao gênero</i>	148
5.3.2 <i>Em relação à faixa etária</i>	150
5.3.3 <i>Sobre a (in) dependência econômica</i>	150
5.3.4. <i>Situação civil: a dificuldade em constituir família</i>	151
5.3.5. <i>Sobre a cidade de origem e a promessa da mobilidade</i>	151
5.3.6 <i>O Residente e sua experiência formativa na educação básica</i>	155
5.3.7 <i>Sobre a “escolha” do curso: o peso das condições objetivas de classe</i>	157
5.3.8 <i>Quanto à permanência e à conclusão</i>	159
5.4 A política de assistência estudantil na UFC: muito a conquistar.....	164
5.4.1 <i>Sobre as condições de saúde do estudante residente</i>	164
5.4.2 <i>A moradia estudantil pela voz dos estudantes residentes</i>	170
5.4.3 <i>O Relacionamento entre residentes e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis</i>	185
5.4.4 <i>A leitura dos residentes sobre a Política de Educação Superior: consciência e luta organizada pelos direitos</i>	188
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
REFERÊNCIAS.....	205
APÊNDICE.....	212
ANEXO.....	216

1. INTRODUÇÃO

Vivencia-se uma época de crescente impulso da liberalização da economia, desmonte e contrarreforma do Estado, expansão das instituições de ensino superior- IES particulares que crescentemente mercantilizam a educação superior no País, com o objetivo de formar pessoas competitivas, que respondam positivamente às demandas do capital. Com efeito, assumimos aqui o desafio de procurar compreender qual relevância adquirem as políticas públicas para a classe trabalhadora, especialmente a política de assistência estudantil da Universidade Federal do Ceará, nosso objeto de estudo.

O interesse por esse escopo de pesquisa surgiu da nossa prática profissional como assistente social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE da UFC, envolvida diretamente com a execução das políticas de assistência estudantil e com os dilemas dos estudantes usuários desse tipo de programa. A intenção de contribuir com os estudantes, de compreender mais profundamente os pressupostos dessa política no contexto atual, é o que nos anima.

Assim, esta pesquisa parte do questionamento das condições oferecidas aos estudantes que buscam ingressar em uma universidade pública e gratuita, neste fenômeno contraditório, em que se estabelece a relação mercantilista/privatista em contraposição à busca pelo conhecimento e pelos direitos socialmente adquiridos, considerando o aumento substancial de estudantes no ensino superior, pois, de acordo com o Censo da Educação Superior 2010, houve aumento no número de matrículas nos cursos de graduação de 110,1% entre os anos de 2001 e 2010.

Este expressivo crescimento no ensino superior, contudo, ocorre, principalmente, nas instituições privadas, que, segundo o levantamento do já mencionado Censo da Educação Superior 2010, preencheram 74,2% do total de oferta nas IES no ano de 2010. Esta expansão, no entanto, não corresponde à garantia de acesso à educação superior aos jovens oriundos da classe trabalhadora que não podem assumir os custos pela própria formação.

Vale lembrar que, além das imensas dificuldades socioeconômicas e culturais vivenciadas pelo estudante trabalhador para ser aprovado em uma instituição pública e gratuita, em virtude da sua situação de classe, uma série de obstáculos da mesma natureza se impõem a sua permanência, ao seu bom desempenho e à conclusão de uma formação superior. Torna-se necessário, portanto, reivindicar

políticas de assistência ao estudante, garantindo-lhe as condições adequadas para o bom aproveitamento dos estudos, meios que possibilitem a permanência e a conclusão de um curso superior, gratuito e de qualidade.

Cabe destacar o que diz a Constituição Federal, no Artigo 206: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” Isso significa que para haver igualdade de permanência na universidade, é necessário que existam políticas assistenciais que possam garantir as condições mínimas¹ aos estudantes, que tenham como objetivo aliviar as perversas sequelas do capitalismo sobre a classe trabalhadora, cada vez mais empobrecida.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9394/96, não há uma alusão direta à assistência estudantil para o ensino superior, o que ficou a cargo do Plano Nacional de Educação. Até o ano de 2007, não havia uma política nacional oficial de assistência estudantil para a educação superior no Brasil, além da inexistência de fundo próprio para esse fim, fato demonstrativo de que a relevância do tema sempre foi, no mínimo, secundária na agenda dos dirigentes políticos. A assistência estudantil foi esboçada mediante ações contingentes, que respondiam a algumas das necessidades locais, mas sem uma articulação ou elaboração na contextura nacional.

O Plano Nacional de Política Estudantil – PNAES, Decreto nº 7234/2010, considera a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, à medida que busca promover a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior, objetivando reduzir ou eliminar as elevadas taxas de abandono, trancamento de matrícula e evasão das universidades², já que, entre suas principais causas, está a falta de condições econômicas dos estudantes.

O Plano objetiva democratizar as condições de permanência nas universidades públicas federais, minimizar os efeitos das desigualdades, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para promover a inclusão social pela educação, tendo

¹ Entendemos como condições mínimas a garantia de moradia de qualidade, alimentação, transporte, serviços de saúde, disponibilidade de acesso a bolsas, incentivo à cultura, esporte e lazer, entre outros serviços.

² Segundo o glossário elaborado pelo programa “Todos pela Educação”, em parceria com o INEP, abandono refere-se à condição do estudante que deixa de frequentar a escola no andamento do período letivo, enquanto evasão se refere à situação em que o estudante não se matricula no semestre/ano letivo seguinte, independentemente da condição de rendimento escolar.

como áreas de atuação o lazer e esporte, a permanência, o desempenho acadêmico, a cultura, e assuntos da juventude³. Dentre as áreas de atuação dessa política, cabe destaque à moradia universitária, por ser uma ação de enorme importância para permanência dos estudantes que não tem residência ou família na localidade onde estudam.

Esta pesquisa lança-se na tarefa de analisar os rumos da política de assistência estudantil nos anos pós-1990, no contexto da contrarreforma do Estado no Brasil, avaliando seus efeitos para a educação superior. Para analisar a política estudantil, faremos um recorte no Programa de Residência da Universidade Federal do Ceará – UFC, buscando compreender a relevância deste na trajetória da assistência estudantil como direito social adquirido, observando a relação entre as necessidades dos estudantes e os serviços oferecidos pelo Estado.

Pretendemos estar atenta para a importância da política de assistência estudantil em face da promessa do governo de mobilidade aos estudantes que passam a fazer o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e que ingressam em uma universidade por via do Sistema de Seleção Unificada - SiSu, cujo discurso sugere a possibilidade de o estudante realizar seu curso em qualquer lugar do País.

A moradia universitária é um benefício socioassistencial gerido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Ceará e tem como objetivo assegurar moradia e alimentação de qualidade aos estudantes de ambos os sexos, de fora da capital do Estado e/ou de outros estados, que apresentem dificuldades socioeconômicas e que estejam frequentando, regularmente, algum curso de graduação presencial dessa Universidade. Consoante informação da Pró-Reitoria de Assuntos estudantis, até meados de 2011, haviam 310 vagas distribuídas em 16 residências no entorno do Bairro Benfica, em Fortaleza, estando em

³ Segundo documento sobre o PNAES, elaborado pelo FONAPRACE (2008), cada área de atuação tem suas linhas temáticas, assim divididas: permanência – moradia, alimentação, saúde (física e mental), transporte, creche, condições básicas para o atendimento aos portadores de necessidades especiais. Desempenho acadêmico – bolsas, estágios remunerados, ensino de línguas, inclusão digital, fomento à participação político-acadêmica, acompanhamento psicopedagógico; cultura, lazer e esporte – acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais, acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer; assuntos da juventude – orientação profissional sobre mercado de trabalho, prevenção a fatores de risco, meio ambiente, política, ética e cidadania, saúde, sexualidade e dependência química.

construção uma residência no *Campus* do Pici com capacidade para 198 estudantes, passando a existir 451 vagas no ano de 2012⁴.

Os estudantes que ingressam no Programa de Moradia são matriculados em vários cursos, sendo que, no período de 2012.1, foi possível encontrar estudantes de 44 cursos diferentes, a maioria dos quais frequenta os cursos de Letras, Agronomia, Pedagogia, Economia Doméstica e Geografia.

De acordo com os dados fornecidos pelo Programa de Residência Universitária, obtidos em análise documental⁵ e por meio de visitas domiciliares realizadas nos últimos dez anos, os admitidos são, em sua maioria, oriundo do Ceará, exceto Fortaleza, e não possuem apoio familiar na Capital. As famílias dos alunos vivem principalmente na zona rural, exercendo atividades instáveis. Grande parte sequer é assalariada, sobrevivendo da agricultura familiar de subsistência e recorrendo a programas de minimização da pobreza do Governo federal. Frequentemente, esses estudantes são os primeiros em suas famílias que conseguem ingressar em uma universidade pública e correspondem a uma porcentagem mínima de pessoas em situação de pobreza que conseguem alcançar a educação superior.

Efetivamente, os estudantes da classe trabalhadora que migram para a Capital visando adentrar a universidade pública arrostam enormes barreiras e estigmas. Enfrentam dificuldades, que vão desde a própria preparação para o vestibular/ENEM, pois é sabido que há uma grande concorrência para o acesso às universidades públicas, e, uma vez aprovados, há dificuldade na sua manutenção para concluir o curso.

Vivemos em uma sociedade que experimenta uma crise sem precedentes, expressa no desemprego estrutural, ao tempo em que o Estado direciona ações para políticas focalizadas e investe massivamente nas instituições privadas, refletindo também no ensino, como revelam o Programa Universidade para Todos-PROUNI, as parcerias público-privado, entre outros. Cabe investigar as condições em que a educação superior passa a ser ofertada a esses jovens, no período dos governos de Lula da Silva (2003- 2010). Buscamos identificar como se articula a

⁴ Houve a desativação de duas antigas residências após a inauguração da nova casa no Pici.

⁵ Esses dados foram obtidos *in loco*.

política de assistência estudantil à política de democratização do acesso à educação superior no governo Lula.

No caso da UFC, vale indagar acerca de que investimentos são feitos pela universidade no referido governo, sobretudo em relação à política de moradia estudantil em face das medidas impostas: adoção do Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI, com objetivo de ampliar o número de estudantes na universidade, e a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM como forma de seleção que, por ser um exame de caráter nacional, pressupõe a mobilidade espacial dos estudantes.

Para apreender as contradições do real no estudo de caso realizado nesta pesquisa, partimos da investigação do problema mediante revisão bibliográfica e análise documental sobre temas relacionados à contrarreforma do Estado, à educação superior, às políticas públicas e à assistência estudantil, considerando a crise do sistema regido pelo capital, bem como as consequências para a classe trabalhadora, as influências dos organismos internacionais no atual panorama capitalista, tendo como aporte a teoria marxiana e a contribuição de autores marxistas contemporâneos, como Mézaros (2002), Netto (2001), Behring (2008, 2010), Antunes (1998, 2009), Leher (2003, 2010) entre outros.

Utilizamos análise documental, observando as publicações dos organismos governamentais, leis, decretos, portarias, além dos documentos produzidos em fóruns, congressos e eventos de revelância para a política em análise. Para tanto, a realidade será analisada de forma reflexiva, inserida no âmbito bibliográfico pertinente.

São basilares a análise crítica das categorias e uma perspectiva que ultrapasse o senso comum, na busca de apreender as relações e interesses envolvidos no problema. Como aporte teórico, nos apropriamos do método do materialismo histórico-dialético para compreensão da realidade, utilizando como base a interpretação de Martins (2008), que ressalta alguns pontos centrais a fim de proceder a análise baseada no materialismo histórico-dialético marxiano.

Desta feita, partimos de uma compreensão *en passant* do complexo materialismo histórico-dialético. De acordo com Martins (IDEM), constitui como ponto nodal desta concepção o reconhecimento da realidade exterior como independente

da consciência, porém, em todas as dimensões, a realidade é produzida e modificada pelo próprio homem, em uma dinâmica contraditória. Deve-se, também, considerar o caráter revolucionário e anticapitalista do materialismo de Marx, que tem como característica a transformação social, e que, assim sendo, em seu método, há impossibilidade da neutralidade, uma vez que não há separação entre ser e pensar (utilização da práxis), entre sujeito e objeto que se transformam, contrariando qualquer possibilidade de neutralidade. Outro elemento definidor do materialismo é o dinamismo entre ser e pensar, a totalidade da realidade.

A dialética, segundo Martins (IDEM), concebe o conhecimento como continuum, que se aproxima da verdade e que tem como característica ético-política a ação transformadora. Parte-se de uma ideia de transformação permanente do mundo, de devir, de sorte que, a realidade não é um aglomerado de partes estanques, mas uma totalidade articulada, que se relacionam e se modificam, sendo que o todo não é simplesmente o somatório das partes, pois, sendo a totalidade produto da inter-relação das partes, como elemento produzido, tem a capacidade de alterar sua produção.

Surge a mediação como categoria importante, pois é ela a estabelecer a relação entre o todo e as partes, e entre as partes e as partes. Ressaltamos também como princípio a contradição, pois é a oposição que enseja movimento, que, por sua vez, promove a interação das coisas. Portanto, no método dialético, há o “desenvolvimento do ser e do pensar, do movimento da totalidade que tem como seu motor a contradição, e na mediação uma de suas características mais marcantes e significativas”. (MARTINS, 2008, p. 86)

Este relatório de pesquisa organizado em seis capítulos, a saber: o segundo visa a uma análise crítica da contrarreforma do Estado no Brasil e seus rebatimentos na educação superior. Dividido em quatro itens, o primeiro busca contextualizar a crise mundial do capital e suas respostas a essa crise, que ocorrem por meio da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. O segundo divide-se em uma análise da trajetória do Estado brasileiro na contrarreforma no governo de Fernando Henrique Cardoso, período de consolidação das reformas do Estado e a continuidade e aprofundamento desse ideário no governo Luis Inácio da Silva – Lula.

No terceiro item, estudamos a política educacional do ensino superior no contexto das contradições da crise do capital, considerando a contribuição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB nº 9394/96, o Plano Diretor de Reforma do Estado, a Lei de Inovação Tecnológica e das Parcerias Público-Privado, o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001) e outros diplomas legais que colaboraram para a contrarreforma da educação superior.

Por último, no quarto item do segundo capítulo, estudamos a reafirmação das políticas neoliberais por intermédio do Programa Universidade par Todos - PROUNI e do Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI, pois se faz necessário considerar a medida do REUNI e sua implementação na UFC para compreender as mudanças ocorridas na política de assistência estudantil durante o governo Lula da Silva.

No terceiro segmento, intentamos analisar o lugar da assistência estudantil nas políticas públicas brasileiras, situada no contexto de crise do capital e contrarreforma da educação superior. Esforçamo-nos por examinar a assistência estudantil à luz das contradições que presidem à sociedade capitalista contemporânea. Analisamos os princípios declarados na Constituição Federal e legislação infraconstitucional, como do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, buscando confrontá-los à realidade atual das IFES, especialmente da UFC. Para compreender a política de assistência estudantil e, mais especificamente, a conquista da moradia estudantil, se fez indispensável buscar entender os embates do movimento estudantil na conquista de vários direitos.

O capítulo é dividido em três itens que, analisam os seguintes aspectos: a assistência estudantil como política social, compreendendo-a como mecanismo de viabilização da permanência no ensino superior; a análise e tentativa de recontar a trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil, subdividindo-se este item entre o percurso histórico da política, analisando as mudanças na legislação referentes à política de assistência e moradia, e a realidade atual da assistência estudantil nas IFES.

O último item cuida de uma análise do perfil socioeconômico dos estudantes das IFES no Brasil, com suporte em uma pesquisa realizada pela ANDIFES e pelo

FONAPRACE no ano de 2010, no qual assinalamos os desafios e necessidades de avanços para a assistência estudantil brasileira.

No quarto módulo, dirigindo-nos do geral para o específico, afunilamos nossa análise e tecemos um panorama da assistência estudantil na UFC, *locus* de nossa pesquisa, observando os aspectos macro da universidade, que vão desde dados gerais até o público-alvo da assistência estudantil. Buscamos retratar o quadro atual, analisando a implantação do REUNI e suas consequências. Esse capítulo está dividido em dois itens: um que retrata o quadro da Universidade Federal do Ceará, utilizando dados, relatórios, documentos oficiais e pesquisa, para compreensão do atual panorama institucional; e outro que trata da realidade da assistência estudantil na Instituição, sendo o segundo item subdividido entre a contextualização, o perfil socioeconômico dos estudantes e a política de assistência estudantil propriamente dita, que revela o lugar e a abrangência desta política na UFC.

No quinto capítulo, tratamos da pesquisa realizada com os residentes universitários. Para melhor compreensão do problema, utilizamos como instrumento a pesquisa de campo, de natureza qualitativa, e como método, o estudo de caso, abordando os estudantes que ocupavam a moradia no primeiro semestre de 2012. A pesquisa foi realizada mediante aplicação de questionários, sendo a amostra correspondente a 31,71% do total de residentes. Por intermédio desse instrumento, buscamos conhecer as percepções e sentimentos dos estudantes sobre o Programa de Residência, apreendendo desde as condições imediatas de acomodação até a política de assistência estudantil, de maneira mais abrangente.

Na pesquisa qualitativa, como ensina Baptista (1999), o conhecimento da realidade ocorre em um *continuum* com inúmeras associações, sempre com a preocupação hermenêutica, em virtude das contradições que fundamentam a ação. Empregamos a concepção de pesquisa qualitativa crítica apontada em Richardson (2010), mediante aproximação dialética com a realidade, problematizando a relação sujeito-objeto e considerando que a realidade não está estagnada, mas seu fluxo permanente necessita de uma visão que perpassa a aparência dos fenômenos.

Mediante aplicação de questionários, buscamos conhecer e dar voz aos atuais alunos residentes para que avaliem a política de assistência estudantil,

especialmente sobre o programa de moradia, colhendo seu depoimento a cerca da importância do benefício para permanência e desempenho na vida acadêmica.

Como leciona Gil (1994), o questionário tem como característica a possibilidade de atingir um grande número de pessoas, ensejar menores gastos com equipe de aplicadores, além de permitir flexibilidade para as pessoas pesquisadas responderem no momento de maior conveniência para elas, que, neste caso, era algo importante, porquanto era difícil aglutinar os residentes num mesmo horário visto que trabalham e estudam em diferentes turnos. Nossa vinculação funcional com a Pró-Reitoria nos favoreceu o maior contato com os documentos, dados disponíveis no setor e com os alunos residentes, no entanto, em alguma medida nos prejudicou quanto à aplicação dos questionários. Apesar de, à época, estar afastada das funções e do cuidado dispensado para elaboração do instrumento de modo a preservar o anonimato, ainda assim, alguns dos estudantes abordados se recusaram a responde-lo.

Buscamos, neste segmento, ainda, recuperar a história das residências estudantis da UFC, ao tempo que tentamos traçar o perfil dos moradores do Programa de Residência Universitária no primeiro semestre de 2012, identificando as demandas dos estudantes em relação às políticas de assistência estudantil e, em especial, à moradia. Além de dar voz a eles e as suas demandas com base em sua experiência de morador da residência universitária, era do nosso interesse indagar a posição deles em relação à política de educação superior em curso, seu conhecimento ou desconhecimento da “reforma universitária” promovida pelo governo Lula, e a respeito do Programa de Apoio à Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI, e, por fim, sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Pretendíamos, com isto, perscrutar o nível de esclarecimento dos estudantes sobre seus direitos e o grau de organização e mobilização política em sua defesa.

Analisar em todas as dimensões a política de assistência estudantil é um trabalho árduo e de maneira alguma nos lançamos nesta pretensão, pois o que pretendemos é, com a formulação desta construção desta pesquisa, contribuir para se compreender a realidade da política de assistência estudantil na UFC, mais

especificamente, da moradia universitária, visando a fornecer subsídios para a proposição de políticas públicas e ressaltando a importância do movimento estudantil. Questões como a contrarreforma do Estado, a expansão de vagas originadas pelo REUNI e a mobilidade acadêmica atribuída ao ENEM/SiSu ainda trarão grandes impactos para a assistência estudantil, somando-se a mudança recente e polêmica, de que não tivemos tempo para tratar neste trabalho, ou seja, a política das cotas⁶. Tudo isto suscita vários pontos sobre os quais cabe seja realizado profundo e detido estudo.

⁶ Em agosto de 2012 foi aprovado um projeto que regulamenta o sistema de cotas raciais e sociais nas IFES, destinando 25% do total de vagas em cada curso para estudantes negros, pardos ou indígenas e outros 25% para estudantes que tenham feito todo o ensino médio em escolas públicas e com renda familiar até um salário mínimo e meio *per capita*.

2. A CONTRARREFORMA DO ESTADO NO BRASIL NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE CRÍTICA

A crítica já não é fim *em si*, mas apenas um *meio*; a *indignação* é o seu modo fundamental de sentimento, e a *denúncia* sua principal ocupação.

(Karl Marx)

2.1 A Crise Estrutural do Capital: a raiz do problema

Desde as décadas de 1970 e 1980, o capital perpassa uma crise mundial que causa significativo impacto na classe trabalhadora. Na concepção de Antunes (2009), a crise tem entre as suas causas mais evidentes: a queda da taxa de lucros, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, a hipertrofia da esfera financeira e a concentração de capitais.

Importa salientar que Antunes (2009) elabora seu pensamento sobre a crise do capital com arrimo na concepção de Mészáros (2002), que realiza profunda análise da reprodução do capital e seus defeitos, caracterizando o momento atual como sendo uma crise estrutural sem precedentes. Mészáros (2002) assevera que o capital é incontrolável, totalizador e busca o crescimento sem limites. Em consequência, é um sistema mais dinâmico, orientado para a expansão e movido para a acumulação, sendo o mais eficiente e flexível mecanismo de extração do trabalho excedente, o que o caracteriza um dinamismo antes não encontrado, no entanto pode sair do controle dos seus representantes, fato comprovado no fracasso da socialdemocracia e da alternativa soviética⁷:

O capital jamais se submeteu a um controle adequado e duradouro ou a uma auto-restrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de auto-expansão e o processo de acumulação. (MÉSZAROS, 2002, p.100)

⁷ Importa ressaltar que o caráter autodestrutivo do capitalismo não redonda em personificação do Capital.

O sistema sociometabólico do capital⁸, na concepção de Mészáros, encerra defeitos estruturais, encontrados em aspectos associados às suas estruturas vitais e que são insubstituíveis. O primeiro diz respeito ao fato de que a produção e o seu controle estão radicalmente isolados um do outro, o que causa imenso impacto à classe trabalhadora, que vivencia uma fase de estranhamento e alienação ainda mais aguda.

Também a produção e o consumo têm uma existência separada e independente, de maneira que o consumismo exacerbado é contemporâneo às necessidades básicas não supridas para a maioria. Tentando superar a contradição entre produção e circulação, o capital recorre à circulação como empreendimento global, sujeitando a força de trabalho total da humanidade aos “imperativos alienantes do sistema do capitalismo global” (IDEM, p. 105).

Os defeitos do sistema do capital o direcionam a uma crise estrutural universal e, para Mészáros (2011), uma crise estrutural diferencia-se bastante de uma periódica. Essa diferenciação não está relacionada somente ao que poderia ser uma determinada “severidade” de uma em relação a outra. Uma crise periódica pode ser bastante explosiva, como a que ocorreu no período da quebra da bolsa de valores dos EUA no ano de 1929, no entanto, o capitalismo é capaz de encontrar soluções para essas “explosões” no âmbito do seu metabolismo.

Uma crise estrutural pode ser mais silenciosa, porém isso não significa que será menos nociva, uma vez que não encontra solução no próprio capitalismo. Assim, a crise estrutural que se vivencia é resumida por Mészáros (2011) como universal, global, permanente e rastejante, em oposição a uma crise particular, localizada e cíclica, portanto afeta a totalidade social de forma contínua.

Ante a crise estrutural, especificamente os entraves encontrados pelo taylorismo/fordismo, que acarreta diminuição de lucros, a classe dominante procurou, rapidamente, promover mudanças, reestruturando a base técnica e as relações de trabalho no interior da produção de modo a instituir outro *padrão* de

⁸ Para o autor, capital e capitalismo são conceitos diferenciados, pois o capital pode existir antes e depois do sistema capitalista. Portanto, o sistema do sociometabolismo do capital é “um complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capitalismo” (ANTUNES In MÉSZÁROS, 2002, p. 17).

acumulação, que garantisse a continuidade do *modo* de acumulação e da sua hegemonia (ANTUNES, 2009). Para o autor, trata-se de uma reestruturação da produção, ou seja, uma forma de solucionar o problema do capital dentro e pelo próprio capitalismo.

As respostas do capital à crise estrutural que atravessa seguem dois rumos: no plano econômico, em resposta à “rigidez” do padrão taylorista⁹/fordista, o capital promove a reestruturação produtiva, investindo no incremento de técnicas científicas que lhe permitem substituir crescentemente o trabalho vivo pelo trabalho morto, alterando ainda a forma de organização e gestão da força de trabalho que, ao minimizar a “dimensão despótica intrínseca ao fordismo, em benefício de um envolvimento manipulatório da era do toyotismo ou do modelo japonês” (ANTUNES, 1998, p.91), aprofunda sob formas mais sutis a exploração e a dominação.

A outra opção foi encontrada no plano jurídico- político, por via da contrarreforma do Estado, com base nos pressupostos do pensamento neoliberal¹⁰, que, mesmo utilizando elementos legais e políticos, lança suas bases nos aspectos econômicos. Isto é sintetizado pelo mesmo autor:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a Era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso segue também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2009, p. 33)

⁹ O taylorismo, segundo Braverman (1987), não se preocupava com a tecnologia, mas com a organização dos processos de trabalho e do controle sobre ele. Assim, não é difícil encontrar ainda hoje nas fábricas, fortes traços do taylorismo.

¹⁰ Para Toledo (2002), o arcabouço teórico mais relevante sobre a fase capitalista neoliberal pode ser conhecido segundo quatro escolas: Escola de Chicago, que mais influencia nas políticas econômicas, tem como representante Milton Friedman, e demonstra ter fortes características positivistas por acreditar que “Os fatos em bruto seriam definidores da verdade, e as leis, generalizações da experiência”. A Escola Austríaca diferencia-se da anterior por ter uma epistemologia mais bem estruturada, com fortes tendências naturalistas, representada por Von Mises e Hayek. Para essa Escola, “Os Estados e as classes sociais, por exemplo, não existem na realidade ou são construções artificiais. A sociedade reduz-se às ações dos indivíduos, mas estas, em vez de serem racionais com o pressuposto conhecimento total dos liberais clássicos, são subjetivas, no sentido de terem diversas motivações e não serem previsíveis para um observador externo”. A Escola Virginiana combate duramente o naturalismo austríaco, tendo um posicionamento teórico mais voltado para o racionalismo construtivista e contratualista. Tem entre um dos seus representantes Buchanan. A Escola Anarcocapitalista, defende a total ausência do Estado e “procura dar ao neoliberalismo uma fundamentação ética mais que econômica, para alguns, uma ética baseada na natureza humana”.

Para Harvey (1999), o grande diferencial no novo padrão de acumulação é a flexibilidade¹¹, manifesta nos seguintes aspectos: na produção altamente especializada e de pequena escala que substitui os padrões fordistas, rígidos e em série, nos padrões de consumo que deixaram de ser relativamente estáveis e se tornaram muito mais voláteis e com uma redução do tempo de consumo, em decorrência da rapidez das inovações tecnológicas, e, sobretudo, no mercado de trabalho, mediante a contratação da mão de obra sob formas precárias, terceirizadas, temporárias, em substituição ao trabalho em tempo integral, estável, organizado e sindicalizado.

Exige-se do trabalhador uma formação polivalente, com o intuito de enxugar o quadro funcional das empresas. Cresce, portanto, a massa de trabalhadores que não mais encontra lugar nesse novo modo de acumulação. A flexibilidade do modelo de produção reverbera, portanto, sobre os direitos dos trabalhadores na forma de insegurança, seja na renda, na contratação, nos direitos ou qualquer outro modo de relação trabalhista¹².

A flexibilidade também tem intensos reflexos no modelo de educação superior, como no caso do projeto de Bolonha, desenhado para funcionar na Europa como um propulsor da educação para o mercado. É um modelo neoliberal de educação superior, criado para superar o estalão rígido que vigorava, e não era mais competitivamente atraente, pois, apesar de séculos de tradição, a Itália e toda a Europa, estavam perdendo espaço para outros Países, principalmente para as universidades dos Estados Unidos.

¹¹ Harvey (1999) discute o conceito de acumulação flexível, que indica o surgimento de um regime de acumulação, rompendo com a rigidez do sistema fordista e se adaptando às novas tecnologias. Este conceito faz parte do pensamento da Escola da Regulação, que busca compreender quais elementos asseguram o funcionamento do sistema capitalista e a sua reprodução durante longos períodos.

¹²Na concepção de Yamamoto, o “processo de modernização da produção vem redundando, contraditoriamente, na recriação de formas de trabalho antigas, como o trabalho a domicílio, o trabalho familiar, o não reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas e, fundamentalmente, um maior índice de desemprego estrutural. Trabalhar com mais eficiência, com moderna tecnologia e alta qualificação da força de trabalho nos setores de ponta da economia, implica uma redução da demanda de trabalhadores e expulsão da mão de obra”. (2006, p. 32-33)

Segundo Hortale e Mora (2004), o modelo de Bolonha está a serviço da sociedade do conhecimento¹³ e tem como objetivo aumentar a competitividade e atratividade da educação europeia, melhorar a adaptação dos estudantes para as demandas do mercado e desenvolver a mobilidade interna e externa. A mobilidade do modelo de Bolonha envolve tanto estudantes como docentes e pessoal administrativo, e supõe, de saída, a ampliação do mercado competitivo para a educação. Para tanto, deve ter um sistema flexível, que reconheça o saber transmitido em outros Países.

Como incentivo à mobilidade, foi criado o sistema ERASMOS, em 1988, para estudantes europeus, e posteriormente o ERASMOS MUNDUS, em 2004, para estudantes dos demais Países. Neste sistema, o Estado fornece apoio econômico ao estudante que quer estudar durante um semestre letivo em um País europeu. As instituições que recebem os estudantes os tratam como seus alunos e as universidades de origem têm obrigação de reconhecer os créditos cursados. O principal objetivo é aumentar a atratividade da Europa como mercado de educação para o mundo inteiro.

Na perspectiva de Robertson (2009), o modelo de Bolonha foi visto como ameaça para alguns Países, como Estados Unidos e Austrália, e havido como um modelo para reestruturação interna, casos de Brasil e China, pois possibilita uma arquitetura que visa a um mercado singular de educação superior e um potencializador de “empregabilidade” futura.

No Brasil, a mobilidade funciona nas instituições federais desde o ano de 2003¹⁴. Apesar de tal ocorrer nas instituições públicas, funciona como incentivador do mercado, como impulsionador da economia, principalmente em virtude da expansão do mercado imobiliário. É possível encontrar sítios de universidades

¹³ Na sequência, veremos como Newton Duarte exprime brilhantemente a concepção de sociedade do conhecimento.

¹⁴ O Programa de Mobilidade Estudantil foi criado em 2003, por meio de um convênio entre as IFES e a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior- ANDIFES. Nesse programa, o estudante de graduação das IFES conveniadas, mediante um requerimento em sua instituição de origem, pode solicitar cursar disciplinas em outra instituição de ensino superior em um período variável entre um e três semestres. Enquanto o estudante permanecer na instituição receptora estabelece um vínculo temporário e, ao fim da mobilidade, retornará à IFES de origem para dar prosseguimento ao seu curso, normalmente.

federais com indicação de hotéis e pousadas para os estudantes de outras unidades da Federação.

A acumulação flexível, segundo o discurso dominante, se mostra como única opção viável para encaminhar o desenvolvimento econômico em face da inexorável Era da “globalização¹⁵”, como se o capitalismo fosse a alternativa histórica possível e como se a tendência à expansão da mundialização do capital fosse um fenômeno novo. O capitalismo é parte de um momento histórico, e seu modo de produção é uma criação humana, não determinada historicamente.

Nesse âmbito de crise estrutural do capital, cresce a massa de trabalhadores que não mais encontra emprego estável no mercado. Como observa Iamamoto (2006), ao se diminuir a demanda de força de trabalho, ampliando-se a população sobrando para as necessidades do próprio capital, dá-se a crescente pauperização da classe trabalhadora, tendência inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, conforme anote Marx, nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, quando assinala que o trabalhador se torna objeto e sua vida não mais lhe pertence:

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que qualquer outra mercadoria. O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, à qual está sujeita a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas. (MARX, 2006, p.66)

A OIT¹⁶ divulgou a notícia segundo a qual no ano de 2010 o número mundial de desempregados alcançou 205 milhões de pessoas, sendo considerado um aumento de mais de 22 milhões apenas em 2009. A taxa de desemprego subiu de 5,6% em 2007 para 6,2% em 2010.

Na América Latina e no Caribe, a taxa de desemprego em 2007 foi de 7%, em 2008, 6,6% e nos anos de 2009 e 2010 foi de 7,7%. No Brasil, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pela SEAD/DIEESE, a taxa de

¹⁵ De acordo com Coggiola (2001, p.11), a globalização já era prevista por Marx, embora não existisse em sua época, e deve ser analisada não apenas como algo concreto, mas como uma ideologia.

¹⁶ Dados obtidos do relatório da OIT “Tendências mundiais do emprego 2011: O desafio da recuperação do emprego”, http://www.oit.org.br/topic/youth_employment/pub/tme_2011_inf_192.pdf. Acesso em: 16 de março de 2011.

desemprego¹⁷ total, no ano de 2010, diminuiu em relação ao ano anterior, passando de 14% em 2009 para 11,9% em 2010. Essa diminuição ocorreu, principalmente, em virtude de criação de 375 mil postos de emprego no setor de serviços¹⁸. Já no ano de 2011, o número de desempregados em algumas regiões metropolitanas¹⁹ foi de 2.451 milhões no mês de março, havendo a eliminação de 207 mil postos de trabalho e a saída de 73 mil pessoas da População Economicamente Ativa²⁰.

Na área da educação, as consequências da crise estão inseridas, na concepção de Duarte (2008), no discurso ideológico da “sociedade do conhecimento” e das pedagogias do “aprender a aprender”, que compreende a pedagogia das competências. A pedagogia do “aprender a aprender” valoriza a ideia de que a aprendizagem que a pessoa realiza sozinha é superior ao que é transmitido por outras pessoas e que o método de aquisição do conhecimento é mais importante do que o conhecimento produzido socialmente.

Na ideologia da “sociedade do conhecimento”²¹, aquele que não está disposto a acompanhar a acelerada mudança dos conhecimentos está fadado a cair no ostracismo. Portanto, estas pedagogias preparam as pessoas para se adaptarem à crise do capital de forma bastante resignada:

O caráter adaptativo dessa pedagogia está bem evidente. Trata-se de preparar os indivíduos, formando neles as competências necessárias à

¹⁷ A pesquisa PED conceitua os desempregados como sendo pessoas que se encontram numa situação involuntária de não trabalho, por falta de oportunidade, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas são desagregadas em três tipos de desemprego: **desemprego aberto** - pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias; **desemprego oculto pelo trabalho precário** - pessoas que realizam trabalhos precários (algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação) ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás; **desemprego oculto pelo desalento** - pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

¹⁸ Fonte: SEADE/DIEESE. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/pedmetropolitanaAnual2010.pdf>. Acesso em 16 de março de 2011.

¹⁹ Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.

²⁰ Fonte: SEADE/DIEESE. Disponível em:

http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitana0311.pdf. Acessado em 16 de março de 2011.

²¹ Apesar de a concepção de “sociedade do conhecimento” ser bem difundida pelo pós-modernismo, Newton Duarte (2008) expresse, brilhantemente, que essa ideologia não substitui o fato de que se vive em uma sociedade capitalista, cheia de contradições e regida pela luta de classes. O objetivo desse pensamento é justamente o enfraquecimento da crítica ao capitalismo, substituindo-a por outras questões em evidência atualmente, como a questão ecológica, ética na política, cidadania, entre outras.

condição de desempregado, deficiente, mãe solteira, etc. Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas por uma transformação social radical, mas sim pra saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos. Quando os educadores e psicólogos apresentam o 'aprender a aprender' como síntese de uma educação destinada a formar indivíduos criativos, é importante atentar para um detalhe fundamental: essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim de criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista. (DUARTE, 2008, p. 12)

As instituições universitárias, obviamente, também estão imersas nessa realidade de crise do capitalismo, que se mostra, segundo Coggiola (2001), na massificação do ensino, que redundando em uma queda da qualidade, não em virtude do crescimento numérico das instituições, mas por causa do caráter capitalista e cada vez mais alienado do ensino universitário (IDEM, p. 56). São criados setores altamente qualificados que preservam a qualidade e que são referência, contrastando-se no mercado da educação às instituições aligeiradas, que são "fábricas de diplomas". Trata-se de uma estratégia capitalista de manter uma estratificação do ensino e valorização econômica das grandes universidades ao tempo em que populariza e amplia o mercado.

No Brasil, a crise do capital trouxe como consequência o agravamento da privatização, ou seja, a explosão do ensino universitário nas instituições privadas, a diminuição de verbas para a pesquisa, entre outras. Coggiola (IDEM) vai além, na sua análise sobre a expansão das instituições privadas:

A privatização implica na eliminação da pesquisa básica (e sem ela não existe universidade) como demonstra a (cara) publicidade na nova 'universidade' Anhembí-Morumbi, centrada na noção de 'navegabilidade' do *currículum*, uma espécie de grade curricular *à la carte*, onde o aluno escolhe o conteúdo do seu aprendizado, de acordo com as necessidades do 'mercado de trabalho': uma instituição que renuncia a fornecer um *currículum* básico com os fundamentos científicos da disciplina em estudo não merece, nem por analogia, o nome de universidade. (p.113)

De acordo com a análise realizada até este ponto, infere-se o que torna o neoliberalismo destrutivo - o fato de responder satisfatoriamente às necessidades do sistema econômico a que serve, ao mesmo tempo em que as demandas do capital nunca serão totalmente sanadas, pois, na medida em que as necessidades são

satisfeitas, se expandem ainda mais, ou seja, jamais se encontrará um ponto de satisfação e saciedade plena no capital. Com amparo nesse pensamento, é possível acentuar que o ponto nevrálgico que deve ser combatido é o sistema do capital em sua totalidade, e não apenas o capitalismo e sua forma de manifestação atual - o neoliberalismo.

O capitalismo, no resgate que Harvey (1999) faz do pensamento de Marx, exprime três características principais, sendo a primeira o fato de se orientar primordialmente para o crescimento, considerando-se aqui crescimento como a busca constante pelo aumento dos lucros, independentemente das consequências sociais ou políticas que essa busca desenfreada pode acarretar. A segunda característica é o fato de que, para alcançar esse crescimento, o capitalismo se apoia na exploração do trabalho abstrato, ou seja, na extração de mais-valia. O último aspecto é a busca incessante do aumento da taxa de lucros, que exige do capitalismo um intenso dinamismo no desenvolvimento tecnológico com vistas ao crescimento da produtividade e redução dos custos da produção, associados a novos mecanismos a gestão e controle da força de trabalho. Essas características demonstram que a exploração da força de trabalho e a busca por lucros reafirmam o aspecto destrutivo do capitalismo na sociedade contemporânea.

Antunes (1998) aponta uma diminuição da classe operária tradicional nos Países do capitalismo avançado nesse período de acumulação flexível, no entanto, contrariando o pensamento dos teóricos que acreditam no fim da sociedade do trabalho, esta não desapareceu, porém assumiu outras formas, como o trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado. Para Antunes (1998), com base em Marx, a substituição do trabalho vivo é cada vez mais tensionada para sua substituição pelo trabalho morto. Na sociedade capitalista, entretanto, o tempo de trabalho vivo empregado na produção é condição para produzir riqueza:

O Capital mesmo é a contradição em processo, (pelo fato de que) que tende a reduzir a um mínimo de tempo de trabalho, enquanto que, por outro lado, converte o tempo de trabalho em única medida e fonte de riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – *question de vie et de mort* - do (trabalho) necessário. Por uma lado desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente)

independente do tempo de trabalho empregado por ela. Por outro lado, mensura com o tempo de trabalho estas gigantescas forças sociais criadas desse modo e as reduz aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. (MARX apud ANTUNES, 1998, p. 49)

No contexto da mundialização do capital, ante os desafios da crise, as organizações multinacionais buscam novas formas de investimento que consistem em tirar proveito das desigualdades nacionais, seja priorizando a atuação na esfera financeira em detrimento dos investimentos no âmbito produtivo, seja deslocando as empresas para espaços mais vantajosos que permitam maior isenção de impostos e oferta de mão de obra mais barata. Nesse ponto, é crucial acrescentar que a mundialização do capital não redunde em crescimento econômico e desenvolvimento para os Países subdesenvolvidos. Trata-se, na verdade, da exploração de economias nacionais com o fim de garantir maior lucratividade para os oligopólios e, assim, retomar as taxas de crescimento perdidas com a crise do capitalismo mundial.

Como observa Iamamoto (2006), dois aspectos importantes se destacam no discurso neoliberal: a “satanização²²” do Estado de proteção social, tido como paternalista, inculcado pela estagnação econômica, e a “santificação do mercado e da iniciativa privada”, responsável pelo crescimento e desenvolvimento do Estado. Ente estatal, segundo este discurso, deve restringir seus gastos a qualquer custo²³, cortando direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores e, inclusive, constitucionalmente assegurados.

Na América Latina, um marco importante para o ajuste neoliberal, no início da década de 1990, que culminou na abertura dos mercados nacionais ao capital estrangeiro foi o denominado *Consenso de Washington*.²⁴ Sua influência foi decisiva

²² Apesar de o Estado ser o gerente da propriedade privada e, portanto, uma das bases da sociedade capitalista, a função de proteção social que assumiu durante o período do fordismo é considerada como inapropriada para o crescimento da economia no neoliberalismo.

²³ “Embora os direitos sociais sejam universais por determinação constitucional, as instituições governamentais tendem a pautar-se pela lógica do contador: se a universalidade é um preceito constitucional, mas não se tem recursos para se atender a todos, então que se mude a Constituição”. (IAMAMOTO, 2006, p. 37)

²⁴ Fiori (2002) destaca a ideia de que o Consenso de Washington recomendava alterações nas políticas econômicas por meio da rigorosa austeridade fiscal e disciplina monetária. As mudanças apontavam para “a desregulamentação dos mercados financeiro e do trabalho, privatização das empresas e dos serviços públicos,

para o início das “reformas” estatais, pois todas as suas “recomendações” se tornaram “condicionalidades” dos organismos internacionais e do sistema financeiro internacional para a negociação das dívidas externas, e estas propunham a desregulamentação do Estado.

Na busca por mercados internacionais, os Países que constituem os polos da economia mundial encontram nos Estados periféricos mão de obra barata e matéria-prima em abundância. Não há interesse no desenvolvimento local e todo lucro alcançado é direcionado aos Países de origem das empresas. A essa exploração soma-se o fato de o endividamento dos Países latinos alimentarem, a juros altíssimos, a economia dos ditos desenvolvidos. Os periféricos buscam responder a essa demanda, encontrando aí a chave para sua inserção no mercado mundial, não importando a qual custo. Behring reúne os condicionantes para tal inserção:

Um setor forte e competitivo de bens de capital, bancos que dão sustentação à inovação das empresas do País, infraestrutura de serviços públicos e qualificação da mão de obra, bem como investimentos públicos em pesquisa – a ação do Estado, que não se torna prescindível. Pelo contrário, esta última é um componente de atratividade de um País, considerando a concorrência entre os locais para trazer investimentos estrangeiros. (2008, p.46)

As sequelas econômicas e sociais decorrentes da crise econômica no final do Estado keynesiano nos anos 1980, as quais foram pano de fundo para o desenvolvimento da reestruturação produtiva, tornaram ainda mais abissais as diferenças de classes, mormente na América Latina, considerando que nessa realidade as conquistas do Estado de Bem-Estar Social, quando aconteceram, se deram de forma bastante tímida.

O Estado de Bem-Estar Social é considerado pelos representantes do capital como responsável pela queda dos lucros²⁵ e estes se apressam em substituí-lo. A uma só voz, os representantes do capital inculpem o intervencionismo do Estado, indicando a crise fiscal para justificar a diminuição do acúmulo do capital e a

abertura comercial, e a garantia do direito de propriedade dos estrangeiros, sobretudo nas zonas de fronteira tecnológica e dos novos serviços . (FIORI, 2002, p. 86)

²⁵ A queda das taxas de lucros ocorreu a partir do fim da década de 1860.

caracterização do Estado de proteção social como demasiadamente pesado e lento para as necessidades cada vez mais flutuantes do mercado de trabalho.

A inculpação do Estado é reforçada por Friedman (1985), cujas teorias foram utilizadas na América Latina, no Chile de Pinochet. Ferrenho defensor da economia de mercado assevera que somente por meio do livre mercado se alcançará o bem-estar das pessoas, e considera que, para o pleno desenvolvimento econômico, o Estado deve atuar, essencialmente, nas situações em que o mercado não pode fazer por si, pois o contrário implicaria uma violação das liberdades individuais. Defende a adoção do liberalismo e considera como inconvenientes as políticas sociais.

Apesar da prerrogativa de redução do Estado, no entanto, a expansão do capital exige e conta com a efetiva participação deste, pois é ele que operacionaliza ajustes para suprir as necessidades do capital estrangeiro ou nacional por via das mudanças nos mecanismos da gestão do vínculo salarial, agindo no mercado como gestor da moeda. Há, também, intensiva participação do Estado na ampliação e desregulamentação dos mercados, liberando setores antes restritos à atuação do serviço público estatal, e que passam a ser entregues à lógica do mercado.

O discurso neoliberal tem a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública, a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado. (IAMAMOTO, 2006, p. 37)

A defesa do “Estado mínimo” pelas classes dominantes deve ser entendida como a reclamação de um Estado forte para o capital, submisso às necessidades do de reestruturação produtiva e da inserção competitiva das empresas no mercado

globalizado²⁶. Portanto, é na “minimização” do papel social do Estado que se encontra o pressuposto inicial para as inúmeras contrarreformas²⁷ do Estado.

2.2 O continuum de Contrarreforma do Estado no Brasil: de FHC a Lula

2.2.1 O Governo FHC e o Desmonte do Serviço Público

No Brasil não houve de fato um Estado de Bem-Estar Social, ou seja, não se experimentou a fase do “pleno emprego” e das amplas conquistas trabalhistas. Esse aspecto é fundamental para a passagem para a fase de reestruturação produtiva no País, pois, como reduzir direitos, que teoricamente tornam o Estado pesado e lento para satisfazer as necessidades econômicas do mercado, se esse Estado nunca experimentou de forma satisfatória a expansão dos direitos? Como reduzir algo que sequer chegou a se consolidar?

Para compreender tal realidade, basta divisar as ditas “reformas” nos campos da educação, saúde e previdência social²⁸, que não chegaram a ser ampliadas e universalizadas pelo Estado com qualidade para responder às demandas sociais crescentes.

²⁶ “Com essa globalização em andamento, que se apresenta muito benéfica, nada se oferece aos Países subdesenvolvidos além da perpetuação da taxa diferenciada de exploração. Isso está muito bem ilustrado pelos números reconhecidos até mesmo na revista *The Economist* de Londres, segundo a qual, nas fábricas norte-americanas recentemente estabelecidas na região da Fronteira norte do México, os trabalhadores não ganham mais do que 7% do que recebe a força de trabalho norte-americana para fazer o mesmo trabalho na Califórnia”. (MÉSZÁROS, 2002, p.64)

²⁷ Segundo Bottomore (2001, p. 313), o “reformismo” sugere a passagem do capitalismo para o socialismo: os reformistas “buscavam, em primeiro lugar, vencer a batalha pelo controle majoritário do Estado democrático, e, em seguida, valer-se de sua posição como governo democraticamente eleito para superintender uma transição pacífica e legal para o socialismo”. Portanto, percebe-se que a proposta de Reforma do Estado no Brasil nos anos 1990 é exatamente o oposto do significado original do termo. Como anote Behring (2008), o referido processo se consolida como uma contrarreforma.

²⁸ As “reformas” previdenciárias iniciaram em 1998 (no governo FHC) atingindo principalmente o setor privado, mediante a transformação do tempo de serviço em tempo de contribuição, fim das aposentadorias especiais, criação do fator previdenciário, instituição do teto máximo do benefício e aumento do tempo de contribuição (BEHRING, 2008 p. 263). A continuidade das reformas na Previdência foi assegurada pelo governo Lula, no ano de 2003, quando realizou outra reforma previdenciária, extinguindo a aposentadoria integral para os servidores públicos, taxando os inativos e realizando uma série de medidas que restringiram os direitos (SILVA, 2004, p. 212).

Sobre o ajuste estrutural do Estado no Brasil, é esclarecedora a análise que Behring (2008) faz sobre a temática, na qual se debruça sobre o exame crítico das mudanças ocorridas no Brasil a partir dos anos 1980 que resultaram na contrarreforma do Estado, claramente engendrada no governo de Fernando Henrique Cardoso, capitaneada pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE/MARE, 1995).

As “reformas”²⁹ impuseram severas perdas aos trabalhadores, inclusive aos que já haviam se aposentado, pois precedidos regressivamente, numa verdadeira contrarreforma, acentuada por heteronomia³⁰ e dependência. Segundo a autora, o conceito de reforma é ideologicamente apropriado e utilizado pela classe dominante como se qualquer tipo de mudança correspondesse a uma reforma estrutural e representasse, no caso presente, melhores condições para a classe trabalhadora.

Conforme registra Behring (2008), a primeira onda de “reformas” que se buscou implementar, ainda na administração de Collor de Melo (1990), contou com a forte oposição da classe trabalhadora e pouco apoio das elites nacionais. O governo formulou então as primeiras tentativas de reduzir os direitos sociais e trabalhistas assegurados na Constituição de 1988, que estabeleceu, não sem lutas e conflitos, a regulamentação de um conjunto de direitos que, ainda em vias de serem efetivados, depararam uma abrupta interrupção capitaneada pelo governo neoliberal do Presidente em questão. Houve, ainda, a implantação de uma política que pretendia combater a inflação, ao tempo em que se avançava com a liberalização comercial, abrindo espaços cada vez mais largos à livre expansão do grande capital.

No governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC³¹, ganhou fôlego a Contrarreforma do Estado. Legitimado pela elite econômica e pelos organismos internacionais para concretizar o ajuste estrutural no Brasil, principalmente pela via das privatizações e sucateamento das instituições públicas, encaminhou a entrega

²⁹ Nas palavras de Behring e Boschetti (2007, p.149), esse termo ganhou sentido nas estratégias revolucionárias da classe operária socialista, tendo em vista melhores condições para esta.

³⁰ A heteronomia e a dependência do Brasil não são fatores recentes. Na verdade, são características antigas no País, que sempre estiveram presentes como entraves e que agora servem perfeitamente aos interesses do capital internacional.

³¹ O carro-chefe para eleição de FHC foi o Plano Real, porém Behring (2008, p.156) exprime que o “o Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao Programa de Estabilização do FMI, é a viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial”.

de grandes estatais de relevância nacional a grupos internacionais, especialmente, empresas na área de serviços essenciais, como telefonia, entre outras. Opera-se com vigor uma descentralização de funções básicas do Estado para o denominado setor público não estatal, principalmente de atividades voltadas para educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Essa descentralização ocorreu por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado, cujo principal expoente foi o então ministro da Reforma do Estado, Bresser Pereira.

Reunindo uma série de medidas que visavam efetivamente a transferir para o mercado atribuições do Estado, no governo de FHC, o Plano Diretor de Reforma do Estado, do Ministério de Administração e Reforma do Estado – MARE foi aprovado em 1995 sob pretexto de ineficiência, excesso de burocracia e morosidade da máquina estatal responsável pela “deteriorização” dos serviços públicos. Nesse Plano, há uma proposta de redefinição do papel do Estado e, entre suas medidas, inclui a transferência de serviços como educação, saúde, cultura e pesquisa científica para o setor público não estatal³², que, apesar de não ser composto por instituições governamentais, prestaram serviços de utilidade pública³³.

No Caderno Um do MARE, Bresser Pereira (1997) justifica a crise econômica com base no crescimento e intervencionismo do Estado e exprime que deve haver uma reforma estrutural no Estado, para que este responda satisfatoriamente às mudanças exigidas para a retomada do crescimento econômico, de acordo com as determinações do Banco Mundial. As medidas para a dita “reforma” incluem a delimitação do tamanho do Estado, sobre o tripé da privatização, “publicização” e terceirização, a redefinição de seu papel regulador, a recuperação da governança e o aumento da governabilidade. O conceito de governança empregado na “reforma” diz respeito às condições financeiras e administrativas de um governo e deve ser efetivada mediante ajustes fiscais. A governabilidade é a capacidade política de governar, o poder do governo.

³² Posteriormente, o governo Lula da Silva aprofundou ainda mais a transferência de recursos e responsabilidades para o setor privado, por meio de parcerias público privadas, Lei nº 11.079/2004.

³³ Entre as instituições públicas não estatais, podem-se citar as organizações sociais - OS, filantrópicas, organizações não governamentais- ONGs e as extintas organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPI), criadas em 1999.

Pereira (1997) identifica-se como socialdemocrata ou de centro-esquerda, e não se considera neoliberal, apesar de todas as suas “propostas” seguirem nessa direção, dentre elas a redução do quadro de pessoal nas instituições estatais, por meio das citadas privatização, terceirização e “publicização”, e objetiva transformar o Estado em um promotor da competição no plano internacional.

Ainda da concepção de Bresser, as funções do Estado se dividem em três áreas de atuação: as atividades exclusivas do Estado, que devem ser realizadas diretamente pelo Estado; os serviços sociais e científicos, que devem ser gerenciados por entidades públicas não estatais e terceirizadas; e a produção de bens e serviços para o mercado, a serem conduzidas por empresas terceirizadas e privadas. O autor defende o argumento que o espaço público é maior do que o estatal, e que este é um espaço “de todos para todos”, e voltado para o interesse geral.

Neste documento, restam claros a apologia à privatização e o fortalecimento do conceito de público não estatal como opção para reduzir a Estado e, conseqüentemente, diminuir seus custos mediante a transferência de responsabilidade para o setor privado, principalmente dos serviços ditos de não exclusividade do Estado, dos quais se destaca a educação. A “publicização” constitui o caminho encontrado, no percurso da contrarreforma do Estado, para a expansão do ensino superior.

No que diz respeito à educação superior, Figueiredo (2005) expressa que na gestão de Paulo Renato de Souza, ministro da Educação durante os dois mandatos de FHC, o corte de verbas provocou o sucateamento nas universidades, inviabilizando concursos públicos para docentes e técnico-administrativos e a ampliação de prédios e equipamentos, além da falta de incentivos à pesquisa e à extensão, a ausência de uma política sistematizada de assistência estudantil, ao mesmo tempo em que se operou a multiplicação das fundações privadas no interior das instituições de ensino superior (IES) públicas.

Uma ampliação para o Capital passa pelo desmonte do movimento sindical, desestruturação do plano de carreira, precarização da relação trabalhista e o estabelecimento da tabela de remuneração do mercado como parâmetro de

qualidade. O Sindicato Nacional dos Docentes dos Institutos de Ensino Superior - ANDES-SN ressalta o caráter regressivo dessas mudanças, que, entre inúmeras medidas, desembocaram no arrocho salarial de docentes e técnicos administrativos, contratação por tempo determinado e ataque ao movimento sindical:

A implementação do projeto neoliberal por parte dos últimos governos provocou, no caso das IFES, não apenas um corrosivo achatamento dos salários dos servidores (docentes e técnico-administrativos.) dessas instituições, que, em dezembro de 1995, representavam apenas 16,50% do que era percebido em abril de 1987 (quando se deu a isonomia salarial entre autarquias e fundações), como também uma redução drástica das verbas para OCC - Outros Custeios e Capital, que, em 1973, correspondiam a 38,50% do total dos recursos destinados àquelas universidades, caindo, nos últimos oito anos, para ínfimo percentual médio de 13%, provocando, assim, o mais alto nível de deterioração e sucateamento já registrado na história das universidades federais. (ANDES, 2003, p. 27)

Nos governos de FHC, vivenciaram-se no País o desmonte de direitos e uma adequação à política neoliberal, em conformação com os ditames internacionais de liberalização da economia. Uma das marcas desse governo, a utilização indiscriminada das medidas provisórias, que criaram uma forma de ditadura do Executivo, sem a anuência do Legislativo, para evitar as resistências do movimento social organizado, prosseguiu, inclusive no governo de seu sucessor, Lula da Silva. Veremos, a seguir, que Lula não somente continuou o percurso anterior, como o aprofundou, mantendo a mesma política econômica do segundo mandato de FHC.

2.2.2 Governo Lula: continuidade do pacto com o capital

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula (2003-2010) alcançou o poder com uma forma inédita de consagração eleitoral na história da democracia brasileira: obteve a vitória mediante o reconhecimento popular e também por meio do apoio da burguesia³⁴. Tratou-se de um processo longo, marcado por várias tentativas de eleição do Partido dos Trabalhadores, que vai desde o final da década de 1980, na primeira eleição direta para Presidente da República após a ditadura militar e durante toda a década 1990, e que teve seu coroamento somente no início do novo

³⁴ Lula alcançou a Presidência no ano de 2003 com o apoio de diferentes partidos pela coligação “Lula Presidente”, composta pelo Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Liberal – PL, Partido Comunista do Brasil – PC do B, Partido da Mobilização Nacional – PMN e o Partido Comunista Brasileiro – PCB. Teve como vice-presidente, nos dois mandatos, José Alencar, empresário do ramo têxtil, filiado ao PL.

século, com a vitória de Lula da Silva, sob expectativas da classe trabalhadora, que depositou nesse governante o horizonte de mudanças sociais.

O agravamento da crise do capital, materializado no desemprego, na fome, na má qualidade dos serviços de saúde e da educação, dentre outros aspectos, colaboraram para que a insatisfação da população culminasse com a eleição de Lula da Silva. Sua eleição representou a “esperança” de conquistar e ampliar direitos para uma parcela da classe trabalhadora menos atenta que não viu ou não quis ver os compromissos assumidos antecipadamente pelo governo Lula de dar continuidade à política econômica de governo FHC, expressos na “Carta ao Povo Brasileiro”, o que fez quando eleito, sem qualquer parcimônia³⁵. Vale lembrar, ainda, as largas alianças partidárias que elegeram e reelegeram o Presidente.

No primeiro ano de governo, Lula realizou a reforma da previdência iniciada por FHC, por meio da Emenda Constitucional nº 20/98. As mudanças foram realizadas, alegando-se a pesada carga financeira da previdência, o “rombo” previdenciário e que o sistema de seguridade social já não podia se manter, em razão desses aspectos. O foco da mudança foi a aposentadoria do servidor público³⁶ (SILVA, 2004). O fato novo a ser lamentado em relação ao governo anterior foi a capacidade do governo Lula de neutralizar em grande medida a luta sindical e estudantil mediante cooptação, manipulação e envolvimento³⁷:

De um ponto de vista mais estrutural, o governo Lula recolocou na ordem do dia a continuação do modelo liberal ao implementar a reforma da Previdência dos servidores públicos (Filgueiras e Lobo, 2003), iniciar o processo de reforma sindical e sinalizar em direção às reformas das leis trabalhistas. Além disso, logo no início do governo, Lula alterou a Constituição para facilitar, posteriormente, o encaminhamento da proposta

³⁵ “Com efeito, a convocação de Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco de Boston, para o Banco Central, de Roberto Rodrigues para a agricultura, de Antonio Pallocci para a fazenda, junto com o *staff* das finanças do período Cardoso, confirmaram que seu governo seguiria a mesma trilha aberta por Cardoso (...)” (LEHER, 2010, p. 377).

³⁶ A proposta consistia, inicialmente, em regime único para o setor privado e para o setor público, teto único, aposentadoria complementar por intermédio dos fundos de pensões, contribuição de 20% sobre o faturamento e não sobre a folha salarial das empresas e *pro rata* e contribuição dos inativos (SILVA, 2004, p. 212).

³⁷ Entre os ministros que estavam no governo do ano de 2003, Agnelo Queiroz, ministro de Esporte, foi dirigente sindical da Associação dos Médicos; Olívio Dutra, ministro das cidades, foi presidente do Sindicato dos Bancários; Ricardo Berzoini, ministro da Previdência Social e posteriormente do Trabalho, foi presidente do Sindicado dos Bancários em São Paulo; Roberto Amaral, ministro de Ciência e Tecnologia, foi líder estudantil e ex-presidente da UNE.

de independência do Banco Central - esse ponto foi retirado do artigo 192 da Constituição, que trata do conjunto do sistema financeiro, podendo, portanto, ser regularizado separadamente. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007)

Outra característica deste governo são as políticas de distribuição de renda, de caráter essencialmente compensatório, pois seguem as determinações dos organismos financeiros internacionais. São focalizadas nos grupos mais pobres, corretamente reconhecidos como mais “vulneráveis” ou em “situação de risco”. Se, por um lado, representam o socorro imediato à fome de um contingente de famílias empobrecidas, de outra parte, efetivamente serve para ofuscar a intencionalidade política do governo, seu apoio aos interesses do capital e seu combate às políticas universais, tendo se constituído em um forte instrumento nas campanhas eleitoreiras do governo, em grande medida, explicando a sua reeleição.

Lavinas (2007) observa que no Orçamento Social do Governo federal no ano de 2001, o governo investiu R\$148.132.000,00, em transferência de renda e em 2004 esse valor aumentou para R\$191.213.000,00, um reajustamento de 29% nos recursos. Nesse mesmo período, contudo, a área de saneamento básico, tão cara à saúde pública e à de habitação - problema grave que atinge os trabalhadores no País - teve cortes de investimento: em 2001 foram gastos R\$2.504.000,00, sendo que em 2004 esse valor teve uma retração para R\$ 1.357.000,00, com variação de 45,8% negativos.

O governo Lula, de acordo com Sicsú e Vidotto (2007), continuou a política monetária e administração fiscal do governo anterior, buscando a todo custo garantir a “estabilidade³⁸” do governo, utilizando para isso o aumento do superávit primário e uma pesada carga tributária. Em 2003, o governo pagou 145,2 bilhões de juros, quando a taxa de juros média ao ano foi de 23,8%. Nesse mesmo período, a taxa de juros média dos Países do Terceiro Mundo situava perto de 7,5% ao ano, portanto, a taxa de juros no País alcançou níveis muito altos, se comparados, inclusive, com outros Países na mesma condição.

³⁸ Nas administrações fiscais de FHC e Lula, o termo ‘estabilização’ tem sido utilizado de forma bastante limitada. Tal termo apenas busca sinalizar que o governo é capaz de saldar seus compromissos financeiros junto aos credores do Estado [...] De fato, o termo ‘política fiscal’ foi excluído do vocabulário oficial; permanece somente a necessidade de uma *boa administração da dívida* visando à demonstração da solvabilidade. (SICSÚ e VIDOTTO, 2007, p. 112).

No segundo mandato, Lula foi eleito com grande legitimidade popular, expressa na vitória esmagadora, maior do que a realizada no primeiro pleito. No segundo turno realizado em outubro de 2006, foi eleito com 58 milhões de votos, 60,83% do total de votos válidos, em uma irrefutável vitória sobre o seu oponente, Geraldo Alckmin (Coligação “Por um País Decente”, composta pelo Partido da Socialdemocracia brasileira – PSDB e pelo Partido da Frente Liberal- PFL) que conseguiu 39,17% dos votos.

De acordo com Marcelo Braz (2007, p. 56), “Lula conta ainda neste segundo governo com uma base parlamentar maior, costurada numa ampla coalizão conservadora, que lhe dá algo em torno de 60% de base congressional, o suficiente para, inclusive, propor alterações constitucionais”. Portanto, o governo Lula, no seu segundo mandato, obteve maior legitimidade para efetivação de suas propostas, eleito pela coligação “A Força do Povo”, composta pelo Partido dos Trabalhadores-PT, Partido Republicano Brasileiro - PRB e Partido Comunista do Brasil - PC do B.

Vários fatores se fizeram presentes nos oito anos de governo Lula, tais como escândalos de corrupção, dos quais podem ser citados como exemplo o que se convencionou chamar de “Mensalão” e diversos outros acontecimentos envolvendo integrantes da Casa Civil e outros políticos diretamente ligados ao presidente da República. Cabe ressaltar, também, que Lula deu continuidade à ditadura das medidas provisórias³⁹, tão presentes no governo de FHC.

Enfim, percebe-se que Lula conseguiu dar prosseguimento às políticas neoliberais. As políticas compensatórias e a habilidade de envolvimento do movimento sindical e estudantil permitiram ao governo Lula seguir implementando políticas que apenas os direitos dos trabalhadores e o serviço público. Essas medidas tiveram amplos rebatimentos da política de educação superior, conforme se verificará a seguir.

³⁹ No último dia do seu mandato, no apagar das luzes, em 31 de dezembro de 2010, Lula editou sua última Medida Provisória, a MP 520, autorizando a criação de uma empresa pública, de direito privado, chamada de Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. – EBSEH, com o objetivo de administrar os Hospitais universitários- HU’s. Essa MP tem como consequências a desvinculação dos HU’s das universidades federais e fere o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois os HU’s fazem parte das unidades acadêmicas. Além disso, a medida provisória reforça a terceirização e a privatização, pois as empresas públicas funcionarão sob outro regime jurídico, que segue a lógica do mercado.

2.3 A Política de Educação Superior no Contexto do Ajuste Estrutural do Estado

No que se refere à política educacional, especialmente à política para educação superior, as mudanças advindas da reestruturação produtiva indicam o domínio do conhecimento como um diferencial competitivo, que implica uma sociedade centrada na produção de novas tecnologias que ampliem a produção e diminuam o trabalho vivo.

Segundo Braverman (1987), o capitalismo nesse período atravessa uma revolução técnico-científica em que a ciência se torna mercadoria, portanto, a inovação chave se encontra na transformação da própria ciência em capital, pois “a ciência é a última – e depois do trabalho a mais importante – propriedade social e converter-se num auxiliar do capital”. (BRAVERMAN, 1987, p. 138)

Harvey (1999) assinala, de maneira bastante contundente, a função que o conhecimento adquiriu no mundo contemporâneo, deixando claro que no processo da acumulação flexível o conhecimento está a serviço do capital:

O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas [...] A produção organizada de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que assumiu cada vez mais um cunho comercial. (HARVEY, 1999, p. 151)

O conhecimento é utilizado a favor do capital na medida em que, segundo Mandel (1985), as inovações tecnológicas são direcionadas para a redução de outras fontes de mais-valia, em uma incessante busca de renovação tecnológica, culminando no que o autor chama de “rendas tecnológicas”, lucros exacerbados oriundos da monopolização do progresso tecnológico, como hoje é possível ver nas grandes empresas de informática e aparelhos celulares. Com efeito, a pesquisa tem papel fundamental de lançar produtos que tenham alto valor para o mercado:

No âmbito da produção capitalista de mercadorias, o crescimento regular no volume de pesquisa resultou inevitavelmente em especialização e ‘autonomização’ [...] A previsão de Marx era assim consubstanciada: a

invenção havia se tornado um negócio capitalista sistematicamente organizado. Como qualquer outro negócio, também a 'pesquisa' tem um único objetivo no capitalismo: maximizar os lucros para empresa. (MANDEL, 1985, p. 177 – 178).

Na visão liberal, todos os serviços sociais têm um alto grau de mercantilização. A utilização de qualquer tipo de serviço - educação, saúde – deve corresponder a uma contrapartida em forma de pagamento, ou seja, deixa de ser direito e passa a ser mercadoria. Consoante Marinho (2006), a Universidade apresenta um novo tipo de formação, na qual a busca pela verdade não é mais o objetivo central da pesquisa, mas antes a busca do desempenho, pela via da informatização, na qual a ciência passa a ser vista como tecnologia intelectual⁴⁰. A verdade passa a ser constituída e manipulada, pois, na busca de facilidades para o Capital, o critério científico passa a ser o da eficiência e do baixo-custo.

Nesse sentido, na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira⁴¹, promulgada tardiamente no ano de 1961, já se encontram concessões feitas à iniciativa privada, pois nela consta a regulação da aplicação de recursos financeiros ao sistema público, bem como ao privado, mediante subvenções financeiras. Vale frisar que nessa lei se nota o primeiro embrião da política de Assistência Estudantil, mas com uma grande lacuna que obstaculiza o processo, a falta de recursos financeiros. Ela determina, em seu Art.90, que os sistemas de ensino devem prover, em parceria com outros órgãos ou não, assistência social, médico-odontológica e de enfermagem.

Chegando ao ano de 1968, em plena institucionalização da ditadura militar, tem-se a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa⁴² - INDEP, cujo objetivo era a captação de recursos para projetos de ensino e pesquisa, além da alimentação escolar e bolsa de estudos, incluindo alunos no ensino médio e superior.

No mesmo ano, criaram-se as normas de funcionamento do ensino superior⁴³, a Lei da “Reforma” Universitária, que, segundo Sguissardi (2009), estabeleceu a obrigatoriedade da associação entre ensino e pesquisa (de acordo com a

⁴⁰ A temática das transformações ocorridas nas ciências e na universidade na atualidade podem ser encontrados em Lyotard (2004), que na perspectiva pós-moderna, explicita os caminhos do desempenho da educação da sociedade informacional.

⁴¹ Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.

⁴² Lei nº 5.537, de 21 de Novembro de 1968.

⁴³ Lei 5540, de 28 de Novembro de 1968.

recomendação do Banco Mundial, que à época orientava a utilização do modelo europeu de ensino superior), determinou o fim da cátedra vitalícia, tornou obrigatório o regime departamental, criou o exame vestibular unificado, além de instituir os cursos mediante “créditos”, fragmentando o movimento estudantil. Soma-se o fato de a União Nacional dos Estudantes - UNE⁴⁴, que buscava uma proposta de reformas de Base, ter sido duramente reprimida e posta na ilegalidade.

O ensino superior é concebido como meio de promover o desenvolvimento econômico, e como, no País se vivia um período de crescimento industrial, a expansão do ensino superior justificava-se na medida em que contribuía para o aumento da produtividade econômica. O discurso do Grupo de Trabalho da dita “Reforma” universitária pode muito bem ser utilizado para o atual momento de contrarreforma, demonstrando que ambas são partes de um mesmo processo:

A Reforma tem objetivos práticos e tende a conferir ao sistema universitário uma **espécie de racionalidade instrumental, em termos de eficiência técnico-profissional que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos**. Para tanto, impõe-se a metamorfose de uma instituição tradicionalmente acadêmica e socialmente seletiva num centro de investigação científica e tecnológica em condições de assegurar a autonomia da expansão universitária. (Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária apud SOUSA, 2006, p. 150). [grifamos]

Os dois momentos de “Reforma” da Educação superior vivenciados no País foram dirigidos pela classe dominante e caminharam para a direção de maior dependência do Capital estrangeiro e perda da autonomia das universidades. A contrarreforma dos anos 1990, não apenas legitimou o crescimento do setor privado, como o acentuou, pois, enquanto a Lei nº 5540/68 separou as universidades dos centros universitários, a contrarreforma dos anos 1990 tratou de criar formas de expandi-los cada vez mais.

[...] o modelo de universidade que se consolidou no Brasil ao longo de seu desenvolvimento histórico pós-1964, na chamada ‘reforma universitária’ de 1968, foi um progressivo empresariamento da educação que resultou na

⁴⁴ Netto (2001) acentua que entre os fatores que influenciaram este processo estão o crescimento industrial, que pressionou o desenvolvimento do sistema educacional e a mobilização do movimento estudantil, pois foi quem primeiro contestou o regime militar, uma vez que o movimento operário e sindical já havia sofrido uma forte coerção. “Assim, foi o potencial catalisador do movimento estudantil no seio do bloco antiditatorial, explicitado notadamente no curso de 1967 e 1968, que colocou, para o regime autocrático burguês, a questão educacional como prioritária”. (NETTO, 2001, p.57).

expansão do setor privado em detrimento do ensino superior público. (SILVA, 2010, p. 412).

No primeiro mandato de FHC, em consonância com a política adotada, iniciou-se a contrarreforma educacional, dirigida pelo já citado MARE, e que redundou em uma série de medidas orientadas para o mercado, que visavam a redirecionar as universidades públicas para o setor privado. Entre as ações realizadas, destaca-se a criação das fundações de apoio, com regime jurídico de fundação de direito privado, de acordo com a Lei nº 8.958/1994, que dispensa licitação para a contratação. As atividades de apoio incluem o gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

A contrarreforma ocorreu sob o argumento produtivista e necessidade de expansão do ensino superior, e teve como principais consequências, na concepção de Dourado, Oliveira e Catani (2000), a expansão acelerada das instituições privadas⁴⁵, a mercantilização dos trabalhos acadêmicos, a redução de recursos para as universidades públicas, a implantação do sistema de avaliação, ampliando o controle e a pressão exercida sobre os docentes, além de um sistema de flexibilidade, que teve sua legalização na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/96⁴⁶, relatada pelo senador Darcy Ribeiro, do PDT.

Nesse período, as instituições federais de ensino superior – IFES atravessavam uma crise que teve origem associada à redução cada vez mais frequente de recursos financeiros e ao descaso político-administrativo, que se expressava no discurso do governo de que as universidades públicas eram ineficientes, excessivamente burocráticas, conservadoras, antiproducentes e o gasto com os servidores públicos era demasiadamente oneroso ao governo. Essa situação fortaleceu o argumento governamental para a criação das fundações de apoio.

De acordo com dados levantados por Amaral (2003, p. 234), no ano de 1990 foram investidos R\$ 327.000.000,00 nas IFES, e em 2001 este gasto foi R\$

⁴⁵ No ensino superior privado, houve uma crescente dissociação entre ensino, pesquisa e extensão, além da “criação de formatos institucionais diferenciados, oferta de novos cursos pós-médios e ênfase em novas modalidades de educação, tais como curso a distância e educação profissional”. (DOURADO, OLIVEIRA E CATANI, 2003, p. 25)

⁴⁶ Segundo Roberto Leher (2003), a LDB liberalizou a oferta de ensino, pela abertura indiscriminada para o setor privado, o que não significa dizer que o setor privado tenha deixado de receber recursos públicos.

33.000.000,00, que representa cerca de 10% do valor de 1990, e mesmo considerando as perdas inflacionárias, representa uma queda abrupta nos investimentos com educação.

Em adição a esses fatores, houve o congelamento salarial dos servidores docentes e técnico-administrativos, a falta de concursos públicos somados à evasão dos docentes, que buscavam melhores condições de trabalho (inclusive no setor privado). Dados coletados por Amaral (2003) revelam que entre os anos de 1994-1996, 14,6% dos docentes aposentaram-se em decorrência das condições aviltantes de trabalho e, principalmente, em razão da ameaça de uma contrarreforma previdenciária, o que agravava mais ainda a situação de necessidade de recursos humanos nas universidades.

Os governos de Collor de Melo e FHC encontraram no MEC um instrumento para a implementação da contrarreforma, por meio da anuência a todo o aparato legal utilizado para esse fim, que inclui a própria LDB, decretos, portarias, medidas provisórias e emendas constitucionais. Sguissardi (2009) entende que foi o MEC a antecipar a reformulação da LDB, orquestrada de forma harmônica com as já propostas medidas do Plano Diretor de Reforma do Estado, pela medida provisória, que no capítulo da Educação Superior encontra as recomendações dos organismos multinacionais para responder às necessidades do capital e diminuir o investimento dos recursos públicos no setor público. Na lei, apesar de o texto referente à educação superior ser relativamente longo, demarcando os eixos da reforma, contou com inúmeros decretos para o seu detalhamento.

O artigo 45 da LDB afirma que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, mas não chega a citar quais são esses graus de abrangência ou especialização. A regulamentação se dá, portanto, por meio de decretos e medidas provisórias. A organização da educação superior parece algo difícil de ser definida para os legisladores, pois de 1997 a 2006, decretos são criados e revogados⁴⁷.

No Decreto nº 2.306/97, quanto à natureza civil, as instituições poderiam ser:

⁴⁷ Importa frisar que os Decretos mencionados não se referem somente a tipificação das instituições de ensino superior, mas normatizam o credenciamento e funcionamento dessas modalidades, autorizam novos cursos, normatizam regras de funcionamento, etc.

- I- Universidades;
- II- Centros Universitários;
- III- Faculdades integradas;
- IV- Faculdades;
- V- Institutos superiores ou escolas superiores.

No Decreto nº 3.860 de 2001, a organização acadêmica seria realizada em:

- I- Universidades;
- II- Centros universitários;
- III- Faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores.

Esse Decreto foi revogado pelo de nº 5.225 de 2004, no qual as organizações de ensino superior se classificam em:

- I- Universidades;
- II- Centros federais de educação tecnológica e centros universitários;
- III- Faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos e escolas superiores.

Por último, o Decreto nº 5.773 de 2006 que revoga o anterior afirma que as instituições serão credenciadas como:

- I- Faculdades;
- II- Centros universitários
- III- Universidades.

A proposta cria a maior diversificação institucional que desemboca no máximo de diversificação do tipo de regime utilizado, podendo ser públicas, públicas “não estatais” (segundo orientação do MARE), filantrópicas, particulares com ou sem fins lucrativos e confessionais.

Seguindo o pensamento de Sguissardi (2009), o artigo 54 da LDB é fundamental para a compreensão do projeto de modificação da estrutura jurídica das IFES, pois acena a possibilidade delas se transformarem em organizações sociais, quando assinala no *caput* que “as universidades mantidas pelo poder público gozarão, na forma da lei, e estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público (...)”. Isso significa que o regime jurídico atual pode ser paulatinamente substituído por outro

que atenda às necessidades de autonomia financeira, principalmente no que se refere à busca de outras fontes de financiamento, objetivo principal da busca por “autonomia”. Para Sguissardi, a autonomia universitária constitui questão nuclear da contrarreforma:

A questão da autonomia impregna de modo peculiar toda a série de leis, decretos, portarias e normas que tiveram o MEC seu autor principal. Já no documento da Secretaria de Política Educacional do MEC, editado em julho de 1995, *A política para as Instituições Federais de Ensino Superior* (Brasília, julho de 1995), verificam-se alguns aspectos dos fundamentos do conceito de autonomia presente nas propostas oficiais desse Ministério. [...] a autonomia que garante a eficiência no uso dos recursos (escassos) exigiria ‘alterar profundamente a relação entre as universidades e o poder público’; as mudanças referir-se-iam, por um lado, à efetiva autonomia de gestão financeira e ao financiamento, com garantia de orçamento global, e, por outro, à eliminação de amarras burocráticas, associada a novas formas de controle público; o financiamento das universidades deveria vir a ser feitos mediante indicadores de desempenho. (SGUISSARDI, 2009, p.41)

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, com duração prevista de dez anos, tinha como diretriz a necessidade de expansão das universidades públicas para atender, sobretudo, aos alunos carentes e, também, para atender a necessidade de pesquisa no País, pois essas instituições realizam mais de 90% das pesquisas e pós-graduação nacionais. Entre seus objetivos estava prover, até o ano de 2011, uma oferta de vagas de 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, porém esse crescimento deveria acontecer preferencialmente pela rede privada.

Outra meta, alcançada com êxito, segundo o Censo da Educação Superior de 2010, seria a diversificação do sistema superior de ensino, estimulando a criação de estabelecimentos não universitários, que atendam a demandas específicas de formação, além da diversificação da oferta do ensino por meio de cursos noturnos, sequenciais e modulares, permitindo maior flexibilidade na formação.

O PNE 2001 teve vetos significativos relacionados ao ensino superior, sendo três deles sobre o financiamento. Uma das propostas era a subvinculação de 75% dos recursos da união destinados à manutenção e expansão da rede de instituições federais (financiamento e gestão da educação superior, item 24), a outra visava à ampliação do financiamento público à pesquisa, de forma a triplicar em dez anos os recursos destinados a essa finalidade (financiamento e gestão da educação

superior, item 29). Outro veto foi sobre a meta de que as vagas nas instituições públicas não poderiam ser menores do que 40% do total de vagas disponíveis em todo o ensino superior (objetivos e metas, item 2).

Para Sguissardi (2009), no período de FHC (1995-2002), a contrarreforma universitária ocorreu por meio de “reformas pontuais”, que não se efetivaram em razão de uma lei determinada, mas mediante um aparato de instrumentos legais, planos e relatórios, tendo como orientação as teses⁴⁸ defendidas pelo Banco Mundial. As “reformas pontuais” então compreenderiam a desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento, o estímulo para o crescimento das instituições privadas, o gerenciamento das IFES como empresas econômicas, o incentivo à competição, a autonomia financeira em lugar da autonomia da gestão financeira, a diversificação da fonte de financiamento e o incentivo à diferenciação institucional, principalmente no que se refere à separação entre ensino, pesquisa e extensão.

Importa enfatizar que a crise no sistema de educação superior não ocorreu de forma isolada, mas, como já citado, se tratou de uma refração da crise do Estado ocasionada pela reestruturação produtiva, o que resvalou no sucateamento e desmantelamento da universidade pública por todo o Brasil. As ações do governo em relação ao ensino superior não destoavam do cenário político brasileiro – seguiam servilmente as recomendações dos organismos multilaterais:

O ensino superior não deve ter a preferência em utilizar os recursos fiscais adicionais disponíveis para o setor educacional em muitos Países em desenvolvimento. Esse princípio aplica-se em particular aos Países que não conseguiram acesso, equidade e qualidade adequados nos níveis primário e secundário. Além disso, a realidade fiscal na maioria dos Países em desenvolvimento indica que os melhoramentos na qualidade e o aumento das matrículas no ensino superior deve dar-se com pouco ou nenhum aumento dos gastos públicos (BIRD, 1995, apud AMARAL, 2003, p. 235).

⁴⁸ Entre as teses está a de maior retorno social e individual dos investimentos em educação básica do que o dos investimentos em educação superior (esta tese pode ser encontrada no documento do Banco Mundial de 1986: *Financing education in developing countries: na exploration of policy option.*), tendo como exemplo mais significativo o Chile. A segunda tese situa a universalidade do ensino em oposição à universalidade da pesquisa (*Higher education: the lessons of experience*, Banco Mundial, 1994), principalmente, em razão de questões financeiras. A última tese aponta o ensino superior como um bem antes privado (*The financing and management of higher education: a status report on worldwide reforms*. Banco Mundial, 1998), pois responderia muito mais às orientações do mercado do que às orientações públicas.

As propostas da contrarreforma vislumbravam a educação superior como um serviço não exclusivo do Estado e que deveria ser competitivo e aberto ao mercado. Administrativamente, as IFES públicas deveriam ser gerenciadas por parcerias público-privadas, por meio das organizações sociais⁴⁹, organizações públicas não estatais que, por um contrato de gestão, passariam a gerir a atividade do ensino público e não estariam sujeitas ao regime jurídico único para contratação, estando isentas do concurso público, além de poderem realizar contratos de prestação de serviço sem licitação e a utilização dos bens públicos mediante a concessão do uso.

A “publicização” consiste em uma verdadeira privatização, partindo-se do interior das instituições públicas, uma vez que as organizações sociais têm total flexibilidade e legitimidade jurídica para uma gestão praticamente independente do Estado.

Outro aspecto relevante na proposta da contrarreforma, na concepção de Sguissardi (2000), foi a forma de abordagem da autonomia das IFES. As universidades necessitam da autonomia da gestão de recursos para ter liberdade na realização de pesquisa, que deve estar comprometida visceralmente com a produção intelectual e criativa, livre de qualquer imposição que venha a cercear a liberdade de pensamento. A proposta de autonomia do governo FHC, no entanto, segue outro caminho, pois é na verdade uma transferência de responsabilidade, que isenta o poder público de manter financeiramente as IFES, pois esta concepção de autonomia está ligada a diversificação de financiamento, avaliação e vinculação de recursos ao cumprimento de metas e exigências.

Entre as outras tantas propostas do MARE, é importante destacar o fato de que esteve presente a possibilidade de inserção do ensino pago nas IFES. Em virtude de toda essa articulação para desmonte das universidades públicas, a comunidade universitária⁵⁰ reagiu assertivamente a esta proposta, opondo-se à contrarreforma do MARE em sua íntegra, porém essa iniciativa foi vista pelo governo como um movimento corporativista. O MEC então lançou uma nova proposta, que

⁴⁹ Inicialmente, as organizações sociais foram instituídas pela Medida Provisória n.º 1.591 de 9 de outubro de 1997, convertida posteriormente na lei nº 9637/98.

⁵⁰ Representada à época pela ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior), Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior) Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) e a UNE (União Nacional de Estudantes).

objetiva conservar a organização das IFES como administração de direito público e manter os ensinos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* gratuitos, porém mantinha a concepção de autonomia da proposta original.

Segundo Catani e Oliveira (2000), FHC estimulou a expansão, a diversificação institucional, criou um sistema de avaliação nacional dos cursos e uma Gratificação de Estimulo à Docência amarrada a uma avaliação fiscalizadora. Os autores (IDEM) assinalam que os principais documentos do governo - a PEC 379/A (1996), o anteprojeto de lei que regula a autonomia das universidades federais (1999) e o documento *Por uma Nova Política de Educação Superior para o Brasil* (1996) - têm, entre as suas propostas, a busca por alternativa de recursos financeiros, a flexibilização dos cursos para maior adequação ao mercado de trabalho, diminuição das taxas de reprovação e evasão, racionalização o uso de recursos, estímulo à produtividade, entre outros. Essas e outras medidas posteriormente se materializaram no Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI.

Todas essas medidas de desmonte das IFES foram paulatinamente aplicadas, sendo que nos oito anos do governo FHC não foi possível concretizar a contrarreforma na íntegra, restando ao governo seguinte dar prosseguimento às políticas de abertura ao setor privado e de mercantilização do ensino público, além do encaminhamento do Projeto de Lei da reforma do ensino superior. No primeiro mandato do governo Lula, cabe destacar, além da contrarreforma previdenciária já citada, que teve impacto direto no funcionalismo público, as seguintes propostas⁵¹:

- Lei nº 10.861/ 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que “é questionado porque não respeitaria a autonomia universitária e seria centralizador no que tange à constituição da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes)” (SGUISSARDI,

⁵¹ Posteriormente, no ano de 2009, já no segundo mandato do Governo Lula, foi criado o Sistema de Seleção Unificada – SiSu, que é vinculado ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, criado em 1998, com o objetivo de avaliar o aluno no término do ensino médio. O ENEM se popularizou em 2004, quando passou a ser utilizado para concessão de bolsas do PROUNI, e cinco anos depois começou a ser utilizado em substituição ao exame vestibular de algumas universidades.

2009, p. 218);

- Lei nº 10.973, Lei de Inovação Tecnológica, que viabilizou a aproximação entre as universidades e as empresas, podendo desembocar em uma relação de perda da autonomia universitária, uma vez que as pesquisas podem ser direcionadas pelo setor empresarial;
- Lei nº 11.096/2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos- PROUNI, que fortalece as instituições privadas de ensino, mediante a renúncia fiscal; e
- Decreto nº 6096/2007 criou o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que visava, segundo o discurso, ampliar o acesso e a permanência na educação superior⁵².

A Proposta de Emenda Constitucional da deputada Selma Schons, PEC 217, filiada ao Partido dos Trabalhadores- PT, em 2003, frisava a importância da expansão do ensino superior público, no entanto esbarrava na dificuldade orçamentária para conseguir esse objetivo. Propõe, então, como saída fulgente, a taxação dos ex-alunos que concluíram os cursos de graduação e pós-graduação das IFES, em porcentagens proporcionais ao rendimento bruto anual, variando entre 2% a 3% da renda. Essa proposta constituiu outra “alternativa criativa” do governo para a privatização do ensino público, mediante pagamento de mensalidades pós-diplomação, com o agravante de não ter um limite temporal para a finalização desse pagamento. Neste caso, infere-se que é muito mais viável financeiramente ao aluno cursar o ensino superior em uma IES privada subsidiado pelos programas de bolsas.

Deve-se considerar que os recursos para a educação superior pública não são um benefício individual do aluno, mas de toda a sociedade, pois mediante os projetos de pesquisa e extensão (hospitais escolas, clínicas de atendimentos psicológicos, atendimentos jurídicos, avanços e contribuições científicas, entre

⁵²A relevância destes e outros mecanismos da contrarreforma do ensino superior e suas implicações para a política de assistência estudantil serão aprofundados no próximo item.

outros), o conhecimento científico é socializado com a comunidade.

Assim, as mudanças proposta na PEC 217/ 2003 não foram consenso e não conseguiram apoio parlamentar suficiente para seguir adiante, principalmente em razão das lacunas para o custeio da ampliação das vagas. Cabe, porém, a reflexão sobre a capacidade que o governo tem de não medir esforços para criar soluções diferentes que desemboquem sempre na mesma saída: a privatização e desresponsabilização do Estado.

Portanto, a destinação de recursos públicos para o setor privado é um fato. O que o diferencia no governo Lula é que este buscou formas mais sutis para alcançar esse objetivo, como a criação do PROUNI, vinculado na mídia como um grande avanço da política estudantil, que visava à “inclusão” de segmentos que de outro modo jamais alcançariam essa formação⁵³. Ressalta-se a política de cotas, que reserva vagas para deficientes, autodeclarados pretos, pardos e índios, sendo que o percentual de bolsas é de acordo com os dados do IBGE de cada região⁵⁴. Sobre o PROUNI, cabe destacar as seguintes implicações:

Apesar do consenso das entidades envolvidas com a educação superior, tais como ANDIFES, ANDES, UNE, dentre outras, quanto à necessidade de aumento de financiamento para as instituições públicas, o PROUNI pretende resolver o grave problema do acesso ampliando a renúncia fiscal, renúncia pouco transparente para a sociedade, que quase nada sabe sobre o emprego de um dinheiro que, investido nas instituições públicas, poderia impulsionar programas de expansão e modernização. (Lima, 2004, p. 64-65)

Tratou-se novamente, pois, de um mecanismo para direcionar recurso público para a área privada, agora com uma nova roupagem que configura essa ação como uma política de democratização do ensino público. Resta claro que na agenda governamental todos os esforços foram e serão realizados para que os recursos públicos financiem os interesses do capital e que sempre se buscará formas de que isso aconteça como um aparente processo natural e necessário. No governo Lula,

⁵³ Sobre esse tema Rocha (2009) aprofunda o debate em sua tese de doutorado sobre a pseudo democratização do ensino superior na contrarreforma do Estado, demonstrando que o PROUNI não realiza um processo legítimo de inserção do estudante nas IES. Seu objetivo primeiro é dar viabilidade econômica ao crescimento mercadológico das instituições de ensino superior privadas, sem compromisso com a qualidade do ensino oferecido.

⁵⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=300&id=202&option=com_content&view=article. Acessado em 14 de abril de 2012.

acrescenta-se uma falsa preocupação social, que visa a manter a popularidade do governo.

Já o PNE 2001 teve seu período de duração até nove de janeiro de 2011 e, desde o segundo trimestre de 2011, se encontra em tramitação o projeto de Lei do PNE 2011/2020. O PNE 2001 esgotou seu período sem cumprir um grande número de metas, o que ocorreu em razão, principalmente, da restrição da liberação orçamentária, pois em 2001 o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou a proposta de vinculação de 7% do PIB para a educação, a quantidade exorbitante de metas (295 no total), o que tornou difíceis o controle e o acompanhamento da execução, havendo também a falta de definição clara das instituições e agentes que seriam responsáveis pelo cumprimento das metas estabelecidas⁵⁵.

Segundo Clara Saraiva, da Comissão Executiva da Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre, a ANEL⁵⁶, a taxa de analfabetismo em 2010 era de 9,7%, a meta do PNE 2001 era a erradicação até o ano de 2010. A quantidade de jovens no ensino superior foi de 14,4% no ano de 2009, e a meta era alcançar 30% de jovens no ensino superior. Outro objetivo era a oferta de 40% das vagas do ensino superior público. Em 2010, esse índice era de 25%.

O projeto de Lei do PNE 2011 teve as diretrizes originadas na Conferência Nacional de Educação – CONAE, no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, evento realizado com representantes do governo e da sociedade civil, desde entes públicos e privados, com presença expressiva dos sindicatos, associações civis e inúmeros educadores de todo o País.

O projeto inicia com as mesmas lacunas anteriores sobre a delimitação de responsabilidades para a execução das metas estabelecidas, que, desta vez, em contraposição à enorme quantidade de metas anteriores, resume-se a 20 metas e suas estratégias operacionais. Na própria Conferência, foi diagnosticada a

⁵⁵ Vale ressaltar o fato de o PNE 2001 ter um forte caráter gerencialista, pois foi elaborado em pleno período de implantação de contrarreforma do Estado, portanto, esvaziado de conteúdo crítico e voltado para minimização das ações do Estado.

⁵⁶ Disponível em: http://www.pstu.org.br/juventude_materia.asp?id=12754&ida=0. Acesso em 25 de maio de 2011.

necessidade de pelo menos 10% do PIB para que haja o cumprimento das metas⁵⁷, no entanto, o que consta no projeto de lei, sob nova redação do MEC, é a destinação de 7%, que deve ser realizada gradativamente, sem vincular o tempo nem o percentual dessa progressão.

Nesse projeto de lei constam 12 artigos e anexos, porém não se delimitam objetivos nem se realiza um diagnóstico da situação educacional do País. Além disso, muitas diretrizes do PNE anterior encontram-se repetidas, considerando o fato de não terem sido cumpridas, como a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

No que diz respeito à educação superior, o PNE 2011 propõe o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM como critério de acesso à educação superior. Essa estratégia foi implantada no final do governo Lula sob o signo de pseudodemocratização das vagas⁵⁸.

A popularização do Enem veio após o MEC instituir o PROUNI e vincular a concessão de bolsas em IES privadas à nota obtida no Exame, o que produziu uma grande visibilidade e popularidade do ENEM. Já em 2009 as instituições passaram a utilizar o SiSu como forma de seleção, utilizando o ENEM em substituição ao vestibular. Apesar de o ENEM substituir o vestibular, o principal problema de acesso, é a alta competitividade pelas vagas - e o número insuficiente de vagas oferecidas ainda persiste - mantendo-se o caráter altamente seletivo das universidades.

A mobilidade atribuída ao ENEM também é falaciosa, pois a escolha de ingresso em uma universidade fora no município ou estado do estudante, muitas vezes implica condições financeiras do próprio estudante ou de sua família arcar com todos os custos de moradia, alimentação, transporte, livros etc, o que não faz parte da realidade de milhares de brasileiros e torna impossível esse processo para aqueles que não possuem boa condição financeira. Desta feita, trata-se de igualdade de acesso, sem garantia de igualdade de condições de permanência, pois

⁵⁷ Sobre isso ver jornal *O Estado de São Paulo*, disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110118/not_imp667573,0.php. Acesso em 25 de maio de 2011.

⁵⁸ No governo de FHC o ENEM já havia sido pensado como critério de acesso, porém somente no governo Lula, com a vinculação ao PROUNI e ao SiSu foi possível a efetivação desta medida.

a aprovação no Sistema de Seleção Unificada - SiSu e classificação em uma vaga de uma universidade em outro estado não é garantia de que o aluno e seus componentes familiares terão condições de custear essa mudança.

Daí a necessidade de redimensionar a Política Nacional de Assistência Estudantil, uma vez que estudantes de estados diferentes podem sair da sua cidade de origem para estudar em uma universidade pública, utilizando, para isso, o mesmo sistema de provas, porém, sem ter garantida moradia para os que dela necessitam. No ano de 2012, de acordo com pesquisa feita nos sítios das universidades, de 56 IFES⁵⁹ do Brasil, 20⁶⁰ não possuem moradia universitária⁶¹. Portanto, se percebe que não é possível ao estudante da classe trabalhadora obter moradia em algumas das instituições federais que aderiram ao ENEM, e deve-se considerar, também, que a existência de moradia universitária não significa garantia de vaga.

Uma estratégia de expansão do ensino superior, presente no projeto de Lei do PNE, é a interiorização da rede de educação federal, utilizando-se da Universidade Aberta do Brasil – UAB, e com ela o ensino a distância continuará sendo legitimado para o aumento de oferta no ensino superior, objetivando facilitar o alcance de 33% dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos, o que não foi alcançado no PNE anterior.

O PNE 2011 define em suas metas que se deve elevar a taxa de conclusão para 90%⁶² dos cursos de graduação presenciais das universidades públicas, o que, na realidade do Brasil, é um objetivo intangível, pois a média do País hoje é de 60%⁶³, considerando-se aqui as condições socioeconômicas dos estudantes e

⁵⁹ De acordo com a pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras realizada pela ANDIFES em 2011, essas são as IFES brasileiras, com exceção somente do CEFET-MG: UFG, UFDG, UFMS, UFMT, UnB, UFAL, UFBA, UFC, UFCG, UFERSA, UFMA, UFPB, UFPE, UFPI, UFRB, UFRN, UFRPE, UFS, UNIFASF, UFAC, UFAM, UFPA, UFRA, UFRR, UFT, UNIFAP, UNIR, UFABC, UFES, UFF, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFRJ, UFRRJ, UFScar, UFSJ, UFTM, UFU, UFV, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI, UNIFESP, UNIRIO, FURG, UFCSPA, UFFS, UFpel, UFPR, UFRGS, UFSC, UFMS, UNIPAMPA, UFTPR.

⁶⁰ UFS, UFRA, UFT, UNIFAP, UNIR, UFABC, UFES, UFJF, UFSJ, UFMT, UFU, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI, UNIFESP, UNIRIO, UFCSPA, UFFS, UNIPAMPA, UFTPR.

⁶¹ Entre as IFES que não dispõem de moradia, algumas estão em fase de construção. Em todos os casos, são oferecidos auxílios financeiros em substituição à residência, no entanto, os estudantes requisitam a construção de prédios para a moradia estudantil e não o apoio financeiro, que, em muitos casos, não são suficientes sequer para o pagamento de aluguel de um imóvel.

⁶² Essa meta já estava presente no REUNI e já faz parte da realidade das universidades federais, que não conseguiram alcançar esse número.

⁶³ Fonte: documento do PSTU, disponível em: http://www.pstu.org.br/juventude_materia.asp?id=12754&ida=0. Acesso em 25 de maio de 2011.

outros fatores que incidem para a evasão e o abandono⁶⁴. A procura de cumprir essa meta pode ocasionar a baixa qualidade e o aligeiramento dos cursos⁶⁵. Além disso, o Plano delimita o número mínimo de 18 alunos por professor, sendo que na verdade deveria delimitar o número máximo de alunos, o que deixa uma lacuna para a sobrecarga dos professores e compromete o rendimento e qualidade das aulas, pois 18 alunos por professor de ensino superior é uma grande proporção, considerando algumas necessidades específicas de algumas disciplinas. Segundo Clara Saraiva, da ANEL⁶⁶:

[...] é impossível elevar a relação professor aluno atual sem precarizar a educação. Para concretizar essa meta as atividades de pesquisa e extensão têm que diminuir e o número de estudantes em sala de aula aumentar. No documento que estabelece as Diretrizes Gerais para o REUNI, o MEC prevê uma média de 45 alunos por sala de aula. No entanto, isso é uma média, como determinadas disciplinas que necessitam de um número reduzido de alunos em sala, como as de laboratório, 10 ou 20, outras classes teriam mais de 100 estudantes, como já acontece em diversas universidades (entrevista de Clara Saraiva à ANEL).

Portanto, constata-se que o novo PNE não supera o plano anterior, ao contrário, repete e aprofunda suas limitações. A política de educação superior no processo de contrarreforma consolida o processo mercantil. Roberto Leher (2010, p. 378 e 379) relata que o movimento “Todos pela Educação⁶⁷”, lançado em 2006, com o apoio do Governo federal sob o Decreto nº 6094/2007, e financiado exclusivamente pelas empresas privadas, é incluído na agenda do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, tornando explícito o fato de que o movimento empresarial passa a elaborar, pela via de uma aparente filantropia e responsabilidade social, a sua agenda por dentro da esfera pública, supondo que o

⁶⁴ De acordo com Andriola (2009), na UFC a evasão está associada a fatores como incompatibilidade entre horários de trabalho e de estudo, aspectos familiares (p. ex.: necessidade de dedicar-se aos filhos menores) e desmotivação com os estudos, precariedade das condições físicas do curso ou inadequação curricular.

⁶⁵ A exemplo da Educação Básica que para atender às exigências dos organismos internacionais de diminuição da reprovação escolar, adotou práticas de aprovação automáticas.

⁶⁶ Disponível em: http://www.pstu.org.br/juventude_materia.asp?id=12754&ida=0. Acesso em 25 de maio de 2011.

⁶⁷ Organizações envolvidas: Patrocinadores – Banco Santander, Odebrecht, Gerdau, Dpaschoal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú, Instituto Camargo Corrêa, Fundação Bradesco, Suzano Papel e Celulose; Parceiros - Grupo ABC, Rede Globo, Instituto Airton Senna, Agência DM9, Rede Energia; Apoiadores – Fundação SM, Fundação Vitor Civita, Alexandria, Friends, Rede Record, Mckinsey e company, Microsoft, Fundação Santillana, Instituto Paulo Montenegro, Amigos da Escola e Futura. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br>, acesso em 24 de abril de 2011. É preciso salientar que esse “movimento” é a reafirmação da agenda internacional acordada em 1990, na conferência realizada em Jomtien, na Tailândia, que resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

Estado sozinho não pode garantir educação básica de qualidade para crianças e jovens.

No caso da educação superior, a ingerência do mercado é cada vez mais crescente, processo que ocorre por meio da já citada Lei de Inovação Tecnológica, que originou as parcerias público - privado⁶⁸. Nessa Lei, o governo procura associar os interesses de mercado aos das universidades em desenvolver pesquisas para a aquisição de tecnologias. Leher (IDEM) denuncia o viés privatizante da Lei de Inovação tecnológica, pois o caráter mercantil, dado à produção acadêmica, modifica o conhecimento produzido, que passa a ser limitadamente direcionado aos interesses empresariais e visa à transformação do professor em “empreendedor”, mediante incentivos financeiros. Outro aspecto preocupante é que a atividade de pesquisa, sendo subordinada ao mercado, passa a agir por encomendas, impedindo, assim, a produção científica autônoma e desinteressada⁶⁹.

2.4 PROUNI E REUNI: aprofundamento das políticas neoliberais

Na política educacional, o governo de Lula da Silva defendeu a bandeira da educação como um “direito de todos” e ambicionava a ampliação do número de vagas nas universidades pela via da “democratização do acesso”, que se deu por meio de medidas como o Programa Universidade para Todos - PROUNI, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior- FIES e o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI.

Sobre o PROUNI, Leher (2010) acentua que as isenções tributárias beneficiaram imensamente o setor privado no preenchimento das vagas “ociosas” e compreendem a pior forma de utilização das verbas públicas, por serem menos transparentes. No ano de 2007, foram ocupadas efetivamente 61% das vagas disponibilizadas para o PROUNI, enquanto que a renúncia fiscal foi de estimativamente 126 milhões (LEHER, IDEM, p. 383 -384). A não ocupação de todas as bolsas ofertadas enseja um crescimento significativo no aumento médio da bolsa, pois a isenção não é realizada de acordo com o número de bolsas efetivas:

⁶⁸ Lei nº 11.079.

⁶⁹ Segundo Sguissardi (2009), a pesquisa autônoma e desinteressada é produtora de pessoas política e teoricamente críticos, cultores da liberdade e do saber buscado por eles mesmos e pela sua função social.

A conclusão do TCU é precisa: o custo de uma bolsa do PROUNI para o Estado é maior que o valor da mensalidade dos cursos em que há bolsistas do programa. *Significa dizer que, em média se tem 'pago'* – indiretamente um preço maior pelas vagas nas instituições privadas de ensino superior do que o montante que elas realmente valem, especialmente nas instituições sem fins lucrativos. (LEHER, 2010, p. 385)

Rocha (2009) aponta que o PROUNI surge como saída para os problemas que o mercado da educação superior enfrenta, pois, apesar de vivenciar pleno período de expansão, enfrenta dificuldades em razão de inadimplência e evasão. Referido programa é mais uma saída para atender à demanda do empresariado do setor do que um mecanismo de “inclusão social”, que, malgrado carregar sobre si o título de assistência social no ensino superior, passa ao largo deste conceito, uma vez que as necessidades dos usuários estão subjulgadas ao interesse do capital:

Há de se considerar, ainda, as turmas, cursos e os horários de oferta das referidas bolsas, que, na medida em que são nos turnos diurnos, impossibilitam o aluno trabalhador de frequentar os cursos. A oferta de vagas diurna está diretamente ligada à necessidade que as IES privadas têm de preencher os turnos em que a demanda é acentuadamente baixa, como forma de ajustar seus lucros. (ROCHA, 2009, p.127)

Rocha (2009) ressalta que a qualidade dos cursos oferecidos também deixa muito a desejar, pois, entre as instituições beneficiadas, 23% foram reprovadas pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, e dos 923 cursos que obtiveram a pior performance avaliativa, 462 ofertaram vagas para o PROUNI em 2007 (IDEM, p.113).

Enfim, verifica-se a repetição de uma política “pobre” para “pobres”, que oferece serviços de baixa qualidade para uma população que se submete ao que está sendo oferecido sobre a alcunha de direito, o que, na verdade, não passa de benesse, pois a noção de direito perpassa pela compreensão de que o serviço deve ser oferecido de acordo com a necessidade e não a noção de que os usuários devem utilizar serviços que não respondem à sua real necessidade.

Importa destacar a situação do Estado do Ceará nessa realidade, por tratar-se do local de objeto desta pesquisa em virtude da grande expansão do ensino privado e do PROUNI nessa região. Segundo Rocha (2009), havia, no Estado do Ceará, oito instituições de ensino superior no ano de 1995, destas, quatro eram públicas (três

estaduais e uma federal) e quatro eram privadas (uma universidade e três institutos superiores), o que representava menos de 1% das IES do Brasil.

Em 1998 registrou-se um significativo avanço das instituições de ensino superior, sendo que esse avanço no Brasil representou 12% e no Ceará 20% (IDEM, p.157). No ano de 2006, em relação ao ano de 1995, o crescimento foi de 254% no Brasil e de 652% no Ceará (IDEM, p.164). Observa-se que o ensino superior teve sua expansão vinculada ao setor privado e a instituições não universitárias, pois em 2006 permanecia o mesmo número de universidades públicas no Ceará, sendo criados apenas um centro e uma faculdade tecnológica, portanto, o crescimento das IES deu-se pela via das instituições privadas. Com efeito, o PROUNI tem grande relevância, pois das 55 IES que o Estado do Ceará contava no ano de 2008, 29 haviam aderido ao Programa, ou seja, 56,7% do total (IDEM, p. 177).

De fato, na lógica neoliberal, a educação não é posta como um direito social, mas como possibilidade de consumo, variável segundo o mérito e a capacidade individual. Friedman (1985) é defensor árduo da venda da educação e concebe esse mecanismo como principal meio de disseminação do ensino superior. Defende a ideia de que a educação privada é de melhor qualidade e que o fato de o aluno ter de pagar pela sua formação faz com que esse a valorize mais. Afirma ser desejável que toda pessoa tenha acesso à educação superior, contanto que possa pagar por ela enquanto estiver cursando ou depois de formado.

As propostas do Consenso de Washington, apesar de não tratarem diretamente de problemas sociais como a educação, reforçam a tese de Friedman ao requisitarem o mínimo de governo e o máximo de mercado, pois consideram que os valores de mercado são superiores a quaisquer outros. Nesse sentido, a legislação brasileira caminha no sentido da lógica fiscal e contábil, na qual os direitos sociais estão totalmente condicionados à política econômica.

Desde o ano de 2006, encontra-se parada na Câmara dos Deputados a quarta versão do Projeto de Lei nº 7200/06, principal documento que normatiza a contrarreforma da educação superior, elaborado por uma equipe ministerial do Governo federal, que segue fielmente pelos caminhos da privatização do ensino

superior. Nesse projeto, a educação é caracterizada como um bem público, não utilizando o termo “direito”, no sentido de direito social.

A outra medida encontrada para expansão das vagas nas universidades foi o plano de Reestruturação das Universidades Federais - REUNI. Segundo Leher (2010), o programa repassa recursos para as universidades, mediante algumas exigências e metas, o que configura um contrato de gestão, que de fato reduz a autonomia das universidades.

A meta global do REUNI inclui alcançar a proporção de 90% de formados em relação aos admitidos, e isso “somente seria possível com a implementação da aprovação automática, transferência de estudantes mesmo no final do curso e uma agressiva política de assistência estudantil que atualmente inexistente” (p.397) e alterar a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor, subindo de 12 para 18. Segundo o Relatório do Primeiro Ano do REUNI, das 54 IFES existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao Plano, com exceção apenas da Universidade Federal do ABC, que, segundo o Relatório, não adotou o Plano por já ter implementado previamente as inovações do REUNI⁷⁰.

O quadro a seguir demonstra que, do número de vagas projetadas, os cursos diurnos tiveram uma expansão além do previsto, enquanto os noturnos, que correspondem a maior necessidade de ampliação, tiveram uma execução inferior ao que fora esperado inicialmente. Uma das propostas do Plano é justamente realizar a ampliação maior dos cursos noturnos, uma vez que muitos cursos das IFES são integrais, dificultando o ingresso de alunos que necessitam trabalhar durante a graduação, conforme demonstramos a seguir:

⁷⁰ Importante é destacar o fato de que mesmo agindo de forma impositiva, uma vez que o REUNI foi estabelecido por meio de decreto, o Governo federal conseguiu a adesão praticamente unânime das universidades, que seguiram o “canto da sereia” do aumento de 20% sobre seus orçamentos.

Quadro 1

Número de vagas nos cursos de graduação em 2008

Número de vagas nos cursos de graduação em 2008 IFES	Projetadas			Executadas			Diferenças		
	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total
Total	108.553	38.209	146.762	109.690	37.587	147.277	1.137	-622	515

Fonte: REUNI 2008 – Relatório do Primeiro Ano

Nesse período, foram realizados concursos para docentes, porém as vagas criadas constituem uma quantidade mínima, ante a necessidade real da IFES. A meta do número de alunos por professor foi exitosa e aproximou-se do número estabelecido - em uma relação de 17,8 alunos por professor.

No 8º Seminário REUNI⁷¹, onde se buscou traçar diretrizes para o Plano Nacional de Educação, o documento “Algumas considerações sobre a educação a distância⁷² para os próximos anos”, apresentado previamente em *slides*, assinala que 43% dos alunos da EAD têm renda de até três salários mínimos e apenas 13% inferem valor superior a dez salários mínimos. O mesmo documento demonstrou, conforme o quadro 2, que em um período de nove anos aumentou em mais de 160% o número de alunos matriculados:

⁷¹ Realizado no período de 27 a 29 de janeiro de 2010: universidades federais: consolidação e expansão- 2010-2020: subsídios para o Plano Nacional de Educação. Fonte: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 24 de Abril de 2011.

⁷² “o custo aluno deverá ser reduzido de R\$ 9,7 mil (conforme tribunal de contas da União) para R\$ 5 mil, redução da ordem de 50%, que, na Europa, aconteceu em duas décadas e se deu a partir de um *per capital* muito maior e em instituições com infraestrutura consideravelmente superior, mas que, ainda assim, deflagrou importantes lutas estudantis e de professores em diversos Países”. (LEHER, 2010, p. 398).

Quadro 2
Número de alunos matriculados em cursos de graduação EAD

ANO	Nº DE ALUNOS
2000	5.287
2001	5.359
2002	40.714
2003	49.911
2004	59.611
2005	114.642
2006	207.206
2007	369.766
2008	761.000
2009	856.000

*Fonte:*VIII Seminário REUNI – Documento do MEC

Em avaliação que o ANDES-SN fez do REUNI, no documento *REUNI a hora demanda atenção máxima*, constatou que, estrategicamente, este Plano, de reconhecida grandeza política, e que teve impacto em toda a rede de ensino superior federal, foi implantado de maneira intempestiva, com assinatura de um acordo de metas entre o governo e as reitorias, em um espaço de tempo menor do que um ano (entre abril de 2007 e março de 2008), desembocando em uma realidade na qual hoje salta aos olhos uma situação em que estudantes aprovados nos exames vestibulares/ENEM não cabem nas salas de aulas, a falta de professores ocasiona turmas superlotadas, além da falta de infraestrutura (laboratórios, bibliotecas, restaurantes, entre outros), o que pode desembocar no rebaixamento da qualidade da educação superior ofertada pelas IFES.

Nesse documento, o ANDES-SN demonstra a desproporção entre o aumento do número de matrícula nas IFES e o crescimento das funções docentes⁷³, ratificando que está em risco a qualidade destas instituições, e que as metas do REUNI comprometem a autonomia das universidades, seguindo a lógica da produtividade e da eficiência apregoada pelo mercado.

Mauro Iasi exprime que as condições precárias de trabalho dos professores estão ligadas à expansão realizada por meio do REUNI, que se deu sem que houvesse os recursos necessários para dar sustentação a esse crescimento:

Vários campus estão funcionando em espaços cedidos por prefeituras, salas improvisadas, sem laboratórios, equipamentos e instalações adequadas. Tudo isso tem acarretado vários problemas que vão desde turmas que estão ameaçadas de não se formar, como é o caso da medicina de Macaé que não tem hospital para que seus alunos façam a residência além da carência de professores em várias disciplinas.

Na verdade o sucateamento da universidade pública e a maneira como o governo entende o setor revela uma concepção de Estado que está na base do projeto de governo que se implantou em nosso País. Vivemos uma contrarreforma do Estado e uma clara opção pela lógica do mercado e das parcerias público-privadas que tem por centro e meta principal a formação de superávits primários sangrando o fundo público para colocá-lo a serviço dos interesses do grande capital monopolista. **Não há uma crise da Universidade Pública, o que há é uma clara intenção de adaptá-la, destruindo-a, para que sirva aos interesses da lógica capitalista e do mercado.** (IASI, 30 de Maio de 2012) ⁷⁴ [grifamos].

De acordo com Andrés (2011), em 2010 foram aplicados R\$ 300 milhões de reais em moradia estudantil, auxílio alimentação e transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultural, esporte, auxílio-creche, apoio pedagógico, entre outros. Em 2011, o repasse foi de 395 milhões. A autora acentua ainda que, entre os principais veículos de assistência estudantil vinculados ao Poder Executivo Federal, estão o

⁷³ Em seis universidades federais, a expansão pactuada no REUNI em um período de cinco anos (2007/2012) foi assim delineada: na universidade do Rio Grande o aumento seria de 78% nas matrículas, e 31% na contratação de docentes. Na universidade do Rio Grande do Norte a expansão seria de 63% e 22%, respectivamente, na universidade de Juiz de Fora, 71% e 29%, respectivamente, na universidade de Pelotas, 82% e 48%, respectivamente, na universidade Fluminense, 101% e 27%, respectivamente, na universidade do Paraná, 33% e 15%, respectivamente.

⁷⁴ Disponível em <http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/05/30/a-greve-nacional-dos-professores-das-universidades-federais/>. Acessado em 03 de agosto de 2012.

REUNI, o PROUNI⁷⁵, o Pnaes e o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais – Pnaest. Diz, entretanto, que para a criação de moradias e restaurantes universitários as universidades têm como obstáculo a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, no art. 17⁷⁶, pois se tornariam despesa obrigatória de caráter continuado, criando para a universidade despesas que superariam dois anos de exercício.

Enfim, as políticas de educação superior caminham por propostas de contrarreforma que analogamente podem ser comparadas a um labirinto em que todos os caminhos apontam para a mesma saída. Essa crise orçamentária, tão presente no discurso governamental, foi gerada pelo próprio capital, em um processo autofágico que alimenta o mercado com a mutilação de direitos sociais historicamente adquiridos. Esse processo, no entanto, não é nada surpreendente, ao contrário, é esperado em uma sociedade capitalista, que visa sempre ao crescimento dos lucros, nem que para isso tenha que se destruir.

A política de assistência estudantil, em seu percurso marcado pela precarização e falta de investimento público, segue deficientemente neste contexto de desmonte de direitos.

⁷⁵ O PROUNI é considerado como política de assistência estudantil por ser tido como bolsa permanência. Andrés (IDEM) acentua que no ano de 2011 o impacto nas isenções fiscais do incentivo fiscal dado às instituições privadas que aderiram ao PROUNI alcançaram o montante de aproximadamente 500 milhões de reais, mais do que foi gasto em assistência estudantil em todas as IFES do País no mesmo ano. Para uma maior compreensão sobre o PROUNI, ver Rocha (2009).

⁷⁶ Art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lc nº 101 de 04 de maio de 2000): Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. §2º Para efeito de entendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no §1 do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (LRF, art. 17)

3. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL EM FACE DA CRISE DO CAPITAL: O LUGAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros.
(Che Guevara)

3.1 A política de assistência estudantil como política social

As políticas sociais ganharam corpo no período áureo do fordismo, como respostas à demanda do próprio capitalismo na mediação dos conflitos de classes e alívio das tensões, materializando a experiência denominada de Estado de Bem-Estar Social e que teve vigência, sobretudo, nos Países capitalistas centrais. De forma geral, os mecanismos de proteção e as políticas sociais, segundo Behring e Boschetti (2007, p. 51) são formas de enfrentamento às questões sociais⁷⁷ do capital, que se apresentam setorializadas e fragmentadas.

Essas políticas são instrumentos para tentar “aliviar” as contradições geradas pelo processo de exploração do capital, ao tempo em que alimentam o próprio sistema. Frequentemente, sua implementação acontece de forma fragmentada, por áreas como habitação, saúde e educação, ou atendendo segmentos específicos: mulheres, crianças, idosos, deficientes, entre outros. Essa setorialização da política desarticula a classe trabalhadora e enfraquece o seu poder de mobilização.

Nesse sentido, acrescenta-se o pensamento de Sposati (2007) ao defender a ideia de que as políticas sociais⁷⁸ são carregadas de um caráter totalmente ideológico e estão historicamente a serviço da classe dominante, pois são

⁷⁷ Consideramos aqui como questão social as refrações das contradições da relação capital-trabalho que reverberam sob a classe trabalhadora.

⁷⁸ “Os recursos que sustentam as políticas sociais constituem parte do valor criado pela classe trabalhadora, apropriado pelo Estado e pelas classes dominantes e repassado às camadas populares sob forma de ‘benefícios’ concedidos pelo poder público, como expressão humanitária do Estado” (IAMAMOTO apud SPOSATI et alli, 2007, p. 33).

executadas pelo Estado para amenizar os conflitos e garantia da “governabilidade”. Assim, são utilizadas como mecanismo de controle e reposição da força de trabalho.

No contexto dos governos de orientação neoliberal esse problema se torna ainda mais agudo, pois, além de serem consideradas demasiadamente “pesadas” para o Estado, as políticas sociais se deslocam da esfera pública para a particular, transferindo-se para a sociedade civil na forma de prestação de serviços sociais, fragmentando ainda mais os serviços e focalizando a política de acordo com o interesse das instituições, desconsiderando as necessidades da classe trabalhadora. Com a transferência para o setor privado, as políticas sociais tornam-se negócio lucrativo para instituições que privatizam os serviços e desresponsabilizam o Estado de assegurar os direitos.

Portanto, ao analisarmos a ação destrutiva da contrarreforma do Estado, inferimos que a efetivação de políticas sociais não respondem e jamais responderam satisfatoriamente às reivindicações e anseios reais da classe trabalhadora, mesmo anteriormente às mudanças orientadas para a desregulamentação de direitos provenientes da contrarreforma. Vê-se, de acordo com Behring e Boschetti (2007, p.184), que as políticas sociais servem à política econômica monetarista e, desta forma, têm como características a privatização, focalização/seletividade e a descentralização e desresponsabilização do Estado.

Malgrado, porém, os efeitos ideológicos das políticas sociais, há, nesse espaço, uma contradição, pois nas próprias políticas de assistência estão contidas as possibilidades de negação e luta para expansão da autonomia popular. De acordo com esses preceitos é que se inscrevem as políticas sociais calcadas no modelo assistencial, como forma de enfrentamento da questão social. O modelo assistencial enquadra o trabalhador como assistido ou favorecido pelo Estado. Contraditoriamente o inscreve no atendimento parcial de suas necessidades na sociedade capitalista, produzidas pelo próprio sistema. A questão social configura-se como parte da produção e reprodução no capitalismo, conforme está na sequência.

Vale lembrar que está na base do trabalho teórico presente na crítica da economia política empreendida por Marx, com a colaboração de Engels, a perspectiva de desvelar a gênese da desigualdade social no capitalismo, tendo em vista instrumentalizar sujeitos políticos- tendo à frente o movimento operário- para a sua superação. Esse processo – a configuração da desigualdade, e que tem relação com a exploração dos trabalhadores, e as respostas engendradas pelas classes sociais e seus segmentos, a

exemplo das políticas sociais – se expressa na realidade de forma multifacetada através da questão social. (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, p.52)

As formas de enfrentamento da questão social, ainda na concepção das autoras, devem incorporar componentes de resistência por parte da classe trabalhadora, pois nesse conceito devem estar presentes as relações de luta de classe, pois “se pode recair no culto da técnica dos mapas da ‘exclusão’, das fotografias, tão em voga nos dias de hoje”. (IDEM, p. 53)

A questão social é objeto de intervenção do serviço social, cabendo uma breve reflexão sobre a sua forma de atuação. Na concepção de Iamamoto (2006), o serviço social brasileiro nasceu e se desenvolveu de acordo com o conservadorismo burguês, tutelado pela doutrina da Igreja, influenciado pelo neotomismo, o que direcionou essa política e a profissão de serviço social a ter uma visão romântica da sociedade capitalista:

Esse fio conservador coesiona tanto as bases de interpretação da sociedade, o campo dos valores norteadores da ação profissional, assim como o aperfeiçoamento de seus procedimentos operativos. Permite à profissão ir evoluindo e atualizando seus fundamentos científicos e técnico-interventivos, sem questionamentos que atinjam os pilares da ordem burguesa [...] O conjunto dessas influências leva o Serviço Social a pautar-se por uma **crítica romântica à sociedade capitalista, uma coordenação de ordem moral ao mundo burguês**, incapaz tanto de compreender o **caráter histórico-progressiva** da ordem estabelecida quanto de criticá-la em suas bases históricas, porque estas são soterradas pela análise. (IAMAMOTO, 2006, p. 220)

Na realidade nacional, o serviço social tradicional passou por uma fase de erosão nas décadas de 1970 e 1980, o que contribuiu para sua *reconceituação*, situando o ofício nos marcos da tradição marxista e influenciando a vanguarda da profissão a ter um discurso politizado e crítico⁷⁹, tendo como base a luta de classes

⁷⁹ Um marco importante foi a constituição de um projeto profissional ético – político já nos fins da década de 1990, que, comprometido com a luta de classes, vislumbrava um embate com a burguesia e o fim da sociedade capitalista. Vale salientar que, na opinião de Netto (2001), houve, na verdade, uma intenção de ruptura com o modelo vigente e não uma real modificação nos paradigmas de intervenção social, pois, para tanto, seriam necessárias rupturas político-sociais com a burguesia e o Estado, principais “empregadores” da profissão. Para o referido autor, houve no período de reconceituação da profissão uma aproximação com o “marxismo acadêmico” que se desenvolve como padrão de análise da realidade: “O que importa ressaltar, numa primeira caracterização desta perspectiva, é que ela, na expressão dos segmentos mais avançados da categoria profissional, tem conservado os seus traços dominantes de oposição ao tradicionalismo do Serviço Social – porém alcançando resultados pouco significativos em proposições não prescritivas para o exercício profissional”. (NETTO, 2001, p.160-161)

e a defesa intransigente de direitos. Nesse mesmo período, houve um avanço na política de assistência no Brasil, marcado principalmente pela Constituição Federal de 1988, na qual a assistência pela primeira vez foi considerada como política social, momento em que deixou de ter uma conotação caritativa e inscreveu-se no plano de direitos, compondo o tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e previdência.

Tal aconteceu em virtude de uma grande pressão dos movimentos populares, que imprimiram na CF de 1988 conquistas da classe trabalhadora, mas que, objetivamente, não foram implementadas plenamente. Um dos aspectos que jamais chegou a ser concretizado foi a universalização dos direitos à saúde pública, que, segundo a Lei, deve ser universal, além da previdência, que é um benefício contributivo e solidário, a prestado a quem dele necessitar.

De fato, com a política neoliberal, o direcionamento da assistência social foi no sentido de atender parcialmente a população que faz parte do mercado informal de trabalho, e expulsar dessa política os trabalhadores assalariados, por meio do “corte” de renda excessivamente baixo para inclusão nos programas, na vinculação da concessão dos benefícios a uma situação de “vulnerabilidade” e da mercantilização dos serviços, principalmente a educação e saúde.

O mecanismo assistencial, no pensamento de Sposati (2007), tem como configuração a existência de “carências” e, conseqüentemente, a necessidade de comprovação do grau de carência para o acesso aos programas. No Brasil, o corte socioeconômico para acesso aos benefícios sociais é muito baixo, variando geralmente entre $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e um salário mínimo *per capita*, o que direciona as políticas sociais para as classes paupérrimas e exclui enorme contingente da classe trabalhadora que tem necessidade dos serviços, mas não pode ter acesso a eles. Tem-se de considerar também o fato de que o salário mínimo brasileiro não responde satisfatoriamente às necessidades básicas da população, o que seria a sua principal proposta. Segundo o DIEESE⁸⁰, o salário mínimo nominal em fevereiro de 2011 era de R\$ 540,00, enquanto o necessário seria de R\$ 2.194,18.

⁸⁰ Fonte: <http://www.dieese.org.br>, acessado em 25 de Abril de 2011.

Esse fator leva a uma justificativa de um rebaixamento da qualidade dos serviços oferecidos, pois são direcionados, ainda da concepção de Sposati, a pessoas com pouco grau de “exigência”, uma política “pobre para pobres”⁸¹. Pode haver ainda uma fragmentação da demanda de acordo com graus de urgência, respondendo mais emergencialmente às demandas das necessidades básicas e situando em segundo plano questões como a educação.

A assistência estudantil também se desenvolveu com uma política focalizada nos grupos mais miseráveis, não tendo o caráter de política universal. Ao contrário, seu alcance é limitado por uma série de prerrequisitos para o acesso aos benefícios. Não é possível, portanto, dissociar o desenvolvimento da assistência estudantil universitária do próprio movimento da política de assistência social, pois ambos estão no âmbito da garantia de direitos e a assistência estudantil está inscrita nos limites da assistência social, dada a sua maior abrangência.

Portanto, a expressão assistência estudantil foi apropriada pelo Estado para designar a política social que visa a promover condições que contribuam para a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Passaremos, agora, a uma análise da política de assistência estudantil no Brasil, buscando compreender a trajetória, desafios e limites impostos a essa política.

⁸¹ Oitenta milhões de brasileiros, cerca de 64% da população, constituem uma população de provável dependência social, “quase 5% de maiores de 60 anos não são economicamente ativos (5.802.521), quase 20% de menores de 10 anos (31.601.326) e 33% de maiores de 10 anos que não possuem rendimento fixo (40.501.863) (SPOSATI et. all, 2007, p.11). Com esses dados, percebem-se as políticas sociais como relevantes para uma parcela significativa da população, entre estes havendo um número considerável de pessoas na faixa de 18 a 24 anos, que compreende o intervalo de idade para oferta de educação superior, segundo o Plano Nacional de Educação.

3.2 A Política de Assistência Estudantil no Brasil: breve histórico e identificação dos desafios

3.2.1. O fio da história

A política de assistência estudantil no Brasil, segundo Costa (2010), seguiu duas fases distintas, sendo que desde o início a moradia desempenha um papel primordial. A primeira fase teve início com a criação da Casa do Estudante e estendeu-se até o período de redemocratização. Até meados de década de 1980, esta política se caracterizou por ser informal, de caráter eventual, descontínua, em razão de pouca relevância conferida ao tema.

A segunda fase compreende desde o período da promulgação da Constituição Federal – CF de 1988 até os dias atuais. Nesse momento, na concepção de Costa (IDEM), houve um avanço para a regulamentação da política, por meio da CF, que, no Artigo 206, se reporta à igualdade de condições dos alunos para o acesso e a permanência.

Na inteligência de Barbosa (2009), a primeira república, criada e organizada somente por estudantes, foi criada no ano de 1876, ainda no período do Império, sob o reinado de D. Pedro II, em Ouro Preto, no entorno da escola de Minas Gerais, organizada por Henri Gorceix, geólogo francês, fundador da Escola de Minas e Metalúrgica de Ouro Preto.

A moradia auferia contornos de política oficial do Estado muito tempo depois, com a criação da primeira Casa do Estudante, no ano de 1928, durante o governo de Washington Luiz. Instalada em Paris, essa objetivou auxiliar brasileiros que estudavam na França, o que era bastante comum à época e também já tornava evidente o caráter burguês da universidade no Brasil.

Em 1931, com a Reforma Francisco Campos, foi aprovado o Estatuto das universidades brasileiras, o qual regulamentava a existência dos diretórios centrais dos estudantes, podendo contribuir para as decisões das instituições (CUNHA apud COSTA, 2010, p.56).

Como informa Romanelli, (1978), a reforma Francisco Campos alcançou todo o Território brasileiro e organizou o sistema de ensino em bases nacionais, o que até

então não existia. Para a educação superior, são relevantes o Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931 (Cria o Conselho Nacional de Educação), e o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 (Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário). De acordo com o último decreto, o ensino universitário foi fixado com pretensões excessivamente grandiosas, como se vê abaixo:

Art. 1º - O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (ROMANELLI, 1978, p. 133).

Em termos legais, de acordo com Barbosa (2009), em 1934, com a Reforma Francisco Campos, surgiu explicitamente a liberação de recursos para auxílios a estudantes, muito embora essa ação ainda não correspondesse a uma política, mas apenas a ações contingenciais, como se vê a seguir, na CF:

Art. 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. (CF, 1934).

A primeira Casa do Estudante instalada no País foi criada no Rio de Janeiro, em 1930, para atender estudantes carentes. Durante o governo de Vargas, passou a receber recursos do Governo federal e, em 1937, o governo apoia a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE,⁸² que passa a funcionar em um cômodo da Casa do Estudante do Brasil - CEB.

⁸²Consoante Santos (2007), no período de 1937 até 1942, a UNE se consolidou oficialmente como representante nacional dos estudantes, mantendo, de início, um bom relacionamento com o governo. Ainda no ano de 1942, passou a realizar discussões políticas e defendeu a entrada no Brasil na guerra, apoiando os aliados. O Governo federal, então, criou a Fundação da Juventude Brasileira – JB, que tinha fortes tendências fascistas, em oposição

A casa do Estudante do Brasil seria responsável pela sede administrativa da UNE, organizando a biblioteca, o serviço de saúde e a residência estudantil; promovendo a assistência jurídica, a concessão de bolsas e a distribuição de cargos empregatícios. (COSTA, 2010, p. 58).

Como observa Santos (2007), o movimento estudantil já havia tentado se organizar, por meio da realização do primeiro Congresso Nacional dos Estudantes, em 1910, na cidade de São Paulo. Por falta de condições materiais e políticas, a organização de uma entidade nacional só veio ocorrer mais de duas décadas depois, já na Era Vargas, em uma conjuntura política populista e de cooptação, conforme observa a autora:

Vale destacar que a chamada 'revolução de 30' fazia parte de um projeto contrarrevolucionário, tendo como norte a manutenção da unidade burguesa no Brasil e o incremento da acumulação capitalista. Neste projeto, o governo Vargas, ao contrário do discurso que evocava a si, de mediação de conflitos entre capital e trabalho, uma suposta 'proteção aos trabalhadores' de fato pretendia engendrar uma camisa de força destinada a garantir a paz e o lucro para os patrões, contendo os ascensos grevistas de 1931 e 1932, e levando às últimas consequências a política de destruição da autonomia sindical dos trabalhadores. Se, de fato, data da carta de 1934 a implementação de várias conquistas sociais (como salário mínimo, jornada de oito horas, férias) por outro, não é sem importância destacar que os direitos estavam condicionados ao trabalhador está inscrito em sindicato reconhecido pelo Estado, numa clara política de cooptação da autonomia sindical dos trabalhadores. (SANTOS, 2007, p. 22).

Na perspectiva de Costa (2010), A política de assistência estudantil, especificamente a de moradia universitária, tem gênese no mesmo momento em que o movimento estudantil criou forma. Somente um ano depois da criação da UNE, entretanto, começaram as divergências entre esta e a Casa do Estudante, de modo que, em 1938, ocorreu o rompimento entre elas. Por motivos de divergências políticas entre a diretoria da Casa do Estudante, representada pela presidente vitalícia Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça e a UNE, dá-se a expulsão desta última das dependências da Casa do Estudante, que desde então passou a funcionar nacionalmente e de forma independente.

Ana Amélia fundou a Casa do Estudante do Brasil – CEB, de acordo com Santos (2007), com objetivo de receber estudantes de outros estados que não

à UNE, que à época discutia a luta antifascista e encampava a bandeira por maior unidade entre as organizações estudantis.

tinham como se manter no Rio de Janeiro, e logo elevou a CEB à representação máxima nacional dos estudantes, por meio da União Nacional dos Estudantes- UNE, funcionando como um órgão da CEB. Sua atuação, no entanto, era deveras assistencialista e conservadora, reduzindo-se a eventos sociais e recreativos sem caráter político. Essa atitude produziu oposição por parte de alguns estudantes, que contestaram a atuação de Ana Amélia, e, em 1938, elegeram outra diretoria para a UNE, representada por José Raimundo Soares.

Após essa separação, os conflitos de ordem político - ideológica entre a CEB e a UNE aumentaram, chegando ao ponto em que, mediante uma carta, Ana Amélia expulsou a UNE, concedendo um prazo de apenas três dias para desocupação do prédio. A partir deste ponto, a Casa dos Estudantes e o movimento estudantil seguiram direcionamentos opostos.

O reconhecimento do direito à assistência estudantil para a educação superior no Brasil é muito recente. Em 1946, período em que se reestabeleceu o regime democrático, a assistência estudantil passou a ser obrigatória em cada esfera do ensino: “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”. (CF, 1946, Art. 172). Nos artigos 90 e 91, admite que a assistência estudantil deve ser um direito igual para todos estudantes.

De acordo com Barbosa (2009), o ministro Clemente Mariani, em 1948, sob influência da Escola Nova, apresenta um anteprojeto de lei, no qual a assistência estudantil figura como aspecto de gratuidade escolar, porém, somente 13 anos depois, na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, criada em 1961, ganhou força de Lei, no artigo 3º:

O Direito à educação é assegurado: II- pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família desta e os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos. (LDB, 1961)

A assistência estudantil nesta Lei aparece de maneira muito esparsa, sem clareza das ações e dos recursos. Quando trata da assistência social escolar, é direcionada somente para a educação básica, não existindo nenhuma referência a essa política no ensino superior:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, **mediante serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade.** (LEI 4024, 1961) [grifamos].

Na década de 1960, o movimento estudantil considerou que as legislações não contemplavam a necessidade dos estudantes e, no dizer de Santos (2007), no I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Salvador, elaborou o documento *Declaração da Bahia* que estabelece rumos para o movimento estudantil, combatendo a exploração capitalista e defendendo outra forma de sociabilidade.

Sanfelice (1986) noticia o fato de que *Declaração da Bahia* traça diretrizes para a reforma universitária, quais sejam, a luta pela reforma e democratização do ensino, maior abertura da universidade às classes populares, situa a universidade a serviço dos órgãos governamentais e das classes “desvalidas” e fazer da universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares.

Por ocasião do II Seminário Nacional de Reforma Universitária⁸³, em Curitiba, a UNE elaborou a Carta do Paraná, aprofundando o que havia sido iniciado com a *Declaração da Bahia*:

De maior relevância, entretanto, foi a realização do II Seminário Nacional de Reforma universitária, que ocorreu em Curitiba, de 17 a 24 de Março daquele ano de 1962, e do qual resultou a “Carta do Paraná” [...] Na revista da UNE afirmou-se, então, que os estudantes pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo, a negação de qualquer dogmatismo e uma frente cultural ativa na revolução brasileira [...] Dizendo respeitar a perspectiva de uma luta pela Reforma Universitária numa dimensão voltada apenas para o ganho pessoal dos privilegiados sociais que conseguiam frequentar o ensino superior, concluiu-se que o problema da reforma era de fato um problema popular, porque era o povo que não tinha acesso à universidade. (SANFELICE, 1986, p. 39).

⁸³No atual projeto de reforma universitária, materializado no Projeto de Lei – PL nº 7200/06, elaborado no governo Lula, percebe-se claramente a mudança de direção da UNE, que passa a assumir um posicionamento governista, inclusive apoiando programas como o PROUNI, conforme Santos (2007) assinala: a UNE (União Nacional dos Estudantes) defende a implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) do Governo federal, mas questiona o número de bolsas que devem ser viabilizadas em instituições de ensino superior privadas, segundo o que estabelece a MP (medida provisória) (UNIVERSIA apud SANTOS, p. 102).

A Carta do Paraná solicitava, entre outras demandas, assistência médica, aumento do número de restaurantes universitários, construção de mais casas do estudante. Não foi possível, entretanto, que o movimento estudantil continuasse a sua mobilização, pois no período de ditadura militar a UNE foi posta na ilegalidade. Na informação de Costa (2010), a luta pró-moradia estudantil só foi retomada em 1976, com a realização do I Encontro de Casas de Estudante.

É oportuno lembrar o fato de que, no período da ditadura, o movimento estudantil foi duramente reprimido, tendo ocorrido prisões, torturas e assassinatos, conforme relata Santos (2007), ao acentuar que a perseguição ao movimento estudantil inicia com a utilização de cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, e termina com prisões e assassinatos. Em 1969, o presidente Jean Marc von der Weid foi preso e o vice-presidente que assumiu, Honestino Guimarães, também foi preso e posteriormente assassinado, assim como os três diretores, Gildo Macedo Lacerda, Humberto Câmera e José Carlos da Mata Machado. Em todo o País, inúmeros estudantes foram acuados, presos e torturados, e muitos abandonaram suas famílias e ingressaram na clandestinidade, encontrando na luta armada a única saída.

Em 1968, com a Lei nº 5.537, que antecede a Lei de Reforma Universitária, cria-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa – INDEP, o qual tem como um dos seus objetivos a captação de recursos e a canalização deles para bolsas de estudo, manutenção e estágio dos alunos dos cursos superiores e do ensino médio. Estabelece, ainda, que nas instituições federais de ensino os alunos com renda familiar alta deverão pagar anuidades, que serão revestidas para manutenção, bolsa de estudos e estágio para alunos que tenham recursos insuficientes. Os valores pagos deveriam ser reembolsáveis a longo prazo. Salientamos que já se mencionam na lei os critérios para determinar o público-alvo da assistência estudantil, associando-se os critérios ao maior salário mínimo vigente no País⁸⁴ e ao número de dependentes da família à liberação do benefício. Portanto, se definiam regras claras, não deixando o campo livre às interpretações das instituições para concessão do benefício.

⁸⁴ À época, o salário mínimo no Brasil não era unificado, o que gerava grande disparidade entre as diferentes regiões do País.

A primeira referência legal à assistência estudantil específica para o ensino superior surgiu no contexto político da ditadura militar⁸⁵, tendo como alvo somente as universidades federais. Não existia previsão orçamentária de recursos públicos para essa política, condicionando a sua existência ao pagamento de uma anuidade pelos próprios estudantes, ensejando transferência de responsabilidade para a sociedade civil e insegurança de uma política financiada por um mecanismo instável e de valores muito variáveis. Soma-se, também, o fato de o aluno beneficiado ter de devolver ao INDEP posteriormente o valor recebido, que inicialmente pertencia à sociedade e que na devolução seria revertido ao Estado.

Mais de três décadas depois da criação da Casa do Estudante, no ano de 1970, o Governo federal criou o Departamento de Assistência Estudantil – DAE, vinculado ao MEC, ficando patente que a assistência estudantil se deu de forma desorganizada e desarticulada.

Consoante Barbosa (2009), com a reativação da UNE e com o fim do Decreto Lei nº 477, de 1969, que proibia manifestações estudantis, foi retomada a luta pró-moradia estudantil por parte dos estudantes. Em 1976, no Rio de Janeiro, foi realizado o I Encontro de Casas de Estudante.

A Constituição Federal de 1988, no Art. 202, assume o compromisso com a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o que leva a esperar a promoção de forte política de assistência estudantil, pois a igualdade de permanência só pode ocorrer mediante a criação de meios para que os alunos em situação de desigualdade social possam dar prosseguimento aos seus estudos. Sobre a educação superior, exprime:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, **de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão** mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996). [grifamos]

⁸⁵ Para conseguir o apoio popular e gerar uma política de intenso desenvolvimento econômico no País, o regime dos militares, na concepção de Santos (2007), desenvolveu ações assistenciais e promoveu o chamado “milagre econômico” que de fato se deu ao custo de um forte endividamento interno.

A Carta Magna de 1988 traça direcionamentos gerais sobre a educação e estabelece (Art. 214) que as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para os diversos níveis de ensino que compõem o sistema nacional de educação deverão ser estabelecidos pelo já citado Plano Nacional de Educação – PNE, no qual, no período de 2001-2011, ressaltou a importância da expansão das universidades públicas e, traçou um panorama da situação educacional do País, contudo, não abordou de forma explícita a necessidade de fortalecimento das ações de assistência estudantil:

Há necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, **sobretudo dos carentes**, bem como o desenvolvimento da pesquisa necessária ao País, que depende dessas instituições, uma vez que realizam mais de 90% da pesquisa e da pós-graduação nacionais- em sintonia com o papel constitucional a elas reservado. (PNE, 2001). [grifamos]

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, que engloba somente as instituições públicas federais de ensino superior.

Na década de 1990, experimentamos, como analisamos no capítulo anterior, o avanço das políticas neoliberais, o corte de verbas para a educação superior pública e o apoio à privatização e, conseqüentemente, maior escassez de recursos para a política de assistência estudantil.

Na LDB de 1996, a assistência estudantil para o ensino superior está ausente do texto. No Título III, sobre o direito à educação e o dever de educar, o dever do Estado é explicitado na criação de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde somente para o educando do ensino fundamental. Ressaltamos que, no Art. 71, consta que não constituem despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino as que são realizadas com assistência social, atendimento médico-odontológico, psicológico, farmacêutico, entre outros e, segundo a Constituição Federal, no Art. 212, esses programas deverão ser financiados com recursos de contribuições sociais e outras verbas orçamentárias, não deixando claro o que são esses outros recursos orçamentários.

Com base nos dados das pesquisas realizadas nos anos de 1994 e 1997 pelo FONAPRACE, que identificou o perfil socioeconômico dos alunos dos cursos de graduação presencial das IFES, em 2007, foi elaborado o Plano Nacional de

Assistência Estudantil - PNAES, primeiro documento que regulamenta nacionalmente a assistência estudantil, fruto da expansão prevista no REUNI.

O PNAES entrou em vigor no ano de 2008 e em julho de 2010, no governo Lula da Silva, foi implementado pelo Decreto nº 7.234, numa tentativa de assegurar o prosseguimento do plano no governo seguinte. Segundo informação do FONAPRACE⁸⁶, os recursos do PNAES em 2008 foram no valor de 125,3 milhões, beneficiando 196 mil alunos; em 2009, foi de 203,8 milhões, beneficiando 408,5 mil alunos. No ano de 2011⁸⁷, os recursos alcançaram 385 milhões.

Com base nesses indicadores, comparando os anos de 2008 e 2009, percebemos que os recursos tiveram aumento de 61,48%, e o número de beneficiados aumentou 208,4%, significando que não houve proporcionalidade entre o aumento dos recursos e o de beneficiários, pois, se o atendimento aos estudantes cresceu quantitativamente, deixou a desejar em termos de qualidade, já que o gasto por aluno caiu. É provável que este aumento do público beneficiado tenha se dado com origem nos restaurantes universitários, que conseguem atingir um público grande, com poucos recursos, no entanto, as necessidades dos estudantes vão muito além da oferta da alimentação.

No projeto de Lei nº 8035/10, PNE 2011, no Art. 2, entre as diretrizes gerais, estão a “superação das desigualdades sociais⁸⁸” e a “difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação”⁸⁹. Em suas metas, há referência direta ao fortalecimento da assistência estudantil em todos os níveis de ensino. A meta 12 trata da elevação da matrícula no ensino superior:

12.5) Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior dos estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico.

⁸⁶ Fonte: <http://gestao2010.mec.gov.br>, acessado em 20 de Abril de 2011.

⁸⁷ Fonte: ANDIFES. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.

⁸⁸ Vale questionar como se dará a superação das desigualdades no seio na sociedade capitalista, na qual a exploração da classe trabalhadora é a base de sustentação do sistema.

⁸⁹ O texto fala de equidade e não de igualdade de direitos.

A necessidade de ampliação de vagas e permanência dos estudantes na universidade passa diretamente pelo fortalecimento e reconhecimento da política de assistência estudantil⁹⁰, que objetiva proporcionar condições para que o estudante possa concluir seu curso, apesar das dificuldades sociais e financeiras.

Uma análise da necessidade de abrangência da assistência estudantil é difícil de ser realizada, pois envolve não somente os recursos e o número de beneficiados, sendo antes forçoso saber a situação socioeconômica de todos os estudantes, assim como as necessidades individuais, como moradia, creche, apoio psicológico, entre outros, pois um mesmo estudante pode necessitar de tipos diferentes de benefícios para poder permanecer na universidade.

Deve-se considerar, também, o fato de que um aluno que não apresenta vulnerabilidade socioeconômica pode vir a ser um potencial usuário da política de assistência estudantil, dependendo de fatores como relacionamento familiar, problemas de saúde, entre outros. São várias situações que incidem sobre a necessidade da política de assistência estudantil, que estão além mesmo da própria situação socioeconômica e que merecem ser estudadas minuciosamente, caso a caso.

O PNAES passa a normatizar a assistência estudantil, e definir que as ações devem ser desenvolvidas nas áreas de moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. O Programa estabelece que essas ações atenderão aos estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, que deverão ser selecionados prioritariamente por critérios socioeconômicos, objetivando a permanência na universidade e a melhoria de desempenho acadêmico.

O Programa, no entanto, contém diretrizes muito gerais, sem traçar uma política cristalina, havendo muita variação em cada universidade sobre os critérios

⁹⁰ Depoimento de representantes do DCE da UFC para a revista *Universidade Pública* demonstra a insatisfação dos alunos com a política de assistência existente: “em 2010, várias manifestações e protestos estouraram em universidades Brasil a fora, como nas federais de Alagoas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. No centro das reivindicações, mais vagas em residências estudantis e acesso ao restaurante universitário” (UNIVERSIDADE PÚBLICA, 2010, p. 22).

adotados e os benefícios a serem garantidos aos estudantes, o que configura uma dificuldade, sobretudo em face da promessa do Governo federal de mobilidade acadêmica do estudante, desde seu ingresso, mediante a adoção do exame nacional, por intermédio do ENEM e do SiSu.

De acordo com o que propõe o Governo, o estudante pode se deslocar de um Estado a outro, na desenfreada concorrência por uma vaga, mas não tem garantia de encontrar na universidade onde quer ingressar os benefícios de que precisa para a permanência e conclusão de seu curso. Em relação às universidades públicas estaduais, em dezembro de 2010, foi divulgado pelo MEC o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais – PNAEST⁹¹, que objetiva financiar a assistência estudantil nas IES estaduais, tendo como público os alunos dos cursos de graduação presenciais.

A liberação dos recursos foi vinculada à participação das instituições no SiSu, associando o número de vagas ofertadas ao montante liberado: instituições que oferecerem até 200 vagas no SiSu receberão até R\$ 150 mil, entre 201 e 1 mil vagas, até R\$ 750 mil, acima de 1 mil vagas até R\$ 1,5 milhão⁹². Para ter acesso ao recurso, as IES devem apresentar um plano de trabalho constando a forma como o dinheiro será aplicado na assistência estudantil. Além disso, esse valor não é significativo e não corresponde à necessidade das universidades, pois é disponibilizado proporcionalmente ao número de vagas ofertadas no SiSu, e não considera o número real de estudantes que demandam a política de assistência.

Verifica-se que o financiamento da assistência estudantil não assume uma relevância política por si mesma, mas constitui de fato um “atrativo”, um “*souvenir*” para que as IES estaduais se rendam ao interesse do Governo. Caso as instituições não disponibilizem suas vagas ao SiSu, os alunos dessas instituições serão seriamente prejudicados, o que deixa bastante claro que o objetivo primeiro do PNAEST não é beneficiar o aluno, mas alcançar o controle das IES e ajustá-las de

⁹¹ Portaria Normativa do MEC nº 25 de 29/12/2011.

⁹² Fonte: Mec. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16197:instituicoes-terao-recursos-para-assistencia-estudantil&catid=212&Itemid. Acesso em 17 de Junho de 2011.

acordo com os interesses governamentais e empresariais, centralizando as decisões e destituindo a autonomia das instituições. Para isso, utiliza-se da liberação de recursos como atrativo e mecanismo de convencimento.

3.2.2 A Assistência Estudantil nas IES Federais: do discurso à realidade

A política de assistência estudantil voltada para a educação superior no Brasil constitui um objeto de estudo difícil de ser analisado, tanto em sua trajetória histórica como em sua abrangência, em razão, principalmente, da falta de uma clara política e da sistematização de dados de maneira unificada no País. Nas instituições particulares essa dificuldade é ainda maior, pois, como não existe legislação específica, cada IES cria, à sua maneira, a política que acha conveniente; isso quando estabelece alguma.

Nessas instituições, as ações mais comuns são aquelas direcionadas para o próprio custeio do curso. Bolsa do ProUni e financiamento pelo FIES, mesmo sendo políticas do governo, são considerados como assistência estudantil pelas IES. Qualquer ação além dessas são baseadas em espontaneísmo, de acordo com o interesse comercial e de *marketing* das instituições. Outras IES se restringem a disponibilizar poucas bolsas de trabalho e a alguns mini cursos gratuitos também abertos à comunidade.

Como se verifica, nas universidades federais, foco deste estudo, a política de assistência estudantil têm uma trajetória marcada pela falta de legislação específica e com informações esparsas. Dados do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, no documento “Assistência Estudantil: Uma Questão de Investimento”⁹³ publicado no ano 2000, demonstram a preocupação com a forma residual que a política assume, sendo solicitada a instituição de um plano nacional.

⁹³ Importa salientar que o problema da assistência estudantil não é somente uma questão de investimento, mas também de reconhecimento de direitos e atendimento às reivindicações do movimento estudantil, que há décadas denuncia o descaso em relação aos estudantes.

Os dados levantados por este documento ressaltam o caráter heterogêneo e fragmentado da política, pois afirmam que 60% das IFES, no ano 2000, mantinham programas de bolsa de assistência, 58% programas de alimentação e 50% possuíam moradia universitária.

No ano de 1997⁹⁴, dados de uma pesquisa⁹⁵ que buscava fazer um mapeamento nacional do perfil dos estudantes realizada com 327.660 alunos das 44 instituições das 52 existentes, demonstrou que, segundo o FONAPRACE, as IFES já não eram espaços exclusivos das classes mais favorecidas economicamente, apesar de ainda se verificarem alguns cursos ocupados majoritariamente pelos mais bem postos financeiramente.

Como se verifica no quadro a seguir, cerca de 40% dos alunos eram provenientes de escolas públicas⁹⁶ e realizavam atividades remuneradas não acadêmicas. Mais de 80% optaram pelas IFES em decorrência de seu caráter de gratuidade e 23,31% moravam afastados de sua família nuclear. É possível perceber aí que a necessidade de assistência estudantil no ano de 1997 já demonstrava uma carência que três anos depois ainda não havia sido suprida, pois, conforme esses dados, apenas metade das IFES possuía moradia universitária, no ano 2000.

⁹⁴ Em 2010 foi realizada uma nova pesquisa com as IFES, sobre a qual trataremos mais adiante.

⁹⁵ Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html. Acesso em 19 de Junho de 2011.

⁹⁶ Prosseguindo no texto, é possível verificar que esses dados nacionais referentes à escola pública diferem da realidade da UFC, na qual mais de 60% dos alunos aprovados cursaram todo o ensino médio em escola privada.

Quadro 3
Perfil dos estudantes matriculados nas instituições federais de ensino superior
no ano de 1997

Itens pesquisados	%
Optam pelas IFES pelo caráter de gratuidade da universidade	83,69%
Buscam as Instituições pela qualidade do ensino	53,03%
Necessitam de transporte para deslocamento à universidade	60,60%
Exercem atividades remuneradas não acadêmicas	42,04%
São provenientes de escolas públicas	45,04%
Residem fora de seu contexto familiar	23,31%

Fonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE

Algumas lacunas ficam em aberto, pois não é possível perceber, pelo resultado desta pesquisa, quais são os cursos mais procurados pelos estudantes originários das escolas públicas e quais os que demandam maiores ações da assistência estudantil, fatores limitantes para uma análise mais profunda da necessidade dos estudantes.

O FONAPRACE realizou, também, o mapeamento das IES públicas, divididas conforme a região. Seguem informações sobre a região Nordeste, referentes aos anos de 1999 e 2000, percebendo-se as diferenças entre os serviços oferecidos em cada universidade.

Nesse período, 92,31% das IES pesquisadas ofereciam isenção da taxa do exame vestibular e realizavam avaliação socioeconômica⁹⁷ dos alunos. Na área da saúde, 84,62% dispunham de atendimento médico e odontológico, 92,31% ofereciam atendimento psiquiátrico e 23,08% dispunham de programas de prevenção a dependência química. Além disso, 100% ofereciam apoio a viagens para congressos e eventos estudantis, 84,62% ofertavam residência universitária, 61,54% propiciavam alimentação 100% subsidiada e 84,62% proporcionavam bolsa de trabalho. Para a concessão dos benefícios, 92,3% usaram avaliação socioeconômica.

⁹⁷ Questionamos a caracterização da avaliação socioeconômica como sendo um serviço prestado, pois trata-se de um instrumento para concessão dos benefícios.

Quadro 4

Informações Sobre as IES Públicas do Nordeste

Serviços Praticados	UFM A	UF PI	UF C	U E	UFR N	UFP B	UFR PE	UF PE	UF AL	UF S	UF BA	UE SB	UE FS	%
Cobra taxa de matrícula											x			7,62
Dispensa taxa de matrícula												x		7,62
Dispensa de outras taxas por Serviço	x	x		x		x	x	x	x	x	x			69,23
Isenção da taxa do vestibular	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x		x	x	92,31
Avaliação socioeconômica	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x		x	92,31
Acompanhamento dos Residentes	x	x	x		X	x	x	x	x	x	x			84,62
Apoio aos PNES													x	7,69
Orien. Acomp. Ao estudante Estrangeiro	x	x	x		x	x	x	x			x		x	76,92
Atendimento médico	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x		x	84,62
Exames para diagnóstico	x	x	x		x	x	x			x	x		x	76,92
Atendimento odontológico	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x		x	84,62
Atendimento psicológico/ Psiquiátrico	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	92,31
Prevenção de dependência Química		x							x				x	23,08
Tratamento de dependência Química		x												7,69
Apoio viagens (estudos/ Congressos)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	100,00
Apoio a eventos estudantis	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	100,00
Integração de calouros	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	100,00
Residência universitária	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x		x	84,62
Bolsa moradia										x				7,69
Administração dos Alojamentos	x		x		x		x	x			x		x	53,85
Alimentação 100% Subsidiada	x	x	x		x	x			x		x			61,54
Alimentação parcialmente Subsidiada	x	x	x	x					x	x				46,15
Bolsa alimentação							x			x			x	23,08
Bolsa de trabalho	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x		x	84,62
Bolsa permanência														0,00
Estágios (convênios)	x	x		x		x	x	x			x	x	x	76,92
PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO														
Utiliza avaliação Socioeconômica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	92,31
Não utiliza avaliação Socioeconômica													x	7,69
PROGRAMAS DE SAÚDE – 1999														
Atendimentos médicos		17 08	40 68		246	779	2516	21 21	33	61 02			27 00	
Exames para diagnóstico		72	70		0	97	810		0	0			48 3	
Atendimento odontológico		27 51	72 85		40	2870	1292		25 36	20			21 7	
Atendimento psicológico/ Psiquiátrico		13 0	97 0		30	7	830		32 7	71			18 6	
Tratamento de dependência Química		11	0		0	0	0		0	0			0	

Fonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE

É importante enfatizar, porém, o fato de que, embora esses dados apontem a oferta de vários tipos de atendimentos e benefícios, não significa que a demanda foi realmente suprida, ou que tenha sido feita com qualidade. Como se vê no quadro 4, os serviços na área de saúde atenderam a poucos estudantes, em relação ao número total de alunos. Com essa constatação, pode-se inferir que o mesmo pode ter acontecido nos outros serviços, apesar de não ter sido divulgada a quantidade de beneficiários.

Ressalta-se que boa parte destes serviços é ofertada somente a alunos comprovadamente de baixa renda, de acordo com os critérios de cada instituição, e que os serviços de saúde geralmente são prestados nos hospitais universitários, como integrantes ao atendimento da rede do Sistema Único de Saúde - SUS, não havendo um atendimento específico para os alunos, que não raro, demoram meses para serem atendidos.

A Universidade Federal do Ceará e a Universidade Estadual do Ceará ofereceram aos estudantes, no período mencionado, isenção da taxa do exame vestibular mediante a avaliação socioeconômica, contribuíram com apoio a viagens para participação em eventos acadêmicos, promoveram atividades de integração de calouros, ofereceram vagas para hospedagem em residência universitária⁹⁸ e a alimentação parcialmente subsidiada, além de bolsas de trabalho. A UFC, além desses benefícios, disponibilizou acompanhamento aos residentes, orientação aos estudantes estrangeiros, atendimento médico (4.068 atendimentos), odontológico (7.285 atendimentos) e exames para diagnósticos (70 exames), administração dos alojamentos e alimentação 100% subsidiada. Esses valores, no entanto, são apresentados sem haver uma comparação com o número absoluto de alunos, ou com a demanda existente à época, o que deixa uma lacuna no entendimento da extensão dos serviços prestados.

No que se refere a moradia, em 2012, percebe-se, segundo pesquisa realizada nos sítios das universidades, que nas IFES do Nordeste⁹⁹ o principal critério de concessão é a condição econômica dos candidatos e a localização de sua

⁹⁸ A UECE dispõe de residência universitária no *campus* de Quixadá.

⁹⁹ Optamos por fazer um recorte das IFES do Nordeste, pois, com a dimensão continental do Brasil há uma grande quantidade de instituições (mais de cinquenta) que exigiram uma análise mais demorada e minuciosa, que não caberia neste trabalho.

moradia, sendo que cada universidade desenvolve processos seletivos e critérios diferentes, e a quantidade de vagas e benefícios agregados a moradia também é muito variável. Comparando os dados com a pesquisa, nos últimos 12 anos a Universidade de Sergipe – UFS continua sem moradia universitária própria, sendo a única IF do Nordeste que permanece nesta situação.

Frisamos novamente que essas diferenças tornam a tão propalada mobilidade prometida pelo ENEM - SISU bastante difícil para os estudantes da classe trabalhadora, que não sabem ao certo as condições que vão encontrar nas residências universitárias de outros estados, muito menos conhecem os critérios de concessão utilizados pelas universidades, uma vez que não são nacionalmente definidos.

No concernente à situação da política de assistência estudantil e, especialmente, da política de moradia universitária de que cuidamos, vale destacar alguns dados coletados nos sítios das IFES, conforme na sequência delineados.

- **A Universidade Federal do Maranhão – UFMA¹⁰⁰**. Não conta com uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. A assistência estudantil é promovida pela Pró-Reitoria de Extensão, por meio do Núcleo de Assuntos Estudantis – NAE. Em relação à política de moradia, disponibiliza três residências universitárias, com 92 vagas no total.
- **Universidade Federal do Piauí – UFPI¹⁰¹**. Tem regime jurídico de fundação e foi considerada, no ano de 2012, referência nacional na área da assistência estudantil, pois é a única com moradia em todos os *campi*, disponibilizando no total 492 vagas. Concede alimentação integral e inclusão digital aos moradores. Informou, ainda, que quase 50% dos estudantes matriculados recebem algum tipo de benefício da assistência estudantil. Possui uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC.
- **Universidade Federal do Ceará – UFC¹⁰²**. Possui Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, e até o ano de 2011 disponibilizava 310 vagas em 16 residências, sendo dois prédios alugados. Em fevereiro de 2012, passou a

¹⁰⁰ Disponível em: www.ufma.br/noticia/noticias.php?cod=3575. Acessado em 17 de fevereiro de 2012.

¹⁰¹ Disponível em: www.ufpi.br/noticia.php?id=20577. Acessado em 17 de fevereiro de 2012.

¹⁰² Fontes: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE e www.prae.ufc.br. Acessado em 13 de fevereiro de 2012.

funcionar uma nova residência do *campus* do Pici, com possibilidade de 198 vagas, incluindo-se duas vagas para deficientes. Nos *campi* do interior do Estado é concedido auxílio-moradia em dinheiro, pois não há residência universitária. Os residentes recebem três refeições diárias no Restaurante Universitário e auxílio financeiro para o fim de semana.

- **Universidade Federal no Rio Grande do Norte – UFRN**¹⁰³. Disponibiliza 12 residências universitárias, sendo uma destinada a alunos de pós-graduação, com 487 vagas ao todo. O critério para o processo seletivo considera os candidatos que apresentam maior carência. Possui Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PROAE.
- **Universidade Federal da Paraíba - UFPB**¹⁰⁴. Não possui Pró-Reitoria específica de assuntos estudantis, havendo uma Pró-Reitoria de Extensão E Assuntos Comunitários- PRAC. Tem residência universitária em três *campi*, somando a maior quantidade de vagas em residência universitária no Nordeste: cerca de 1393¹⁰⁵ vagas no ano de 2011.
- **Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**¹⁰⁶. Possui Pró-Reitoria de Gestão Estudantil. Disponibilidade de 117 vagas em quatro residências universitárias.
- **Universidade Federal de Pernambuco – UFPE**¹⁰⁷. Possui Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, com 276 vagas nas duas residências universitárias. Os estudantes recebem auxílio-transporte, auxílio-pedagógico, para compra do material de estudo, apoio psicológico e psiquiátrico e alimentação no restaurante universitário.
- **Universidade Federal de Alagoas - UFAL**¹⁰⁸. Há Pró-Reitoria Estudantil- PROEST. Disponibilidade de 100 vagas com previsão para 2012 de ampliação para 460 vagas em 12casas.
- **Universidade Federal de Sergipe - UFS**¹⁰⁹. Há Pró-Reitoria De Assuntos Estudantis- PROEST. Tem regime jurídico de fundação e não possui moradia

¹⁰³ Disponível em: www.sae.ufrn.br . Acessado em 20 de fevereiro de 2012.

¹⁰⁴ Disponível em: www.prac.ufpb.br. Acessado em 20 de fevereiro de 2012.

¹⁰⁵ Disponível em:

http://www.ufpb.br/avalies/sites/www.ufpb.br/avalies/files/Relat%C3%B3rio_Autovalia%C3%A7%C3%A3o_Institucional_2012_UFPB.pdf. Acessado em 04 de julho de 2012.

¹⁰⁶ Disponível em: www.progest.ufrpe.br. Acessado em 20 de fevereiro de 2012.

¹⁰⁷ Disponível em: www.progest.ufpe.br. Acessado em 22 de fevereiro de 2012.

¹⁰⁸ Disponível em: www.ufal.edu.br . Acessado em 22 de fevereiro de 2012.

estudantil própria. Dispõe de uma bolsa residente que os estudantes recebem e utilizam para pagamento de aluguel, condomínio, energia elétrica e taxas de prédios alugados em que os residentes moram em conjunto.

- **Universidade Federal da Bahia - UFBA**¹¹⁰. Possui Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil – PROAE. Dispõe de residência universitária em prédios próprios (não há informação no sítio do número de vagas disponíveis), serviço de hospedagem em espaços mantidos pela universidade mediante a contratação de serviços, e auxílio moradia, pelo repasse do valor de R\$ 250,00.

Lembramos que, em 2007, com base na Meta do PNE 2001 de prover a ampliação da oferta do ensino superior, criou-se, por meio de um decreto presidencial, o REUNI. Este, objetivando a ampliação de acesso e visando a diminuir os índices de evasão¹¹¹ e abandono¹¹², estabelece entre uma de suas diretrizes a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil.

De forma geral, a quantidade de vagas disponibilizadas nas moradias das IFES não é suficiente para suprir a demanda, como veremos adiante, considerando-se o número absoluto de alunos das universidades e também a mobilidade previsto no SiSu, que deveria ser acompanhado de uma franca expansão das moradias universitárias. Deve-se considerar que essas vagas descritas já fazem parte do plano de expansão do REUNI.

A reestruturação das universidades teve início em 2007, com previsão de acontecer até o final de 2012, com destaque para as políticas de assistência estudantil, que devem acompanhar a expansão das universidades federais. Os recursos para a assistência estudantil sempre foram insuficientes, como é possível

¹⁰⁹ Disponível em: www.proest.ufs.br . Acessado em 29 de fevereiro de 2012.

¹¹⁰ Disponível em:

ftp://ftp.ufba.br/pub/sisper/Edital_Bolsas_PROAE_2011_1_Residencia_Hospedagem_Auxilio_Moradia.pdf .

Acessado em 29 de fevereiro de 2012.

¹¹¹ Conforme nota do Capítulo 2, abandono se refere à condição do aluno que deixa de frequentar a escola durante o andamento do período letivo, enquanto evasão se refere à situação em que o aluno não se matricula no semestre/ano letivo seguinte, independentemente da condição de rendimento escolar.

¹¹² Faz-se mister salientar que a evasão dos acadêmicos representa gastos para o Estado que, assentado na lógica capitalista-neoliberal, deve diminuir seus investimentos na área social. Assim, para o Estado, o aluno que se evade compromete uma vaga de quem poderia estar cursando. Portanto, a questão tem centralidade econômica e não educacional.

afirmar com base em dados do FONAPRACE¹¹³ e os disponibilizados atualmente não respondem à histórica defasagem dessa política, tampouco privilegiam as propostas para a expansão, pois os recursos podem ser objeto de variações diferentes, de acordo com interesses políticos, enquanto a necessidade de assistência estudantil continua se expandindo¹¹⁴. Segue trecho de uma discussão que a ANDIFES realizou em 2009 sobre a repactuação do REUNI e a distribuição dos recursos para a assistência estudantil, que refletem bem quais interesses motivam a distribuição de recursos:

Além dos R\$ 200 milhões da assistência estudantil, mantidos de 2009, há proposta de um acréscimo escalonado para as IFES em função do grau de adesão ao novo Enem: **100% para as que tiverem o Enem como forma única de ingresso; 75% para aquelas que destinarem 20% das vagas; 50% para aquelas que tiverem percentual superior a 10 e inferior a 50% do número de vagas, 50% para aquelas que utilizarem o Enem como forma parcial de seleção e 25% para todos, independentemente do Enem.** Os reitores comentam os dados [...]. O reitor Pedro Ângelo Almeida Abreu (UFVJM) manifesta sua contrariedade com o sistema de distribuição dos recursos da assistência estudantil porque, na opinião do reitor, os atuais critérios utilizados para a distribuição de recursos não contemplam, de fato, a distribuição pela população real de carentes por IFES. (ANDIFES, Ata da LXXXIIª Reunião Ordinária do Conselho Pleno da Andifes, 2009, p.2) [Grifamos].

No início do ano de 2011¹¹⁵, no governo de Dilma Rousseff, foi anunciado um corte de 10% nas verbas para as universidades federais, que terá impacto direto nas ações de assistência estudantil¹¹⁶. O Relato abaixo¹¹⁷ é um reflexo das dificuldades já enfrentadas, no governo de Lula, pelos alunos que migram de um Estado para outro em busca de uma educação de nível superior, e que tende a piorar com o corte anunciado por Dilma:

Passar no vestibular da Universidade Federal da Bahia para Ciências Naturais, em 2006, foi o passo menos difícil para Sandoval de Souza, de 30 anos, cursar o ensino superior. "Não tinha como me manter em Salvador",

¹¹³ Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprince/documentos/assist_est.html. Acessado em 04 de julho de 2012.

¹¹⁴ Constitui tarefa para uma exaustiva pesquisa identificar quais seriam os recursos suficientes para a garantia de uma política de assistência estudantil com cobertura de toda a demanda reprimida, além da necessidade de reformação dos critérios para a concessão dos benefícios, que não tem diretrizes claramente definidas na política nacional.

¹¹⁵ Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/02/20/universidades-federais-podem-perder-10-da-verba-de-custeio-por-cao-de-cortes-do-orcamento.htm>. Acessado em 12 de maio de 2012.

¹¹⁶ Disponível em: http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4812:universidades-publicas-sofrerao-corte-de-10-no-orcamento-para-custeio-&catid=52&Itemid=100013, em 18 de junho de 2011.

¹¹⁷ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,vaga-em-moradia-estudantil-e-mais-concorrida-que-vestibular,409274.0.shtm>. Acesso em 18 de junho de 2011.

diz Souza, de Uruçuca, a 405 quilômetros da capital. Um drama comum a milhares de brasileiros que estudam longe de casa.

Souza descobriu que a disputa por vaga nos alojamentos da UFBA era bem mais acirrada que a do vestibular. Depois de trabalhar numa pousada em troca de cama, ele participou de uma invasão de 35 "sem-teto" na Faculdade de Farmácia, por uma semana. Só aí conseguiu vaga num alojamento. (Thiago Décimo e Evandro Fadel - O Estado de S. Paulo, 2009)

Vê-se que há muito o que se fazer para que haja uma política de assistência estudantil realmente comprometida com os estudantes da classe trabalhadora. Nesse ensejo, passaremos para uma análise dos desafios impostos a essa política, considerando o perfil dos estudantes das IFES.

3.3 Os Desafios da Política de Assistência Estudantil em Face do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das IFES No Brasil

Expomos, a seguir, o resultado da última pesquisa realizada pela ANDIFES e operacionalizada pelo FONAPRACE para conhecer o perfil social e cultural dos estudantes das IFES no ano de 2010, na qual participamos como aplicadora do instrumento na coleta de dados na UFC.

Nossa participação nessa pesquisa teve início com o treinamento para a coleta de dados da Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação dos Cursos Presenciais das IFES, nos dias 21 e 22 de setembro de 2010, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. No treinamento, fomos apresentada como gestora da pesquisa, e nossa atribuição deveria ser a aplicação dos questionários nas IFES e ter conhecimento prévio do resultado das nossas instituições.

Durante o treinamento, no entanto, a Comissão da pesquisa, composta por representantes do FONAPRACE, foi comunicada de que o questionário de aplicação já estava definitivamente concluído e que nenhuma alteração seria permitida. Segundo esta, o instrumento vinha sendo elaborado havia dois anos pela equipe de pró-reitores. Após muitas reivindicações e questionamentos por parte dos representantes das instituições¹¹⁸, o máximo que conseguimos foi realizar algumas

¹¹⁸ Estiveram presentes representantes de todas as IFES, na sua maioria, assistentes sociais e profissionais da área de tecnologia da informação. Como representantes da UFC, estivemos nós e o Prof^o Jefferson de Carvalho Silva, professor de Informática do *campus* de Quixadá.

mudanças de ortografia e terminologias, e a inclusão por parte de cada universidade de dez questões extras¹¹⁹ de seu interesse, que seriam aplicadas somente naquela instituição, e cuja divulgação seria também local.

Na ocasião, questionamos sobre a possibilidade de a pesquisa ser extensiva também aos alunos dos cursos semipresenciais, uma vez que é notório o interesse governamental em expandir esses programas. A diretora do FONAPRACE à época, Prof^a. Raquel Nunes da Cunha, da Universidade de Brasília – UNB, afirmou que esse público não seria abordado para a pesquisa e que não havia previsão de uma pesquisa que os incluísse, alegando ser esta modalidade muito recente para a realidade das IFES. Essa posição nos pareceu ser reveladora do desinteresse de estender assistência para esses estudantes, uma vez que não se busca identificar as suas necessidades, que não devem ser poucas, pois muitos alunos que procuram os cursos a distância o fazem por não terem condições sequer de fazer um curso presencial, entre outros fatores, em razão das condições precárias de seus municípios.

Para aplicação da pesquisa, foi desenvolvido o Sistema de Informação do Perfil do Estudante, SIPE- Brasil¹²⁰, criado especificamente para realizar esta investigação *online*. O questionário seria respondido anonimamente por um aluno tomado de forma totalmente aleatória pelo sistema, após ser lançada a quantidade total de estudantes de cada curso e o número de alunos que deveriam ser sorteados. Desde então os sorteados recebiam um *login* e senha para acessar e responder o questionário, composto por sete etapas, e, após a conclusão de cada etapa, o sistema salvava os dados e fechava, não permitindo mais alterações. Esse sistema foi utilizado para permitir que os estudantes pudessem interromper o preenchimento temporariamente e como prevenção em caso de algum imprevisto que impossibilitasse a conclusão do preenchimento.

Alguns representantes das IFES alegaram no seminário de treinamento que sentiriam dificuldades para a aplicação do questionário em razão de este ter de ser

¹¹⁹ No caso da UFC, a equipe decidiu não incluir nenhuma pergunta ao questionário, pois considerou que as alterações deveriam ser feitas nas questões que já existiam, e não com o acréscimo de quesitos.

¹²⁰ O sistema foi hospedado no sítio da universidade federal do Mato Grosso do Sul, no endereço: <http://www.sipe.ufms.br>.

respondido somente *online*. A solução encontrada pela Comissão Organizadora foi a orientação de encaminhar os alunos para os departamentos dos cursos, para que os estudantes utilizassem os computadores do setor administrativo da universidade a fim de responder aos questionários, uma vez que a possibilidade de acesso dos estudantes aos computadores ainda é muito precária nos laboratórios de informática que não atendem as necessidades dos alunos, seja pelo numero reduzido de máquinas, seja pela falta de manutenção.

Cada gestor poderia acessar o sistema e acompanhar o desenvolvimento da pesquisa em sua instituição, contudo, não poderia ter acesso às informações dos questionários, pois de outra forma, deixariam de ser anônimos.

O plano amostral foi constituído com base no número de estudantes matriculados nos cursos no segundo semestre de 2009, de acordo com dados fornecidos pelo MEC. No total, foram pesquisados 22.649 alunos de um universo de 656.167 estudantes de 57 IFES¹²¹, sendo que somente a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI não enviou os questionários respondidos. Na UFC, essa realidade envolveu 22.691 estudantes de 68 cursos, de todos os *campi*; dentre eles, a amostra foi de 417 alunos, dos quais 412 responderam o questionário completo.

O questionário era composto por 56 questões fechadas, abordando informações pessoais (idade, raça/cor/etnia, sexo, situação conjugal, cidade de origem, situação de moradia, vínculo de trabalho etc); familiares (informação sobre o mantenedor da família, escolaridade dos pais, estrutura física da moradia, renda mensal, número de dependentes etc), antecedentes escolares (tipo de ensino médio, onde cursou o ensino médio, quantidade de tentativas de vestibular etc); vida acadêmica atual (curso, forma de ingresso, participação em programas de assistência, participação em alguma atividade acadêmica, trancamentos, horário das disciplinas); informações do curso e expectativas profissionais (motivações, expectativas), interesses culturais (fontes de informação, participação em atividades artísticas, movimento estudantil, ecológico, religiosos, social, político-partidário, domínio de línguas estrangeiras etc); e qualidade de vida (situação de saúde, prática de atividades físicas etc).

¹²¹ Em relação à pesquisa realizada em 1997, o número de alunos pesquisados praticamente dobrou, e as instituições pesquisadas saltaram de 44 para 57.

A pesquisa foi realizada de 11 de outubro a 17 de dezembro de 2010, e na UFC aplicamos o questionário com o apoio dos dirigentes de departamentos que aceitaram participar do processo, e, de posse dos nomes dos alunos que seriam pesquisados, os abordavam e repassavam as instruções para o preenchimento do questionário, que era autoaplicável¹²². Quando algum aluno não respondia ao questionário, um novo sorteio era realizado. A pesquisa foi amplamente divulgada em revistas, na rádio universitária e TV, buscando sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância da participação.

Após o término da aplicação dos questionários o sistema foi fechado e nós, havida como gestora da pesquisa, ficamos aguardando o resultado prévio das nossas IFES, que seria tabulada pela Comissão Organizadora. Contrariamente ao que havia sido combinado, um ano após o final do processo, ainda não tínhamos informação sobre esse resultado e os *e-mails* enviados não eram respondidos. Após muita insistência, nos foi informado que o resultado da pesquisa seria divulgado no segundo semestre de 2011, somente para os pró-reitores, e que eles fariam o repasse das informações, após a divulgação oficial do resultado nacional.

Quanto ao resultado específico da UFC, somente o reitor a ele teve acesso, e montou sua equipe de pesquisa para organizar a divulgação dos dados, de acordo com o seu interesse. Fica a nossa indignação com o descaso e a centralização do FONAPRACE, que impediu a participação dos representantes das instituições nesse processo tão importante de conhecimento de dados e da alta direção da UFC, que nos excluiu do conhecimento prévio do resultado desta instituição. Seguem, então, os dados oficialmente divulgados.

De acordo com a ANDIFES (2011, p. 11), o *PNAES* “estabelece que sejam atendidos, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio”. Essa realidade está longe de ser atendida, pois, de acordo com o quadro a seguir, a soma das rendas familiares de até três salários mínimos atinge 41% das famílias, e, apesar de

¹²² Cabe ressaltar que os professores e coordenadores não tinham acesso aos questionários dos estudantes, pois apesar de terem os *logins* e senhas dos alunos, após os questionários serem respondidos, o sistema não permitia mais a visibilidade.

o dado não indicar a renda *per capita*¹²³, demonstra, mesmo assim, que há enorme contingente de estudantes que deveria ser atendido pela política de assistência estudantil, pois, levando em consideração a realidade nacional, de acordo com dados do IBGE¹²⁴, em 2008, metade das famílias brasileiras ainda vivia com menos de R\$ 415 *per capita*.

Pela análise do quadro seguinte, é perceptível o fato de que o maior índice de renda familiar é de até dois salários mínimos, 18,14%, e que o segundo maior índice é acima de dez salários mínimos, 16,72%, revelando que, ao se analisar esses dados isoladamente, o número de estudantes de classes menos favorecidas economicamente aumentou nas IFES. Quando se compara, no entanto, a índices nacionais, a universidade pública ainda é espaço privilegiado de pessoas com poder aquisitivo melhor.

Chega-se a essa conclusão em virtude do número de estudantes com renda maior do que dez salários mínimos, ou seja, superior a R\$ 5.100,00, ser proporcionalmente maior do que o total de brasileiros com essa renda, pois de acordo com dados do IBGE¹²⁵ (2010, p.75-76), no Brasil, somente cerca de 4% das famílias possuíam recebimentos superiores a R\$ 10.450,00 nos anos de 2008-2009, e apenas 7,2% tinham renda entre R\$ 4.150,00 e R\$ 6.225,00, no ano de 2009. A renda dos estudantes das IFES, portanto, está proporcionalmente acima dos índices nacionais, o que configura um acesso maior dessa população às universidades federais.

¹²³ Não foram divulgados dados sobre a renda *per capita* dos estudantes, o que seria possível com o cruzamento de informações dos dados, mas como esse dado desnudaria qual seria uma provável demanda por assistência estudantil, não foi do interesse a divulgação dessa informação.

¹²⁴ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476eid. Acessado em 12 de março de 2012.

¹²⁵ Fonte: IBGE, diretoria de pesquisa, coordenação de trabalho e rendimento, pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf.

Acessado em 12 de março de 2012.

Quadro 5
Distribuição percentual de estudantes brasileiros conforme a renda familiar

Renda	Nacional (%)
Não tem ou nunca possuiu renda	0,45
Até meio salário mínimo (R\$255,00)	0,63
Até 1 salário mínimo (R\$510,00)	7,25
Até 2 salários mínimos (R\$1020,00)	18,14
Até 3 salários mínimos (R\$1530,00)	14,19
Até 4 salários mínimos (R\$2040,00)	10,40
Até 5 salários mínimos (R\$2550,00)	7,45
Até 6 salários mínimos (R\$3060,00)	6,76
Até 7 salários mínimos (R\$3570,00)	4,39
Até 8 salários mínimos (R\$4080,00)	4,47
Até 9 salários mínimos (R\$4590,00)	2,56
Até 10 salários mínimos (R\$5100,00)	6,57
Acima de 10 salários mínimos	16,72

Fonte: Andifes. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.

No que se refere ao gênero, as mulheres são predominantes em todas as regiões, alcançando 53,51% do total de estudantes. A maioria é jovem, pois 75% têm até 24 anos, 53,93% se consideram da raça/etnia branca, 86,64% são solteiros, 56,56% utilizam transporte público, 9,21% têm filhos, e destes 43,38% utilizam creche nas IFES. Uma quantidade mínima dos estudantes tem filhos e, destes, menos da metade utiliza a creche ou auxílio-creche, demonstrando que esse tipo de benefício não é muito adotado nas universidades.

Outro dado importante é sobre a moradia, retratado no quadro a seguir, ao apontar que somente 55,28% dos estudantes moram com o pai ou a mãe, e 9,87% residem com o cônjuge ou companheiro. Os demais residem sozinhos, com amigos, familiares, em pensão, república, entre outros. Apenas 2,52% residem em moradia pertencente ou mantida pela universidade. Como já dito, insistimos na ideia de que esse quadro tende a se agravar ainda mais com a mobilidade dos estudantes, já que

a moradia universitária é destinada a um público tão pequeno da comunidade estudantil.

Entre as classes econômicas, a classe D, com renda familiar equivalente a R\$ 680,00, é a mais presente nas moradias universitárias e nenhum aluno da classe A1 foi encontrado nas residências, demonstrando que o benefício é direcionado para os mais pobres. Uma situação muito grave pode estar implícita nesses dados, que provavelmente ocultam uma demanda por moradia que não vem sendo atendida, uma vez que os estudantes podem estar procurando outras formas de moradia não por opção, mas por desconhecerem o benefício ou pela insuficiência de vagas.

Quadro 6
Situação de moradia dos estudantes (%)

	A1 ¹²⁶	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Mora sozinho(a)	3,59	4,99	6,44	6,19	6,92	7,04	6,32	13,31	6,33
Com o pai, a mãe ou ambos	80,28	73,47	61,05	54,55	50,75	46,98	38,03	39,76	55,28
Com o cônjuge	0,00	0,88	3,58	11,16	14,43	15,19	15,87	6,28	9,87
Em casa de familiares	0,87	2,40	4,76	5,56	6,38	8,40	9,53	8,33	5,85
Em casa de amigos	1,26	0,43	0,88	1,19	1,09	1,85	3,42	2,59	1,33
Pensão/hotel/pensionato	0,00	0,63	0,96	1,26	1,45	1,31	1,57	4,26	1,19
República	3,74	8,24	11,77	11,02	9,10	7,57	10,13	10,13	9,67
Moradia mantida pela família	10,27	8,41	9,69	7,21	6,12	5,97	5,41	5,05	7,30
Moradia pertencente ou mantida pela Universidade	0,00	0,13	0,40	1,47	2,86	4,72	8,74	5,01	2,52
Outras moradias coletivas (religiosa, pública, etc)	0,00	0,40	0,46	0,39	0,90	0,97	0,98	5,28	0,66

Fonte: Andifes. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.

¹²⁶ A faixa de pontuação utilizada para classificação econômica e estimativa da renda familiar por classe foi a utilizada pela Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa – ABEP, que classifica da seguinte forma as classes: E – R\$ 415,00, D - R\$ 680,00, C2- R\$ 962,00, C1- 1.459,00, B2- 2.656,00, B1- R\$ 4.754,00, A2 - R\$ 8.295,00, A1 - R\$ 11.480,00.

Quanto à participação nos programas de assistência, 15% dos estudantes utilizam o restaurante universitário, 11% são atendidos pelos programas de bolsa de permanência¹²⁷ e 10% estão incluídos nos programas de transporte. A classe que mais utiliza os benefícios é a classe E, com índices entre 17,70% e 39,58%, o que reforça novamente a necessidade de expansão dos benefícios.

Considerando que a classe E tem uma renda familiar bruta de R\$ 415,00 e a classe D de R\$ 680,00, pela referência de um salário mínimo e meio *per capita* utilizada pelo PNAES, 100% desse público deveria ser coberto por, pelo menos, um programa, acrescentando-se ainda a classe C2, com renda de R\$ 962,00.

Esses três benefícios são os que atingem maior número de estudantes, deixando a desejar em outras áreas, como saúde, moradia estudantil¹²⁸, apoio pedagógico e psicológico cujos dados sequer foram divulgados.

Quadro 7

Participação dos Estudantes em Programas de Assistência Estudantil (%)

	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Restaurante Universitário	1,78	2,76	4,98	10,41	19,07	29,30	34,28	37,26	15,05
Bolsa de permanência	0,38	0,80	2,37	5,85	12,46	23,22	28,66	39,58	10,53
Programas de transporte	2,26	5,28	6,84	8,24	12,41	14,75	17,18	17,70	10,11

Fonte: Andifes. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.

Em relação à atividade acadêmica, 67,32% dos estudantes exercem alguma atividade remunerada, sendo o estágio o que demonstra maior procura, alcançando 10,7% dos estudantes, seguido pela pesquisa (8,26%) e a monitoria (4,03%).

Quanto ao turno, 52,5% dos estudantes do noturno são das classes C, D, enquanto as classes A e B representam 65,3% dos cursos integrais, e 57,9% dos cursos matutinos. Infelizmente a maioria dos cursos das universidades federais

¹²⁷ Anteriormente essa bolsa recebia o nome de bolsa de trabalho. Na UFC, a nomenclatura utilizada é bolsa de iniciação acadêmica.

¹²⁸ A moradia estudantil aparece na pesquisa no quesito “moradia”, não no item que trata especificamente dos programas de assistência estudantil.

ainda são diurnos, o que dificulta o acesso da classe trabalhadora, somando-se o fato de que as programas de assistência estudantil também funcionam em sua maioria no período diurno, deixando esse público sem o atendimento necessário. Na UFC, somente no ano de 2012, o Restaurante Universitário passou a oferecer jantar aos estudantes, após longos anos de luta do movimento estudantil.

Vê-se que a estrutura das IFES está a serviço dos estudantes de origem social privilegiada¹²⁹, enquanto a classe trabalhadora encontra dentro da universidade a perfeita reprodução de uma sociedade desigual, que expropria ainda mais os explorados. Essa realidade se reflete no fato de que 15% dos trancamentos de matrícula ocorrem em razão de problemas financeiros, 10% por motivos de saúde e 16% por insatisfação com o curso. Desses índices, o trancamento por insatisfação é maior nas classes A e B, enquanto por impedimento financeiro é maior nas classes C, D e E.

Quadro 8
Motivos para trancamento de matrícula (%)

	Insatisfação com o curso	Impedimento de Saúde	Impedimento financeiro	Licença maternidade	Outro motivo	Geral
A1	2,03	1,27	0,00	0,00	2,92	2,35
A2	13,16	4,52	0,66	0,00	12,50	12,90
B1	13,72	12,61	4,79	11,35	19,23	17,58
B2	22,59	27,93	27,03	20,56	29,27	23,49
C1	19,07	32,02	24,40	25,13	18,34	19,59
C2	12,70	13,77	21,49	23,96	11,90	14,01
D	12,64	7,89	20,22	18,99	5,77	9,60
E	4,10	0,00	1,39	0,00	0,08	0,47

Fonte: Andifes. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.

¹²⁹ Não queremos aqui legitimar ou engrossar o coro daqueles que, áridos pela privatização interna das IFES, apontam estas como espaços quase exclusivos da burguesia, como forma de levantar argumentos para cobrança de serviços e mensalidades. Também não estamos aqui a empunhar a polêmica bandeira das cotas, mas reconhecer a necessidade de erigir um projeto de universidade que atenda à classe trabalhadora.

Merece destaque a pequena participação dos estudantes no movimento estudantil no período em análise, pois, dos dados nacionais, apenas 5,8% dos estudantes têm participação periódica, 29,38% envolvimento ocasional e 64,82% nunca participaram do movimento estudantil. Regionalmente, a maior participação é na região Norte e a menor na Centro-Oeste.

Essa pequena participação no movimento estudantil revela a crise das organizações políticas e sindicais de esquerda do País, que renunciaram em relação ao projeto socialista e recuaram no combate ao avanço do capital e de suas políticas neoliberais e se enredaram nas ilusões do pacto socialdemocrata que pretende combinar mercado e democracia, humanizar o capitalismo, ou acreditaram poder fazer avançar as conquistas populares no governo de Lula sem examinar as alianças e os compromissos que fizera desde a campanha para alcançar sua eleição e reeleição.

Quadro 9
Participação Nacional no movimento estudantil (%)

	Nunca	Ocasionalmente	Periodicamente
Nacional	64,82	29,38	5,80
Nordeste	64,21	30,04	5,75
Norte	49,11	40,65	10,24
Sudeste	69,27	26,06	4,67
Sul	68,87	25,68	5,45
Centro-oeste	63,27	31,49	5,24

Fonte: Andifes. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.

Esse índice tem diminuído a cada pesquisa, conforme quadro abaixo, refletindo as mudanças sociais, que nos últimos anos contribuíram para uma sociedade apática, que questiona cada vez menos as imposições do capitalismo e caminha para uma perspectiva individualista e consumista, na qual as causas sociais e os

interesses coletivos são cada vez mais relegados a um plano inferior. Também incidem a descrença e o conformismo políticos, frutos de uma realidade maior, em que os movimentos da classe trabalhadora estão cada vez mais enfraquecidos, como o próprio sindicalismo.

Quadro 10

Participação periódica no movimento estudantil nos últimos anos (%)

Participação em movimentos estudantis	Pesquisa 1996/7	Pesquisa 2003/4	Pesquisa 2010
	11,4	7,0	5,8

Fonte: Andifes. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.

A análise desses dados é seguida da devida atenção, pois, como afirmado anteriormente, deve-se ter o cuidado de não recair em “mapas” de exclusão e diagnósticos rápidos, que não analisam profundamente a realidade dos estudantes. Também é necessário ter em mente o fato de que se trata de uma pesquisa que responde a uma necessidade institucional, coordenada pela ANDIFES, e que logicamente busca não produzir informações que demonstrem as fragilidades do próprio Governo.

A situação socioeconômica dos estudantes é parte de uma realidade mais abrangente, que envolve um universo de mudanças em uma sociedade que passa por um ajustamento neoliberal. Portanto, esses dados servem como norteadores, nos quais já se percebem, mesmo que limitadamente, as necessidades e dificuldades dos estudantes das IFES.

Concluimos este item com a constatação de que temos pela frente um grande desafio para o movimento estudantil, que consiste em engrossar suas fileiras e se envolver com maior propriedade no embate político em prol de uma universidade

pública, gratuita e de qualidade, contra a “reforma” universitária e em prol de políticas estudantis mais contundentes, que respondam satisfatoriamente aos anseios dos estudantes.

No capítulo a seguir, passaremos ao estudo dos dados da pesquisa Sipe-Brasil referente à Universidade Federal do Ceará, e esboçaremos o trajeto da assistência estudantil nessa Instituição.

4 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFC

Definitivo, como tudo o que é simples.
Nossa dor não advém das coisas vividas,
mas das coisas que foram sonhadas e
não se cumpriram.
(Carlos Drummond de Andrade)

Analisaremos neste capítulo o desenvolvimento da política de assistência estudantil na Universidade Federal do Ceará, traçando breve recuperação histórica de sua origem e analisando mais detidamente o período pós-REUNI, observando os aspectos que influenciam esta política. Para tanto, recorreremos a documentos oficiais, relatórios e pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes.

4.1 Sobre o perfil dos alunos da UFC: primeiras aproximações

Na UFC, de acordo com o anuário estatístico de 2009, tendo como base o ano de 2008, a execução orçamentária¹³⁰ teve um aumento de mais de 100% em um período de oito anos, saltando de R\$ 306.660.082,00 em 2001 para R\$ 771.740.481,00, em 2008. Esse crescimento orçamentário, contudo, não foi suficiente para sanar o sucateamento que a universidade vivencia desde a década de 1980. Veremos, no decorrer do texto, que a UFC figura entre as universidades com maior déficit na área de assistência estudantil, mesmo com a implantação do REUNI¹³¹.

Sobre as dificuldades enfrentadas desde o período de implementação do ajuste estrutural do Estado, os dirigentes da Instituição reconhecem que:

¹³⁰ A execução orçamentária inclui despesas com pessoal, encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos realizados.

¹³¹ Vale ressaltar que o REUNI apesar do aumento de recursos que gerou para as universidades, está longe de ser uma política democrática, pois um dos seus principais objetivos é fixar metas para o aumento da produtividade das universidades, além de uma proposta de expansão que vai muito além dos recursos liberados, comprometendo o futuro das IFES.

[...] nos anos sessenta, por ocasião da reforma universitária, Lei nº 5.540/68, situação que esteve associada a um importante surto expansionista de algumas universidades públicas, financiado com recursos federais, como no caso das universidades federais do Rio Grande do Norte e Paraíba, através da ampliação de suas atividades pela adoção da estrutura *multi-campi*, a UFC apresentou um comportamento bastante modesto no seu processo de expansão, sendo até retardatária na adesão à reforma universitária entre as universidades federais.

Nos anos que se seguiram à reforma, **não se observam alterações significativas quanto ao processo de expansão da UFC, que se caracterizou por um crescimento vegetativo. Nas décadas de 80 e 90, a atuação da UFC foi afetada de forma significativa pela crise de financiamento do Estado brasileiro, que alcançou, em especial, as universidades federais [...]** (UFC, PDI 2012, p.12) [grifamos]

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI de 2012, afirma-se que o processo de expansão da UFC só veio ocorrer com início em 2006, mediante a interiorização, com a implantação dos *campi* de Sobral e Cariri. Em 2010 o *campus* do Cariri ofertou 500 vagas em dez cursos (Medicina, Agronomia, Administração, Biblioteconomia, Música, Comunicação Social- Jornalismo, Design de Produtos, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais e Filosofia), e Sobral 330 vagas em oito cursos (Ciências Econômicas, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Finanças, Medicina, Música, Odontologia e Psicologia). Em 2007 foi instalado o *campus* de Quixadá, que em 2010 ofereceu 150 vagas em três cursos (Engenharia de *Software*, Rede de Computadores e Sistema de Informações).

Ainda segundo o PDI, em 2011 havia 25.971 estudantes matriculados em 101 cursos de graduação presencial. Destes alunos, somente 23% frequentavam cursos noturnos, demonstrando novamente o descaso em relação à classe trabalhadora, que pela necessidade de trabalhar para se manter, sofre com a mínima oferta de curso neste turno. Nesse ano foram ofertadas 5.724 vagas no SiSu, com uma relação de aproximadamente 7,99 candidatos por vaga.

Quanto ao REUNI, a previsão é de que, no ano de 2012, haja a execução de R\$ 41.514.087,00 em custeio e R\$ 27.253.077,00 em investimentos. Lembramos novamente que, entre as metas que o REUNI estabelece, se encontra a elevação

para 90% da taxa de conclusão dos cursos presenciais, e na UFC, este objetivo está distante, pois em 2010 essa taxa era de 68,45%.

Em relação aos cursos EAD, no ano de 2010, foram ofertados 2.530 em 26 municípios. Em relação aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em 2010 havia 97 cursos em funcionamento, com o total de 3.568 estudantes matriculados. Entre estes cursos, 49 eram mestrado acadêmico, com 2.022 matrículas, nove de mestrado profissional, contando 439 matrículas, e 39 cursos de doutorado, com 1.107 matrículas. Importante ressaltar que, embora tenha havia aumento da oferta de vagas em todas as modalidades nos últimos anos, há, de acordo com o PDI, um déficit de 297,70 professores equivalentes¹³² na UFC.

Quanto à origem escolar dos candidatos, no ano de 2010, a maioria era oriunda de escola pública, perfazendo um total de 50,45% que cursaram todo o ensino médio na escola pública, porém, quando passamos a analisar o total de aprovados, grande parte havia cursado o ensino médio em escola particular, num total de 64,68%.

No quadro 11 percebe-se, também, que enquanto o número de egressos da escola pública dobrou em inscrições, o das escolas particulares diminuiu percentualmente. A mudança está relacionada muito provavelmente ao crescimento das IES privadas, que se apresentam como alternativa para estudantes com maior poder aquisitivo.

¹³² Professor-equivalente é a unidade de medida para a instrumentação da Gestão Administrativa de pessoal docente de 3º grau das universidades federais. O número de professores equivalentes, de acordo com determinação do TCU (2005), corresponde aos professores em efetivo exercício no ensino superior (graduação, pós-graduação e residência médica), inclusive ocupantes de funções gratificadas e cargos comissionados. Inclui também os professores substitutos e visitantes e não considera os professores afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública.

Quadro 11
Vestibular – Tipo de escola do Ensino Médio

	2006		2007		2008		2009		2010	
	Inscritos	aprovados	Inscritos	aprovados	Inscritos	aprovados	inscritos	Aprovados	inscritos	Aprovados
Todo na escola pública	13.240	812	13.872	851	8.764	848	13.803	1.052	22.277	1.587
Todo na escola particular	20.427	2.474	20.222	2.501	18.270	2.780	16.634	2.978	19.608	3.511
Maior parte na escola pública	1.396	149	1.366	115	688	90	685	117	793	115
Maior parte na escola particular	1461	149	1.405	151	1.498	191	1.354	203	1.462	214
Não informado	195	10	906	27	2.108	128	14	2	7	1

Fonte: Universidade Federal do Ceará – UFC: Anuário Estatístico 2011

Os estudantes da escola pública atravessam claramente mais dificuldades para ter acesso ao ensino superior nas IFES, em razão de um problema que remonta à estrutura e qualidade que o ensino fundamental e médio da na rede pública e que merece um debate aprofundado para compreensão do impacto que esse problema tem para o ensino superior, pois a política de acesso a esse patamar deve vir acompanhada da política de qualidade para a educação básica, garantindo a melhoria da educação em todos os níveis. Por sua vez, os estudantes de escolas particulares encontram uma estrutura de ensino voltada para o concurso vestibular e o ENEM, além de terem maior possibilidade de fazerem um cursinho preparatório e de se dedicarem integralmente aos estudos.

Com arrimo na análise desses dados, se percebe que, no ano de 2010, de cada 14,03 estudantes inscritos que cursaram todo o ensino médio na escola pública, apenas um foi aprovado no exame vestibular. Quando se analisam os estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola particular, percebe-se a que de cada 5,58, um foi aprovado. Então, para cada estudante que cursou todo o ensino médio em escola pública, foram aprovados 2,51 alunos da escola particular, o que confirma o caráter classista da estrutura escolar e do processo seletivo para a universidade pública.

Quanto à situação laboral dos candidatos no ano de 2010, 79,44% informaram não trabalhar, 8,99% trabalham, mas recebem ajuda financeira da família, e 7,77% trabalham e contribuem para o sustento da família. Deve-se considerar o fato de que 51,05% dos inscritos tinham entre 17 e 18 anos de idade e que esta pesquisa foi realizada no momento do ingresso dos estudantes, sendo que uma quantidade maior de alunos necessita trabalhar no decorrer do curso para conseguir se manter.

Quadro 12
Vestibular – situação laboral dos candidatos

Situação laboral Dos candidatos	2009	
	Inscritos	Aprovados
Não trabalha	35.070	4.552
Trabalha e recebe ajuda financeira da família	3.970	424
Trabalha e não recebe ajuda financeira da família	1.660	140
Trabalha e contribui para o sustento da família	3.430	309
Não informado	17	3
Total	44.147	5.428

Fonte: Universidade Federal do Ceará – UFC: Anuário Estatístico 2010

Aqui se verifica novamente o fato de que o estudante da classe trabalhadora encontra inúmeros empecilhos para ingressar e para manter-se numa universidade pública, levando-se em consideração ao fato de que a maioria dos cursos ofertados pela UFC é no turno diurno, pois, segundo a mesma fonte, no período de 2010.1, 79,23% das matrículas foram realizadas em cursos diurnos; em 2010.2, esse índice foi de 78,83%. Portanto, se torna inviável para muitos estudantes conciliar a carga horária de trabalho com um curso diurno.

Quanto ao grau de escolaridade da família, 23,34% dos pais e 20,56% das mães, tinham apenas o ensino fundamental, 34,97% dos pais e 35,56% das mães tinham o ensino médio e 33,36% dos pais e 40,42% das mães tinham nível superior; ou seja, no ano de 2009, somente cerca de 60% dos alunos aprovados tinham pelo menos um dos pais com escolaridade até o ensino médio.

Quadro 13
Vestibular – grau de escolaridade familiar/2009

Grau de escolaridade	Pai		Mãe	
	Inscritos	Aprovados	Inscritos	Aprovados
Sem escolaridade	3.765	255	2.576	143
Ensino Fundamental	14.718	1.267	13.896	1.116
Ensino Médio	14.202	1.898	15.236	1.930
Curso Superior	9.819	1.811	12.230	2.194
Não informado	1.643	197	209	45
Total	44.147	5.428	44.147	5.428

Fonte: Universidade Federal do Ceará - UFC: Anuário Estatístico 2010

Em relação aos cursos de graduação EAD, a UFC iniciou essa modalidade de formação em 2006, por meio do curso de Administração. Segundo o Anuário Estatístico, no ano de 2009, a quantidade de cursos foi estendida para sete cursos a

distância, em diferentes polos¹³³, incluindo os cursos de Administração, Física, Letras- Espanhol, Letras- Inglês, Letras- Português, Matemática e Química. No último ano, a quantidade de alunos matriculados teve um crescimento de mais de 200%:

Quadro 14

Número de Alunos da UFC Matriculados em cursos de graduação EAD

ANO	Nº DE ALUNOS
2006	248
2007	920
2008	1.655
2009	4.197

Fonte: Universidade Federal do Ceará - UFC: Anuário Estatístico 2010

Em meados de 2011, a primeira turma de Educação a distância concluiu o curso de Administração, e, segundo o *Jornal da UFC*¹³⁴, dos mais de 200 alunos que iniciaram o curso, somente 51 concluíram, configurando um índice elevadíssimo de flagrante abandono do curso. Esse dado alarmante de evasão do curso foi justificado pelo Prof. Mauro Cavalcante Pequeno, Diretor do Instituto UFC virtual, como sendo consequência do “pioneirismo”, da ação “ousada e inovadora da Universidade”. O Diretor considera também como fator da evasão a grande mobilidade e rotatividade do grupo de alunos foco do curso, os funcionários do Banco do Brasil.

O relato seguinte, feito pelo Prof. Pequeno, para ressaltar os desafios desta modalidade de ensino, identifica a falta de condições adequadas para a realização do curso e para o bom aproveitamento dos alunos:

¹³³ Os polos dos curso de Graduação EAD da UFC estão localizados nos seguintes municípios: Aracati, Aracoiaba, Beberibe, Brejo Santo, Camocim, Campos Sales, Caucaia, Fortaleza, Ipueiras, Itapipoca, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Maranguape, Meruoca, Missão Velha, Orós, Piquet Carneiro, Quiterianópolis, Quixadá, Quixeramobim, Russas, São Gonçalo, Sobral, Tauá, Ubajara.

¹³⁴ Jornal da UFC n° 39, ano 8, Julho/Agosto 2011. Disponível em: www.ufc.br. Acesso em 09 de fevereiro de 2012.

O primeiro [desafio] é a falta de cultura para a EaD. Nem o aluno sabia participar, nem o professor sabia atuar [...]. Problemas de conectividade com a internet, dificuldades de uso do sistema On-Line de Aprendizagem (Solar) e incompatibilidade de programas e sistemas operacionais também foram reportadas. (JORNAL DA UFC, 2011, p.08)

Os cursos a distância são uma forma aligeirada de aumentar a quantidade de pessoas diplomadas com um baixo custo, atingindo desde os cursos de graduação aos cursos de pós-graduação *Stricto sensu*, conforme preconiza o PNE 2011, em sua Meta nº14.

O Conselho Universitário – CONSUNI¹³⁵ da UFC, no dia 19 de outubro de 2007, aprovou a adesão da UFC ao REUNI, com 25 votos contra dois¹³⁶, e elaborou um plano de proposta enviado ao MEC¹³⁷, que prevê o aumento de 40% das vagas ofertadas em cursos novos, e 60% em cursos em funcionamento. A meta seria alocar pelo menos 50% das vagas dos novos cursos no turno da noite¹³⁸ e a contratação de pelo menos 260 professores efetivos e 150 técnicos administrativos até 2011.

A reunião de aprovação do REUNI ocorreu durante o período de Encontros Universitários, sem a realização de debates e discussão com os estudantes, que estavam envolvidos na realização do evento. Com esse fato, o Movimento Estudantil¹³⁹ se mobilizou e ocupou a Reitoria durante 14 dias (de 25/10/2007 a 07/11/2007), chegando a agregar até 500 estudantes reivindicando a revogação do CONSUNI que aprovou o REUNI. O movimento acionou o Ministério Público que deliberou a favor dos estudantes, para a revogação do CONSUNI e realização de debates e ampla discussão sobre o Plano.

¹³⁵ Composto pelo reitor, vice-reitor, diretores de unidades acadêmicas, dois representantes de departamentos acadêmicos, um representante das coordenações dos cursos de graduação, um representante das coordenações dos cursos de pós-graduação, um representante dos cursos e projetos de extensão, cinco representantes do magistério superior da universidade, um representante do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico da universidade, três representantes da comunidade, seis representantes dos estudantes dos cursos de graduação, dois representantes dos alunos dos cursos de pós-graduação, três representantes do corpo técnico-administrativo (Fonte: Estatuto da Universidade Federal do Ceará).

¹³⁶ Os votos contra foram de dois conselheiros representantes do DCE, das chapas “Amar e Mudar as Coisas” e “A Correnteza”. Disponível em: <http://listas.enec.org.br/pipermail/enec-l/2007-October/005624.html> e <http://bloginsert.blogspot.com/2007/06/resultado-da-eleio-do-dce-ufc.html>. Acesso em 06 de Março de 2012.

¹³⁷ Disponível em: http://www.ufc.br/portal/images/stories/files/reitoria/reuni_sintese propostaUFC.pdf. Acesso em 19 de junho de 2011.

¹³⁸ Das 1.310 vagas criadas em cursos novos, 670 serão ofertadas para o turno da noite.

¹³⁹ Disponível em: <http://ocupacaodaufc.blogspot.com/>. Acessado em: 06 de março de 2012.

Somente com esse fato, o reitor organizou uma agenda de discussão em todos os centros e nos *campi* do interior. Os estudantes questionaram a origem dos recursos, levantaram questões acerca do cumprimento das metas e da perda da autonomia universitária e sobre a qualidade da expansão e um possível aumento da relação professor/aluno. Ao final, o processo de adesão da UFC ao REUNI foi consolidado, apesar da oposição de parcelas do movimento estudantil e docente.

Vale salientar que além desse aumento de quadro decorrente da expansão do REUNI a UFC conta com mais 165 vagas pactuadas para professor e 70 para cargo técnico administrativo, chegando ao total de 425 novos professores e 220 novos técnicos administrativos. Com base no anuário estatístico de 2010, no período de 2007 a 2009 foram contratados 168 professores equivalentes, e o quadro de funcionários saltou de 1.912 para 1.916, sem considerar o Hospital Universitário, ou seja, um aumento de apenas quatro novos servidores. No período de três anos menos de 50% do número de contratações previstas foram realizadas.

Sobre a contratação, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN denuncia que, no início do ano de 2011, a Câmara dos Deputados ¹⁴⁰ aprovou a MP 525/11 que libera a contratação de 20% dos professores das IES sem concurso público, incluindo-se professores que devem integrar os novos cursos criados pelo projeto de expansão do REUNI, visando a suprir a necessidade dos *campi* que ainda não têm professores suficientes. No 30º Congresso do ANDES-SN, houve uma Moção de Repúdio à Medida Provisória pelo que fere os princípios da carreira e precariza o trabalho docente.

Vieira e Maciel (2011) expressam o caráter precarizado do professor temporário nas IES, que tem que se submeter a uma carga de trabalho exaustiva com o mínimo de direito trabalhista e sem nenhuma estabilidade. Geralmente esses professores são contratados via editais específicos com duração pré determinada que ensejam contratos em regime especial, sem carteira de trabalho assinada:

Trabalhador flexível, trabalhador multiuso, trabalhador curinga, o docente temporário desdobra-se para atender às atribuições que lhe é designada. Superlotado de aulas, as atividades de pesquisa e de extensão, duas outras importantes dimensões do ensino superior, embora obrigatórias somente para as universidades, vão se tornando objetivos distantes. No seu rol de atividades ainda somam reuniões departamentais e de área, contribuições às

¹⁴⁰ Fonte: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=4651>. Acesso em 28 de Julho de 2011.

atividades e eventos do departamento ou da instituição, entre outras obrigações. (VIEIRA e MACIEL, 2011:157).

A política de assistência estudantil na universidade pública federal segue a mesma cartilha das outras instâncias públicas: uma política marcada historicamente pelo sucateamento que perpassa uma “reforma” que não atende aos interesses dos estudantes da classe trabalhadora.

4.2 Assistência Estudantil na Universidade Federal do Ceará- UFC

4.2.1 Contextualização da Política de Assistência Estudantil

De acordo com Ramalho (2002), o Movimento Estudantil - ME teve bastante influência para a criação da Universidade Federal no Ceará. Em 1953, com a realização do XI Congresso Estadual dos Estudantes, houve a apresentação de uma tese ressaltando a importância de uma universidade no Ceará, elaborada pelo estudante de Direito Paulo Roberto Coelho Pinto. De posse deste documento, o ME encabeçou a criação de uma universidade no Ceará no XVI Congresso da UNE, realizado em Goiânia, em julho de 1953, que recebeu total apoio da UNE.

Da participação neste Congresso a representação do ME cearense partiu para o Rio de Janeiro, então capital da República, visando à criação da universidade. Essa ação teve repercussão em vários jornais da época, reforçando a pressão do ME. No mesmo período, Antônio Martins Filho, mobiliza-se junto ao MEC e elabora um Memorial em favor da criação da universidade do Ceará, que é encaminhado ao ministro da Educação.

Ainda segundo Ramalho (2002), após essas ações, em 30 de setembro de 1953, Getúlio Vargas cria o Projeto de Lei referente à criação da universidade do Ceará. No XI Congresso Estadual de Estudantes, realizado em abril do ano seguinte, houve nova mobilização para a criação da universidade. Portanto, a UFC foi criada com ampla mobilização do ME, o que contribuiu para a aproximação de Martins Filho com esse movimento.

A assistência estudantil na UFC, segundo Antônio Martins Filho (1996), primeiro reitor da instituição, que exerceu o cargo por quatro mandatos consecutivos, teve início de maneira bastante informal, no ano de 1956, em razão do contato com os diretórios acadêmicos. Com tal articulação, surgiu o Clube dos Estudantes Universitários- CEU, que comungava com o direcionamento ideológico da Reitoria e realizava atividades assistenciais, culturais e desportivas, assim como a promoção de festas, entre outros eventos. Em 1957 passou a funcionar o Restaurante Universitário, uma das metas do CEU.

Com o crescimento da universidade e aumento do número de estudantes, representantes da União Estadual dos Estudantes – UEE passaram a fazer parte do CEU, e em razão do seu engajamento político na UNE¹⁴¹ se opuseram firmemente aos posicionamentos da Reitoria, havendo uma ruptura entre o movimento estudantil e a direção da UFC. Segue o relato do Reitor da época, sobre esse envolvimento do movimento estudantil:

O Clube dos Estudantes Universitários passou a ser dominado por líderes da União Estadual dos Estudantes – UEE, que sintonizavam perfeitamente com o sectarismo ideológico da União Nacional dos Estudantes – UNE, com sede no Rio de Janeiro.

Assim, para um clube com finalidades bem distintas, foram transferidas as polêmicas, seguidas de protestos, de pressões e de agressões, dirigidos à administração da Universidade e muitas vezes à pessoa do Reitor.

Compreendi que, num clima de insatisfação generalizada, seria impossível uma convivência pacífica entre a Reitoria e as organizações estudantis, algumas das quais grandemente influenciadas pelo radicalismo político.

Compreendi ainda que, até mesmo nas lides do espírito, é muito complexo e também mutável o comportamento humano. (MARTINS FILHO, 1996, p. 75).

A assistência estudantil na UFC teve início, portanto, com a pressão do movimento estudantil que teve participação fundamental para fundar essa Instituição, conforme assinalado em Ramalho (2002). Posteriormente o Movimento Estudantil se apropriou desse processo, muito a contra gosto do reitor, como verificado há pouco.

¹⁴¹ Importante é enfatizar que a UNE nos últimos anos, especificamente a partir do governo Lula da Silva, perdeu seu caráter contestador e crítico, passando a apoiar os posicionamentos do Governo sem muito questionamento. Sobre isso, Santos (2007) faz uma análise esclarecedora.

Ainda segundo Martins Filho, em 1960, o Restaurante Universitário servia cerca de 400 refeições diárias. Em 1965 teve início a construção de uma residência universitária localizada na rua Paulino Nogueira nº125, nas proximidades da Reitoria. Em 1966, com resolução do CONSUNI datada de 04.03.1966, verificar no texto foi instituída a Vice-Reitoria de Assuntos Estudantis, dirigida pelo Prof. José Denizard Macedo de Alcântara. Pouco tempo depois as vice-reitorias foram transformadas em pró-reitorias.

Atualmente a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE funciona contando com 35 servidores. O diálogo com os estudantes existe, em reuniões regulares com os residentes e esporádicas com os representantes do movimento estudantil. Suas solicitações são ouvidas, e sua implementação é negociada, mas nem todas são prontamente realizadas. Algumas foram recentemente atendidas, como a solicitação da refeição noturna no RU, que passou a ser oferecida a partir de 2012, após anos de reivindicações. Outras ainda estão longe de alcance, como o auxílio-creche e a residência universitária para pós-graduação.

A UFC, na sua proposta para o REUNI, traçou várias metas na área de assistência estudantil, entre as quais se destacam as listadas a seguir:

- 1 Implementar um plano de assistência estudantil até o ano de 2008, através da formação de um grupo de trabalho permanente de assistência estudantil, que será responsável pela implementação do projeto.
- 2 Atender a 100% dos estudantes que demandam acompanhamento psicopedagógico, através da ampla divulgação do serviço existente, da reestruturação e expansão da estrutura física e de pessoal e da integração das ações da PRAE com a Clínica de Psicologia.
- 3 Aumentar em 50% as vagas nas residências universitárias até 2011.
- 4 Aumentar em 50% o programa de assistência alimentar, por meio da alimentação gratuita (café da manhã, almoço e jantar) no Restaurante Universitário e a contratação de servidores para que o Restaurante funcione no período noturno.
- 5 Ampliar em 750% a oferta de bolsas de assistência estudantil e recuperar a perda monetária do valor da bolsa até o ano de 2011. Essa meta prevê um aumento bastante significativo no número de bolsas, que inclui todos os *campi* da Universidade.

- 6 Ampliar o acesso e reforma dos laboratórios de informática e bibliotecas de computação, por meio de investimento da inclusão digital e da ampliação dos laboratórios de informática e das bibliotecas.
- 7 Promover e apoiar programas desportivos e de lazer, mediante a reforma do parque esportivo do Pici e de quadras e campos da universidade.
- 8 Incrementar os programas de atendimento médico e odontológico, por meio de programas de saúde específicos, como prevenção de DST/AIDS, planejamento familiar, dependência química, saúde oral e de prevenção de doenças imunopreveníveis.

Para atingir todas essas metas, o plano deixa claro que condiciona a sua execução à liberação de recursos pelo REUNI, senão torna-se impossível a implementação dessas ações e muitas outras presentes na proposta apresentada ao MEC. Vale destacar que as metas estabelecidas são bastante tímidas, se comparadas ao universo de estudantes da UFC. Além disso, não chegaram a ser cumpridas minimamente, pois o atendimento de 100% dos estudantes que demandem acompanhamento psicopedagógico não chegou a ocorrer, considerando que existe extensa lista de espera para atendimento e em 2011 o atendimento psicológico de abordagem psicanalítica foi suspenso em boa parte do ano¹⁴², para estudantes que não estivessem já em tratamento.

O aumento de 50% das vagas das residências não ocorreu no prazo previsto, pois essa ampliação só aconteceu em 2012. Também não houve o incremento dos programas de atendimento médico e odontológico, necessidade premente dos estudantes das moradias universitárias. A criação de um grupo de trabalho para implantação de um plano de assistência estudantil também não ocorreu, sendo utilizado o PNAES, lançado pelo Governo logo em seguida.

Na revista *Universidade Pública* a política de assistência estudantil foi considerada como fator importante para implementação do REUNI, considerando a criação e 1.639 vagas nos últimos quatro anos e 30 cursos de graduação presenciais:

¹⁴² Essas informações se referem ao atendimento prestado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, que disponibiliza serviço de atendimento psicológico e pedagógico aos estudantes.

'Porque era condição *sine qua non* no projeto da UFC para o Reuni que já estivessem previstos e garantidos programas visando à permanência do educando. Não teria sentido aumentar as vagas nos cursos de graduação sem garantir ações de assistência estudantil', esclarece a Prof^a Clarisse Ferreira Gomes, à frente da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

Ao assumir as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído por portaria em dezembro de 2007, a UFC aceitou o desafio de ampliar condições concretas de permanência dos jovens na educação superior pública federal, seja viabilizando igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico de seus alunos e até agindo, preventivamente, a situações de evasão decorrentes de condições financeiras desfavoráveis. (UNIVERSIDADE PÚBLICA, 2012, p. 29).

De acordo com o discurso ora exposto, as ações de assistência estudantil ganharam novo fôlego após a implantação do REUNI. Para tal defesa, apresentam-se dados recentes, como a ampliação das bolsas de permanência (800 bolsas, sendo que em 2010 eram 580), 2.093 alunos beneficiados com ajuda de custo, no valor total de R\$ 1.046.500,00, sendo que em 2007 foram beneficiados 675 estudantes. Em 2012 serão servidas 1.842.066 refeições em todos os *campi*, incluindo o interior, número bastante superior ao ano de 2007, quando foram servidas 413.121 refeições. As bolsas de incentivo ao desporto irão saltar de 30 (em 2007) para cem.

Afirma-se, ainda, que foram investidos seis milhões na construção da residência universitária do *campus* do Pici e que houve um investimento de R\$ 500.000,00 em equipamentos e móveis para todas as residências. Segundo a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, estão reservados cinco milhões para reforma de outras unidades em 2012. A reforma do restaurante universitário do bairro Benfica, em 2011 acrescentou 140 lugares, e até o final de 2012 será finalmente inaugurado o refeitório do Porangabussu, com obras já retomadas. Em relação aos *campi* do interior, no ano de 2011 foram contratadas empresas mediante licitação para preparar e servir a refeição do almoço.

Não é possível negar que a assistência estudantil nos últimos anos tem ganhando maior dimensão na UFC e que investimentos têm sido feitos para ampliar os programas e melhorar as condições existentes. São avanços consideráveis, quando se compara à trajetória de descaso e negligência que a assistência sempre foi submetida. Ainda é cedo, entretanto, para comemorações, pois, apesar dos

investimentos, a lacuna que existia previamente e as novas demandas geradas pela expansão demonstram que ainda há um longo caminho a ser percorrido, para que se tenha uma política de assistência que responda de maneira satisfatória as necessidades dos estudantes. Veremos mais adiante que a situação da UFC, em relação à realidade nacional de assistência estudantil, é bastante precária em quase todas as áreas.

4.2.2 O perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da UFC: sujeito e objeto da política de assistência estudantil

Conforme citado do item anterior à pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES teve a divulgação nacional por meio da ANDIFES e do FONAPRACE, e a divulgação por universidade ficou a cargo de cada reitoria. Os dados que apresentamos foram divulgados em relatório elaborado pela UFC, no final de 2011, e resultaram na pesquisa da qual participamos como aplicadora de instrumento de coleta de dados.

Segundo o referido relatório, a UFC se encontra em 6º lugar entre as dez IFES com maior número de estudantes, com 22.691 estudantes no ano de 2009, sendo que esse número cresceu ainda mais, em virtude da criação de mais cursos. De acordo com esses dados, percebe-se *en passant* que há uma demanda reprimida, embora não seja possível exprimir exatamente a sua dimensão, pois uma pequena quantidade de estudantes é atendida pela política de assistência estudantil, se comparamos os benefícios concedidos ao número total de estudantes¹⁴³.

Quanto à situação financeira, o maior índice, 24,03%, se encontra na classe econômica B2, o que corresponde a R\$ 2. 656,00. Esse percentual é um pouco maior do que a média do País, na qual 23,49% dos estudantes pertencem à classe B2. Em relação à pesquisa de 2004 na UFC, houve aumento dos estudantes das classes B2, C1, C2, D e E, saltando de 57,10% para 63,59%, o que demonstra um leve aumento das classes menos favorecidas economicamente. Novamente aqui se percebe que os extratos mais favorecidos economicamente ainda são maioria na

¹⁴³ Nos dados oficiais da UFC não são divulgados o número de clientes que frequentam o restaurante universitário nem a quantidades de alunos que utilizam os serviços médicos e odontológicos.

universidade pública, e que essa característica classista, da educação superior, é ainda mais acentuada na UFC.

Estarrecedor é o dado que aponta a inexistência de estudantes na classe E no ano de 2010, o que leva à constatação de que, entre os estudantes pesquisados, nenhum tinha renda familiar inferior a R\$ 415,00. De acordo com o jornal *O Povo*¹⁴⁴, no início de 2012 o índice da população cearense que vive em extrema pobreza era de 10,9%, o dobro da média nacional, o que nos leva a acreditar que a carência na formação básica e a baixa expectativa de parte dos estudantes da classe trabalhadora, decorrente das dificuldades, podem desembocar no pouco ingresso em uma universidade pública. Também é importante frisar que a renda familiar não deixa claras as reais dificuldades financeiras dos componentes familiares, para isso, a renda *per capita* seria mais precisa, mas infelizmente esse dado não foi divulgado.

Quadro 15

Condição econômica dos estudantes das universidades federais (%)

	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E
Nacional	2,35	12,90	17,58	23,49	19,59	14,01	9,60	0,47
Nordeste	2,20	9,96	14,57	21,26	20,11	17,10	14,00	0,81
UFC	4,61	13,59	18,20	24,03	16,99	14,56	8,01	-
UFC/2004	1,50	17,80	20,00	19,70		26,40	10,50	0,50

Fonte: Universidade Federal do Ceará: Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFC.

Enquanto nacionalmente o número de estudantes do sexo feminino é predominante, na UFC a maioria é do sexo masculino, 53,9%. A faixa etária predominante é de 18 a 24 anos, 73,16%, aproximando-se bastante dos dados nacionais. A raça/etnia predominante é a branca, sendo que, comparativamente à pesquisa de 2004, o número de estudantes negros aumentou 2,35%, um crescimento muito tímido para ser havido como avanço significativo nas políticas

¹⁴⁴ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/02/01/noticiasfortaleza.2776732/10-9-da-populacao-cearense-vive-em-condicoes-de-extrema-pobreza.shtml>. Acessado em 14 de setembro de 2012.

afirmativas¹⁴⁵, principalmente quando se considera a pequena participação indígena na universidade, apenas 0,93% nacionalmente, e 0,73% na UFC¹⁴⁶.

A quantidade de alunos solteiros é de 87,38%, o que está muito próximo da realidade nacional. Entre os estudantes, 90,29% não têm filhos e 71,84% moram com os pais. Na UFC o índice de estudantes que moram entre 11 km e 50 km da universidade é de 42,96%, maior do que o nacional (40,45%) e do Nordeste (41,62%).

A maioria dos estudantes morava na mesma cidade do *campus* que frequentava, 75,49%, superando em mais de 20% o índice nacional. A soma de estudantes que moravam em outros estados chega a apenas a 7,54%, dentre os quais apenas 0,06% eram da região Sul. É importante considerar que estes dados dizem respeito ao ano de 2010, quando a UFC ainda não havia aderido 100% de suas vagas ao SiSu, portanto, este panorama tende a mudar nos próximos anos. A seguir está quadro contendo detalhamento sobre a distribuição dos estudantes por local onde moravam antes de ingressar na Universidade.

Quadro 16
Distribuição dos estudantes, por local de moradia, antes de ingressar na
Universidade (%)

	Na mesma cidade do campus da Universidade	Em outra cidade da microrregião o/ Região da Universidade	Em outra cidade do Estado da Universidade	Em outro estado da região Norte	Em outro estado da região Nordeste	Em outro estado da região Centro-oeste	Em outro estado da região Sudeste	Em outro estado da região Sul	Em outro País
Nacional	53,54	14,39	21,56	1,03	2,41	1,36	4,08	1,10	0,53
Nordeste	58,47	15,01	18,97	0,53	5,49	0,28	0,74	0,06	0,44
UFC	75,49	9,22	12,38	0,24	0,49	0,49	0,49	0,24	0,97
UFC 2004	81,60	5,90	6,50	0,30	1,50	0,60	0,60	0,30	0,30

Fonte: Universidade Federal do Ceará: Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFC.

¹⁴⁵ A esse respeito merece mencionar a Lei nº 12.288, relativa ao Estatuto da Igualdade Racial. A temática merece aprofundamento crítico-analítico, no sentido de compreender o limite de algumas ações das políticas afirmativas, como as cotas, por exemplo, dado o tratamento focalizado, em detrimento de ações mais universais.

¹⁴⁶ Houve um decréscimo na participação indígena na UFC, pois em 2004 esse índice era de 2,40%.

Sobre o meio de transporte, 61,65% dos estudantes utilizam transporte público, 26,94% usam transporte próprio e 10,92% chegam à universidade a pé, de carona ou bicicleta. No concernente à situação trabalhista, 37,86% dos estudantes trabalham, sendo que apenas 18,59% têm vínculo empregatício e 78,88% trabalham pela manhã ou tarde e somente 11,89% trabalham à noite.

Percebe-se, no âmbito analisado, apesar da renda familiar dos estudantes da UFC ser relativamente alta comparada aos dados nacionais, uma parte dos estudantes tem uma realidade de vida que sinaliza um nível econômico não tão alto, uma vez que a maioria utiliza transporte público, e que uma quantidade considerável necessita trabalhar, e destes, a maioria exerce trabalho precarizado, sem vínculo empregatício.

Sobre a situação financeira, 56,55% são sustentados por pais ou membros familiares, 11,52% recebem ajuda financeira da família ou de outra pessoa, 11,57% são responsáveis pelo próprio sustento, 11,96% se responsabiliza pelo próprio sustento e contribuem para o sustento da família; o percentual de 4,01% é principal mantenedor da família. Percebe-se que a maioria dos estudantes é sustentada pelo grupo familiar, e que apenas uma pequena parcela responde pelo próprio sustento. Há de se observar que o fato de não trabalhar está relacionado à falta de oportunidades de trabalho e emprego, resultante da profunda crise econômica, e que obriga os jovens a prolongarem sua permanência na casa dos pais e sua dependência destes.

É possível observar, ainda, que mesmo exercendo atividade remunerada, alguns estudantes são ainda mantidos pelos componentes familiares, fato demonstrativo de que o ganho salarial não é suficiente para o próprio sustento, fato compreensível, se visto à luz da precarização do trabalho e da desvalorização salarial vivenciados nos últimos anos pela classe trabalhadora.

Chega-se ao ponto nodal, qual seja, a política de assistência estudantil na Universidade Federal do Ceará. Os dados a seguir revelam que esta política, apesar dos avanços propalados pelo REUNI, expressa resultados ainda pouco satisfatórios, fruto da histórica negligência ocorrida desde sua origem e que necessita de investimentos muito mais substanciais do Estado, para que possa começar a sinalizar positivamente às necessidades dos estudantes. Assim, a UFC figura entre

as universidades do Nordeste com menor cobertura de assistência estudantil, conforme veremos a seguir.

4.2.3 A Política de Assistência Estudantil na UFC: avanços e limites

A política de assistência estudantil é viabilizada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, mediante os seguintes programas: Bolsa de Iniciação Acadêmica¹⁴⁷, Residência Universitária, Restaurante Universitário¹⁴⁸, Apoio Psicopedagógico e Psicológico – PAPEU, Programa de Ajuda de Custo para Congressos e Eventos¹⁴⁹, Programa Auxílio-Moradia para Estudantes dos *campi* da UFC no Interior¹⁵⁰ e Bolsa de Incentivo ao Desporto¹⁵¹.

De acordo com os resultados mostrados pela pesquisa SIPE realizada na UFC, entre os programas de assistência estudantil, os mais utilizados são os de alimentação, moradia, bolsa de permanência e atendimento médico-odontológico.

Em relação à alimentação, somente 8,74% dos estudantes utilizaram, nos últimos seis meses, índice inferior ao nacional (15,03%) e ao do Nordeste (12,44%). O percentual de estudantes que faz parte dos programas de moradia é de apenas 2,91%, inferior ao índice nacional (5,03%) e do Nordeste (5,29%). Nos programas de

¹⁴⁷ Até meados de 2012, o estudante recebia bolsa de R\$335,00 e disponibilizava 12 horas semanais a serviço da universidade. Existe uma ampla discussão nacional sobre o tipo de atividades que o estudante que recebe bolsa de permanência deve exercer, pois ele de forma alguma deve substituir ou realizar as mesmas tarefas atribuídas aos servidores. De acordo com o PDI (2012), no ano 2011, 826 estudantes receberam esta bolsa, com a destinação de recursos financeiros no valor de R\$ 2.973.600,00. Para 2012, está previsto aumento de 9% no número de bolsas, devendo-se oferecer 900. Outra crítica que se faz às bolsas, é que muitas vezes o estudante não exerce funções ligadas ao seu curso. Seu “estágio” se dá em áreas e cursos estranhos ao seu. Desta feita, a bolsa não contribui para que este aluno melhore sua qualidade acadêmica no curso que escolheu.

¹⁴⁸ Tem capacidade para 3000 clientes. A partir de 2012, passou a oferecer também o jantar. O valor da alimentação é R\$ 1,10 para estudante, R\$ 1,60 para servidor e R\$ 2,20 para professor.

¹⁴⁹ Segundo o PDI 2012, no ano 2011, 2.093 estudantes receberam ajuda de custo, chegando ao montante aproximado de um milhão de reais.

¹⁵⁰ O valor do auxílio é de R\$335,00. Vale ressaltar que nestes *campi* não há residência universitária, e este auxílio visa a suprir a demanda dos estudantes que migram de outros municípios/localidades para estes *campi*. No ano de 2010, existiam 100 vagas para o auxílio-moradia. Vale ressaltar que esta medida não substitui a necessidade de moradia estudantil, e que se necessita com urgência da criação deste benefício para o interior, haja vista que muitos estudantes de Fortaleza concorrem à vaga no interior, possivelmente em razão da busca por cursos de menor concorrência que na Capital.

¹⁵¹ Com oferta de 100 bolsas no ano de 2012.

auxílio creche a participação ínfima é de 0,24%, também inferior ao nacional (0,67%) e ao do Nordeste (1,04%).

Sobre os programas de saúde, o atendimento médico é de 6,8%, índice também baixo, mas equivalente ao nacional e superior ao do Nordeste (6,59%). O atendimento odontológico é de 7,04%, superior à média nacional (4,43%) e do Nordeste (5,14). Quanto ao atendimento psicológico, tem o percentual ínfimo de 2,91%, menor do que o nacional (5,03%) e o do Nordeste (5,29%).

O percentual de estudantes no programa de bolsa permanência é de 3,64%, bastante inferior aos valores nacionais (10,53%) e do Nordeste (7,23%). A participação em programa de reforço escolar é de somente 1,21%, inferior à nacional (2,08%) e à do Nordeste (2,31%). A participação nos programas de transporte é de 4,85%, valor inferior ao nacional (10,11%) e ao do Nordeste (5,43%).

Quadro 17
Participação em Programas de Assistência Estudantil (%)

	Nacional		Nordeste		UFC	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Participação nos Programas de alimentação	15,03	84,97	12,44	87,56	2,3	91,26
Participação nos Programas de moradia	5,03	94,97	5,29	94,71	2,91	97,09
Participação nos Programas de atendimento psicológico	2,67	97,33	3,31	96,69	1,46	98,54
Participação nos Programas de reforço pedagógico	2,08	97,92	2,31	97,69	1,21	98,79
Participação nos Programas de atendimento médico	6,8	93,2	6,59	93,41	6,8	93,2
Participação nos Programas de atendimento odontológico	4,43	95,57	5,14	94,86	7,04	92,96
Participação nos Programas de bolsa permanência	10,53	89,47	7,23	92,77	3,64	96,36
Participação nos Programas de creche/auxílio creche	0,67	99,33	1,04	98,96	0,24	99,76

Fonte: Universidade Federal do Ceará: Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFC.

Este quadro é ainda mais grave pelo fato de que as respostas dos estudantes, por um erro de interpretação ou leitura, não condiz com a realidade, oferecendo dados sobre serviços não oficialmente ligados à política específica de assistência estudantil, como é o caso do auxílio-creche que inexistente na Instituição. Isso significa que, quando o estudante respondeu que recebe reforço pedagógico, psicológico, creche e transporte, ele não está diretamente associando às ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, podendo ser ações de outros setores da universidade.

Acreditamos que este fato possa ter ocorrido devido o questionário de aplicação ter sido elaborado por equipe nacional, e que contém itens inexistentes na UFC, como programas de auxílio-creche ou creche, ou auxílio transporte. Provavelmente os alunos se referiram à escola pré-escolar que funciona no *campus* do Pici, vinculada ao curso de Economia Doméstica, e que disponibiliza vagas para filhos dos alunos. O que se considerou programa de transporte possivelmente trata-se dos ônibus que fazem rotas dentro do *campus* do Pici, e entre os *campi* do Pici e Porangabussu, no horário do almoço, ou ainda a outros tipos de bolsas utilizadas pelo aluno para o pagamento do transporte, mas cujo propósito inicial não é esse. Também os atendimentos psicológicos podem ser realizados pela PRAE ou pela Clínica de Psicologia vinculada diretamente ao Departamento de Psicologia, pois, embora o índice de atendimento informado seja muito pequeno, ainda supera os atendimentos realizados pelo Departamento de Psicologia da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Como os itens da pesquisa foram criados por uma equipe nacional, que não permitiu alterações e também não foi permitido aos aplicadores da pesquisa opinar sobre a socialização dos resultados, a UFC divulgou o resultado sem deixar claro que nesta universidade não existem programas de creche/auxílio-creche ou auxílio transporte, deixando entender que há tais programas na Instituição.

Ainda de acordo com a pesquisa, quanto ao turno, 20,63% dos estudantes são dos cursos noturno, valor inferior ao nacional (26,53%) e ao do nordeste (24,94%). O índice de trancamento por motivos diversos é de 15,53%, superior ao nacional (12,42%) e ao do Nordeste (15,32%). Isto só vem confirmar o fato já constatado de que na UFC as ações que visam à permanência do estudante na universidade são bastante reduzidas e inferiores aos valores nacionais.

Quadro 18
Motivos para trancamento de matrícula (%)

	Insatisfação com curso	Impedimento de Saúde	Impedimento financeiro	Licença maternidade	Outro motivo
Nacional	1,97	1,22	1,68	0,34	7,21
Nordeste	3,07	1,10	2,00	0,37	8,75
UFC	2,18	1,46	1,94	0,49	9,47

Fonte: Universidade Federal do Ceará: Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFC.

Em relação à interferência de estressores na atividade acadêmica, utilizando uma escala com valores de zero a cinco¹⁵², 75,23% dos estudantes alegaram que as dificuldades financeiras interferem na vida acadêmica, no entanto, esse valor é inferior ao nacional e ao nordestino.

Quadro 19
Interferência de Estressores na vida acadêmica (%)

Notas	0	1	2	3	4	5
Nacional	23	11,76	13,01	16,19	14,99	21,04
Nordeste	19,53	13,32	12,63	16,13	16,29	21,89
UFC	24,76	11,41	12,86	12,86	16,26	21,84

Fonte: Universidade Federal do Ceará: Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFC.

A participação no movimento estudantil também é pequena, chegando a ser inferior à nacional, que já é muito reduzida. A UFC tem o percentual de 3,88% de participação periódica dos estudantes no ME, inferior a nacional, que é 5,8% e ao

¹⁵² Considerando-se zero nenhuma interferência e cinco interferência máxima.

nordestino, de 5,75%. A participação dos estudantes em outros movimentos também é baixa, como movimento ecológico (3,64%), social (6,80%) e político-partidário (2,67%).

Não nos parece absurdo associar o pouco envolvimento dos estudantes no movimento estudantil às limitações da política de assistência. As reivindicações dos estudantes não garantem que o Estado libere recursos na área de assistência, porém a sua ausência reforça essa situação. Também devemos ressaltar que este envolvimento político deve ser no sentido da defesa dos direitos dos estudantes trabalhadores, pois boa parte do movimento estudantil, da mesma forma que o movimento sindical, foi cooptado pelo governo Lula da Silva, conforme já mencionado.

Quadro 20

Participação dos estudantes da UFC no movimento estudantil (%)

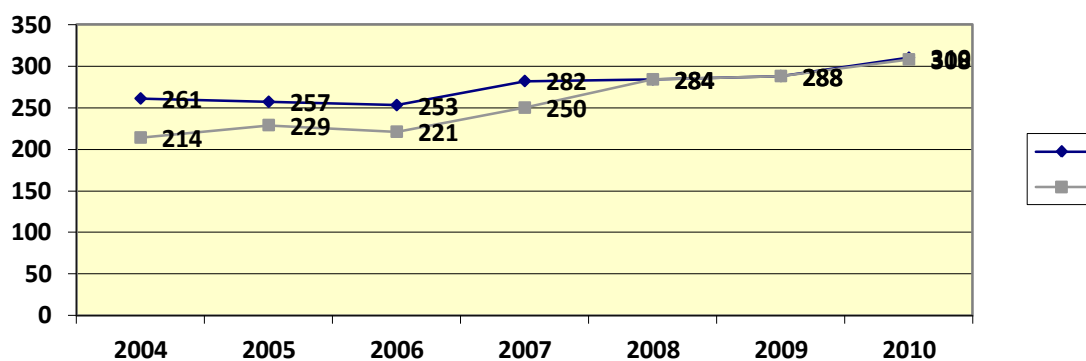
Participação em movimentos estudantis	Nunca	Ocasionalmente	Periodicamente
Nacional	64,82	29,38	5,8
Nordeste	64,21	30,04	5,75
UFC	68,45	27,67	3,88

Fonte: Universidade Federal do Ceará: Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFC.

Dentre as políticas de assistência estudantil à moradia, especificamente o Programa de Moradia da Universidade Federal do Ceará será alvo deste estudo por se tratar de uma das políticas centrais da assistência, objeto de inúmeras reivindicações do movimento estudantil. Segue gráfico com número de vagas disponibilizadas nas residências universitárias nos últimos anos, que aponta um crescimento de quase 20% na quantidade de vagas disponíveis no período de 2004 a 2010, sendo que a ampliação de vagas foi condicionada à locação de um prédio, que funcionou até o ano de 2011 como residência universitária. Em relação a outras universidades do Nordeste, conforme mencionado no item anterior, o

posicionamento da UFC está melhor do que em relação à política de assistência estudantil de forma geral.

Gráfico 1
Número de Vagas e Alunos Atendidos nas Residências Universitárias – 2004 a 2009



Fonte: Universidade Federal do Ceará - UFC: Anuário Estatístico

As residências são direcionadas aos alunos dos *campi* de Fortaleza, sendo que no interior, não há ainda previsão de construção de residências, havendo apenas um auxílio- moradia no valor de R\$ 330,00 para as despesas com aluguel e moradia. O Programa de Residência da UFC foi constituído em uma conquista do movimento estudantil e o mesmo processo deve ocorrer para os *campi* do interior.

No ano de 2010, a quantidade de vagas aumentou para 310, em razão da existência de demanda para essa ampliação e locação de novo prédio para receber os ingressos excedentes. Em 2011, o número de alunos com perfil para residência universitária excedeu em mais de 30 o número de vagas, havendo a criação de um auxílio temporário para aqueles que ficaram aguardando o surgimento de vagas. Em 2012, foi inaugurado um prédio no Pici com disponibilidade de 198 vagas, sendo duas para pessoas portadoras de deficiência.

No mesmo período, duas residências pequenas na avenida Carapinima foram desativadas, com expectativa de mais duas também serem, pois, com a criação da residência no Pici, essas vagas foram remanejadas, e as vagas existentes passaram a suprir a demanda. Esse fato não ocorreu sem protesto dos residentes e do

COREU, que se posicionaram contra a desativação das casas, que serão utilizadas para outros fins.

Com base no quadro expresso, percebe-se que a assistência estudantil historicamente desenvolveu um papel subalterno em relação às outras políticas, e, no momento atual, em virtude da necessidade de se reduzir a evasão e o abandono, houve um movimento político na direção de fortalecer essa política. Tal ação, contudo, não tem por objetivo final a atenção às necessidades reais dos estudantes, que vêm se aglutinando nas últimas décadas em decorrência do descaso sofrido.

No capítulo seguinte, realizamos uma análise das condições de moradia universitária na Universidade Federal do Ceará, de acordo com a fala dos seus usuários.

5 A MORADIA UNIVERSITÁRIA DA UFC NA ACEPÇÃO DE SEUS USUÁRIOS – ESTUDO DE CASO DA UFC

A gente não quer só comida,
a gente quer comida, diversão e arte.
a gente não quer só comida,
a gente quer saída para qualquer parte
a gente não quer só comida,
a gente quer bebida, diversão, balé.
a gente não quer só comida,
a gente quer a vida como a vida quer.

(Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto)

Este capítulo trata da política de moradia estudantil da UFC¹⁵³ e expõe, além de uma retrospectiva histórica, a pesquisa de campo realizada com estudantes residentes, no período de abril a junho de 2012. Atualmente, a UFC oferece 62 cursos de graduação e 29 programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) e tem seus *campi* distribuídos na cidade de Fortaleza, na região do Cariri (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), em Sobral e Quixadá¹⁵⁴.

A escolha do campo de pesquisa decorre em primeiro lugar, do nosso interesse em contribuir com a referida Instituição e com o nosso compromisso como assistente social vinculada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis com atuação nas residências universitárias, como já explicitado.

Para compreender melhor esta conjunção de problemas, realizamos um estudo investigativo, utilizando a pesquisa qualitativa, buscando apreender as variáveis que se desdobraram sobre o problema. Procuramos caracterizar o *locus* da pesquisa, na sua perspectiva micro (residências universitárias), objetivando traçar

¹⁵³ No capítulo anterior situamos a realidade da Universidade Federal do Ceará e traçamos um breve histórico sobre a instituição.

¹⁵⁴ De acordo com mapa dos cursos de graduação divulgado pela Pró-Reitoria de Graduação, atualizado em 31 de março de 2010.

um breve histórico que lançasse subsídios à análise posterior dos dados. Registramos a insuficiência dos indicadores encontrados nessa coleta, o que só aumenta nosso interesse em realizar esta pesquisa, como forma de contribuir para o trabalho de outros pesquisadores.

Na pesquisa de campo, foram examinados aspectos como situação conjugal, condições de saúde e vida acadêmica. Posteriormente, analisamos aspectos diretamente relacionados à residência universitária, tais como alimentação, transporte, segurança, condições físicas das residências, entre outros.

Para estudo desta população utilizamos uma amostragem representativa aleatória, sem obrigatoriedade e sem pressão. De acordo com Deslandes (1994), uma das características da pesquisa qualitativa é não se basear em critérios numéricos para garantir a sua representatividade, pois, nesse caso, uma boa amostragem deve ser dimensionada pela sua capacidade de abranger a totalidade do problema, compreendendo suas múltiplas dimensões.

Na coleta de informações, utilizamos como técnica investigativa o questionário, que, na concepção de Richardson (2010) cumpre as seguintes funções:

Geralmente, os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever determinadas características e medir determinadas variáveis de um grupo social. A informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo. Por exemplo: idade, sexo, estado civil, nível de escolaridade, preferência política [...] Outra importante função dos questionários é a medição de variáveis individuais ou grupais. Tais questionários podem incluir perguntas unidimensionais. (RICHARDSON, 2010, p. 189 e 190).

Para a preparação da análise dos dados, tabulamos as respostas recorrendo à utilização de planilhas, tabelas e gráficos. Nessa fase, Gomes (1994) exprime que é importante a conjuntura socioeconômica e política que faz parte o grupo estudado. Para melhor compreensão, de acordo com o mesmo autor, os dados devem ser *ordenados*, por meio de mapeamento das informações obtidas no questionário, *classificados* mediante uma leitura repetida e exaustiva, e deve ser realizada uma *análise final*, que articule os dados e o referencial teórico da pesquisa.

Compreendemos que todo método tem vantagens e limitações, e que nenhum objeto é explorado em todas as suas dimensões, restando sempre um universo de possibilidade a serem descobertas. O estudo de caso, no entanto, tendo como pressuposto um referencial teórico crítico, nos pareceu abranger o fenômeno de maneira satisfatória.

5.1 A moradia estudantil na UFC: reconstrução da memória da luta na luta

Registramos aqui a dificuldade de recuperar a história das residências universitárias da UFC. Recorrendo a uma busca criteriosa, ainda assim não localizamos muitos registros de como se deu essa trajetória. Utilizamos como fonte principal um trabalho de conclusão de curso elaborado por Antonia Nicelly Marques, outro que consta nos arquivos da Instituição, também elaborado pelos residentes e organizado pelo estudante Manoel Coelho Albuquerque. Parte-se, então, dos poucos ensaios produzidos e das informações vinculadas aos jornais de grande circulação para tentar reproduzir rapidamente essa linha do tempo.

Com base em um escrito realizado por moradores universitários no ano de 1991, mediante entrevista e análise de documentos, tentou-se traçar um histórico das residências universitárias. Segundo Albuquerque (1991), de acordo com o depoimento de Maria do Carmo Maia, primeira assistente social à frente das residências, a primeira casa foi criada na Praça da Bandeira, em razão da influência do curso de Direito junto ao movimento estudantil. O prédio era alugado e provavelmente foi inaugurado no final da década de 1950, não se sabendo também a data exata de sua extinção. O início das residências, conforme Marques (2009) ocorreu por iniciativa dos estudantes, só sendo vinculada à Universidade posteriormente.

Em 1961 foi construído um prédio para ser a sede do Clube dos Estudantes Universitários- CEU, localizado na av. da Universidade nº 2700, no qual funcionavam o Restaurante Universitário, a Divisão de Assistência ao Estudante e a Residência Universitária (no terceiro andar do prédio), dirigida pelo Diretório Central do Estudantes – DCE.

Em 1963, momento em que o País vivia um período conturbado, na iminência do golpe militar, depois da reivindicação do DCE, fundou-se uma residência feminina, na av. da Universidade, 2216, com o nome de “O Lar da Universitária”. O Reitor na época, Martins Filho, não achou conveniente que uma residência feminina ficasse a cargo do DCE, portanto, a casa ficou sob a responsabilidade da Divisão de Assistência ao Estudante, retratando bem a moral conservadora da época.

Esta casa funciona até os dias atuais, sendo conhecida entre os residentes como “convento”, por se acreditar ter servido anteriormente como um convento de freiras. A estrutura da casa é muito grande e antiga, com espaços amplos e grandes salões. Em 2009 a casa passou por uma grande reforma, em razão da estrutura antiga, conforme relatado:

A REU feminina 2216, por exemplo, foi reformada no primeiro semestre do ano (2009). Fizeram banheiros e cozinha novos, edificaram a sala de estudo e a de computadores, além de construírem um pátio, onde antes só existia areia e mato, no qual se proliferavam ratos e baratas: calçadas plantaram grama e palmeiras e colocaram iluminação. Tudo eram reivindicações antigas das moradoras do Convento, principalmente o banheiro, que em toda a existência da casa nunca havia passado por uma reforma, apenas ganhado alguns pequenos reparos. Por enquanto as reformas estão paradas. Desde junho, por conta das goteiras que todo ano alaga as salas e quartos, existe a promessa de trocar todo o telhado, mas até o momento, novembro de 2009¹⁵⁵, não foi cumprida [...] (MARQUES, 2009, p.44).

Albuquerque evoca o fato de que, em 1964, foi inaugurada outra residência feminina, em uma casa que foi doada à Universidade, localizada à rua Manuelito Moreira nº25, que permanece até os dias de hoje. Reportagem no jornal *Diário do Nordeste* confirma a hipótese de doação¹⁵⁶. Essa casa é conhecida pelo nome de Júlia Pinto¹⁵⁷, pois, segundo os moradores, era o nome da mãe do provável doador da residência. É uma casa de dois andares, com amplo quintal, espaço de convivência, sala de estudos com computadores. Também foi reformada no ano de 2009.

Com o golpe militar, o DCE foi desativado e, na mesma época, construiu-se uma residência universitária na rua Paulino Nogueira nº 125, primeira

¹⁵⁵ Essa reforma foi concluída no ano de 2010.

¹⁵⁶ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=632147>. Acessado em 28 de março de 2012.

¹⁵⁷ Sobre essa residência, visitar o endereço <http://www.facebook.com/groups/220603521286278/>.

casa com estrutura para ser residência universitária¹⁵⁸. Nesse período, os estudantes que moravam na residência localizada na av. da Universidade nº 2.700 foram transferidos para essa casa e a gestão das residências passou definitivamente para a Divisão de Assistência ao Estudante. Este prédio funciona até os dias atuais, possui três andares, 24 apartamentos, duas salas de estudos, laboratório de informática, copa e área de lazer. Passou por uma reforma no ano de 2009-2010, foi mobiliada no ano de 2011 e reinaugurada pelo Reitor Prof. Dr. Jesualdo Pereira, no início do ano de 2012. Inicialmente tinha 80 vagas, sendo que, depois da reforma, passou a ter setenta e seis, pois foram construídos dois quartos mais amplos para deficientes físicos.

Em 1967, novas residências foram abertas, funcionando em prédios velhos comprados pela UFC ao longo da av. da Universidade. Foram adquiridos os prédios de nº 2142 e nº 2154, que posteriormente foram unificados e se tornaram uma só residência que funciona até os dias atuais, conhecida como “mausoléu”¹⁵⁹, em virtude da antiga e desgastada estrutura do prédio.

Ainda segundo Marques (2009), o mesmo processo ocorreu com as casas de nºs 2133 e 2147, que também se tornaram uma só residência, com o nome de Geraldo Vandré, em razão das reuniões que ocorriam no período da ditadura militar¹⁶⁰. Adquiriu-se, também, ainda na gestão de Martins Filho, o prédio de nº 2635, que foi reformado e adaptado para os residentes. Estas três casas, nº 2142, nº 2133 e nº 2635, funcionam até os dias atuais como residências masculinas. As estruturas e mobília são antigas, sempre precisando de consertos e reformas, pois desde a data de sua compra já eram prédios desgastados com construção antiga.

A primeira invasão em uma casa, com objetivo de torná-la residência universitária ocorreu em 1968, quando um grupo de mulheres tomou os prédios de nº 2387 da av. da Universidade e o nº 1645 da av. Carapinima, em razão do pequeno número de vagas oferecidas para mulheres. As casas da Carapinima eram residências de funcionários da Universidade, e à medida que os funcionários

¹⁵⁸ Acreditamos que a construção desta residência à época do golpe militar ocorreu como um meio de tentar “acalmar” os ânimos do movimento estudantil, que neste período era muito atuante.

¹⁵⁹ Sobre essa residência visitar o endereço: <http://www.facebook.com/profile.php?id=100003535088707>.

¹⁶⁰ Este aspecto é de suma importância para compreendermos a militância ocorrida nas residências universitárias. Infelizmente, como informamos, não possuímos muitas fontes sobre este período.

deixavam as casas, os estudantes invadiam. Nesse período, os estudantes invadiram quatro casas na av. Carapinima, os prédios de nºs 1645, 1651, 1655 e 1665, sendo somente um utilizado para residência feminina. Estas casas tinham capacidade para cinco estudantes e tinham também uma estrutura física bastante antiga e desgastada.

Em 2012, foram fechadas duas casas (1645 e 1651), com a abertura de uma residência no Pici, e há a promessa das outras duas também o serem. Os estudantes se posicionaram contra a perda destes prédios, e solicitaram que eles continuassem sendo patrimônio dos residentes, mas o futuro destes prédios ainda é incerto; sabe-se apenas que não serão mais ocupados pelos residentes.

No ano de 1978, a residência da av. da Universidade 2133, passou por uma reforma, em decorrência de problemas sérios de instalação. Os estudantes foram transferidos para os fundos da casa nº 2142, na qual foram construídos alguns quartos. Posteriormente, esta construção se tornou outra residência masculina, situada na av. Carapinima nº 1601.

A casa invadida na av. da Universidade nº 2387 também apresentava sérios problemas de instalação e , em 1980, na gestão do Pró-Reitor Prof. Raimundo Holanda Farias, as estudantes foram transferidas para uma casa localizada à rua Nossa Senhora dos Remédios nº 250, que funciona até os dias atuais. É uma casa pequena e, possui, além dos quartos, sala de estudo, sala de estar, cozinha e lavanderia.

Outra invasão foi realizada no ano de 1980, em uma residência na rua Waldery Uchôa, 140, abrigando 15 estudantes sem nenhuma estrutura ou conforto. Após muita resistência do movimento estudantil, essa casa foi oficializada como residência e permanece até os dias atuais. Marques (2009) relembra esse fato mediante a fala de uma ex-residente da REU (2216) na década de 1970, hoje professora Doutora, Virgínia Bentes Pinto:

[...] passamos a noite ali naquela casa, onde morava seu Brasil, que era diretor do restaurante universitário, daí o tiramos da casa porque ele tinha casa para morar, aí colocamos colchões. Eu não era mais residente na época, mas eu vim para participar desse momento histórico. Eu já tinha emprego, era diretora do departamento da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, mas eu deixei tudo e vim, foi muito bacana passarmos a

noite ali, talvez se não tivéssemos ocupado aquela casa, hoje ela não seria uma residência universitária [...] (MARQUES, 2009, p. 42).

A última casa foi criada na rua Nossa Senhora dos Remédios nº 148, com o objetivo de transferir as estudantes que moravam na av. Carapinima. Como estas se negaram a ir, a casa foi ocupada por homens, e até hoje funciona desta forma. Ao longo da história das residências universitárias, percebe-se que a resistência dos estudantes e ações ousadas de invasão foram determinantes para que as moradias fossem estabelecidas.

De acordo com Albuquerque, os estudantes realizavam, além das invasões, várias manifestações que objetivavam mostrar à sociedade o descaso em que as residências se encontravam. Em uma ocasião os estudantes fizeram a exposição de todos os móveis das residências no cruzamento de duas avenidas de grande movimentação (av. 13 de Maio com av. da Universidade).

Após esse período, quase 30 anos depois, em 2007, houve ampliação das vagas, em um prédio alugado na rua Major Facundo nº 2147¹⁶¹. Este fato só ocorreu porque durante a gestão do Pró-Reitor Prof. João Arruda de Pontes, estudantes acamparam na Reitoria reivindicando novas vagas. Após esta ação, o prédio foi alugado, e permaneceu ocupado até o ano de 2011. Em 2010, a demanda novamente foi maior do que o número de vagas e um novo prédio foi alugado, na rua Justiniano de Serpa nº 433. No ano de 2011, novamente, faltaram vagas, e os estudantes ficaram em uma lista de reserva recebendo ajuda de custo e aguardando a residência do Pici ser concluída, fato que só aconteceu no ano seguinte. Percebe-se que nos últimos anos a procura por vagas sempre excede as vagas disponíveis, portanto, a construção de uma residência nova era uma necessidade urgente e imperiosa.

A residência do Pici foi o segundo prédio construído para ser residência universitária, depois de um período de mais de 40 anos. Esta residência é fruto do processo de expansão, com recursos do REUNI e atende a pressão e reivindicação

¹⁶¹ Desde 2007, foram alugados dois prédios para acomodar os estudantes, e no ano de 2012, ainda há um prédio alugado. Essa ação foi tomada para atender de imediato a demanda pelas residências, em razão do número insuficiente de vagas nas casas pertencentes à universidade. A existência de prédios alugados consiste em um transtorno, pois gera insegurança por não se saber até quando aquelas vagas continuaram existindo e enseja ansiedade nos moradores, por não saberem por quanto tempo irão continuar naquele endereço.

de muitos anos do movimento estudantil¹⁶², e do Conselho de Residentes Universitários. Tem capacidade para 198 estudantes, possui três andares e os quartos têm dois dormitórios, com roupeiro, mesa e uma pequena copa. Há internet *wireless* em todo o prédio, área de lazer, jogos e sala de estudos. Todos os quartos foram mobiliados com frigobar, filtro de água e armários. A inauguração ¹⁶³ocorreu no dia 30 de março de 2012, com algumas vagas já ocupadas¹⁶⁴.

É importante conhecer a formação das residências universitárias para se perceber que não houve organização na aquisição dos prédios, sendo que quase todos eram estruturas antigas que constantemente necessitam passar pelas reformas e consertos, além do que não possuem a infraestrutura adequada para se tornarem moradia de estudantes.

Em 1991, a socióloga Myrtes Suely Cavalcante Rolim, servidora da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, realizou um trabalho em que registrava todas as insatisfações dos estudantes, que iam desde os serviços de conservação e instalação até o fornecimento de material de limpeza. Entre as principais queixas dos estudantes estava a insatisfação com os serviços de conservação, instalação e segurança. Quanto às causas apontadas para a má condição dos serviços de conservação e instalação se destacaram a falta de manutenção periódica e eficiente, o desinteresse por parte da PRAE, a demora no atendimento às necessidades das REUs, casas velhas e instalações antigas, inadequação de equipamentos, falta de conservação por parte dos residentes, entre outros. A Socióloga expressa as consequências do péssimo estado de conservação das casas:

[...] pode-se constatar que a situação em que se encontram as Residências Universitárias, apresentando em toda a sua estrutura física a mais profunda

¹⁶² De acordo com Santos (2007) a UNE, que durante anos foi a principal representante dos interesses do movimento estudantil, tem posição governista, manifesta no apoio ao PL 7200/06, que trata da reforma universitária. O apoio da UNE decorre da promessa de aumento na aplicação de recursos à assistência estudantil. Santos critica o fato de que esta alteração não ocorre por uma ampliação orçamentária, mas o deslocamento dentro da própria rubrica para o ensino superior, fragilizando ainda mais a educação pública. É necessário que haja o aumento real de recursos, e não o deslocamento de uma área para outra, ocasionando uma transferência, e não uma concreta expansão de investimentos financeiros.

¹⁶³ Estiveram presentes na inauguração os moradores da residência universitária, o Reitor, representantes da alta administração da UFC, integrantes da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, representantes do movimento estudantil e o Conselho de Residentes Universitários.

¹⁶⁴ Havia uma lista de espera para ingresso nesta residência desde o início do ano de 2011, com cerca de 30 estudantes. Como a residência do Pici tem capacidade para quase 200 estudantes, havendo um aumento de mais de 50% das vagas, a casa ainda não foi totalmente ocupada.

deteriorização, com instalações elétricas e hidráulicas desgastadas, a madeira atingida pelo cupim, foi se agravando. Mesmo as reformas realizadas não passaram de medidas paliativas e estiveram distante de atender o objetivo real da moradia estudantil [...] Este quadro tem motivado reclamações dos estudantes sobre as condições de moradia que determinam, a par da conjuntura nacional, um comportamento apático e pouca motivação para desenvolver atividades acadêmicas, determinando que 30%, segundo pesquisa realizada, dos residentes apresentem baixo rendimento escolar. Por outro lado, o número de residências oferecidas não vêm atendendo à demanda determinada pela crise econômica que atinge grande parte das famílias, que, até pouco tempo, podiam garantir moradia para os estudantes oriundos do interior do estado. Tornou-se emergente a discussão sobre o projeto de instalações de novas residências universitárias. (ROLIM, 1991, p.03)

Portanto, no início da década de 1990, já havia a reivindicação da construção de residências, fato que só veio há ocorrer 22 anos depois. Ressoa também de maneira alarmante o estado precário das casas, situação que perdura até os dias atuais, pois, como se verá a seguir, embora tenham se passado duas décadas, as queixas dos moradores continuam as mesmas, tendo como agravante aumento do tempo de uso das casas. Ressaltamos que, no decorrer deste tempo, várias reformas e consertos foram feitos, porém, como as casas são antigas e os problemas também não são recentes, as reformas não se mostram suficientes para sanar definitivamente os problemas estruturais.

Destacamos o fato de que no trabalho de Mirtes Rolim há um levantamento da melhor localização para construção de uma residência universitária, e somente 30,8% dos estudantes apontaram o Pici como local para construção da residência. Já em 2008, Marques (2009) assinala que foi apresentado pela PRAE um projeto aos estudantes que propunha a demolição da Residência 25, situada no Benfica, e no lugar a construção de uma residência mista com capacidade para 100 estudantes, e nesta proposta, já havia também a desativação das casas situadas na av. Carapinima. Os residentes consideraram o projeto desvantajoso, pois o aumento de vagas seria mínimo, e consideraram que a desativação das casas da av. Carapinima representaria perder a memória de conquista da moradia, não aceitando a proposta.

A resistência dos estudantes fez com que uma nova proposta de construção fosse feita, desta vez no *campus* do Pici, que neste momento foi aceita pelos

estudantes. Segundo Marques, no entanto, foi definido que não haveria desativação de nenhuma casa, o que veio a ocorrer quatro anos depois, com o fechamento de duas das quatro residências da av. Carapinima, e os estudantes transferidos para o Pici. Percebe-se que as alterações feitas não atenderam aos interesses dos estudantes, e as casas que foram desativadas para uso das residências, até a conclusão deste trabalho, estavam fechadas, sem nenhum uso. É fato que as residências da av. Carapinima encontram-se bastante desgastadas, porém, uma proposta de reestruturação seria viável.

A transferência para o Pici foi feita com muita negociação entre os estudantes e a PRAE, levando cerca de um ano para sua efetivação, pois foram transferidos moradores de três casas (REU 2147, 1645 e 1651) e residentes de todas as outras casas que estudassem no Pici e tivessem interesse de se mudar para lá.

Nos anos de 2007 a 2011 a moradia universitária foi organizada em 16 residências, sendo três mistas, cinco femininas e oito masculinas, somando 310 vagas, distribuídas em dois prédios alugados e 14 próprios.

No ano de 2012, três residências foram desativadas. Destas, uma era alugada e duas pertencentes à Universidade¹⁶⁵. No mesmo período, foi inaugurada a residência do Pici, ficando 14 prédios, assim distribuídos: quatro femininos, seis masculinos e quatro mistos, totalizando 451 vagas. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo da atual distribuição dessas vagas por residência:

¹⁶⁵ Os residentes se manifestaram contra a desativação dos dois prédios pertencentes à universidade, e durante o processo não foi esclarecido pela PRAE qual função se daria às casas, sendo a desativação justificada pelo péssimo estado de conservação das estruturas físicas.

Quadro 21
Residências universitárias – localização e Vagas

Residência	Vagas
Rua Manuelito Moreira nº 25	19
Rua Paulino Nogueira nº 125	76
Rua Waldery Uchôa nº 140	12
Rua dos Remédios nº 148	06
Rua Justiniano de Serpanº433	30
Rua dos Remédios nº250	06
Av. Carapinima nº 1601	10
Av. Carapinima nº 1655	05
Av. Carapinima nº 1665	05
Av. da Universidade nº 2133	22
Av. da Universidade nº 2142	22
Rua Dr. Abdenago Rocha Lima nº 420 (Pici)	198
Av. da Universidade nº 2216	41
Av. da Universidade nº 2635	21
Total	451

Fonte: Pró –Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE.

Com suporte no que foi exposto, pudemos constatar que as residências hoje existentes foram fruto da luta de estudantes e do movimento estudantil, pois se evidenciaram em todo processo de criação de vagas as reivindicações, resistências e invasões, que conduziram os estudantes a conquistas arrancadas mediante a luta, denúncia e movimento combativo.

Ressaltamos que as condições de uma moradia vão bem mais além de número de vagas, ou de “quantas pessoas cabem em um quarto”, mas envolve a qualidade de moradia, como as instalações internas, móveis, utensílios, e todos os elementos que corroborem a boa condição de estudo e que não estão explicitas quando se fala da quantidade de vagas.

Passaremos, agora, à exposição do perfil dos sujeitos da pesquisa, para compreensão da realidade em que estão inseridos.

5.2. O perfil dos estudantes nas residências da Universidade Federal do Ceará (2012.1)

Antes de passarmos aos resultados da pesquisa de campo, é importante de antemão situar a realidade do programa de residência na UFC. Em 2012.1, o referido programa atendia a 350 estudantes, dentre os quais 113 participaram desta pesquisa, sendo que dois questionários foram descartados por erro de preenchimento. Ficou o total de 111 questionários, o que corresponde a 31,71% do quantitativo de residentes.

Foram entregues cerca de 200 questionários entre as 14 residências, e, destas, apenas três não devolveram nenhum questionário formulário preenchido¹⁶⁶. Portanto, os questionários foram distribuídos da forma a seguir relatada.

- Rua Paulino Nogueira nº 125: da totalidade de 63 moradores, 16¹⁶⁷questionários foram respondidos;
- rua dos Remédios nº 148: da totalidade de cinco moradores, três questionários foram respondidos;
- rua dos Remédios nº 250: da totalidade de seis moradoras, três questionários foram respondidos;
- rua Abdenago Rocha Lima nº 420 – Pici: da totalidade de 134 moradores, 25 questionários foram respondidos;
- rua Justiniano de Serpa nº 433: da totalidade de 25 moradores, 18 questionários foram respondidos;

¹⁶⁶ Entramos em contato com os moradores de duas das três residências que não haviam devolvido os questionários, e os estudantes informaram que foram preenchidos e entregues aos diretores, entretanto, os diretores não chegaram a nos entregar o referido material. Em seguida, passou-se a greve dos professores e técnicos administrativos, ocasião em que os residentes se dispersaram e perdemos temporariamente o contato.

¹⁶⁷ Esta residência possui capacidade para 74 moradores, porém, como foi a primeira casa a ser aplicado o instrumento, iniciamos com o um número pequeno de questionários, que foram aplicados diretamente por nós, com a intenção de retornarmos para continuar a aplicação, porém isso não foi viável. Nas outras residências, os questionários foram aplicados com o auxílio dos diretores.

- av. Carapinima nº 1655: da totalidade de quatro moradores, três questionários foram respondidos;
- av. Carapinima nº 1665: da totalidade de três moradoras, um questionário foi respondido;
- av. da Universidade nº 2133 : da totalidade de 14 moradores, 11 questionários foram respondidos;
- av. da Universidade nº 2142: da totalidade de 13 moradores, dois questionários foram respondidos;
- av. da Universidade nº 2216: da totalidade de 35 moradoras, 17 questionários foram respondidos;
- av. da Universidade nº 2635: da totalidade de 17 moradores, 14 questionários foram respondidos;
- rua Manuelito Moreira nº 25: da totalidade de 19 moradoras, nenhum questionário respondido;
- rua Waldery Uchôa nº 140: da totalidade de sete moradores, nenhum questionário respondido; e
- av. Carapinima, 1601: da totalidade de 5 moradores, nenhum questionário respondido.

O questionário que elaboramos e aplicamos era composto por 50 questões, combinando perguntas abertas e fechadas. A aplicação foi feita diretamente, com a ajuda dos diretores das residências, e em algumas casas foram distribuídos entre os moradores, para que respondessem no momento em que fosse mais conveniente, e em outras situações, alguns grupos responderam no momento em que estavam nas salas de estudos, nos computadores ou participando de algumas reuniões. Percebemos que o tempo médio de resposta foi de 20 minutos. Importa ressaltar que garantimos o anonimato dos participantes, visando a proporcionar maior liberdade de opinião.

A participação dos estudantes foi bastante representativa e variável em cada casa. Acreditamos que o não preenchimento de todos os questionários distribuídos tem certamente, entre outros fatores, o receio de serem identificados. Quando da aplicação dos questionários, foi esclarecido se tratar de uma pesquisa acadêmica de

mestrado sem vinculação com a PRAE, porém, por sermos servidora desta Pró-Reitoria, acreditamos que houve dificuldade em desvincular nossa imagem e interesse de pesquisa dos preceitos da Instituição.

Nas moradias, os questionários foram entregues aleatoriamente, de acordo com os estudantes que estavam presentes e disponíveis. As visitas às residências foram avisadas com antecedência, e marcadas para ocorrer durante o dia, variando de acordo com a disponibilidade dos diretores e o horário de maior permanência dos estudantes nas casas. Para esse momento de aplicação dos questionários, como mencionamos há pouco, contamos com a colaboração dos diretores¹⁶⁸ das residências, que se dispuseram a ajudar na sua distribuição e coleta. Como os moradores estudam, desenvolvem atividades de estágio e bolsas, é bastante difícil ter acesso a um número representativo destes em um mesmo horário, por isso contamos com a ajuda dos diretores, que moram nas casas e conhecem os hábitos de horários de seus colegas.

Em relação ao nível de participação por casas, percebe-se que as casas maiores, PICI e REU 125, que juntas somam 274 vagas, tiveram 41 questionários respondidos¹⁶⁹, do total de 113 distribuídos, portanto, constatamos que as casas maiores não tiveram mais representatividade do que aquelas de menor capacidade. A participação dos estudantes foi bastante variável em cada casa mais representativa no total.

5.3 Primeiras aproximações

5.3.1 Em relação ao gênero

Historicamente as vagas no Programa de Residência Universitária da UFC sempre foram predominantemente masculinas, isso porque desde sua origem foram direcionadas para o público masculino, em parte porque a procura de moradia pelas estudantes acontecia em menor número, em razão de características culturais das

¹⁶⁸ Os diretores são estudantes moradores das casas eleitos pelos outros residentes para representá-los junto ao Programa de Residência.

¹⁶⁹ É possível saber a quantidade de questionários das duas maiores casas, pois, na residência 125, aplicamos a pesquisa pessoalmente, e, no Pici, os questionários foram entregues ao diretor, que, no momento da devolução, nos informou quantos haviam sido respondidos.

famílias no Estado e na região bastante conservadoras em relação ao papel da mulher na sociedade. Ainda, após tantos anos de luta pela igualdade de direitos, a divisão por gênero dos admitidos à UFC, segundo o anuário estatístico de 2009, que publica dados desde 2004¹⁷⁰ a 2008, aponta a maior aprovação de estudantes do gênero masculino.

Nos últimos dois anos, no entanto, a procura por vagas femininas se intensificou, fato comprovado pela lista de espera de cerca de 30 estudantes, em sua maioria, mulheres, que aguardavam vagas nas residências no ano de 2011, pressionando a ampliação das residências femininas e o remanejamento de vagas.

Com a construção da residência do Pici no ano de 2012, foi possível adequar melhor a disponibilidade de vagas à nova demanda, existindo agora a menor diferença na distribuição de vagas por gênero, pois 42,86% são mulheres e 57,14% homens, conforme quadro¹⁷¹ seguinte, que demonstra a ocupação das vagas no semestre 2012.1.

Quadro 22

Residência Universitária – Gênero dos estudantes

Gênero	Valor absoluto (total de residentes)*	% (total de residentes)	Valor absoluto (residentes pesquisados)	% (residentes pesquisados)
Feminino	150	42,86%	48	43%
Masculino	200	57,14%	63	57%
Total	350	100,00%	111	100%

*Fonte: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE¹⁷².

Comparativamente, usamos o mesmo quadro para demonstrar o resultado dos estudantes pesquisados. Percebemos a mesma proporcionalidade encontrada no total de residentes, pois 57% eram do gênero masculino e 43% do feminino. Essa

¹⁷⁰ Infelizmente, não possuímos dados mais antigos, que nos permitam fazer uma análise de um período mais longo.

¹⁷¹ Importa esclarecer que nos Quadros 1 e 2, fazemos um comparativo entre o número total de residentes e aqueles que participaram da pesquisa.

¹⁷² Apenas os dados referentes ao total de residentes foram fornecidos pela PRAE; os outros indicadores foram coletados na pesquisa de campo.

mudança pode ser considerada um avanço, pois aponta maior adequação à demanda e equilíbrio na divisão de vagas por gênero.

5.3.2 Em relação à faixa etária

Quanto à faixa etária, a maioria é jovem¹⁷³, sendo que 72,29% têm idade entre 18 e 25 anos, e somente 5,14% têm mais de 30 anos. Entre os estudantes pesquisados, 80% estavam em uma faixa etária entre 18 e 25 anos, 5% tinham mais de 30 anos, 14% tinha entre 26 e 30 anos e 1% menos de 18 anos. Esses dados revelam novamente que o universo pesquisado se aproxima bastante da totalidade dos estudantes residentes, e que o número expressivo de jovens nas residências revela a luta e a necessidade da classe trabalhadora de apropriar-se do conhecimento e de qualificar-se para as necessidades do capital.

Na sociedade capitalista contemporânea, são os processo formativos de educação considerados como fatores de enorme importância para o desenvolvimento profissional e intelectual, constituídos de um forte apelo mercadológico para a educação formal como sendo um diferencial cultural e competitivo e porta de entrada ao “mercado de trabalho”.

5.3.3 Sobre a (in)dependência econômica

Dentre os estudantes pesquisados, 74% exercem alguma atividade remunerada, o que inclui desde bolsas, estágio e emprego formal. É importante esclarecer que, quando o morador exerce atividade remunerada por meio de emprego formal ou aprovação de concurso público que assegure condições para a

¹⁷³ A PEC 42/08, aprovada pelo Congresso em setembro de 2010, modifica o artigo 227 da Constituição, passando a existir menção ao jovem, compreendido na faixa etária de 16 a 29 anos.

própria manutenção¹⁷⁴, perde o benefício de residência universitária. De maneira geral, os estudantes necessitam exercer alguma atividade remunerada, pois carecem de recursos para adquirir livros, cópias e realizar outras atividades acadêmicas.

5.3.4 Situação civil: a dificuldade em constituir família

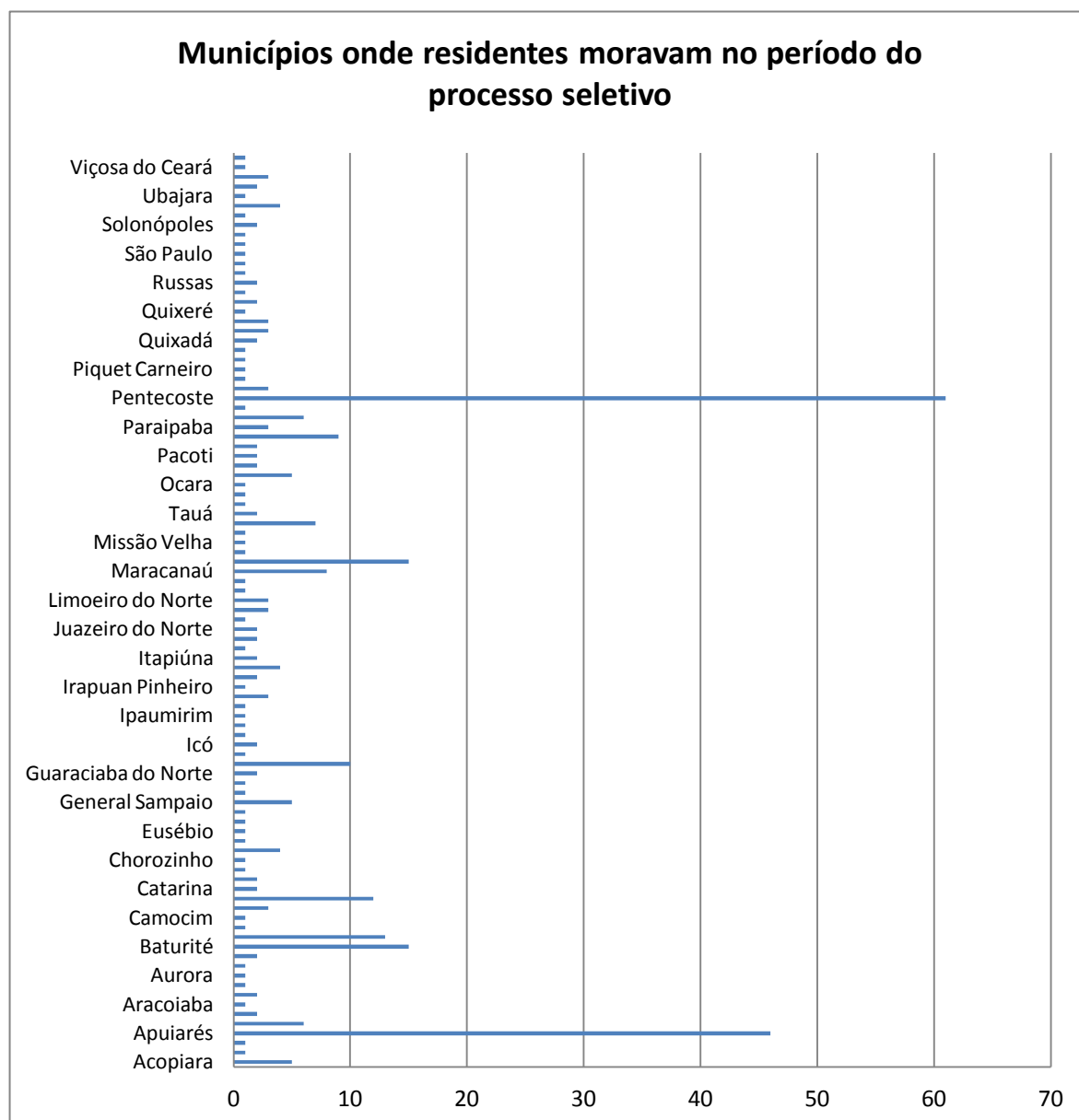
Entre os estudantes pesquisados, apenas um é casado, e nenhum tem filho. Esse dado é, em parte, determinado pelo fato de que nos alojamentos não existe estrutura para receber famílias. Estudantes casados e com filhos não encontram espaço para sua família nas residências. Os alojamentos não contam com estrutura apropriada para acomodar devidamente casais e crianças e a PRAE, até meados de 2012, não dispõe de auxílio-creche.

5.3.5 Sobre a cidade de origem e a promessa da mobilidade

É sabido que os residentes são oriundos de outros municípios e até de outros estados. Segue gráfico com a discriminação dos municípios em que moravam no período do ingresso no programa de residência. Ao todo, são 95 localidades:

¹⁷⁴ Não há definição oficial do programa sobre qual valor representa condições para o estudante se manter, ficando esta análise a cargo da equipe técnica, em cada caso.

Gráfico 2
Residência Universitária
Município de domicílio à época do processo seletivo



Fonte: Pró –Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE.

Entre os municípios de origem dos atuais residentes não constam Barbalha e Sobral, enquanto Quixadá e Juazeiro do Norte têm uma pequena representatividade, apenas 0,57%. Acreditamos que isso decorre do fato de que nesses municípios há *campus* da UFC, fruto do processo de interiorização da universidade. Apesar de haver *campi* da UFC nestes municípios, a oferta de cursos é bem inferior à da

Capital e não há disponibilidade dos mesmos benefícios da assistência estudantil¹⁷⁵, nem uma equipe de profissionais da área de serviço social.

No gráfico 2 se percebe que apenas 14,5% dos residentes tem origem nos municípios da região Metropolitana de Fortaleza¹⁷⁶. Acreditamos que isso ocorre porque os estudantes desta região continuam residindo com suas famílias, e optam por buscar alguma forma de auxílio financeiro, mediante bolsa ou estágio, para custear seu trajeto para a universidade.

Quadro 23

Residência universitária – estado de origem dos estudantes

Estado	Valor absoluto	%
Amapá	1	0,29%
Amazonas	1	0,29%
Ceará	340	97,14%
Maranhão	2	0,57%
Piauí	1	0,29%
Rio Grande do Norte	1	0,29%
São Paulo	4	1,14%
Total	350	100,00%

*Fonte: Pró –Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE

Conforme o quadro 23 a maioria, 97,14%, dos residentes é do Estado do Ceará. Os outros estudantes são dos estados do Amapá, Amazonas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo, entre outros. Como demonstra esse dado, a mobilidade acadêmica prometida pelo SiSu ainda não trouxe grande impacto para a moradia universitária, pois a pequena quantidade de estudantes oriunda de outras unidades federadas reforça que não é simples, para estudantes da classe trabalhadora, sair de seus municípios de origem e buscar um curso de nível superior em outra localidade, implicando custos com passagens e hospedagem.

¹⁷⁵ Apesar de haver demanda para residência universitária nos *campi* do interior, não há esse benefício, existindo somente auxílio-moradia para os estudantes que dele necessitam.

¹⁷⁶ Os municípios da Região Metropolitana são: Caucaia, Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Chorozinho, Pacajuz, Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama, Cascavel.

De acordo com dados divulgados pelo jornal *O Povo*¹⁷⁷, 94% dos estudantes selecionados no SiSu, no período do 1º semestre de 2011, declararam ser do Estado do Ceará, realçando que a mobilidade não ocorreu da maneira prevista. Em relação aos cursos, o jornal afirma:

Entre os 102 cursos da Instituição, 30 tiveram todas as vagas ocupadas por candidatos do Ceará. No campus de Fortaleza, são graduações como Administração, Educação Física e Psicologia. Os dois bacharelados em Direito (noturno e diurno), normalmente muito concorridos, tiveram mais de 90% de ocupação por cearenses - 98% e 92%, respectivamente. Apenas os cursos de Medicina dos campi Fortaleza, Sobral e Cariri tiveram percentual de ocupação de estudantes daqui menor do que 60% - 59,3%, 56,9% e 50,8%, respectivamente. (O POVO, 26 de março de 2011).

A procura por vagas de estudantes fora do Estado é maior em cursos como Medicina, geralmente ocupado pela classe mais favorecida economicamente, o que nos leva a questionar quem são os estudantes realmente beneficiados com o processo seletivo do SiSu e com a prometida mobilidade.

Entre os residentes, os cursos dos estudantes que ingressam por meio do SiSu e que vieram de outros estados são Letras (dois estudantes), Cinema e Audiovisual (dois estudantes), Farmácia (um estudante) e Educação Física (um estudante). Verifica-se que a possibilidade de mobilidade é muito incipiente, comprovada pela pequena quantidade de estudantes de outros estados somente em cursos de baixa concorrência.

Pela análise do Gráfico 2, percebe-se que a maioria dos estudantes é dos Municípios de Pentecoste e Apuiarés¹⁷⁸. Essa incidência não ocorre ao acaso, pois os estudantes destes municípios têm sua aprovação para a UFC em grande medida pela oportunidade de serem preparados pelo Programa de Educação em Células Cooperativas- PRECE¹⁷⁹, que funciona há quase 18 anos, em oito municípios cearenses, coordenado pelo professor da UFC, Dr. Manuel Andrade Neto. Desde o início do processo preparatório para o vestibular/ENEM, esse Programa informa aos

¹⁷⁷ Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2011/03/26/noticiasjornalfortaleza,2117972/estudantes-do-ceara-ocupam-94-das-vagas-da-ufc.shtml>. Acessado em 10 de julho de 2012.

¹⁷⁸ Não localizamos a existência de instituições de ensino superior nessa região.

¹⁷⁹ Entre as atividades do PRECE, estão a revisão do ensino fundamental e a preparação para o exame Vestibular/ENEM.

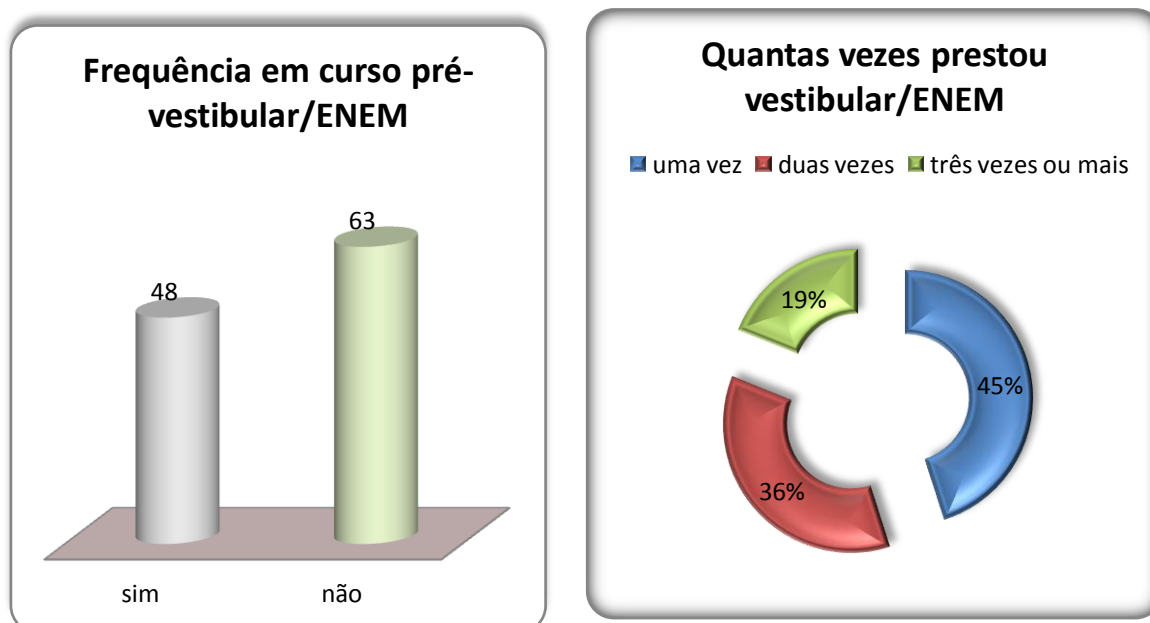
futuros estudantes da existência da residência universitária, e dos critérios para o processo seletivo, fato que estimula os jovens da classe trabalhadora a ingressarem na UFC e buscarem a residência universitária.

É preciso considerar que a adoção de programas como o PRECE nem de longe preenchem as necessidades formativas da classe trabalhadora. Deve ser a garantia pelo Estado da qualidade do ensino público na educação básica para todos, o caminho para a democratização efetiva do acesso à educação superior pública, sem necessitar de uma ampla estrutura de cursinhos preparatórios, como ocorre hoje.

5.3.6 O residente e sua experiência formativa na educação básica

Analisando a vida escolar dos residentes em relação ao ensino médio, constatamos que 87% estudaram somente na escola pública, e apenas 4,5% apenas em escola particular. Entre os que estudaram em escola particular, 71,4% possuíam bolsa de estudos. Percebe-se, que em sua maioria, os estudantes que têm acesso a essa política de assistência estudantil são oriundos de escolas públicas, conforme preconiza o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Gráfico 3
Vestibular/ENEM



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

No que se refere à frequência em curso pré-vestibular, 43% frequentaram curso preparatório. Sobre a tentativa de ingresso na Universidade, 45% tentaram exame vestibular ou ENEM apenas uma vez, 36% pretendem duas vezes e apenas 19% buscaram três ou mais vezes. Quanto à forma de ingresso, 71% entraram na Universidade por meio do concurso vestibular¹⁸⁰, 24% ENEM, e 5% transferência.

Infere-se que estes estudantes ingressaram na UFC, em sua maioria, sem preparação em cursinhos, e foram aprovados na primeira tentativa de ingresso. Esse fato não implica dizer que estes jovens tiveram facilidade em ingressar no ensino superior, pois encontram diversas dificuldades para dar continuidade aos seus estudos, desde óbice financeiro até embaraço de transporte para cursar o ensino médio¹⁸¹.

Se este dado for comparado com a realidade geral desta Universidade, conforme explicitado no capítulo 3, no ano de 2010, de cada 14,03 estudantes inscritos no exame vestibular que cursaram todo o ensino médio na escola pública, somente um foi aprovado no exame. Com base neste comparativo, percebemos que o bom desempenho destes estudantes está mais associado à superação de limites e esforços pessoais do que à qualidade do ensino médio que cursaram, uma vez que correspondem a uma pequena parcela de jovens, conforme se verifica esta afirmação:

Para suplantar todo tipo de adversidade, os alunos das classes populares precisam se destacar, através do bom desempenho, desde o início de suas trajetórias escolares [...] Além de assegurar a longevidade escolar, a boa performance seria também uma importante estratégia, talvez a única, na busca por um lugar no competitivo ambiente acadêmico. Frente à escassez de títulos entre seus antepassados e sem possuir capital social, os universitários pobres lançam mão do bom desempenho para se destacar entre os pares. (VARGAS, 2008, p.65)

¹⁸⁰ Pelos dados expostos percebemos que a moradia universitária ainda não reflete, pelo menos de forma acentuada, o novo cenário de seleção para o ensino superior, por meio do ENEM/SISU, que objetiva produzir mobilidade entre os estudantes. Se a mobilidade de fato estivesse ocorrendo em maiores proporções, ocasionaria aumento de demanda nas moradias universitárias.

¹⁸¹ Alguns estudantes do interior do Estado enfrentam diariamente vários quilômetros em estradas precárias para poderem chegar ao local da escola.

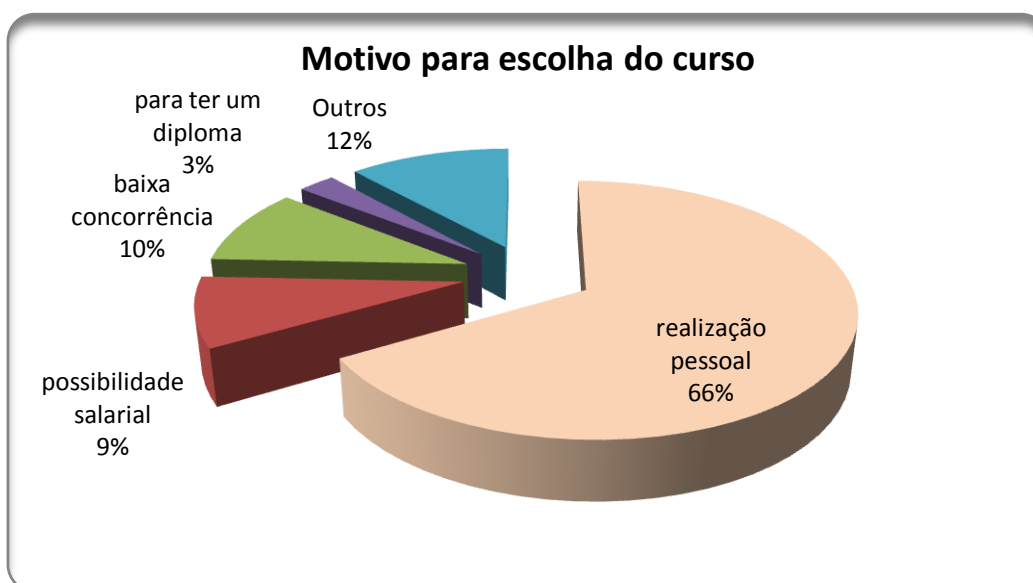
Não queremos, entretanto, engrossar as fileiras que defendem as premissas do capital humano, ao advogar a ideia de que o sucesso pessoal é resultado do esforço da pessoa. Este esforço, dentro das abissais dificuldades que a classe trabalhadora enfrenta é, na maioria das vezes, suplantado por torpes condições objetivas de existência impostas à classe trabalhadora.

5.3.7 Sobre a “escolha” do curso: o peso das condições objetivas de classe

Sobre os motivos para a escolha do curso, 66% relataram que buscavam a realização pessoal, 10% afirmaram que fizeram sua escolha com base na análise das reais possibilidades de aprovação, optando pela área ou curso de menor concorrência, 9% apontaram como critério a avaliação da valorização social (salarial) da profissão no mercado, 3% só desejavam obter um diploma qualquer que fosse e 12% escolheram por outros motivos, entre eles a opinião de parentes e amigos.

Gráfico 4

Motivação para a escolha do curso



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

A residência é mais procurada por estudantes de cursos de baixa concorrência. Questiona-se o que significa a ideia de realização pessoal, considerando as limitações que estes estudantes enfrentam para ingressar e se manter em um curso superior. Entendemos, neste caso, que a realização pessoal está presente no fato de o estudante conseguir romper as barreiras sociais, culturais

e econômicas ao ingressar no ensino superior e alcançar novo *status* social. Vale destacar, neste sentido, a seguinte asserção:

A presença mais frequente de estudantes oriundos das classes populares nas instituições de ensino superior tem sido também apontada por estudos sobre o perfil dos alunos e egressos dos cursos ofertados por universidades brasileiras (GAZZOLA, LACERDA e BRAGA, 2003; BRAGA, PEIXOTO e BOGUTCHI, 2001; SCHWARTZMAN, 1995; PAUL e FREIRE, 1997). De acordo com estas pesquisas, os universitários oriundos das camadas populares se concentram em cursos de menor prestígio social e que oferecem, em média, remunerações mais baixas no mercado de trabalho, em comparação com as carreiras de maior *status*. Os cursos mais valorizados socialmente e que possibilitam o acesso a rendimentos mais elevados, ainda são frequentados, em sua maioria, por indivíduos das camadas dominantes da sociedade. (VARGAS, 2008, P.51)

A escolha do curso é determinada por condições precárias objetivas, que limitam as possibilidades em razão, entre outros fatores, das lacunas deixadas pela educação básica para o estudante de escola pública, principalmente no interior do Estado, onde faltam vontade política e investimento para uma educação de qualidade, pois as escolas funcionam em péssimas condições e os professores, além do trabalho precarizado, não dispõem de estrutura adequada para exercer sua atividade, e instâncias políticas consolidadas que representem seus interesses na luta cotidiana por melhores condições de trabalho.

Soma-se o fato de que, quando estes estudantes ingressam em cursos de maior *status*, além de todas as dificuldades que já foram enfrentadas e superadas, convivem com os efeitos nocivos da discriminação, pois, no pensamento de Vargas (2008), em curso de maior segregação social, como Medicina, o estudante pobre passa a não pertencer ao grupo formado pelos outros discentes, pois difere deles nas condições de existência material, nas possibilidades de realizar viagens, cursos, atividades de lazer, etc.

Na sociedade capitalista o processo educativo ocorre de maneira contraditória, pois o trabalhador se educa em uma relação de alienação, de trabalho estranhado, em um contexto de expropriação da força de trabalho, em que a educação também constitui uma mercadoria e a formação educacional da classe trabalhadora está submetida à lógica e ao interesse do capital. Nesse enfoque, a classe trabalhadora depara as sequelas deste fenômeno, como na sequência assinalado:

A crise que os sistemas educacionais latino-americanos enfrentam hoje, extrapola a questão puramente educacional. Decorre de um modelo de desenvolvimento que exclui parte significativa da população das condições mínimas de sobrevivência material. Tal modelo responde às exigências de um novo padrão de acumulação capitalista fundado em novas bases tecnológicas e em novo arcabouço tecnológico – o neoliberalismo. (CABRAL NETO E RODRIGUEZ, 2007, p. 44)

Interessou-nos também compreender o período de permanência e conclusão nas residências universitárias, como se veremos a seguir.

5.3.8 Quanto à permanência e à conclusão

Sobre a evasão pelos residentes vale destacar que apenas 3% realizam trancamento semestral ou anual, e os motivos foram todos relacionados a questões de saúde¹⁸². O baixo percentual de trancamento pode se justificar, entre outros fatores, no fato de existir um tempo estipulado de permanência na moradia, que respeita ao período regular do curso. Quanto ao abandono, embora seja um dado importante, não possuímos neste trabalho elementos para retratar essa realidade, porquanto a pesquisa foi realizada com os estudantes que ocupam a moradia estudantil. O mapa de estudantes que moram nas residências é modificado a cada semestre, em razão do ingresso de novos residentes e da saída daqueles que tiveram seu prazo de permanência expirado¹⁸³. No semestre de 2012.1, os residentes eram oriundos de 44 cursos diferentes, conforme quadro 24:

¹⁸² Em casos de problemas de saúde do estudante e da família, ou motivos outros que a equipe profissional do programa analise e considere justificáveis, o trancamento do curso não prejudica o tempo de permanência da residência, que é recalculado quando o estudante retoma as atividades acadêmicas.

¹⁸³ Ao entrar na residência, o estudante tem o prazo de permanência igual ao tempo mínimo do curso acrescido de um semestre. Caso não consiga concluir neste período, ao final, pode haver prorrogação por mais seis meses.

Quadro 24
Residência universitária – curso dos estudantes

Curso	Valor absoluto (total de residentes)*	% (total de residentes)	Valor absoluto (residentes pesquisados)	% (residentes pesquisados)
Administração	3	0,86%	2	1,80%
Agronomia	36	10,29%	8	7,21%
Arquitetura e urbanismo	1	0,29%	0	0,00%
Biblioteconomia	11	3,14%	5	4,50%
Ciências Ambientais	2	0,57%	0	0,00%
Ciências Biológicas	5	1,43%	2	1,80%
Ciências Contábeis	2	0,57%	0	0,00%
Ciências Econômicas	12	3,43%	5	4,50%
Ciências Sociais	8	2,29%	4	3,60%
Cinema e Audiovisual	2	0,57%	1	0,90%
Computação	1	0,29%	1	0,90%
Comunicação Social/Publicidade e Propaganda	1	0,29%	1	0,90%
Dança	2	0,57%	1	0,90%
Estilismo e Moda	1	0,29%	0	0,00%
Direito	2	0,57%	0	0,00%
Economia Doméstica	18	5,14%	2	1,80%
Educação Física	9	2,57%	2	1,80%
Educação Musical	2	0,57%	1	0,90%
Enfermagem	5	1,43%	2	1,80%
Engenharia Civil	10	2,86%	3	2,70%
Engenharia de Alimentos	6	1,71%	3	2,70%
Engenharia de Energias e meio ambiente	1	0,29%	0	0,00%
Engenharia de Pesca	6	1,71%	2	1,80%
Engenharia Elétrica	3	0,86%	1	0,90%
Engenharia Metalúrgica	6	1,71%	0	0,00%
Engenharia Química	1	0,29%	0	0,00%
Estatística	6	1,71%	1	0,90%
Farmácia	7	2,00%	3	2,70%
Filosofia	5	1,43%	3	2,70%
Física	12	3,43%	1	0,90%
Geografia	20	5,71%	6	5,41%
Geologia	2	0,57%	0	0,00%
História	7	2,00%	5	4,50%

Letras	50	14,29%	19	17,12%
Matemática	16	4,57%	3	2,70%
Não informado	0	0,00%	2	1,80%
Medicina	3	0,86%	0	0,00%
Oceanografia	1	0,29%	1	0,90%
Odontologia	3	0,86%	1	0,90%
Pedagogia	28	8,00%	9	8,11%
Psicologia	4	1,14%	1	0,90%
Química	15	4,29%	5	4,50%
Secretariado Executivo	5	1,43%	2	1,80%
Teatro	3	0,86%	2	1,80%
Zootecnia	7	2,00%	1	0,90%
Total	350	100,00%	111	100,00%

*Fonte: Pró –Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE.¹⁸⁴

A maioria dos estudantes está concentrada nos cursos de Letras (14,29%), Agronomia (10,29%), Pedagogia (8%), Economia Doméstica (5,14%) e Geografia (5,71%). A maior incidência no curso de Letras é acentuada pela diversidade deste e por sua maior oferta, pois existem vários cursos, de acordo com a modalidade escolhida (Português, Espanhol, Francês etc.). Especulamos que o número expressivo de estudantes no curso de Agronomia pode ser fruto da origem dos estudantes em zonas rurais dos municípios do Ceará, como se verá na sequência do texto. Nestes casos, os vínculos com atividade de agricultura são muito fortes.

A menor incidência está nos cursos de Arquitetura e Urbanismo (0,29%), Computação (0,29%), Engenharia Química (0,29%), Engenharia de Energias e Meio Ambiente (0,29%) e Oceanografia (0,29%). Cursos que são alvo de acirrada concorrência entre os jovens econômica e socialmente privilegiados, como Odontologia, Direito e Medicina, também têm baixa incidência entre os estudantes que buscam a moradia estudantil.

¹⁸⁴ Apenas os dados referentes ao total de residentes foram fornecidos pela PRAE, os outros dados foram coletados na pesquisa de campo.

Entre os estudantes que participaram da pesquisa, prevalecem os cursos de Letras (17,12%), Pedagogia (8,11%), Agronomia, (7,21%) e Geografia (5,41%). Observa-se a prevalência de cursos de menor concorrência. Esse fato pode ocorrer em razão de estes estudantes serem egressos das escolas públicas fora da Capital do Estado, e portanto, terem defasagem na oferta do ensino fundamental e médio, além das precárias condições de estudo, que incluem sérias dificuldades de deslocamento à escola, principalmente em zonas rurais de acesso difícil.

Quadro 25

Ano de ingresso no curso e na residência universitária

Ano de ingresso no curso	valor absoluto*	%	Ano de ingresso na residência	Valor absoluto	%
2005	1	0,29%	2005	1	0,29%
2006	8	2,29%	2006	3	0,86%
2007	31	8,86%	2007	22	6,29%
2008	65	18,57%	2008	56	16,00%
2009	78	22,29%	2009	51	14,57%
2010	91	26,00%	2010	81	23,14%
2011	62	17,71%	2011	56	16,00%
2012	14	4,00%	2012	80	22,86%
Total	350	100,00%	Total	350	100,00%

*Fonte: Pró –Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE¹⁸⁵.

Em relação ao curso, 66,86% ingressaram nos anos de 2008 a 2010, em pleno período de implementação do REUNI, que, conforme já visto, ensejou aumento de recursos para a área de assistência estudantil, entretanto, ampliou problemas que já existiam, conforme veremos à frente. Ao entrar na Universidade, o estudante que intenta a moradia necessita submeter-se a processo seletivo específico, que ocorre de maneira independente dos processos de exame

¹⁸⁵ Apenas os dados referentes ao total de residentes foram fornecidos pela PRAE, demais foram coletados na pesquisa de campo.

vestibular/SiSu, portanto, o ano de ingresso na universidade não significa que houve no mesmo período acesso ao programa de residência universitária.

No que se refere à residência, percebe-se que 62% tiveram seu ingresso entre os anos de 2010 e 2012. Nota-se que, de modo geral, o acesso à residência anualmente é menor do que o número de ingresso nos cursos até o ano de 2012, quando criadas 141 vagas, por meio da Residência do Pici. Esse dado demonstra que houve dificuldade de acesso ao programa de moradia até o ano de 2012, seja por falta de conhecimento do benefício, por mudança de domicílio, falta de vagas ou motivos outros.

Quando esses estudantes ingressam na residência, eles possuem um prazo de permanência, calculado no momento de encaminhamento à moradia. O cálculo é feito com base na quantidade de créditos de cada curso, acrescentando-se um semestre. Caso seja necessário, os estudantes podem solicitar prorrogação do prazo de permanência, que será concedida por no máximo mais um semestre. Para os atuais residentes, o prazo foi de acordo com o quadro 26:

Quadro 26
Residência universitária - prazo para permanência

Ano	Valor absoluto	%
2011	1	0,29%
2012	65	18,57%
2013	71	20,29%
2014	101	28,86%
2015	73	20,86%
2016	38	10,86%
2017	1	0,29%
Total	350	100,00%

Fonte: Pró Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE.

Na sequência do texto, veremos no relato dos estudantes que, entre suas queixas, permeia o tempo apertado para permanência na moradia, que é em média de quatro anos e meio, contados do ingresso na residência universitária. Ao fim do prazo, muitos não possuem condições financeiras de se manter, por serem, em sua

maioria, recém-formados e não terem ainda uma carreira profissional consolidada e apoio familiar em Fortaleza.

Além disso, o benefício de moradia não se estende aos cursos de pós-graduação, o que constitui um problema para aqueles que iniciam pós-graduação sem bolsa inicial. No discurso dos moradores, é patente a preocupação com o tempo de permanência nas casas:

É um programa ótimo [REU], pois possibilita condições aos jovens do interior de cursar o ensino superior, mas em alguns pontos ele precisa se aprimorar um pouco mais, tais como, um bom acompanhamento das REUs, pois muitas vezes os alunos não conseguem se formar no tempo previsto. O programa de residência não deveria abranger alunos só de graduação, mas da pós-graduação.

Vê-se uma questão social maior, em que a política de assistência estudantil não é suficiente para modificar as condições de vida destes estudantes, pois sua contribuição é contingente, fragmentada, como toda política social focalizada. É necessária uma mudança estrutural no sistema econômico e social vigente para que os estudantes da classe trabalhadora alcancem condições para suprir suas necessidades reais de existência.

5.4 A política de assistência estudantil na UFC: muito a conquistar

5.4.1 sobre as condições de saúde do estudante residente

Vários fatores incidem na condição de saúde dos estudantes. Como são predominantemente jovens, tendem a não apresentar problemas sérios de saúde. Ainda assim, fazem-se necessárias ações de prevenção e proteção à saúde, aspectos relevantes na residência universitária, para que se evite o adoecimento. A Universidade deve então proporcionar aos moradores da residência universitária qualidade de vida e condições sanitárias adequadas. Nas residências mais antigas da UFC ¹⁸⁶ constatam-se condições desfavoráveis à saúde e que comprometem a qualidade de vida dos estudantes, como a proliferação de ratos e insetos, acúmulo

¹⁸⁶ Estes problemas são mais comuns nas casas localizadas na av. da Universidade, rua Waldery Uchôa e na av. Carapinima.

de entulhos, existência de vazamentos etc. O depoimento do estudante reforça o que afirmamos:

A casa é muito boa tem um ar bucólico e inspira muito aconchego, os residentes são legais e bem comunicativos, **precisa de um pouco mais de atenção quanto a entulhos deixados nos fundos da casa, focos de dengue no prédio vizinho e alguns móveis não utilizados espalhados pela casa, no mais são muito, muito show!**[grifamos]

O programa deveria além de dar moradia, deve dar também segurança e um mínimo de conforto, com móveis adequados ao uso, **uma melhor limpeza para acabar com a presença de ratos e um auxílio que possibilite uma melhor refeição nos finais de semana e feriados** [grifamos].

Perguntados sobre seu estado de saúde, 52,2% dos estudantes responderam avaliando como bom, 26,5% declararam ser ótimo, 19,5% se sentem com uma saúde razoável, regular e 1,8% afirmam estar ruim de saúde. Dentre estes, apenas 8% informaram ter acompanhamento médico regular, por motivos diversos (manutenção de aparelho dentário, problema de pele, anemia, deficiência física, problemas ginecológicos, fisioterapia, crise nervosa, entre outros). Este baixo índice de acompanhamento médico representa uma quantidade insatisfatória, ante as necessidades dos estudantes, principalmente quando se considera a saúde em um aspecto mais amplo, levando-se em conta a prevenção e a proteção, e não somente o adoecimento.

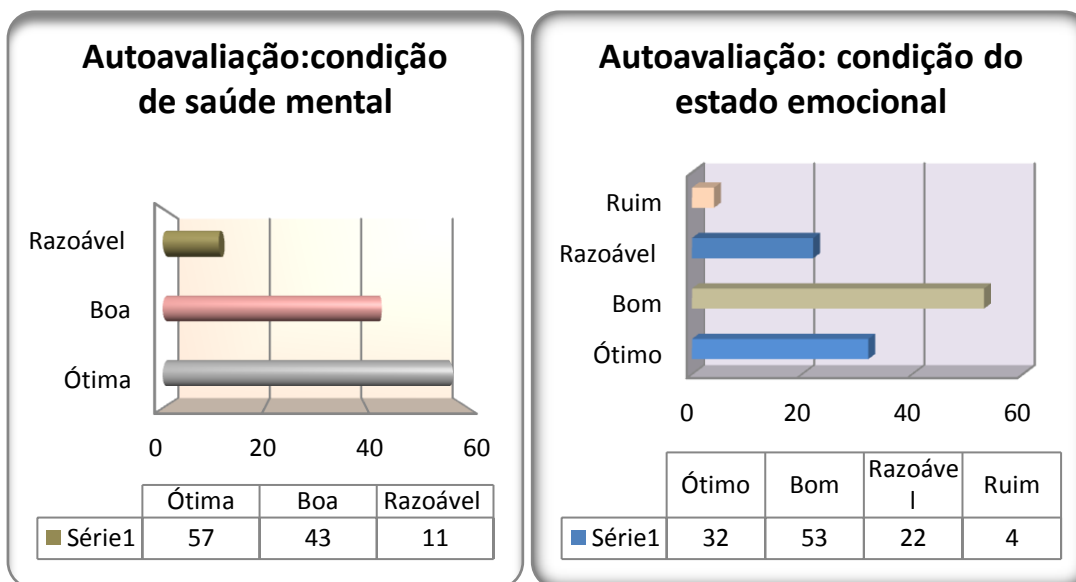
Estes estudantes recebem tratamento médico por meio do Sistema Único de Saúde- SUS. Inicialmente são atendidos na Divisão Médico Odontológica - DMO da UFC, que pode encaminhar os residentes tanto para o Hospital Universitário como a outro hospital conveniado ao SUS. Este fato remete a uma problemática mais ampla, pois os entraves, dificuldade de acesso, atendimento precário e sucateamento da saúde pública são uma questão de Estado, que tem expressão na qualidade de vida de seus usuários, que não raras vezes deparam a falta de atendimento, equipamentos adequados e com a morosidade no atendimento público. Esses são elementos que não ocorrem ao acaso, mas resultam das investidas do capital para sucatear o público e fazer sobressair a oferta privada.

De acordo com Duncan (2006), há uma associação entre o poder aquisitivo da população e o acesso aos serviços médicos, sendo que entre as pessoas com renda

familiar superior a 20 salários mínimos, a incidência de consultas médicas chega a ser 18% superior à das pessoas de menor renda familiar.

Gráfico 5

Autoavaliação: condição de saúde mental e estado emocional



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Sobre a condição de saúde mental, 51,3% dos estudantes avaliaram como ótimo o seu estado, 38,7% consideraram bom e 10% razoável. Em relação ao estado emocional, 29% avaliaram como sendo ótimo, 48% bom, 20% razoável e 3% ruim. Entre estes estudantes, apenas 7% têm algum tipo de acompanhamento psicológico ou psiquiátrico, o que remete novamente à questão do acesso ao sistema de saúde.

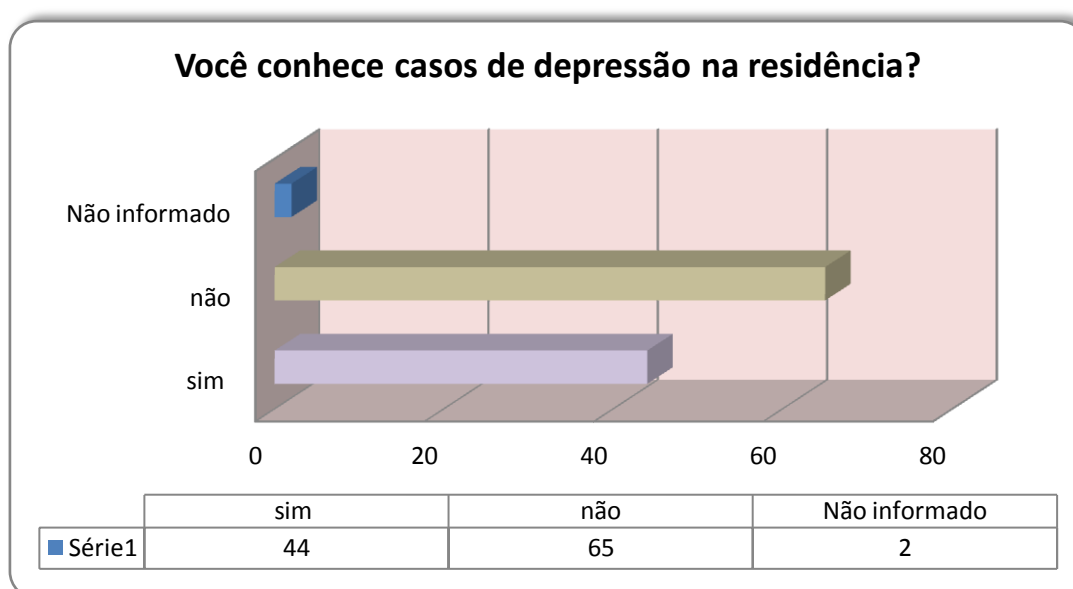
Embora a UFC disponha desse tipo de atendimento, não é suficiente para suprir a demanda, uma vez que existe uma extensa lista de espera para ter acesso aos serviços de Psicologia e o atendimento psiquiátrico só ocorre no Hospital Universitário ou por meio de encaminhamento aos centros de atenção psicossocial – CAPS, onde o atendimento pode demorar meses para acontecer. A fala do estudante abaixo revela a necessidade de maior aporte neste sentido: "Minhas sugestões são de melhoria da estrutura de algumas residências, maior disponibilidade de apoio psicológico, pedagógico e maior oportunidade de bolsas".

Enfatizamos o fato de que 23,5% dos estudantes afirmaram que seu estado emocional é razoável ou ruim e 10% avaliam a saúde mental como razoável. Mesmo sem um diagnóstico médico apropriado, os próprios estudantes sinalizam a necessidade de uma maior atenção a fatores que os podem levar a algum tipo de adoecimento. É possível que estes aspectos estejam relacionados com a própria condição de residente, porém, não possuímos dados suficientes para poder concluir com segurança, cabendo aqui a função de chamar atenção para ocorrência do problema.

Vale destacar a existência de casos de depressão e utilização de álcool ou outras drogas pelos estudantes, conforme se vê no gráfico seguinte, no qual há indicação de que 39,6% dos estudantes informaram conhecer a existência de casos de depressão nas residências universitárias.

Gráfico 6

Residências universitárias - casos de depressão



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

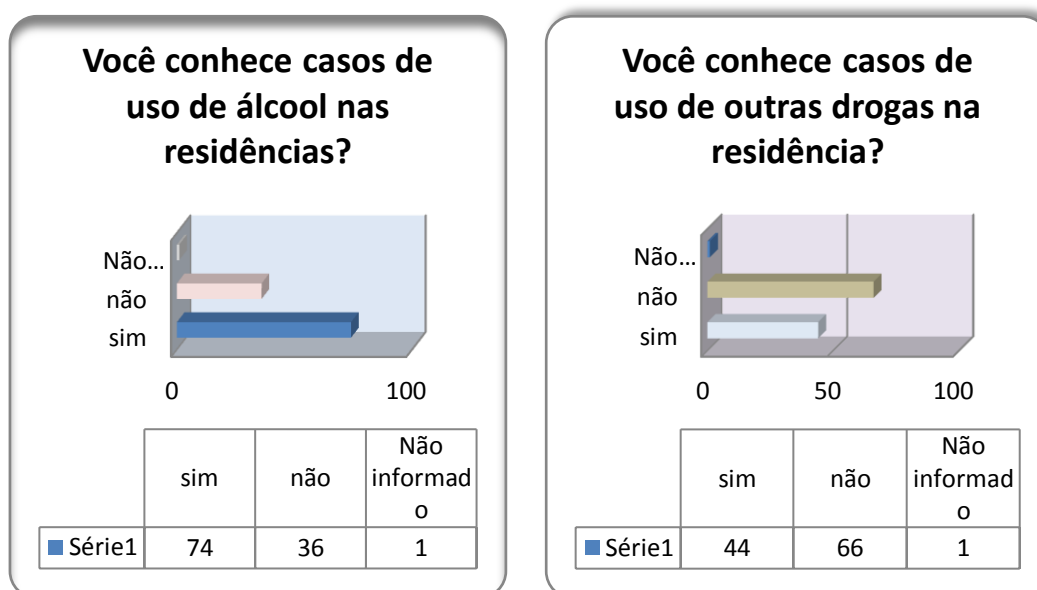
Esse dado é preocupante, pois, apesar de ser uma constatação superficial e diagnosticada pelos próprios moradores, expressa que se tem de realizar atividades voltadas para o bem-estar emocional e psíquico dos moradores, conforme já

assinalado. A utilização do uso de álcool e outras drogas também tem impacto significativo nas moradias universitárias, pois o emprego exagerado destas substâncias traz prejuízos à saúde, ao desempenho acadêmico e profissional e às relações sociais dos usuários.

Temos clareza de que o problema das drogas extrapola os muros da Universidade e que é necessário situar as doenças emocionais como depressão, síndrome do pânico, entre outras, e os vícios em drogas lícitas e ilícitas como resultado do atual modelo de sociedade capitalista, esteiada na competição, na exacerbação do individualismo e do apelo ao consumismo, na reificação do homem, que permeia todos os espaços da vida social, fragilizando, inclusive, as relações afetivas e familiares.

Gráfico 7

Residências universitárias - uso de álcool e outras drogas



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

A maioria dos estudantes (67%) informou conhecer casos de uso de álcool nas residências. Sobre a utilização de outras drogas, esse índice cai para 40%. Com base nos dados, há indícios de que o uso de drogas lícitas e ilícitas é ordinário nas residências, fato que necessita de uma ação combativa e preventiva.

O uso de drogas é um problema social de grande amplitude, que se agrava continuamente, sendo uma questão de saúde pública nacional e mundial. Como não poderia deixar de ser, reflete na universidade e, por consequência, na moradia estudantil. A discussão sobre a legalização do uso de alguns tipos de drogas, até então consideradas ilícitas, estão postas pelo Congresso e dividem a opinião pública.

Esse debate conflituoso e expresso em alguns momentos na Instituição, agravando os ânimos entre os próprios estudantes da moradia¹⁸⁷: um grupo reclama a liberdade do uso de álcool na casa, enquanto outro se sente invadido na sua privacidade. Este impasse acirra o conflito de interesses entre estudantes e a Reitoria, pois a Legislação da Administração Pública e a política adotada pela Reitoria vedam o uso de qualquer droga lícita ou ilícita nas dependências da universidade e da moradia.

Importa salientar a existência uma política nacional sobre drogas lícitas e ilícitas empreendida pelo Governo federal, por meio da Secretaria de Políticas sobre Drogas-SENAD, que visa a coordenar a implementação da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e da Política Nacional sobre o Álcool (PNA).

A SENAD, em parceria com o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (GREA/FMUSP), realizou o I Levantamento Nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas¹⁸⁸, com a participação de quase 18 mil estudantes universitários nas 27 capitais brasileiras, e constatou que 49% dos pesquisados já experimentaram alguma droga ilícita pelo menos “uma vez na vida” e 80% dos entrevistados, que se declararam menores de 18 anos, afirmaram já ter consumido algum tipo de bebida alcoólica.

Portanto, a realidade das residências reflete o que ocorre de forma geral nas Universidades. Assim, uma política de combate ao uso de drogas deve abranger não somente o universo dos residentes universitários, mas todos os discentes. No caso

¹⁸⁷ Ressaltamos que esta constatação foi feita com base na nossa experiência empírica como profissional da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

¹⁸⁸ Disponível em: http://www.grea.org.br/I_levantamento/, acessado em 29 de junho de 2012.

da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, não há uma política efetiva de apoio aos estudantes no tratamento da dependência química no enfrentamento do problema.

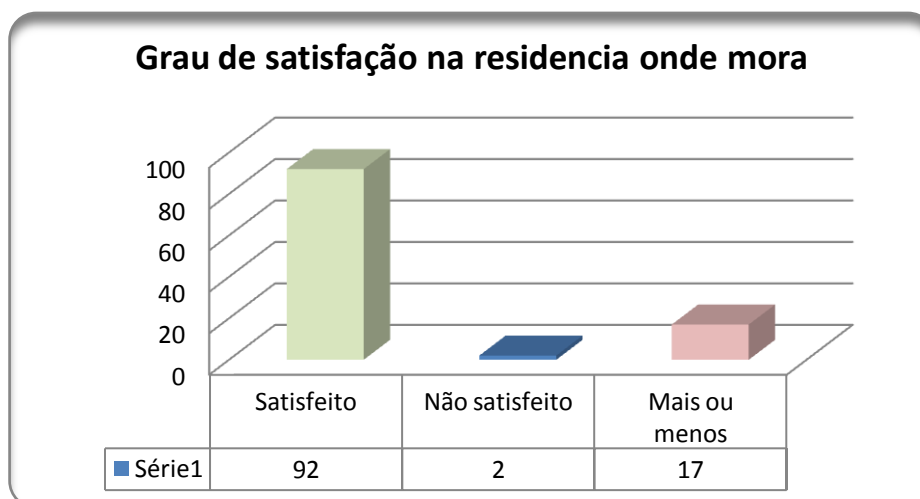
5.4.2 A moradia estudantil pela voz dos estudantes residentes

No ano de 2012, o Programa de Residência Universitária tem 76% de suas vagas ocupadas, atendendo estudantes que estão em sua primeira graduação, não possuem família nuclear em Fortaleza e não dispõem de recursos financeiros para se manterem na Cidade.

É de suma importância, para compreensão desta realidade, considerar a peculiar característica da residência universitária, pois não se trata apenas da concessão de recursos ou serviços, mas de uma política de moradia, onde os usuários formam suas identidades e em alguns casos, laços de afetividade. Portanto, não se trata apenas de questões materiais, mas também de necessidade de pertença e da multiplicidade de fatores que envolvem o relacionamento humano, de compreender os conflitos de interesses entre os moradores, e entre estes e a Pro Reitoria, como se verá a seguir.

Gráfico 8

Aceitação da residência universitária - local de moradia



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Entre os estudantes pesquisados, 69% ingressaram na residência no período de 2010-2012, e 31% no período de 2006-2009. Esse dado é de suma importância para compreender o grau de satisfação dos estudantes com as residências, uma vez que a maioria teve seu ingresso após as medidas de reestruturação promovidas pelo REUNI, que trouxe mudanças para a estrutura física das residências, e também a ampliação de vagas, porém deixou várias lacunas em outros aspectos, conforme veremos no decorrer no texto.

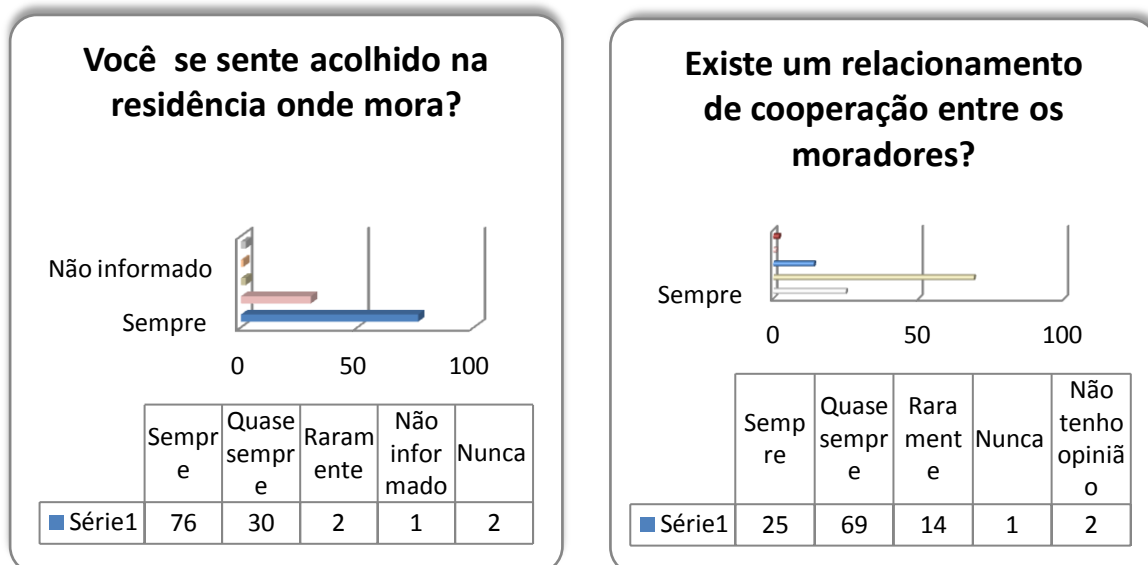
No Gráfico 8, percebe-se que 83% dos pesquisados demonstraram satisfação com a residência onde moram, 15% mostram-se mais ou menos satisfeitos e 2% relataram total descontentamento com a moradia. Entre os motivos de satisfação se verifica a possibilidade de poder concluir o curso, difícil de ser concretizada, de acordo com a fala dos estudantes, sem o ingresso na residência. As insatisfações estão na órbita do valor do auxílio financeiro para os fins de semana, alimentação, segurança, limpeza, manutenção e conserto de materiais, e do relacionamento com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

É um bom programa, porém apresenta algumas deficiências de administração e execução. Em relação as residências, a maioria apresenta uma estrutura razoavelmente boa, internamente há formação de amizade, mas também há pessoas que tem bastante dificuldade em viver em coletividade. Quanto as melhorias, posso citar o relacionamento PRAE\residente, na própria essência do termo, já que somos, por direito, beneficiários desse programa; e, melhor qualidade de alimentação.

Entendemos que, associada à (in)satisfação com a moradia universitária, está a qualidade do relacionamento entre os moradores. Sobre este aspecto trata o gráfico 9:

Gráfico 9

Residência universitária - relacionamento entre os moradores



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Sobre a residência em que moram, grande parte dos estudantes (68,5%) sempre se sente bem acolhida, no entanto, quando questionados sobre o relacionamento entre os moradores, somente 22,5% informaram sempre haver um relacionamento de cooperação, 62% disseram quase sempre haver cooperação entre os moradores e 12,6% relataram que raramente isso ocorre. Este fato demonstra que, apesar do sentimento de acolhimento nas casas, os conflitos entre os moradores são corriqueiros.

Apontamos como possível causa deste quadro os entraves que permeiam o estabelecimento de qualquer relacionamento humano, em decorrência da diversidade de pensamento e cultura, e do fato de que, no momento de ingresso, a integração do estudante não ocorre da maneira devida, pois muitas vezes o “novato” não é bem recepcionado pelos outros moradores e não recebe acompanhamento institucional para saber como lidar com este momento de adaptação. Também colaboram a estrutura e a divisão das casas, pois existem quartos com mais de dois moradores e com pouco espaço de privacidade.

[...] A convivência com outras pessoas tem seus problemas, mas é normal, afinal lidar com o ser humano é difícil, porém aonde conseguimos criar um ambiente de convivência bom, o sentimento de família e integração é ótimo.

[...] Com relação ao relacionamento é algo um tanto quanto complicado, já que, reúnem-se pessoas com as mais diferentes formas de pensar em um mesmo ambiente. Sugestões seria o aumento de espaço, pois com a exiguidade de espaço, a privacidade forma-se algo de constante atrito.

[...] Quanto ao relacionamento, melhor acompanhamento para ocorrer um bom acolhimento e respeito com quem chega e com quem já está e para que não haja sentimento de superioridade.

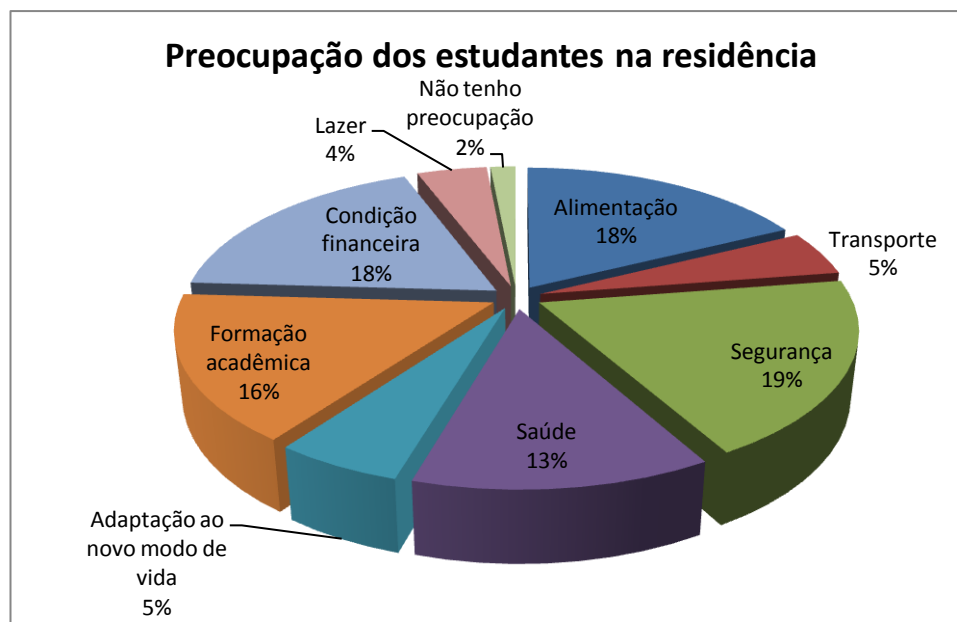
Sobre a importância do bom relacionamento que ali se estabelece, apesar das dificuldades, o estudante atesta:

Esse programa é responsável por minha permanência na UFC, e não falo só em relação a moradia e alimentação, mas do apoio, amizade, incentivo, compreensão e companheirismo dos meus colegas residentes, em especial minhas colegas da residência, minhas irmãs, minha família acadêmica.

Quando questionados sobre as principais preocupações, na condição de usuários do programa de residência universitária, e acerca dos aspectos que envolvem esta condição, os itens mais apontados foram a segurança, condição financeira, alimentação, formação acadêmica e saúde¹⁸⁹, conforme a seguir.

Gráfico 10

Residência universitária- principais preocupações



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

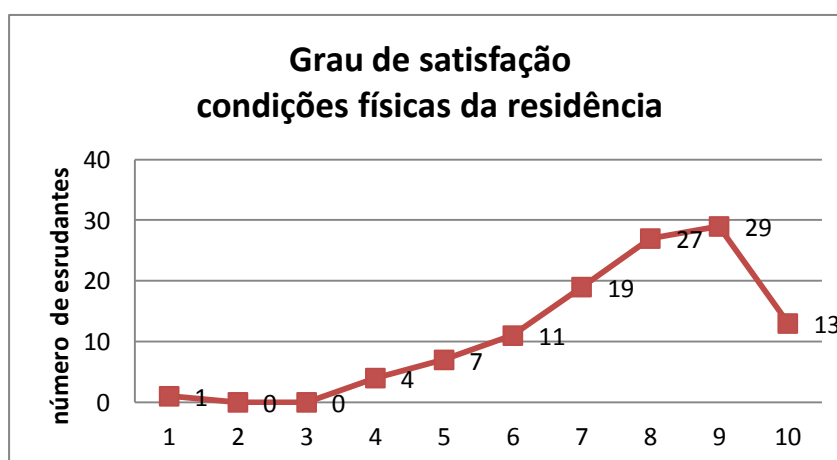
¹⁸⁹ Vale ressaltar que, nesta questão, mais de um item poderia ser marcado, portanto, foram enumerados, em média, três itens por questionário.

O item “segurança” foi apontado como a principal preocupação dos pesquisados, pois não existe sistema de alarmes nas casas, muitos prédios são antigos e apresentam facilidade para invasões de ladrões¹⁹⁰, além do sistema de segurança da UFC ter uma frequência pequena de ronda nas moradias, o que enseja um clima de insegurança, ocasionado também pelos casos de furtos já relatados pelo moradores. Os residentes relataram que, entre suas principais preocupações, figuram o desenvolvimento de sua formação acadêmica, a alimentação na residência universitária e a saúde.

Passaremos, agora, à análise do grau de satisfação dos estudantes nas residências onde moram, utilizando uma escala de valor que varia de um a dez.

Gráfico 11

Grau de satisfação nas residências universitárias- Condições físicas



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Sobre as condições físicas das residências, como se verifica no Gráfico 11, a maior incidência esteve no valor “9”, com 26% do total das escolhas, sendo que 69% dos pesquisados demonstraram satisfação elevada, assinalando os valores “8”, “9” e

¹⁹⁰ No ano de 2010, houve duas invasões seguidas de ladrões na residência feminina nº 25, que realizaram pequenos furtos. Houve também relato de furtos em pelo menos mais três casas nos últimos dois anos.

“10”. A satisfação com as condições físicas é maior nas residências grandes, como o Pici e a REU 125, pois possuem uma estrutura física bem aparelhada

Vale destacar, porém, as falas que demonstram a insatisfação dos moradores, ao acentuarem haver tratamento e atenção diferenciados nos cuidados e manutenção das casas. Para os estudantes, as residências mais antigas são esquecidas, e suas solicitações de melhorias não são atendidas em tempo hábil.

A estrutura deteriorada, os móveis desgastados e as necessidades de reparos que se acumulam acentuam ainda mais a insatisfação dos moradores com estas casas, como se verifica nos depoimentos a seguir:

Vejo apenas como ponto negativo o descaso com algumas casas, que são praticamente abandonadas pelo programa de assistência estudantil.

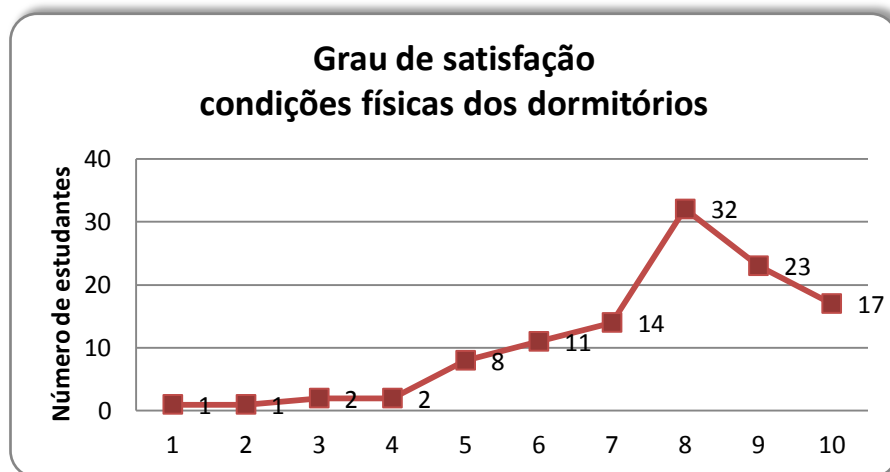
Quanto à moradia o lugar é bom, mas pode melhorar ainda mais. A estrutura física da casa deve ser melhorada, o órgão responsável pela manutenção deve ter mais compromisso com os diretores.

A minha sugestão é que todas as residências oferecessem o mesmo conforto e tivessem a mesma mordomia que algumas têm, por exemplo: ar condicionado na sala de estudos, sala de informática, salão de jogos, e etc.

A estrutura física precisa de reformas, manutenção mais adequada, falta materiais e equipamentos como computadores (sem manutenção acabam quebrando todos), os móveis que chegam já são muito gastos [...] Há poucas máquinas de lavar para muitas pessoas. Seria muito bom que houvessem mais dias para a pessoa da Serval no quesito limpeza, não é arrogância ou exigência, mas a academia toma todo o nosso tempo, inclusive o de descanso.

Entre os vários aspectos que abrangem a acomodação e qualidade de vida na residência universitária, as condições dos dormitórios são de fundamental importância, pois correspondem ao espaço mais privativo dos estudantes. Na sequência, verifica-se a opinião dos estudantes sobre este quesito.

Gráfico 12
Grau de satisfação nas residências universitárias - condições físicas dos dormitórios



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Sobre as condições físicas dos dormitórios, 64% assinalaram os valores “8”, “9” e “10”, mostrando também satisfação elevada. Esse resultado é compatível com a avaliação da estrutura física geral das residências, pois, se há condições adequadas nas moradias, deve haver também bom acolhimento nos dormitórios.

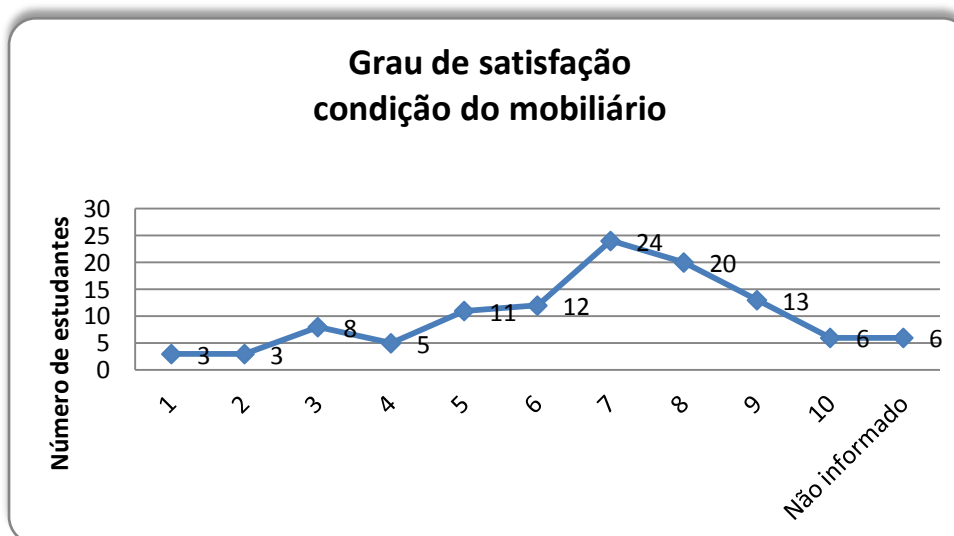
Ressalta-se novamente que nas maiores residências (PICI e REU 125) os dormitórios são bem estruturados e equipados. Já em outras as condições dos dormitórios apresentam sérios problemas, desde superlotação nos quartos, falta de mobília, móveis com necessidade de reparos, vazamentos, infiltrações, e outros fatores, como se verifica na fala do estudante:

Manter no máximo dois estudantes por quarto. Não deixar em segundo plano as residências antigas, pois a convivência nestas é bem melhor que nas novas (125 e Pici). Consultar os alunos antes de tomar decisões, pois somos nós que sofremos as consequências das decisões da PRAE.

Sobre o mobiliário, a situação mostra-se diferente dos dados anteriores, revelando maior insatisfação dos moradores, como se verá a seguir.

Gráfico 13

Grau de satisfação nas residências universitárias - condições do mobiliário



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Na análise do Gráfico, verifica-se que 50% das escolhas foram entre os valores “6”, “7” e “8”, revelando que o mobiliário não tem sido tão adequado aos estudantes quanto às estruturas físicas. Este consiste em um ponto de fluxo contínuo de solicitações e reclamações dos residentes à PRAE, pois na estrutura organizacional não há um serviço próprio no Programa de Residência que atenda às necessidades de conserto, reforma, remanejamento e recolhimento de material. Considerando que o tempo de vida útil da mobília é diminuído, em função da rotatividade e até mesmo do uso indevido por parte de alguns moradores, é necessário que haja maior atenção da PRAE para este aspecto.

Nas casas mais antigas, como as localizadas da av. da Universidade, av. Carapinima, rua Waldery Uchôa e rua Nossa Senhora dos Remédios, boa parte dos móveis consiste em patrimônios antigos, em péssimas condições de uso. É conveniente destacar que a garantia de moradia inclui condições adequadas nos dormitórios, contendo móveis que sejam devidamente apropriados ao repouso, acomodação de objetos pessoais e estudo. A fala do estudante retrata a insatisfação com a mobília e a estrutura física da casa:

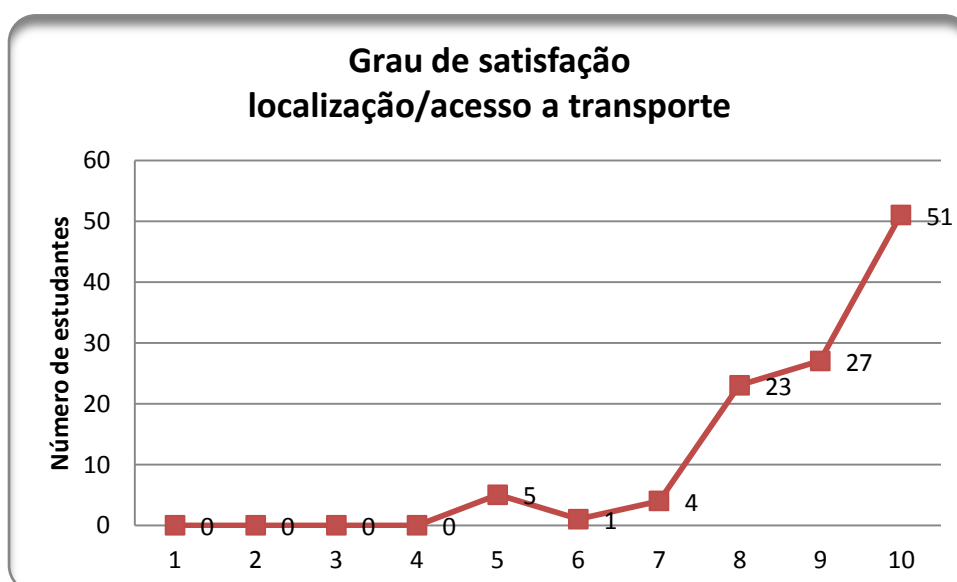
O programa tem várias deficiências: o auxílio residência é insuficiente, muitas residências estão em condições precárias. Quanto a minha REU, tenho boas relações com as outras residentes e minha crítica é apenas acerca das

condições físicas da casa: aqui o mobiliário está em péssimas condições e os pisos dos quartos estão horríveis.

Todas as residências estão localizadas no entorno da universidade, e, com a construção da residência do Pici, passou-se a direcionar os estudantes para as residências mais próximas do seu *campus*. Percebe-se maior satisfação no que concerne à localização das casas.

Gráfico 14

Grau de satisfação nas residências universitárias- localização/ acesso a transporte



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Com exceção da residência localizada no *campus* do Pici, todas as outras estão situadas nas imediações do Benfica, o que enseja uma grande satisfação dos residentes com a localização e acesso a transporte, alcançando 91% de satisfação, expressa na escolha dos valores "8", "9" e "10", pois a maioria das casas está localizada em "corredores" de transporte público. Este item apresenta o maior grau de satisfação dos residentes, o que se confirma com a seguinte fala do estudante:

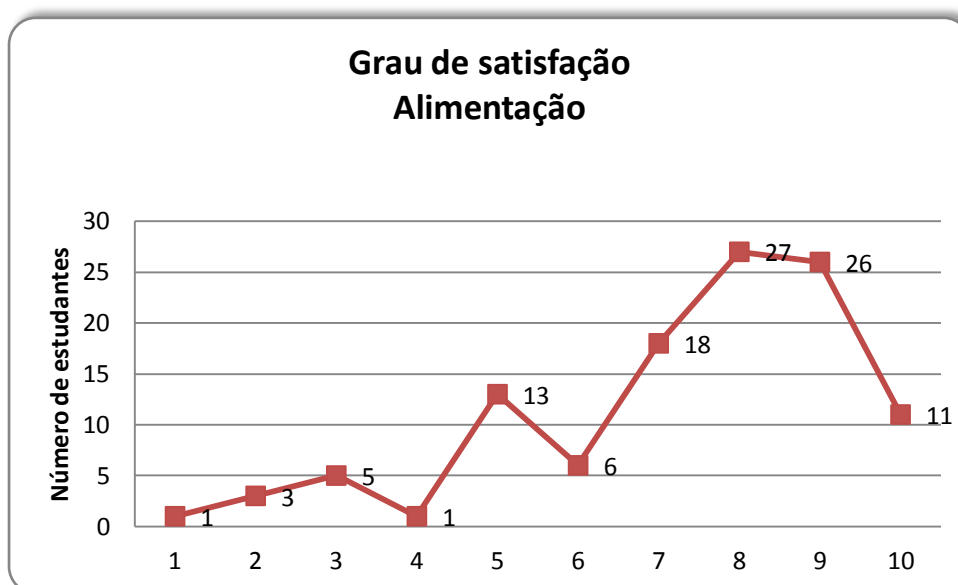
Estou me adaptando, mas a localização e as condições para permanência são bastante boas. Acho que uma falha é a falta de fiscalização por parte da

PRAE. **Vocês**¹⁹¹ têm que visitar mais as REU para ficarem cientes das nossas necessidades. [grifamos].

O direito à alimentação figura entre as três principais preocupações dos estudantes. São oferecidas pela universidade três refeições diárias: café da manhã, almoço e jantar. Abaixo analisamos a opinião dos moradores sobre este benefício.

Gráfico 15

Grau de satisfação nas residências universitárias - alimentação



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Sobre a alimentação, o grau de satisfação encontra-se com valores relativamente bons (entre “7” e “9”), sendo que apenas 8% declararam insatisfação com a alimentação. Os alimentos são preparados e servidos pelo Restaurante Universitário, tanto no *Campus* do Pici como no Benfica, exceto finais de semana e feriados. Para custear a alimentação deste período os moradores recebem auxílio financeiro, sendo até meados de 2012¹⁹² no valor de R\$ 14,00 por dia. Em todas as residências, existe estrutura de cozinha para que os moradores preparem suas

¹⁹¹ Percebemos, pela fala do estudante, a dificuldade que estes têm para desvincular a imagem da pesquisadora da assistente social da PRAE, mesmo que na aplicação do questionário, como já afirmamos, tenhamos deixado clara nossa posição de pesquisadora.

¹⁹² Esse e outros valores de auxílio e bolsas podem ser alterados até o final do ano.

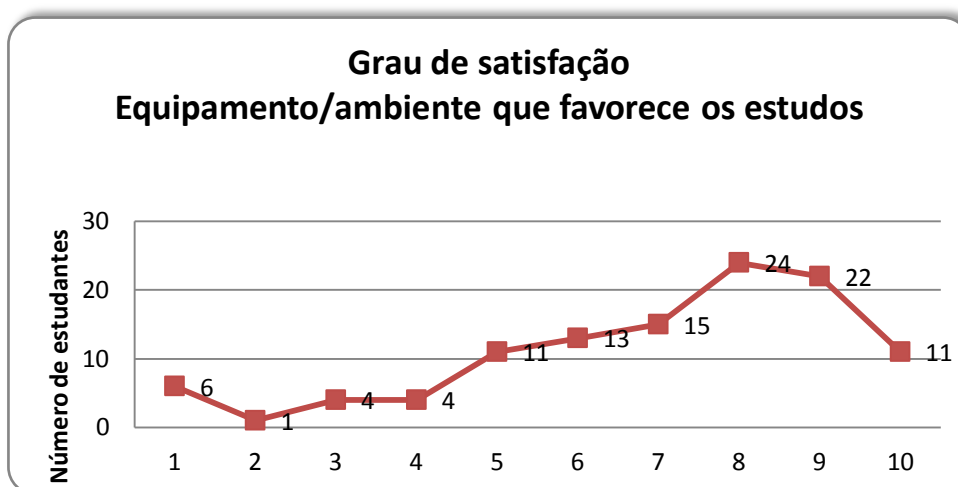
refeições, no entanto, são comuns queixas sobre o valor do auxílio, pois os estudantes afirmam que este valor não é suficiente para todas as refeições e que não há reajuste significativo desde que foi criado.

O programa favorece as pessoas (alunos da UFC) de baixa renda, porém precisa melhorar a qualidade da alimentação, do ambiente físico de muitas das residências e deve haver um reajuste no auxílio moradia. Sentimento de gratidão. A sugestão é o não atraso do pagamento do auxílio, assim como o aumento do mesmo, devido a inflação sobre o preço dos alimentos que ocorre no nosso País; se tornando assim o dinheiro do auxílio residência insuficiente para o mês.

Abaixo, analisaremos o grau de satisfação dos estudantes com os equipamentos e ambiente de estudos, observando se consistem ou não em um ambiente propício aos estudos.

Gráfico 16

Grau de satisfação nas residências universitárias - equipamento/ambiente que favorecem os estudos



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

No que se refere aos equipamentos/ambiente que favoreçam os estudos, as respostas foram difusas, havendo prevalência dos valores mais altos, 55% (valores “8”, “9”, “10”), porém os valores “5”, “6” e “7” também foram expressivos, revelando novamente que em algumas casas os equipamentos/ambiente estão mais apropriados aos estudos do que em outras casas.

Os equipamentos/ambientes compreendem salas de estudos apropriadas, com ambiente de silêncio, e condições que proporcionem concentração (temperatura ideal, mesas adequadas aos estudos, entre outros) e disponibilidade de equipamentos de suporte, como quadros brancos, computadores em bom funcionamento e acesso a internet. Abaixo, relato do que pensam os estudantes sobre este aspecto:

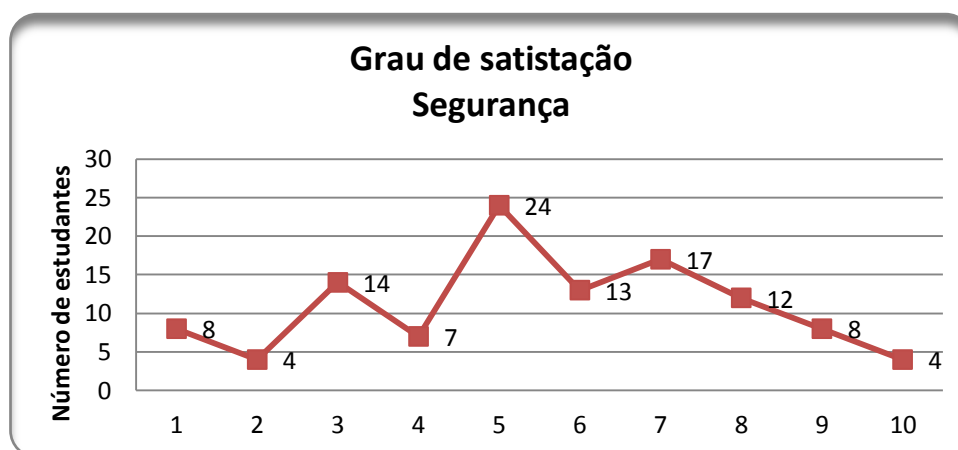
Gostaria que o programa melhorasse a infraestrutura; móveis, lazer e sala de informática, pois todos os computadores da minha residência estão parados;

Programa de residência universitária tem muito a melhorar, pois nossa alimentação não é boa. Os atendimentos pelo DMO demoram muito, as estruturas das residências não oferece um bom ambiente de estudos.

Segue o item apontado como a maior preocupação dos moradores: as condições de segurança nas casas.

Gráfico 17

Grau de satisfação nas residências universitárias- Segurança



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

A segurança mostrou-se o item mais crítico na avaliação dos estudantes, ficando o valor “5” o de maior incidência entre as respostas, seguido dos valores “7” e “3”, revelando que a segurança deixa insatisfação entre os moradores. Este problema preocupa toda a comunidade universitária, pois os furtos se tornaram problema constante nas dependências da Instituição. Nas residências, intensificaram-se as rondas nas moradias, porém alguns estudantes relatam que isso não ocorre em todas as casas, como se vê no relato abaixo.

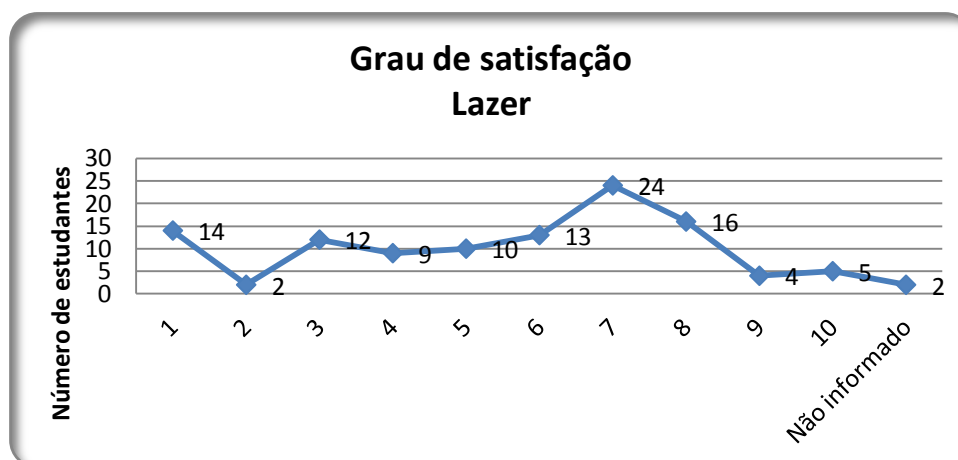
[...] Acho que existem algumas coisas a serem melhoradas, como a segurança, equipamentos e infraestrutura. poderia existir uma farmácia/ambulatório com medicamentos para uso dos residentes.

A PRAE deveria olhar um pouco mais para a segurança das residências universitárias, pois não oferece a todas.

Soma-se o fato de que a própria estrutura das casas, com portas velhas, muros baixos, trancas enferrujadas e portas dos quartos e guarda-roupas que não fecham acirram o clima de insegurança.

Passaremos à análise da opinião dos moradores sobre a oferta de atividades de lazer.

Gráfico 18
Grau de satisfação nas residências universitárias -
lazer



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

De modo geral os estudantes revelaram satisfação com as atividades de lazer, ficando 48% a incidência nos valores “6”, “7” e “8”. Não há atividade de lazer nos alojamentos, o que os moradores dispõem é de área de convivência e apenas duas casas (Residência do Pici e REU 125) possuem salas e equipamentos de jogos. No Benfica, há muitas possibilidades de lazer, oferecidos pelos equipamentos da universidade e pelos programas de extensa, entretanto, os estudantes requisitam mais atividades para gerar interação dos moradores: “A minha casa é boa e as

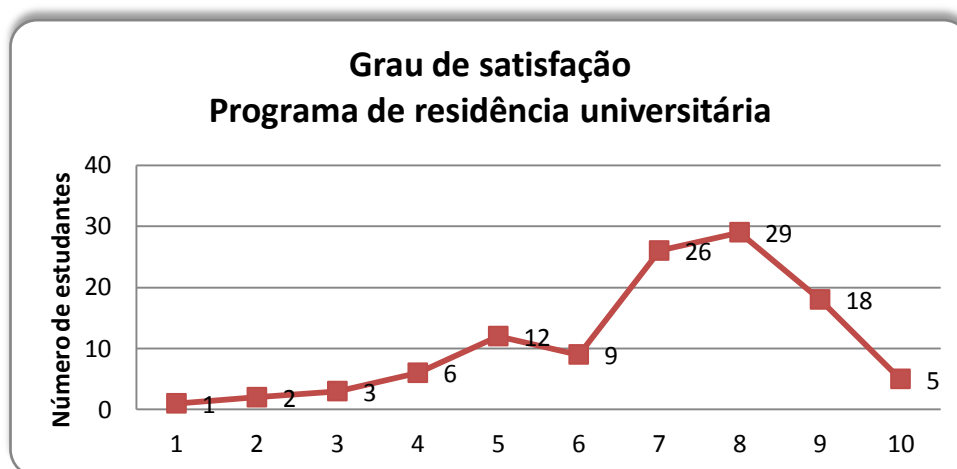
peçoas com quem moro também. Eu sugiro mais atividades de interação e lazer e maior rapidez para atender as demandas de infraestrutura”.

Consideramos importante expressar que boa parte das reivindicações dos residentes, como lazer, segurança, saúde, alimentação, entre outros, também representa a necessidade de todo o corpo discente da UFC, e particularmente dos estudantes da classe trabalhadora. Não se visualiza aqui a solicitação de ampliação de direitos somente para o segmento dos moradores das residências, porém as necessidades destes revelam deficiências presentes em âmbitos maiores, compreendendo todos os espaços da Instituição e presentes também nas reivindicações do Movimento Estudantil.

Partiremos, então, para a análise da percepção dos residentes sobre o programa de moradia universitária.

Gráfico 19

Grau de satisfação com o programa de residência universitária



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Quando questionados sobre a satisfação com o programa de residência, a maior incidência esteve entre os valores “7”, “8” e “9”, somando 66% do total de respostas. Esse dado aponta que há uma compreensão satisfatória dos serviços oferecidos pelo Programa de Residência Universitária, entretanto, alguns moradores revelaram em suas falas críticas e necessidades de mudança. Seguem relatos dos pesquisados sobre o Programa de Moradia Universitária:

O programa de Residência Universitária até então está razoável, mas deveriam ampliar a equipe para melhor atender todas as demandas, e sem demora.

O programa de residência universitária para mim está bom, só falta uma bolsa. Sugestão: todos os moradores devem ter uma bolsa de estudos para se manter na faculdade.

[...] Acho que o programa não deveria se preocupar apenas com moradia e alimentação, já que o estudante tem muitas outras despesas. Todas as residências deveriam receber os mesmos benefícios (percebo que todas são diferentes em equipamentos e infraestrutura).

É um programa que funciona, deve ser investido, apesar do rigoroso processo de ingresso ele trás inúmeros benefícios ao aluno carente que mora distante da universidade e não tem como arcar com suas despesas durante a graduação. Alguns detalhes devem ser melhorados, como a questão da alimentação noturna (17h30 as 19). Ela é muito cedo. Se possível, era necessário haver uma quarta refeição para os residentes.

De forma geral, percebe-se que os estudantes revelam certa satisfação com o Programa, porém, sempre ressaltam aspectos deficitários, como a estrutura física, demora no atendimento das solicitações, ampliação das bolsas e auxílio etc. É comum a reclamação de tratamento desigual entre as residências, pois as casas maiores (REU 125 e Pici) recebem mais recursos e suporte do que as casas antigas, ensejando um clima de insatisfação entre os moradores. Vale ressaltar que nos últimos três anos somente as residências 125 e do Pici receberam visitas do reitor.

Analisando a percepção dos estudantes sobre o processo seletivo para ingresso na residência, conforme quadro seguinte, cerca de 44% consideraram o processo seletivo razoável, dado que aponta claramente a pouca satisfação dos moradores com este processo. Na nossa percepção, isso ocorre principalmente por conta da demora no processo seletivo. Esta situação se tornou mais problemática com adoção do SiSu, pois, em razão do número extenso de chamadas, o edital para o Programa de Residência Universitária tende a estender cada vez mais o tempo para inscrições, o que retarda a seleção e prejudica os estudantes que já estão em aula e necessitam de moradia.

Quadro 27
Processo seletivo- percepção dos residentes

Como você considera o processo seletivo para ingresso na residência?	Valor absoluto	%
Ótimo	8	7,21%
Bom	46	41,44%
Razoável	49	44,14%
Ruim	7	6,31%
Péssimo	1	0,90%
Total	111	100,00%

Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

A seleção para ingresso na residência é minuciosa, pois objetiva analisar detalhadamente a situação de cada inscrito, sendo a documentação fundamental e a visita domiciliar a cada inscrito que mora no Estado do Ceará esclarecedora para análise de cada caso. Devem-se buscar, no entanto, outros meios para que o processo seletivo não venha a atrapalhar o desempenho acadêmico dos inscritos, nem causar desgastes desnecessários.

5.4.3 O Relacionamento entre residentes e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Quando se analisa o relacionamento dos estudantes com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, com base na ilustração seguinte, se percebe que 53,15% dos pesquisados não se sentem totalmente à vontade para procurar este setor, e 19,82% raramente se sentem à vontade para tal. Essa visão negativa e relacionamento distanciado é fruto das históricas diferenças que existem entre a Instituição e os estudantes, retratando a divergência de interesses políticos.

Quadro 28
Relacionamento com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE

Você se sente à vontade para frequentar a PRAE?	Valor absoluto	%
Sempre	27	24,32%
Quase sempre	59	53,15%
Raramente	22	19,82%
Nunca	3	2,70%
Total	111	100,00%

Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Sobre as condições que a universidade oferece para a permanência no curso, 51,3% acham que a universidade cumpre essa função, enquanto 43,2% acreditam que a UFC não realiza essa atividade a contento. Esse dado aponta novamente para o distanciamento entre as necessidades dos estudantes e o que é disponibilizado pela Universidade/ Estado. Nesta direção, segue o pensamento dos estudantes:

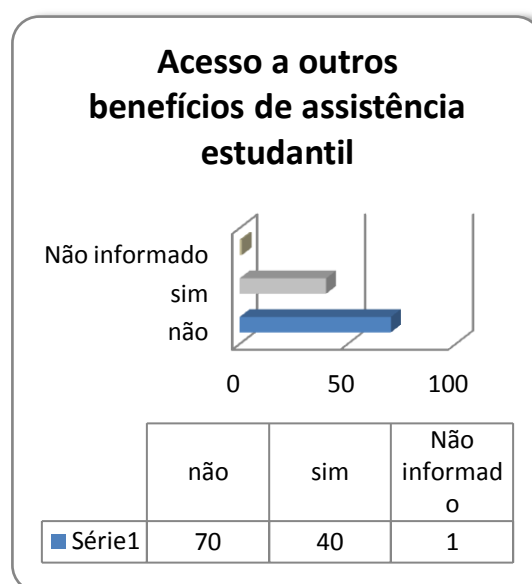
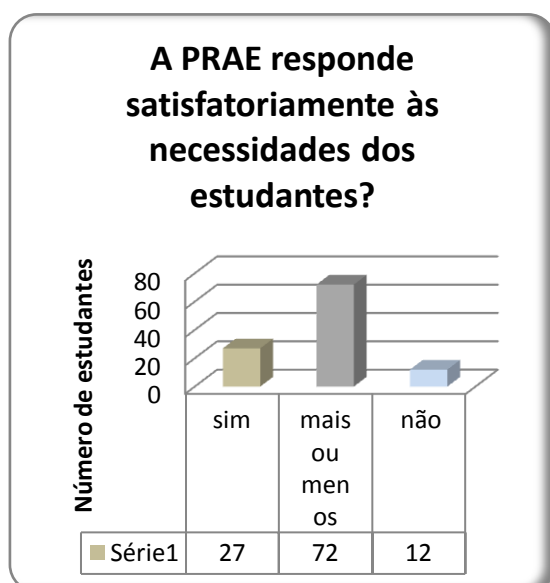
O programa abrange bem os estudantes que necessitam do mesmo, mas poderia ser um pouco mais eficaz com relação a bolsas e auxílio final de semana. Pois só morar aqui não garante ajuda financeira.

[...]o programa deveria proporcionar bolsa de iniciação a todos que estivessem sem bolsa, pois precisamos para Xerox, impressão e locomoção.

Conforme assinala Marinho¹⁹³ (2006), na visão liberal de universidade, o objetivo central não é mais a pesquisa, mas a busca pelo desempenho e a redução dos custos, portanto, apesar do investimento feito na política de assistência estudantil nos últimos anos, ainda são muito restritos os tipos de serviços oferecidos, que alcançam um número também pequeno de estudantes.

¹⁹³ Tratamos disso no segundo capítulo, quando analisamos a política de educação superior no contexto da crise do capital.

Gráfico 20
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE
Atendimento às necessidades dos estudantes



Fonte:

Pesquisa direta - elaboração própria.

Partindo para uma análise da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, essa situação se torna ainda mais grave, pois 65% dos pesquisados informaram que esta Pró-Reitoria tem deixado lacunas no atendimento das necessidades dos estudantes.

Soma-se a esse dado o fato de que 63% dos pesquisados não têm acesso a outros benefícios da assistência estudantil além da moradia universitária e os que demandam dela, como o Restaurante Universitário e o serviço médico-odontológico. Entre aqueles que tem acesso a outros benefícios da PRAE, 82% utilizam ou utilizaram bolsa de iniciação acadêmica, 7% atendimento psicológico e 3% atendimento pedagógico.

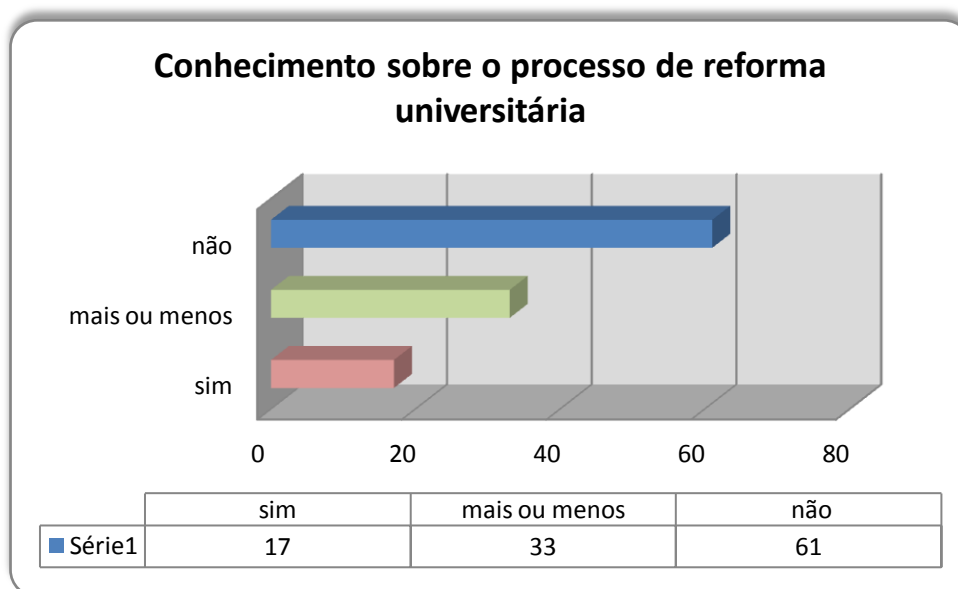
A pouca incidência de atendimento psicológico e pedagógico decorre do fato de a universidade não dispor de profissionais suficientes para atendimento desta demanda, pois o quadro de psicólogos é bastante reduzido e há, apenas, uma

profissional realizando o atendimento pedagógico no ano de 2012. Apesar da UFC ter incluído entre as metas do REUNI a ampliação destes serviços e aumento do número de estudantes, o quadro profissional permanece o mesmo.

5.4.4 A leitura dos residentes sobre a Política de Educação Superior: consciência e luta organizada pelos direitos

Poucos estudantes relataram ter conhecimento sobre o processo de reforma universitária posto em andamento desde o governo Lula . Como se vê no gráfico seguinte, apenas 15% responderam conhecer , enquanto 55% informaram desconhecê-lo.

Gráfico 21
Reforma Universitária



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Esse processo, que de fato consistiu em contrarreforma, segundo o que já foi exposto desde o segundo capítulo, trouxe muitas consequências, entre elas a

expansão acelerada das instituições privadas, mercantiização dos trabalhos acadêmicos, implantação do sistema de avaliação, entre outros aspectos presentes na LDB de 1996.

A contrarreforma da educação, conforme Sguissardi (2000), trouxe mudanças significativas para Instituições, interferindo na sua autonomia e estrutura. Concordamos com Silva Junior (2003), quando aasser os efeitos negativos da reforma:

Assim, vemos a reforma do Estado brasileiro e, para o que aqui nos interessa, a reforma da educação superior e a mudança na produção da ciência brasileira, como uma intervenção consentida e realizada pelas autoridades educacionais orientadas pelas agências multilaterais, no contexto da universalização do capitalismo, direcionadas por uma razão instrumental, que se constitui no epicentro de um processo de mercantilização do trabalho imaterial, em geral, e em particular, da esfera educacional em seu nível superior. (p. 61).

Situando o REUNI no “pacote” da contrarreforma, procuramos saber quais os impactos que os estudantes consideram que este trouxe para a universidade.

Quadro 29
Impacto do REUNI na Universidade

Você acha que o REUNI trouxe efeitos positivos para a Universidade?	Valor absoluto	%
Sim	56	50,45%
Não	18	16,22%
Mais ou menos	3	2,70%
Não sei o que é REUNI	33	29,73%
Não informado	1	0,90%
Total	111	100,00%

Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Vale destacar que 29,73 dos residentes que responderam não conhecem a proposta do REUNI, 50,45% dos estudantes avaliam que o REUNI trouxe efeitos positivos para a universidade, enquanto 16,22% defendem o contrário.

O REUNI, como já dissemos, foi o mecanismo encontrado pelo governo de Lula da Silva que, sob a promessa da democratização do acesso a educação superior, ganhou apoio político para fragilizar a resistência no interior das IFES,

ansiosas e carentes de recursos, e fazer avançar mudanças profundas na sua dinâmica de funcionamento, comprometendo a autonomia.

Quadro 30
Impacto da Política de Assistência Estudantil

Você considera que a atual política de assistência estudantil abrange todos os alunos que dela necessitam?	Valor absoluto	%
Sim	11	9,91%
Mais ou menos	57	51,35%
Não informado	1	0,90%
Não	42	37,84%
Total	111	100,00%

Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Somente 9,91% dos pesquisados apontam que a atual política de assistência estudantil abrange todos os estudantes que dela necessitam, enquanto 89% transitam entre a não abrangência dessa política, ou sua insuficiência.

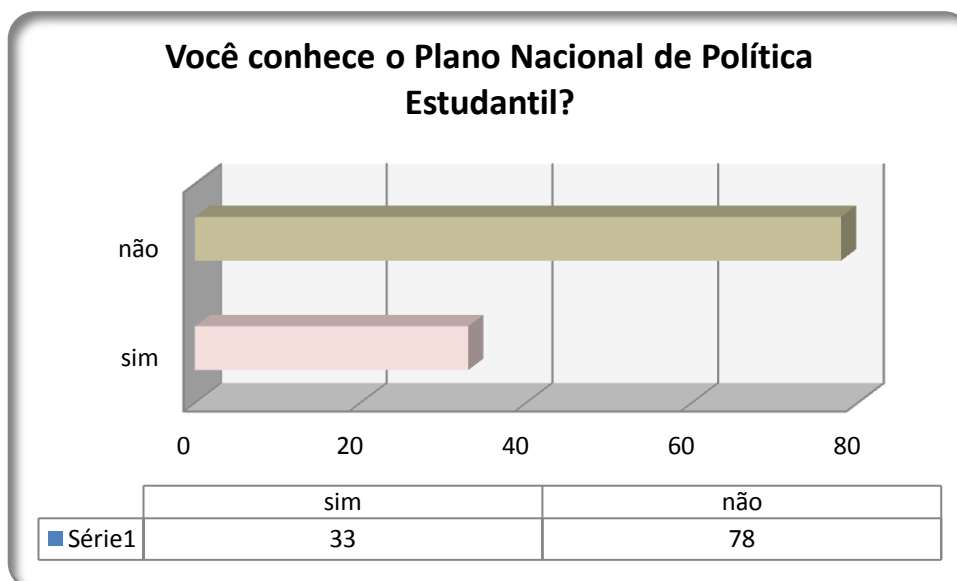
O PNE 2011, cuja votação está em curso (PL 8.035/2010), tem entre suas diretrizes a superação das desigualdades sociais, além de objetivar o fortalecimento da assistência estudantil em todos os níveis de ensino. A abrangência desta política ainda é muito limitada, conforme visto no Capítulo 4, quando analisamos o perfil socioeconômico dos estudantes das IFES.

Os serviços são pouco divulgados e não abrangem todas as necessidades dos estudantes, como no caso daqueles que têm dependentes. O valor das bolsas¹⁹⁴ não é suficiente, e a contrapartida de disponibilidade de 12h semanais na universidade pode ser caracterizada como trabalho precarizado, uma vez que não se enquadra como estágio ou emprego, além do fato de que os estudantes desenvolvem atividades que, em muitos casos, não se encaixam na sua formação e não têm nenhuma proteção trabalhista.

¹⁹⁴ Em maio de 2012 o valor da bolsa era de R\$ 360,00.

Gráfico 22

Impacto do Plano Nacional de Política Estudantil – Percepção dos estudantes



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

Somente 30% dos estudantes têm conhecimento do Plano Nacional de Política Estudantil. Acreditamos que isso ocorre em virtude da pouca divulgação de sua existência entre a comunidade acadêmica, o que leva os estudantes ao desconhecimento e, conseqüentemente, não acompanhamento de sua execução.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES foi criado em 2008, durante o governo Lula da Silva, e no ano de 2010 foi transformado em Decreto. O objetivo deste plano é assegurar a permanência nas IFES dos estudantes que não têm condições socioeconômicas para se manterem.

O Art. 2º da Portaria Normativa nº 39, afirma que o PNAES¹⁹⁵ :

“se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior”.

A administração e os tipos de serviços que serão implementados ficam a critério de cada instituição. No caso da UFC, a maior parte dos estudantes que são

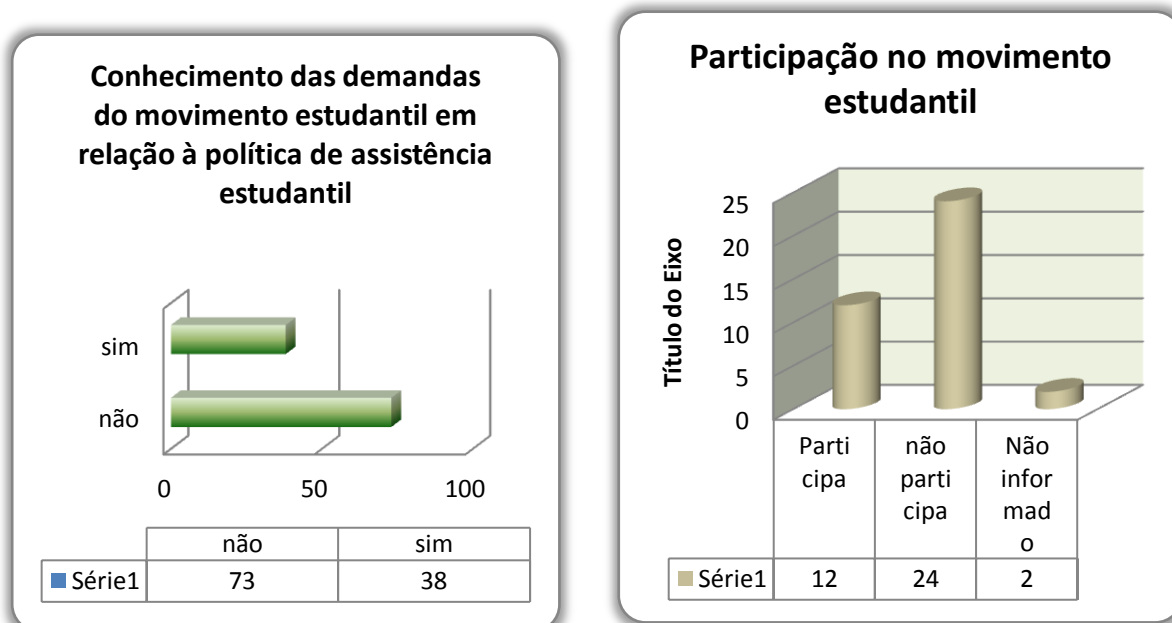
¹⁹⁵ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acessado em 29 de junho de 2012.

usuários da política de assistência estudantil, por meio do Programa de Moradia Universitária, desconhece a existência do PNAES. Esse fato torna difícil controlar e fiscalizar por parte dos estudantes.

Quase 66% dos pesquisado desconhecem as demandas do movimento estudantil em relação à política de assistência estudantil e somente 30% dos estudantes têm participação no movimento estudantil, conforme demonstram os gráficos.

Gráfico 23

Movimento estudantil e política de assistência estudantil



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

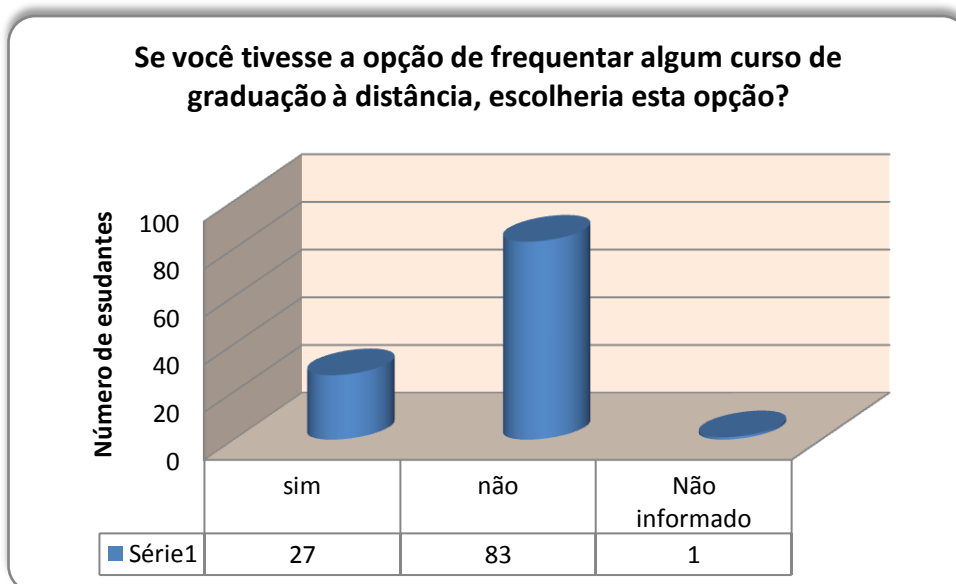
A residência universitária foi uma conquista do movimento estudantil na década de 1960, período de grande consciência política e mobilização da classe trabalhadora. Na atual conjuntura, o pouco conhecimento das demandas do movimento estudantil por parte dos estudantes reflete uma realidade maior, na qual o movimento sindical e os trabalhadores recebem fortes impactos e perdem espaços duramente conquistados.

Apesar das dificuldades, o Conselho de Residentes- COREU, entidade representativa dos estudantes, com sede nas dependências do RU do *Campus Benfica*, está presente nos momentos decisivos, lutando e buscando a garantia e ampliação de direitos. Sobre a importância do movimento estudantil, concordamos com a asserção abaixo:

Os movimentos estudantis intimidaram-se nas últimas décadas, mobilizaram-se em sua maioria por condições mínimas de dignidade na vida acadêmica. A massificação do ensino superior desertificou o campo fértil de disputa por liberdade e opção. Porém, ainda assim, este movimento de estudantes esclarecidos de suas lutas sólidas e intensas, sobrevive e reclama por todos, apesar de serem poucos. (FINATTI, 2007, p.75).

No quadro do ensino superior, a expansão da EAD constitui um dos mecanismos de precarização da oferta de educação, ao mesmo tempo em que esvazia o movimento discente. Sobre a EAD os estudantes pesquisados assim se posicionaram:

Gráfico 24
Curso de Graduação à distância



Fonte: Pesquisa direta - elaboração própria.

A maioria dos estudantes (75%) não optaria pela realização de um curso a distância, se tivesse essa opção. Isso ocorre porque os cursos EAD, além de não

estarem incluídos na política de assistência estudantil, apresentam fragilidades, como o distanciamento do contato entre professor e aluno. Destacamos o pensamento de Rocha (2009):

Ao priorizar a ampliação do acesso através da educação à distância o governo elide as possibilidades democráticas ao conhecimento. Portanto, não há discurso em torno da democracia e da igualdade de acesso que se sustente sobre o fato de que as pessoas terão diferentes percursos formativos, sendo, portanto, negadas àqueles estudantes da EAD, as oportunidades de vivenciarem o processo educativo próprio do campus universitário. (p.192)

A modo de concluir a análise dos indicadores recolhidos, levantamos, por fim, alguns problemas que ganham relevo no Programa de Moradia Universitária.

O REUNI trouxe ampliação do número de vagas ao programa de residência universitária¹⁹⁶, e, em certa medida, ampliação do quadro de servidores (contratação de duas assistentes sociais). A ampliação do programa, no entanto, requer mais do que a ampliação de vagas. Necessita-se reestruturação da infraestrutura e dos serviços, além da ampliação de outros serviços afins da universidade.

Ocorre que a atual estrutura logística do Programa de Residência não foi redimensionada para a ampliação de vagas, e os outros setores da universidade que têm relação direta com a acomodação dos estudantes também não (prefeituras, almoxarifado, zeladoria, segurança etc.). Serviços de pequena complexidade, como a retirada de material inservível, serviço de limpeza, dedetização, conserto, reformas, reparos e troca de material, demoram meses para serem realizados.

O processo seletivo também se torna moroso por não haver profissionais suficientes, as salas não possuírem estrutura para atendimento e não haver disponibilidade de carros adequados para a realização das visitas domiciliares, que muitas vezes ocorrem em locais de acesso difícil.

Todos esses fatores, presentes na fala dos estudantes pesquisados, relevam que há muito a ser feito, e que, embora haja mais de 400 vagas nas residências, não

¹⁹⁶ O quadro atual de vagas em breve se tornará obsoleto, se de fato ocorrer, nos próximos semestres, maior mobilidade de estudantes de outros estados.

há estrutura para acomodar e acompanhar devidamente todos estes estudantes, que são negligenciados em suas necessidades fundamentais, como o acompanhamento pedagógico e psicológico, a prevenção e combate ao uso de álcool e outras drogas, realização de atividades educacionais e de lazer etc.

Percebe-se aí uma grande falha do REUNI: a ampliação de vagas sem a criação de uma estrutura que dê suporte adequado à demanda, fato que se reflete no Programa de Residência Universitária, mas que está presente em toda Instituição, como por exemplo, não existir moradia universitária nos *campi* do interior, e este serviço ser substituído por auxílio financeiro; sendo que a concessão desse auxílio não é feita por uma equipe de assistentes sociais ou por grupo preparado para isso, mas por profissionais de outras áreas que acabam absorvendo este trabalho, conforme já relatamos.

Enfim, os direitos dos estudantes ainda são muito negligenciados, e é necessária uma forte mobilização da comunidade acadêmica como um todo, para que essa realidade possa ser transformada.

Ademais, é preciso situar o problema das moradias universitárias no contexto da contrarreforma do ensino superior, como já alertamos. A contrarreforma prioriza quantidade e produtividade ao gosto do mercado.

Ampliando nosso raio de análise, a contrarreforma do ensino superior, sob a compreensão da totalidade social, é estratégia indelével do capitalismo em crise, que busca, mediante ajustes do Estado, a contrarreforma de suas instituições.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será que eu falei o que ninguém ouvia?
Será que eu escutei o que ninguém dizia?
Eu não vou me adaptar me adaptar
Não vou me adaptar!
Não vou!

(Arnado Antunes)

No momento em que encerramos este trabalho, estava em plena efervescência a maior paralisação das universidades públicas federais¹⁹⁷ dos últimos cinco anos, envolvendo docentes e técnicos administrativos, contando com a mobilização e apoio dos estudantes. A greve foi deflagrada em meados do mês de maio em quase todo o País¹⁹⁸, com adesão, até início de julho de 2012, de 89 instituições federais.

Tornou-se público o fato de que a atitude intransigente do Governo federal em não negociar amplamente com a categoria dos docentes e técnicos, que reclamam além da luta salarial das duas categorias, a estruturação da carreira docente e melhores condições de trabalho, motivou a continuidade da paralisação das aulas.

Ante as demandas dos docentes e técnicos-administrativos das universidades públicas federais que pressionaram o Estado a cumprir seu papel de garantir o direito a educação superior pública de qualidade, o governo do PT, da presidenta

¹⁹⁷ Destaca-se neste contexto a postura autoritária e antissindical do Governo federal de não abrir-se à negociação. O discurso da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, é que em razão da crise econômica mundial, a prioridade do governo é o setor privado. Utilizando o argumento de manter os postos de emprego, o governo se tornou irreduzível às negociações do setor público. Vários outros segmentos do serviço público federal também aderiram à paralisação, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e as Agências Reguladoras.

¹⁹⁸ A Universidade Federal do Ceará entrou em greve somente em 14 de junho de 2012.

Dilma Rousseff, lançou mão do mesmo argumento da falta de recursos e de que a universidade deve “adaptar-se” à realidade de crise.

A contrarreforma do Estado é uma via para consolidação do projeto contrarrevolucionário da burguesia para alcançar a desregulamentação e a flexibilização nas relações de trabalho e, conseqüentemente, enfraquecimento da classe trabalhadora. O processo visa a derrubar barreiras a expansão do mercado e do lucro mediante privatização de empresas estatais, da abertura ao capital estrangeiro para mercantilizar serviços essenciais. Não obstante o discurso neoliberal afirmasse se tratar de um processo de redução do papel do Estado, considerado sempre gigante e inoperante, tal processo configura, não a redução do seu papel interventor, mas uma maximização da intervenção do Estado em favor dos interesses do capital. Vê-se mais do que nunca a atualidade do pensamento de Marx (1998), quando afirma que o Estado é o comitê executivo da burguesia.

Consideramos que o termo contrarreforma cinge a contento as mudanças estruturais por que o Estado brasileiro passou nas duas últimas décadas, pois isso representou a perda ou a flexibilização de direitos dos trabalhadores anteriormente conquistados. O confronto entre servidores públicos e governo, que culminou com a paralisação nacional, traz à baila a questão da luta que se travou entre a classe trabalhadora e a contrarreforma do Estado, que, durante o período do governo Lula da Silva, foi amortecida, principalmente mediante a cooptação do movimento estudantil (UNE) e sindical.

A crise econômica internacional apontada pelos setores governistas como mote para a negação às reivindicações da classe trabalhadora trata-se de uma crise profunda e estrutural, conforme exprime Mézáros (2011), que em seus efeitos atinge a totalidade de todo o complexo social, conforme vimos no Capítulo 2, ao abordarmos os desdobramentos da contrarreforma no Brasil e os seus rebatimentos na educação superior. Apesar da referida crise mundial, entretanto, o Estado possui recursos financeiros suficientes que poderiam ser investidos em políticas públicas, se houvesse interesse, como se vê no caso do PROUNI, em que recursos públicos são destinados à área privada, além dos “estímulos” dados à economia, como diminuição de taxas de impostos e redução de contribuições trabalhistas por parte

dos empregadores, além dos inúmeros escândalos de corrupção alardeados na mídia.

Sendo assim, a classe dominante ao ser ameaçada pela crise do capital, lança sobre os ombros da classe trabalhadora o fardo de pagar o preço de alavancar a economia, ao custo de sacrificar os parques diretos arrancados do Estado a duras penas.

Retomando o fio condutor da história, conforme capítulo 2, que retrata o percurso brasileiro no processo de contrarreforma, relembramos que a primeira tentativa de implantação do neoliberalismo no Brasil aconteceu na administração de Collor de Melo (1990), e contou com a forte oposição da classe trabalhadora então organizada nas maiores centrais sindicais, tais como a CUT, e por partidos como o PT, que, após a eleição de Lula, tomariam novas posições. Seria o governo de FHC o condutor do processo de contrarreforma do Estado, legitimado pela elite econômica e pelos organismos internacionais para concretizar o ajuste estrutural no Brasil, principalmente pela via das privatizações e sucateamento das instituições públicas. Na educação superior, a contrarreforma provocou o sucateamento das universidades, falta de incentivos à pesquisa e à extensão, ausência de uma política efetiva de assistência estudantil, concomitantemente à consolidação das fundações privadas no interior das IES públicas.

Nos anos seguintes, o governo Lula aprofundou a contrarreforma do Estado de forma visceral, aprovando a reforma da previdência social que apenou os trabalhadores ativos e aposentados. Na educação superior, Lula coloca em xeque a autonomia universitária, o trabalho docente (sua carreira, salário, qualificação), o âmbito político-pedagógico da educação superior (currículo, duração dos cursos, diplomação), o financiamento da universidade, a gestão e avaliação das universidades brasileiras. Neste período, houve o crescente envio de recursos públicos para a iniciativa privada por meio do PROUNI que, sob a promessa da democratização do acesso à educação superior, aqueceu o setor, que já se tornava um dos mais lucrativos do mercado, servindo ao mesmo tempo ao governo como instrumento que lhe rendeu altos índices de popularidade.

Ainda no governo de Lula da Silva é criado o REUNI. Após anos de total descaso que provocou o sucateamento das universidades públicas, o anúncio do Governo de verbas para as IFES mediante um Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades criou enorme ânimo nos reitores e em setores da comunidade acadêmica, que passaram a defender veementemente a adoção do referido Plano governamental. O REUNI vincula e faz depender o financiamento da universidade ao cumprimento de metas de acordo com o que foi traçado pelo Governo. Com efeito, conforme tentamos demonstrar, a expansão do número de matrículas nas IFES ocasionadas pelo REUNI trouxe um fato relevante: a defesa da importância da ampliação da política de assistência estudantil para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes, reduzindo o índice de abandono e evasão.

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 8035/ 2010 (PNE 2011), surgem as diretrizes e a proposta de ampliar as políticas de assistência estudantil. No mesmo ano, é criado o Decreto nº 7.234, de 19 de julho, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que normatiza as ações de assistência nas IFES e define suas áreas de atuação, conforme exposto no Capítulo 3.

Não temos dúvidas de que o PNAES representou um avanço para a assistência estudantil em todo o País, pois, pela primeira vez, ela assume o caráter de política nacional de assistência aos estudantes universitários das IFES. Tentamos demonstrar, entretanto, que o PNAES e o REUNI não garantem o financiamento da política a longo prazo, não previu recursos para a assistência estudantil de modo a fazer frente à criação de despesas fixas, como moradia e manutenção da alimentação no restaurante, o que constitui risco orçamentário para as universidades que se comprometeram e ampliaram as suas matrículas. Sem a garantia do financiamento, a política já nasce com a sua continuidade e qualidade comprometidas. Assim, os recursos atualmente existentes para a assistência estudantil recaem na histórica problemática da defasagem e da falta de segurança da continuidade, como vimos no Capítulo 3.

Portanto, não obstante a elaboração da política de assistência estudantil ter representado um avanço, concretamente, tem abrangência limitada pelos critérios adotados por parte de cada instituição para inserção nos serviços oferecidos, sendo

que de forma geral alcança somente os estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial, ficando fora de sua cobertura os estudantes dos cursos de pós-graduação e dos programas a distância.

Como enfatizamos no capítulo 3, constitucionalmente, a assistência social deve ser prestada para quem dela necessitar, já a assistência estudantil, política peculiar da área da educação, tem seus benefícios inscritos no âmbito das demandas e características de cada universidade e de seus estudantes, sendo as áreas de sua atuação a moradia, alimentação, transporte, saúde, cultura, esporte, creche, inclusão digital e apoio pedagógico, segundo o PNAES.

A assistência estudantil não só deve proporcionar condições básicas de sobrevivência aos seus usuários, como também há de garantir condições socioeconômicas que viabilizem a continuidade e conclusão do percurso acadêmico. A assistência está inscrita na política educacional, e seu acesso deve ser continuamente ampliado assim como ser distendida a divulgação de todos os seus serviços nas instituições de ensino.

Ao concluirmos nosso trabalho, pretendemos realçar, mais uma vez, a significativa e determinante participação do movimento estudantil – ME na constituição da assistência estudantil no Brasil. Não devemos ignorar o fato de que o ME universitário é expressivamente forte nas instituições públicas, onde também a assistência afere relevo e representa a luta estudantil no contexto da luta de classes.

As residências universitárias no Brasil tiveram sua gênese no momento em que a UNE se organizava e ganhava força, o que demonstra a intrínseca relação entre as conquistas e a luta do movimento estudantil. No Ceará, o ME universitário tem uma participação expressiva na criação da própria universidade federal e nas conquistas estudantis. Destacamos, contudo, como base em pesquisas sobre o movimento estudantil, o peso do papel assumido pela UNE na contrarreforma universitária implementada nos últimos anos pelo governo Lula e que provocou a fragmentação da representação e fragilizou a mobilização e a luta.

Esperançosamente, constatamos que parcelas do movimento estudantil, na luta por independência e autonomia política, resistem e fortalecem as ações na luta

por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, tal qual fizeram apoiando e se engajando nas atividades desta última campanha dos servidores e docentes das IFES.

Como assistente social envolvida na execução das ações de assistência estudantil na UFC, inquietava-nos conhecer mais profundamente a realidade dos estudantes, indo além do perfil socioeconômico e cultural dos atuais usuários, situando a realidade desta Instituição no contexto mais geral da assistência estudantil. Sobre a realidade das IFES, recorreremos à pesquisa do FONAPRACE e da ANDIFES, descritas nos Capítulos 3, e nos detivemos sobre a realidade da UFC no capítulo 4 deste trabalho. Mediante esta análise, percebemos que, no Brasil, o maior índice de renda familiar dos estudantes é de até dois salários mínimos, que as mulheres são predominantes em todas as regiões, somente 55,28% dos estudantes moram com a mãe ou com o pai, 67,32% dos estudantes exercem alguma atividade acadêmica remunerada, e 29,38% dos pesquisados participam ocasionalmente do movimento estudantil.

No contexto da UFC, a pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos estudantes aponta que esta instituição se encontra em 6º lugar entre as IFES com maior número de estudantes. No que se refere, porém, às ações de assistência estudantil, a UFC figura entre as universidades do Nordeste com menor cobertura, conforme descrito no Capítulo 4. Ocorrências que têm impacto para os estudantes da classe trabalhadora também têm índices preocupantes, como o fato de que apenas 20,63% dos estudantes serem do turno noturno (valor inferior ao nacional e ao do Nordeste). Inquietante é o fato de que o índice de trancamento por motivos diversos é superior ao nacional e ao do Nordeste.

Ressalta-se sobremaneira o fato de a UFC ter sido a única universidade federal que lançou todas as vagas no ENEM/SiSu a partir do ano de 2010, aumentando, em tese, a possibilidade de que estudantes de outros municípios/cidades ingressem nesta instituição, que apresenta um quadro de assistência estudantil com índices inferiores a outras universidades do Nordeste e do Brasil.

Assim, a tão visada mobilidade, tendência nacional, além de ter fins voltados para o mercado, como tentamos expor neste trabalho, para sua efetivação, necessita de um mínimo de padronização, seja na oferta dos cursos e sistema de avaliação, seja na política de assistência estudantil, que garanta aos estudantes das IFES adequadas condições para deslocamento e moradia. Ora, em um País continental com um fosso de desigualdades sociais pungente, constitui tarefa hercúlea garantir uma mobilidade acadêmica, que alcance de fato a classe trabalhadora.

Este fato corrobora nossa compreensão de que a promessa de democratização da educação superior que estaria sendo promovida pela inovação no processo seletivo via SiSu que garantiria a mobilidade acadêmica, não beneficia os estudantes da classe trabalhadora, uma vez que estes esbarram na falta de definição de financiamento que efetive uma forte política de assistência estudantil que ofereça as condições materiais objetivas para que estes estudantes possam se estabelecer em outro estado – município - cidade.

Dentre as ações da assistência estudantil na UFC, elegemos a residência universitária como nosso *locus* investigativo, por considerarmos a moradia um benefício peculiar e, ademais, reúne diferentes aspectos que envolvem a garantia de permanência e êxito nos estudos.

A moradia da UFC teve início na década de 1950, por iniciativa dos estudantes, sendo vinculada à universidade alguns anos depois. Até o início da década de 1980, ainda havia casas sendo invadidas ou cedidas pela Instituição para se tornarem residência universitária. Após esse período, em 2007 e 2010, duas casas foram alugadas para receber os estudantes que excediam o número de vagas nas residências, e em 2012 um prédio foi inaugurado no *Campus* do PICI.

Com suporte nos dados coletados, foi possível constatar que a “concessão” da moradia estudantil na UFC, desde o seu início, resultou da pressão e luta dos estudantes. A ocupação de algumas casas, na década de 1960, ocorreu mediante a invasão dos estudantes, e outras conquistas também foram impulsionadas pelo movimento de pressão estudantil, como o fato acontecido em 2007, quando estudantes acamparam na Reitoria reivindicando a ampliação de vagas nas

residências universitárias¹⁹⁹. Assim, a participação dos estudantes é fundamental para alavancar novas conquistas e ampliar os programas em curso.

A residência universitária deve garantir moradia de qualidade, oferecendo uma boa estrutura física das casas, instalações adequadas e todos os elementos que concorrem para a boa condição de estudos. Neste sentido, realizamos uma pesquisa com moradores de 11 residências universitárias, abrangendo 111 estudantes, descrita no capítulo 5. O objetivo da pesquisa de campo era dar voz aos estudantes residentes e conhecer sua avaliação da assistência estudantil e possíveis demandas.

Apesar do recente aumento das vagas e da maior estruturação do programa de moradia, percebemos que, para que o estudante seja bem acolhido, as ações devem exceder os limites da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, pois há a necessidade de adaptação e ampliação de vários outros setores da universidade, como almoxarifado, transporte e prefeitura. Estas mudanças são necessárias pelo fato de a pesquisa ter revelado que, entre as principais queixas dos estudantes, se encontram as condições físicas das residências, a falta ou dano no mobiliário e a insegurança nas moradias, o tratamento diferenciado conferido pela Reitoria às casas, a demora desta em responder as solicitações. Como visto neste trabalho, os serviços de reparos físicos, reformas e mobiliário, segurança e zeladoria dependem de outros setores da Instituição, que, até meados de 2012, não haviam sido preparados devidamente para esta realidade.

O aumento de vagas na universidade, gerado pelo REUNI, e o conseqüente aumento das vagas no Programa de Residência Universitária devem resultar em uma melhor estruturação da universidade, com salas de aula adequadas, laboratórios estruturados, moradia com devida estrutura para receber e manter adequadamente os estudantes, havendo ambiente propício e convidativo aos estudos. Assim, a UFC, em sua totalidade, deve estar amplamente estruturada para acolher os estudantes residentes, hóspedes desta Instituição.

¹⁹⁹ Vide fotos em anexo.

Por fim, ao realizarmos este trabalho, temos o intuito de chamar a atenção para os entraves e dificuldades vivenciados cotidianamente pelos residentes universitários e lançar luz sobre a necessidade premente de ampliar as políticas para a assistência estudantil nas universidades públicas e, especificamente, para a moradia universitária, condição *sine qua non* para que estudantes trabalhadores das cidades do interior ou de outros estados possam efetivar o direito ao acesso à educação superior de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Manoel Coelho. *Et al. Residências Universitárias: Brasil mostra tuas casas*. Fortaleza: UFC, 1991.

AMARAL, Nelson Cardoso. A Gestão das Instituições de Ensino Superior: O foco do financiamento. In: DOURADO, Luis Fernando de, OLIVEIRA, João Ferreira de e CATANI, Afrânio Mendes (orgs). *Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo, Xamã, 2003.

ANDES-SN. *Caderno Andes: Proposta do Andes – SN para a Universidade Brasileira*. Brasília, 2003.

_____. *Reuni: a hora demanda atenção máxima*. Seção Sindical dos Docentes da UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

ANDIFES. *Ata da LXXXIIª Reunião Ordinária do Conselho Pleno da Andifes*. Disponível em: http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=38&Itemid=27. Acessado em 04 de Julho de 2012.

ANDRÉS, Aparecida. *Aspectos da Assistência estudantil nas universidades brasileiras*. Câmara dos Deputados, Brasília- DF, 2011.

ANDRIOLA, Wagner. Fatores associados à evasão discente na Universidade Federal do Ceará (UFC) de acordo com as opiniões de docentes e de coordenadores de cursos. *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*: 2009 Volume 7, Número 4.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso das técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). São Paulo: Veras Editora, 1999.

BARBOSA, Roseane de Almeida. *A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. João Pessoa – PB, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. *Políticas Sociais: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos. Acesso: 15 de Novembro de 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e Perda de Direitos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

_____. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: 1961.

BRASIL/ MEC/SISU/DIFES. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano*, 2009.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

BRAZ, Marcelo. O PAC e o Serviço Social: crescimento para que e para quem? *Revista Serviço Social e Sociedade: Projeto Profissional e Conjuntura – Ano 26, nº91*. São Paulo: Cortez, 2007.

CABRAL NETO, Antônio e RODRIGUEZ, Jorge. Reformas Educacionais na América Latina: cenários, proposições e resultados. CABRAL NETO, Antônio (Org.). *Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais*. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

CATANI, Afrânio Mendes e OLIVEIRA, João Ferreira de. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alteração nos sistemas e nas universidades públicas. In: SGUISSARDI, Valdemar (org.). *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo. *Universidade e Ciência na Crise Global*. São Paulo: Xamã, 2001.

COSTA, Simone Gomes. *A equidade na educação superior: uma análise das políticas de Assistência Estudantil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEMO, Pedro. *Introdução à Metodologia da Ciência*. São Paulo: Atlas, 1987.

DESLANDES, Suelly Ferreira. A construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DINIZ, Tânia Maria Ramos Godói. O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. In: *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). São Paulo: Veras Editora, 1999.

DOURADO, Luis Fernando de, OLIVEIRA, João Ferreira de e CATANI, Afrânio Mendes. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luis Fernando de, OLIVEIRA, João Ferreira de e CATANI, Afrânio Mendes (orgs). *Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo, Xamã, 2003.

DUARTE, Newton. *Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?* Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

DUNCAN et al. Condições de Saúde da População Brasileira. In: DUCAN, Bruce, B.; SCHMIDT, Maria Ines; GIUGLIANI, Elsa R. *J. Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências*. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, p.59-75, 2006.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. REVISTA DA UFG - Tema ENSINO SUPERIOR Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás - Ano VII, No. 2, dezembro de 2005.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Matos e GONÇALVES, Reinado. *A Economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FINATTI, Betty Helmer. *Assistência Estudantil na Universidade Estadual de Londrina/UEL*. Londrina, 2007.

FIORI, José Luis. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

FRIEDMAN, Milton e Rose. *Liberdade de Escolher: o novo liberalismo econômico*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Romeu. A análise dos dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Atlas, 1999.

HORTALE, Virginia Alonso e MORA, José- Ginés. Tendências das Reformas da Educação Superior na Europa no contexto do processo de Bolonha. In: Educação e Sociedade. Universidade: Reforma e/ou rendição ao mercado? *Revista de Ciência da Educação*. Cedes: Campinas, volume 25, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: Despesas, Rendimentos e Condições de Vida*. IBGE, Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf. Acessado em 12 de Março de 2012.

Jornal da UFC. Ano 08. Julho/Agosto. UFC, Fortaleza, CE, 2011.

LAVINAS, Lena. Transferência de renda: o “quase tudo” do sistema de proteção social brasileiro. . In: SICSÚ, João (org.). *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LEHER, Roberto. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, Luis Fernando de, OLIVEIRA, João Ferreira de e CATANI, Afrânio Mendes (orgs). *Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo, Xamã, 2003.

_____. Educação no Governo Lula da Silva: a Ruptura que não Aconteceu. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida (org.). *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Lei de Responsabilidade Fiscal. *Lei Complementar nº 101* de 04 de maio de 2000.

LIMA, Kátia Regina de S. Reforma Universitária no Governo Lula: o relançamento do conceito de público não estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. Reforma política educacional brasileira: a submissão do governo Lula às políticas dos organismos internacionais do capital. In: *Debatendo a Universidade: subsídios para a Reforma Universitária*. Florianópolis: Insular, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Capítulo Seis: A natureza específica da terceira revolução tecnológica. Capítulo oito: A aceleração da inovação tecnológica. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARINHO, Cristiane Maria. Universidade e pós-modernidade. In: LIMA, Cláudia Gonçalves de; CARMO, Francisca Maurilene do; Et al. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

MARQUES, Antonia Nicelly Pires. *Tecendo os fios das memórias das residências universitárias da UFC*. Fortaleza: UFC, 2009.

MARTINS FILHO, Antônio. *História Abreviada da UFC*. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1996.

MARTINS, Marcos Francisco. *Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?* Campinas, SP: Autores Associados; Americana, SP: UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2008.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MÉSZARÓS, István. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editora, 2002.

_____. *Crise Estrutural Necessita de Mudanças Estruturais*. Tópicos Utópicos: Caderno de Texto. Ceará: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo, Cortez: 2008.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2001.

ORSO, Paulino José. Neoliberalismo: equívocos e consequências. In: LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luis (orgs.). *Liberalismo e Educação em Debate*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

PAULA, Maria de Fátima. A Reforma Universitária no Governo Lula: uma loteria? In: *Debatendo a Universidade: subsídios para a Reforma Universitária*. Florianópolis: Insular, 2004.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Caderno MARE da Reforma do Estado, Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 2011.

POCHMANN, Marcio. Gasto Social, o nível de emprego e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. In: SICSÚ, João (org). *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Revista Universidade Pública, nº58. Ano 10, Nov/Dez. UFC, Fortaleza, CE, 2010.

_____, nº65. Ano 12, Jan/Fev. UFC, Fortaleza, CE, 2012.

ROCHA, Antônia Rozimar Machado e. *Programa Universidade Para Todos – PROUNI e a pseudodemocratização na contrarreforma da Educação Superior no Brasil*. UFC: Fortaleza, CE, 2009.

RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. *Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará (1928-1968)*. Rio- São Paulo- Fortaleza: ABC Editora, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2010.

ROBERTSON, Susan L. O Processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia PR construção do mercado? In: *Revista Brasileira de Educação*. Scielo: Rio de Janeiro, Volume 14, nº 42, 2009.

ROLIN, Myrtes Suely Cavalcante. *Pesquisa de opinião sobre proposta de um projeto de construção de residências universitárias com estudantes usuários da moradia estudantil da Universidade Federal do Ceará- UFC*. Fortaleza: UFC, 1991.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 14 Ed., Rio de Janeiro, 1978.

ROMANO, Roberto. Reflexões sobre a universidade. In: *A Ideia de Universidade: rumos e desafios*. Silva, Maria Obádia da e Silva, Ronaldo Barreto. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

SALVADOR, Evilásio. A distribuição da carga tributária: quem paga a conta? In: SICSÚ, João (org.). *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, Laura Karine Maia dos. *A União Nacional dos Estudantes e a Reforma Universitária do Governo Lula: a educação pública em debate*. UFC, 2007.

SICSÚ, João. PAC: quatro anos depois o governo tenta mudar o rumo. In: SICSÚ, João (org.). *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SICSÚ, João e VIDOTTO, Carlos. A administração fiscal no Brasil e a taxa de juros. In: SICSÚ, João (org.). *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Ademir da. *A gestão da Seguridade Social Brasileira: entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. *Reforma da educação superior: a produção da ciência engajada ao mercado e de um novo pacto social*. In: In: DOURADO, Luis Fernando de, OLIVEIRA, João Ferreira de e CATANI, Afrânio Mendes (orgs). *Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo, Xamã, 2003.

SILVA, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem capitalista monopolista. In: *Serviço Social e Sociedade*. Nº103. São Paulo: Cortez. 2010.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior- ANDES – SN. *REUNI: a hora demanda atenção máxima*. ANDES- SN, 2011. Disponível em: www.andes.org.br/imprensa/migracao/reuni.doc. Acessado em 03 de agosto de 2012.

SGUISSARDI, Valdemar. O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas? In: SGUISSARDI, Valdemar (org.). *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. *Universidade Brasileira no Século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira [et. Al.]. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 2008.

TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (org). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 2002.

Universidade Federal do Ceará. *Anuário Estatístico 2009*. Fortaleza: UFC, 2009.

_____. *Anuário Estatístico 2010*. Fortaleza: UFC, 2010.

_____. *Anuário Estatístico 2011*. Fortaleza: UFC, 2011.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2012*. UFC, Fortaleza, CE, 2012.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. *Ensino Superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

VIEIRA, Renata de Almeida. MACIEL, Lizete Shizue Bomure. Repercussões da Acumulação Flexível no Campo Educacional: o professor temporário em questão. *Revista HISTEDBR On-line*, número especial, p.156-169. 2011: Unicamp. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art12_41e.pdf. Acessado em 07 de Março de 2012.

APÊNDICE

Apêndice A - Residência Universitária 250 – Abril de 2011



Apêndice B - Residência Universitária 2142 – Abril de 2011



Apêndice C - Residência Universitária 125 – Abril de 2011

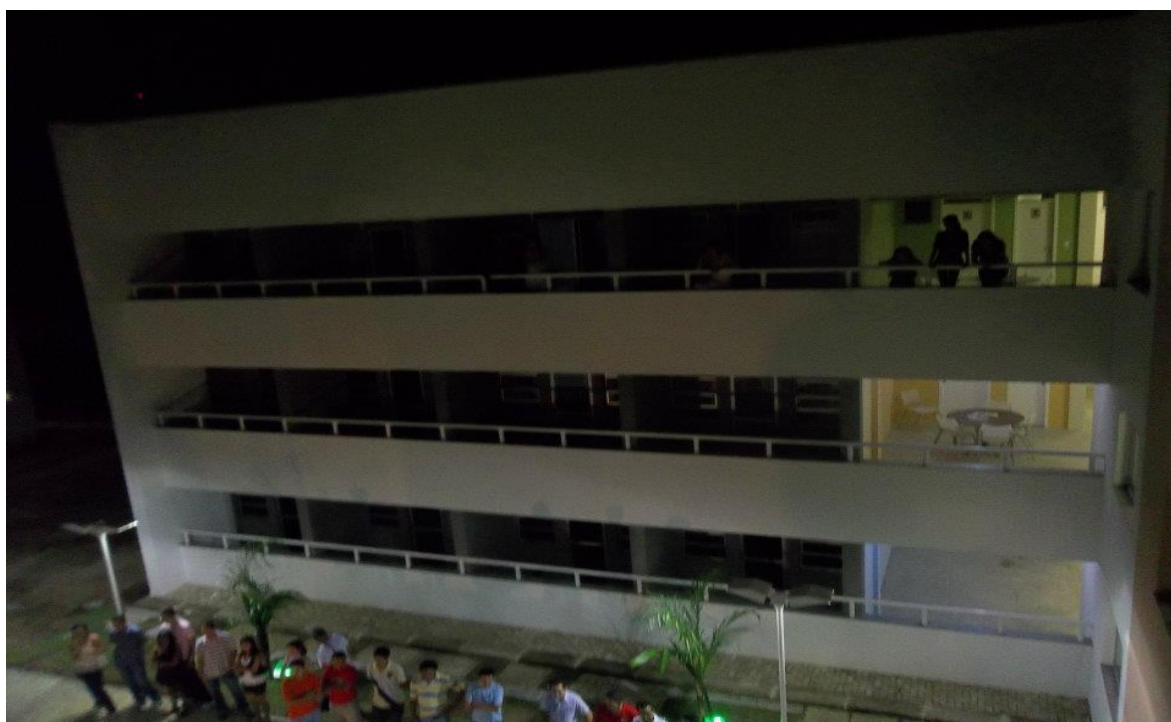


Apêndice D - Residência Universitária 140 – Abril de 2011



ANEXOS

Anexo A - Inauguração da Residência do Pici/2012



Anexo B - Residência do Pici em fase de construção



Anexo C - Seminário de Integração dos Residentes- 2012.1



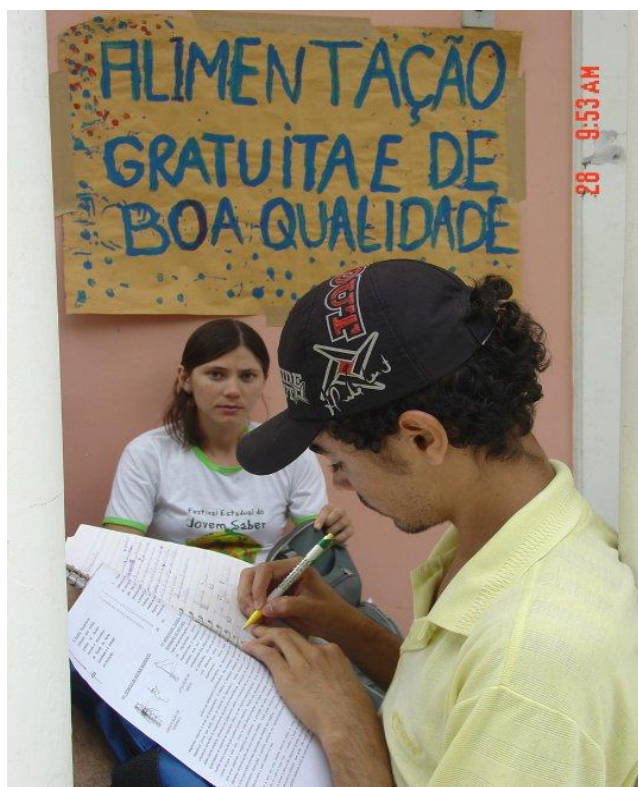
Anexo D - Encontros Universitários 2011 – Residentes e equipe da PRAE



Anexo E - Manifestação dos estudantes na Reitoria em prol da Moradia estudantil/ 2007



Anexo F - Manifestação dos estudantes na Reitoria em prol da Moradia estudantil/
2007



Anexo G - Residência Universitária 25



Anexo H - Residência Universitária 140



Anexo I- Residência Universitária 148

